UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL E RESISTÊNCIA CAMPONESA: as contradições da citricultura na Microrregião Geográfica de Jales

WIDSON TAINAN ROS MARTINS

TRÊS LAGOAS
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL E RESISTÊNCIA CAMPONESA: as contradições da citricultura na Microrregião Geográfica de Jales

WIDSON TAINAN ROS MARTINS

TRÊS LAGOAS
2018

WIDSON TAINAN ROS MARTINS

MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL E RESISTÊNCIA CAMPONESA: as contradições da citricultura na Microrregião Geográfica de Jales

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Sedeval Nardoque.

TRÊS LAGOAS
2018

WIDSON TAINAN ROS MARTINS

MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL E RESISTÊNCIA CAMPONESA: as contradições da citricultura na Microrregião Geográfica de Jales

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Sedeval Nardoque.

Resultado: _____

Três Lagoas, MS, ___de _____de 2018.

BANCA EXAMINADORA

_____

Presidente e Orientador:
Prof. Dr. Sedeval Nardoque
(UFMS/CPTL)

_____

2º Examinador:
Prof. Dr. Celso Donizete Locatel
(UFRN)

_____

3º Examinador:
Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida
(UFMS/CPTL)

Dedico este trabalho a meus pais, camponeses que me deram a vida e que lutam diariamente para permanecerem na terra.

AGRADECIMENTOS

Considero que este seja um dos momentos mais gratificantes do estradar da pesquisa, pois além de marcar o término de uma etapa da vida acadêmica, é também o momento de agradecer àqueles que, de perto, participaram, apoiaram e contribuíram de alguma forma com sua efetivação. Assim sendo, meus agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Sedeval Nardoque, que admiro e sou grato pela paciência e dedicação com a qual orientou, pelo incentivo à pesquisa e pelos ensinamentos. Seu cuidado fraternal, dentro e fora da academia, foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Celso Donizete Locatel, por ter me acolhido na cidade de Natal, no Laboratório de Estudos Agrários, durante o segundo semestre de 2016, e pelas valiosas contribuições a esta pesquisa, tanto durante a realização de sua disciplina como aluno especial, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bem como nos exames de qualificação e de defesa.

À Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, pelas contribuições teóricas e metodológicas concebidas durante a realização de sua disciplina, nos encontros realizados pelo Grupo de Estudos Terra Território, e também nos exames de qualificação e defesa.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelos ensinamentos.

Às professoras mestras Célia Regina da Silva Zerbato e Eliana Menossi da Silva Floriano, pelo apoio e incentivo a realização do mestrado desde o momento de inscrição no processo seletivo.

Ao Prof. Me. Jemerson Quirino de Almeida, pelas conversas motivadoras ao término das aulas na graduação em História no Centro Universitário de Jales, pelas discussões teórico-metodológicas e por sempre partilhar suas experiências, pondo-me a par os desafios e prazeres da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Silvio Luiz Lofego, pelas oportunidades e pelo incentivo à pesquisa desde a época em que foi meu orientador no Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário de Jales.

Ao Engenheiro Agrônomo Dr. Mauricio Rotundo, funcionário da Inspetoria de Defesa Agropecuária de Santa Fé do Sul, pelas colaborações.

Aos amigos Leandro Lima, Leandro Lelis e Luiz Eduardo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e Danilo Melo, da Universidade Federal de Goiás, pela acolhida na capital potiguar e pelos agradáveis momentos de descontração proporcionados em meio as “turbulências da vida na cidade grande”.

Às amigas Ângela de Souza Brasil, Patrícia De Matos Tozo Mercadante e Vania dos Santos Pontin, presentes que o mestrado me deu. Os eventos científicos que participamos juntos serão eternamente lembrados.

Aos amigos Everton, Joice, Kely, Renan, Katia e Daiane, irmãos de coração, pela valiosa amizade.

Aos amigos e colegas do Centro Universitário de Jales e do Colégio Anglo de Jales.

Aos camponeses que gentilmente me receberam em seus sítios.

Aos meus pais Joel e Cidelva, e à minha irmã, Raissa, razões de minha existência, que mesmo sem entenderem ao certo o que é a pós-graduação, sempre me apoiaram a seguir este caminho.

À CAPES, pelo auxílio financeiro concedido por meio de bolsa de estudos, fundamental para a realização desta pesquisa.

RESUMO

O Brasil é o maior produtor mundial de laranja, destacando-se entre os principais países exportadores de suco concentrado e congelado desta fruta, sendo que, no estado de São Paulo há a maior produção nacional. Sob os ditames do agronegócio, o suco de laranja tornou-se *commodity* e a produção nacional dessa fruta articulou-se de forma a atender aos interesses do grande capital, representado pelas indústrias processadoras da bebida, monopolizando o mercado e exercendo forte controle sobre o setor. Neste contexto, a Microrregião Geográfica de Jales foi inserida no circuito espacial do capital vinculado à citricultura, embora a maior parte de sua produção de laranja seja vendida *in natura* para o abastecimento do mercado interno, entendida como estratégia para "driblar" o monopólio das indústrias processadoras, sobretudo pelos camponeses produtores de laranja, mas não escapando à apropriação da renda da terra pelo capital presente na circulação desta mercadoria. A escolha da Microrregião Geográfica de Jales, como recorte espacial da pesquisa, se deu justamente pela estrutura fundiária regional desconcentrada, predominantemente marcada pela presença de pequenas propriedades camponesas, nas quais os camponeses destacam-se na diversificação agrícola, sobretudo na fruticultura, dentre as demais atividades agrícolas. Este trabalho tem como objetivo analisar as contradições do processo de monopolização do território pelo capital, via apropriação da renda da terra no circuito espacial de produção da laranja na Microrregião Geográfica de Jales (SP). As análises centralizam-se na produção familiar camponesa de laranja, entendida como conteúdo contraditório ao avanço das relações capitalistas de produção no campo. Nos últimos anos, tem se presenciado, nesta Microrregião, o avanço das relações capitalistas de produção no campo, via territorialização do capital, com a instalação de uma usina para produção de açúcar e álcool em um dos municípios, atuando fortemente no arrendamento de terras para o plantio de cana-de-açúcar. Todavia, constatou-se, empiricamente, que, apesar das dificuldades encontradas para permanecerem na terra como agricultores e, mais ainda, como citricultores, muitos camponeses, proprietários de terra na Microrregião de Jales, resistem à proletarização e à possibilidade de arrendarem suas terras para o plantio de cana-de-açúcar, evidenciando que, para estes sujeitos, a terra não é apenas terra de negócio, mas também lugar de reprodução da vida. Utilizando-se do conceito de monopolização do território pelo capital, procurou-se entender as contradições inerentes do processo de produção e apropriação da renda da terra camponesa no circuito espacial de produção da laranja, e as relações do campesinato no interior deste circuito nas duas últimas décadas, contraditoriamente à lógica da reprodução ampliada do capital, mas possibilitando sua reprodução social, referenciada teoricamente pelos conceitos de *habitus* camponês e de campesinidade e constatados empiricamente nos processos de resistência e de resiliência cotidianas.

Palavras-chave: Microrregião Geográfica de Jales. Monopolização do Território pelo capital. Resistência camponesa.

ABSTRACT

Brazil is the world's largest producer of orange, standing out among the main exporting countries of concentrated and frozen juice of this fruit, with the highest national production in the state of São Paulo. Under the dictates of agribusiness, orange juice became a commodity and the national production of this fruit was articulated in order to serve the interests of big capital, represented by the beverage processing industries, monopolizing the market and exercising strong control over the sector. In this context, the Geographic Microregion of Jales was inserted in the space circuit of capital linked to citriculture, although most of its orange production was sold *in natura* for the supply of the intern market, understood as a strategy to "dribble" the monopoly of the industries processors, especially by the peasant producers of orange, but not escaping to the appropriation of the income of the earth by the capital present in the circulation of this merchandise. The choice of the Geographic Microregion of Jales, as spatial cut of the research, was due precisely to the deconcentrated regional land structure, predominantly marked by the presence of small peasant properties, in which the peasants stand out in the agricultural diversification, especially in fruit growing, among others agricultural activities. This work aims to analyze the contradictions of the process of monopolization of the territory by capital, through the appropriation of land rent in the space circuit of orange production in the Geographic Microregion of Jales (SP). The analyzes centered on the peasant family production of orange, understood as content contradictory to the advance of capitalist relations of production in the field. In last years, the Microregion has witnessed the advance of capitalist production relations in the countryside, through the territorialization of capital, with the installation of a power plant for sugar and alcohol production in one of the municipalities, acting strongly in the lease of lands for the planting of sugar cane. However, it has been empirically found that, despite the difficulties encountered in remaining on the land as farmers, and even more as citrus farmers, many peasants, landowners in the Microregion of Jales, resist proletarianization and the possibility of leasing their land to the planting of sugarcane, evidencing that, for these subjects, the land is not only a land of business, but also a place of reproduction of life. Using the concept of monopolization of the territory by capital, we sought to understand the inherent contradictions of the production process and appropriation of peasant land income in the space circuit of orange production, and the relations of the peasantry within this circuit in the last two decades, contradictory to the logic of expanded reproduction of capital, but allowing its social reproduction, theoretically referenced by the concepts of peasant *habitus* and peasantry and empirically verified in the processes of resistance and resilience everyday.

Keywords: Jales Geographic Microregion. Monopolization of the Territory by capital. Peasant resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Microrregião Geográfica de Jales – SP.....30
Figura 2 – MRG Jales: tamanho médio dos estabelecimentos rurais (ha) – 2006. ..57
Figura 3 – MRG Jales: distribuição formal do emprego por setor (2015). 69
Figura 4 – Noroeste Paulista: usinas do setor sucroenergético – 2018.....75
Figura 5 – MRG Jales: evolução da cana-de-açúcar por município - 2004, 2007, 2010 e 2013. 79
Figura 6 – MRG Jales: área plantada com algodão por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 81
Figura 7 – MRG Jales: área plantada com arroz por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 83
Figura 8 – MRG Jales: área plantada com feijão por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 85
Figura 9 – MRG Jales: área plantada com café por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 87
Figura 10 – MRG Jales: área plantada com milho por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 89
Figura 11 – MRG Jales: área plantada com laranja por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 91
Figura 12 – MRG Jales: área plantada com manga por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 93
Figura 13 – MRG Jales: área plantada com banana por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 95
Figura 14 – MRG Jales: área plantada com uva por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 97
Figura 15 - MRG Jales: rebanho bovino (cabeças) por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 100
Figura 16 – MRG Jales: condição legal dos estabelecimentos rurais por município – 1996 e 2006. 102

Figura 17 – Principais destinos das exportações de suco de laranja brasileiro – 2016 112
Figura 18 – Esquema: circuito produtivo da laranja.....114
Figura 19 – Santa Rita d'Oeste: pulverização de agrotóxicos em pomar de laranja. 117
Figura 20 – Santana da Ponte Pensa: palestra sobre tecnologias para aplicação de agrotóxicos. 118
Figura 21 – Santa Salete: depósito de embalagens de agrotóxicos utilizados. 119
Figura 22 – Jales: palestra realizada pela empresa Cimoagro/Jales para a divulgação de fertilizantes da marca Yara. 122
Figura 23 – Aspásia: trator adquirido com recursos do programa de financiamento Pró-trator. 125
Figura 24 – MRG Jales: principais Agências Bancárias e Pontos de Atendimento Bancário – 2018. 127
Figura 25 – MRG Jales: valores dos financiamentos – 2012.....128
Figura 26 – MRG Jales: principais empresas ligadas às atividades agrícolas e pecuárias – 2018. 130
Figura 27 – Microrregião de Jales: principais barracões citrícolas – 2018. 132
Figura 28 – Paranapuã: veículo utilizado pelos empreiteiros para o transporte de colhedores de laranja até os pomares. 135
Figura 29 – Vitória Brasil: Barracão citrícola.....136
Figura 30 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e local de descarregamento das laranjas vindas dos pomares. 136
Figura 31 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e tanque de imersão para lavagem de laranjas. 137
Figura 32 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e esteira de classificação de laranja. 137
Figura 33 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e embalagens utilizada no transporte de laranjas até os mercados. 138
Figura 34 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e local de armazenamento das laranjas destinadas à indústria. 138
Figura 35 – Brasil: principais municípios de destino das laranjas produzidas na Microrregião de Jales. 139
Figura 36 – Supermercado Sakashita de Jales: laranja exposta em banca na seção de hortifruti. 144

Figura 37 – Supermercado Sakashita de Jales: preço da laranja exposta em banca na seção de hortifruti. 144
Figura 38 – Estado de São Paulo: localização de municípios das principais indústrias processadoras de suco cítrico – 2016. 146
Figura 39 – Folha de laranja com lesão provocada pelo cancro cítrico. 151
Figura 40 – Laranja com lesões provocadas pelo cancro cítrico 152
Figura 41 – Santa Albertina: pomar de laranja erradicado por contaminação com cancro cítrico – 2006. 153
Figura 42 – Jales: palestra sobre a Instrução Normativa nº 37 de 5 de setembro de 2016. 158
Figura 43 – Santa Salete: palestra sobre a Instrução Normativa nº 37 de 5 de setembro de 2016. 159
Figura 44 – Santa Rita d'Oeste: palestra sobre a Instrução Normativa nº 37 de 5 de setembro de 2016. 159
Figura 45 – Revista do FUNDECITRUS, 2007. 162
Figura 46 – Revista do FUNDECITRUS, 2009. 162
Figura 47 – Revista do FUNDECITRUS, 2011. 163
Figura 48 – Revista do FUNDECITRUS, 2014. 163
Figura 49 - Revista do FUNDECITRUS, 2016. 164
Figura 50 - Revista do FUNDECITRUS, 2017. 164
Figura 51 – Microrregião de Jales: número de pés de laranja – 2011 – 2016. 170
Figura 52 – Santa Albertina: transporte para comercialização local de laranja 189
Figura 53 – Santa Salete: barracão de beneficiamento e processamento de laranja e uva da Associação dos Produtores Rurais de Santa Salete 190
Figura 54 – Jales: Sítio São José. 193
Figura 55 – Jales: Sítio Bela Vista 194
Figura 56 - Sítio Bela Vista: indústria doméstica de polpas de frutas. 195
Figura 57 – Sítio Bela Vista: área plantada com pinha. 195
Figura 58 – Sítio Bela Vista: área plantada com milho. 196
Figura 59 – Sítio Bela Vista: tanque para criação de peixes. 196
Figura 60 - Santa Fé do Sul: Sítio Maschio 197
Figura 61 – Santa Salete: Sítio Santa Helena. 198
Figura 62 – Sítio Santa Helena: área de pastagens. 199
Figura 63 – Sítio Santa Helena: criação de porcos para auto consumo da família. 199

Figura 64 – Sítio Santa Helena: criação de ovelhas para abate. 200
Figura 65 – Aspásia: Sítio Dois Irmãos. 201
Figura 66 – Sítio Dois Irmãos: criação de porcos. 201
Figura 67 – Sítio Dois Irmãos: horta para o autoconsumo da família. 202
Figura 68 – Aspásia: Sítio Nossa Senhora Aparecida. 204
Figura 69 – Sítio Nossa Senhora Aparecida: pomar de laranja abandonado. 205
Figura 70 – Sítio Nossa Senhora Aparecida: minicampo de futebol. 205
Figura 71 – Aspásia: Sítio São Joaquim. 207
Figura 72 - Sítio São Joaquim: sede do estabelecimento. 208
Figura 73 - Sítio São Joaquim: orquidário. 208
Figura 74 - Sítio São Joaquim: plantação de caju. 209
Figura 75 - Sítio São Joaquim: plantação de pitaya e horta. 209

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – MRG Jales, Estado de São Paulo e Brasil: área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (%) – 2006. 52
Gráfico 2 – MRG Jales, Estado de São Paulo e Brasil: número dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (%) – 2006. 52
Gráfico 3 – Microrregião de Jales: população por situação de domicílio - 1991, 2000 e 2010. 64
Gráfico 4 – Municípios da Microrregião de Jales: população por situação de domicílio - 2010. 66
Gráfico 5 – Brasil: população por situação de domicílio - 1950 - 2010.....70
Gráfico 6 – Brasil: exportações de suco de laranja – 1997 – 2017. 111
Gráfico 7 - Estado de São Paulo: Variação do preço da Laranja Pêra Rio para mercado (2003 – 2017). 143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – MRG Jales: número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 1995/6. 48
Tabela 2 – MRG Jales: número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 2006. 48
Tabela 3 – MRG Jales: módulo fiscal por município – 2013. 50
Tabela 4 – Municípios da MRG Jales: número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 2006. 56
Tabela 5 – MRG Jales: evolução da área plantada com lavouras temporárias e permanentes em hectares- 1994 e 2014. 73
Tabela 6 – MRG Jales: evolução da área plantada com cana-de-açúcar (hectares) - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 76
Tabela 7 – MRG Jales: área plantada com lavouras permanentes e temporárias nos estabelecimentos agropecuários em hectares, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar – 2006. 77
Tabela 8 - MRG Jales: utilização das terras por grupo de atividade econômica – 1995 e 2006. 98
Tabela 9 – MRG Jales: produção de leite (mil litros) – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. 99
Tabela 10 – MRG Jales: principais agrotóxicos utilizados na produção de laranjas. 122
Anexo I: Tabela 11 – Estado de São Paulo: número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 2006. 225
Anexo II: Tabela 12 – Brasil: número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 2006. 225
Anexo III: Tabela 13 – Relação dos entrevistados no trabalho de campo. 226
Anexo IV: Tabela 14 - MRG Jales: principais empresas ligadas às atividades agrícolas e pecuárias – 2018. 227

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO 18

2. QUESTÃO AGRÁRIA E A GÊNESE DA PROPRIEDADE CAPITALISTA DA TERRA NA MICRORREGIÃO DE JALES 27

2.1. A questão agrária brasileira: algumas reflexões 31

2.2. A contradição capitalista da propriedade privada da terra 33

2.3. Mercantilização da terra, avanço da fronteira agrícola e a formação da pequena propriedade na Microrregião de Jales. 37

2.4. Microrregião Geográfica de Jales: estrutura Fundiária 46

3. TERRITÓRIO, AGRICULTURA E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL NA MICRORREGIÃO DE JALES 60

3.1. O território e os mecanismos de apropriação da renda da terra 61

3.2. Ocupação da população e atividade agropecuária na MRG de Jales 64

3.3. A dinâmica agrária da MRG de Jales 71

4. MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE LARANJA NO NOROESTE PAULISTA 105

4.1. Monopolização do território e a apropriação da renda da terra pelo capital no circuito espacial de produção da laranja 113

4.2. A normatização da citricultura paulista 149

5. A CITRICULTURA E SUAS CONTRADIÇÕES: A FRAÇÃO CAMPONESA DO TERRITÓRIO 173

5.1. A terra como patrimônio moral da família camponesa 174

5.2. A resistência/resiliência camponesa 181

5.3. A diversidade como estratégia de reprodução camponesa 192

5.4. O arrendamento da terra: da falta de sucessão ao equilíbrio da unidade de produção da família 210

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 214
7. REFERÊNCIAS 218
7.1. Bibliográficas 218
7.2. Documentos extraídos em meio eletrônico 222
8. ANEXOS 225

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil é o maior produtor mundial de laranja, destacando-se entre os principais países exportadores de suco concentrado e congelado desta fruta, conforme apontam os relatórios da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBr, 2018). No estado de São Paulo há a maior produção nacional, responsável por cerca de 82% das exportações de suco de laranja em 2017. Para Welch e Fernandes (2008)[1], até início da década de 1960, a produção paulista de laranja era basicamente destinada ao mercado doméstico de "suco fresco", pois, somente a partir de 1962 a atividade citrícola em São Paulo foi reorganizada objetivando sua exportação para o mercado estadunidense, pois, naquele ano, uma forte geada comprometeu a produção do estado da Flórida, a maior daquele país, abrindo caminho para a entrada do produto brasileiro.

Desde então, o setor citrícola brasileiro tornou-se alvo de investimentos do capital nacional e internacional, iniciando-se o processo de industrialização de suco concentrado e a exportação para os EUA. Contudo, apenas na década de 1990 o agronegócio da laranja se consolidou no país, concomitantemente à concentração do poder de negociação nas mãos de grandes empresas processadoras e exportadoras de suco cítrico (WELCH; FERNANDES, 2008). Sob os ditames do agronegócio, o suco de laranja tornou-se *commodity* e a produção nacional dessa fruta articulou-se de forma a atender aos interesses do grande capital, representado pelas indústrias processadoras de suco, tendo em vista contar com apenas três empresas (a Cutrale, a Citrosuco, a Louis Dreyfus), monopolizando o mercado da bebida no estado de São Paulo e exercendo forte controle sob este setor.

Neste contexto, a Microrregião Geográfica de Jales[2] foi inserida no circuito espacial do capital vinculado à citricultura, utilizada como recorte espacial para as análises desta pesquisa. Dentre as principais características desta microrregião, destacam-se sua estrutura fundiária desconcentrada e o predomínio de pequenas propriedades camponesas, nas quais a fruticultura diversificada destaca-se entre as

[1] In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

[2] O conceito aqui empregado de Microrregião Geográfica é o utilizado pelo IBGE para regionalizar o Brasil. A MRG de Jales abrange uma área de 3.927,6 Km², composta por 23 municípios, sendo eles: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil.

demais atividades agrícolas (NARDOQUE, 2007). Ao estudar a Microrregião de Jales, Melo (2012) constatou que o cultivo de laranja compõe importante atividade, contribuindo, ao lado de outras frutas, para a permanência dos camponeses no campo, sendo a venda dos frutos *in natura* para o abastecimento do mercado interno constitui-se numa estratégia, por oferecer maior rendimento, contribuindo para a permanência camponesa na terra, "driblando" o monopólio das indústrias processadoras.

Embora a maior parte da laranja produzida na Microrregião não tenha como destino as indústrias processadoras de suco, ainda assim, a apropriação da renda da terra camponesa acontece, no momento da comercialização, com a atuação dos compradores de laranja, os "atravessadores", proprietários de barracões intermediadores na circulação das frutas com redes de distribuição em vários centros consumidores do país, bem como durante a produção, momento de ação de diferentes agentes dos mais variados setores, sejam eles vendedores de máquinas e implementos agrícolas, agrotóxicos, fertilizantes, etc. Nesse sentido, as análises foram feitas com base na teoria dos circuitos espaciais da produção (MORAES, 2017), tendo em vista que produção, distribuição, troca e consumo são processos interligados e complementares, e, ao mesmo tempo no circuito espacial de produção da laranja ocorre a reprodução ampliada do capital, via apropriação da renda da terra camponesa, nele, igual e contraditoriamente, também ocorre a reprodução social do campesinato.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é analisar as contradições do processo de monopolização do território pelo capital, via apropriação da renda da terra no circuito espacial de produção da laranja, no qual estão inseridos os agricultores familiares camponeses da Microrregião Geográfica de Jales, partindo da produção camponesa como conteúdo de resistência/resiliência à reprodução ampliada do capital no campo.

Por entender conceitualmente os sujeitos dessa pesquisa como camponeses, diferente de outros pesquisadores, estudiosos no mesmo recorte territorial[3], em várias ocasiões o conceito de camponês aparece adjetivado com o termo "sitiante", justamente por ser a denominação que a maioria dos camponeses proprietários de terra na Microrregião utilizaram durante as entrevistas realizadas nos trabalhos de

[3] Dentre estes pesquisadores, destacam-se Clemente (2011), Locatel (2000; 2004), Melo (2012), Nardoque (2007) e Saron (2014).

campo desta pesquisa para referirem-se a si mesmos. Tal escolha se fez pelo fato do termo sitiante abarcar sujeitos distintos, como os proprietários de terras camponeses e, ao mesmo tempo, os proprietários de terra que, do ponto de vista de classe, não podem ser assim entendidos.

Ao analisar e espacializar os dados da Produção Agrícola Municipal, disponibilizados pelo IBGE, pode-se constatar a redução significativa (48.12%) da área destinada à colheita de laranja na Microrregião[4], entre os anos de 1994 e 2014. De início, na pesquisa, pensou-se que esta redução relacionava-se a atuação das usinas de produção de açúcar e álcool, atuando fortemente nos últimos anos para ampliação de sua territorialização, sendo uma delas instalada em Santa Albertina, município da Microrregião.

Entretanto, a diminuição da área cultivada com laranja não tem relação direta com a atuação do setor sucroenergético, mas com os baixos preços pelos quais a fruta foi comercializada ao longo dos anos, principal justificativa utilizada pelos camponeses entrevistados, contribuindo para a erradicação de seus pomares ou diminuição da área plantada. Outras justificativas dadas relacionam-se à proliferação de doenças fitossanitárias nos pomares, bem como o alto custo dos agrotóxicos necessários à manutenção das plantas em pomares contaminados e, principalmente, a forte ação do Estado na elaboração de rígidas normas para o controle de tais doenças, inviabilizando a atividade.

Assim sendo, a suposição inicialmente pensada não se confirmou, pois ao se espacializar os dados sobre a evolução da área plantada com laranja e cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Jales e na realização do trabalho de campo, ou seja, a diminuição da área destinada a colheita de laranja não tinha relação direta com avanço da territorialização do setor sucroenergético e sua prática de arrendamento de terras para o plantio cana-de-açúcar. Isso porque, foram poucos casos, encontrados no trabalho de campo, de arrendamento de terras, anteriormente ocupadas com a atividade citrícola, para o plantio de cana-de-açúcar. Quando isso ocorreu, foi em decorrência de o cultivo de laranja tornar-se uma atividade economicamente não rentável, suscitando a erradicação dos mesmos, ou ainda, nas propriedades onde os pomares tiveram que ser erradicados devido a proliferação de doenças fitossanitárias, sobretudo em propriedades não camponesas.

[4] Estes dados estão detalhados no terceiro capítulo.

Nas propriedades camponesas, onde pomares foram erradicados, dificilmente tem ocorrido o arrendamento da terra para o plantio da cana-de-açúcar, passando os camponeses a desenvolverem outras atividades, possibilitando sua reprodução enquanto tal. Durante as atividades de campo, pôde-se aferir, também, que a prática de arrendamento de terras[5] para o plantio de cana-de-açúcar tem ocorrido com maior incidência nas propriedades com área superior a 30 hectares e nos municípios de concentração fundiária mais acentuada[6].

Para atingir os objetivos dessa pesquisa, optou-se, primeiramente, em abordar os fundamentos da questão agraria brasileira e a produção do espaço na região estudada. Historicamente, nesta região, os camponeses acessaram à terra pela compra, por meio da transformação de antigos arrendatários, meeiros e parceiros de regiões de ocupação mais antiga do estado de São Paulo (NARDOQUE, 2002, 2007 e 2014), do Nordeste e de outros países (Japão, por exemplo), justamente pela conjugação da especulação imobiliária, sobretudo realizada por grileiros e companhias imobiliárias, e o sonho de serem proprietários de terras, libertando-se do patrão (MARTINS, 1986).

Na sequência, procurou-se definir os caminhos teóricos da pesquisa e analisar a dinâmica agrícola da Microrregião de Jales nas duas últimas décadas. Dessa forma, balizou-se as discussões na análise e espacialização de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, principalmente, em referenciais teóricos da Geografia Agrária que reconhecem a existência da questão agrária no Brasil, cujo estudo do território é elemento central da investigação[7]. Acredita-se que a compreensão teórica da existência do campesinato enquanto classe social só é possível levando-se em conta o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, em sua essência desigual e combinado, considerando que, para se reproduzir, o capitalismo cria, recria, e domina relações não-capitalistas de produção, como as relações camponesas de produção, igualmente necessárias à sua lógica de desenvolvimento (PAULINO; ALMEIDA, 2010; MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1986;

[5] Quanto ao arrendamento de terras, faz-se necessário ponderar que, quando a reprodução da família no sítio é comprometida por determinadas circunstâncias, os camponeses podem arrendar suas terras para outros explorarem, ou quando há um excedente de mão-de-obra no núcleo familiar e a quantidade de terra à disposição da família passa a ser insuficiente para sua reprodução, também arrendam terra para ampliar a área de trabalho da família. A recriação do campesinato, assim como a reprodução do capital, também é contraditória.

[6] Sobretudo nas propriedades de base rentista, mantida por seus proprietários capitalistas.

[7] Nardoque (2016); Oliveira (1986; 1999; 2007; 2010; 2016); Stedile (2012); entre outros.

1999; 2007; 2010). Neste sentido, para compreender como ocorre o processo de apropriação da renda da terra, recorreu-se a dois conceitos chaves: o de territorialização do capital e o de monopolização do território pelo capital.

Posteriormente, para compreender o processo de monopolização do território pelo capital na citricultura desenvolvida na Microrregião de Jales, optou-se em priorizar a análise do circuito espacial da produção de laranja[8], devido aos seguintes fatores: essa atividade mantém relação intrínseca com o mercado, a maior parte da laranja produzida nesta Microrregião seja comercializada para o consumo *in natura* no mercado interno; a definição dos preços do fruto é influenciada pelas agroindústrias exportadoras de suco concentrado de citros; o processo produtivo da laranja na Microrregião requer o uso de insumos químicos, tais como agrotóxicos e fertilizantes, fornecidos por empresas agropecuárias que se especializaram em "vender veneno", uma vez que, conforme observado nos trabalhos de campo, na maioria dos casos, são os técnicos agrícolas e agrônomos dessas mesmas empresas que oferecem assistência técnica aos agricultores, indicando o uso de produtos que eles mesmos vendem; é uma atividade na qual grande parte do trabalho é mecanizado, ou seja, requer o uso de implementos agrícolas, muitas vezes adquiridos por meio de financiamentos; o Estado atua fortemente nessa atividade por meio da elaboração de normativas, definindo como a fruta deve ser produzida e comercializada e estimulando este circuito via crédito agrícola.

Em todas as etapas do circuito espacial de produção da laranja, na Microrregião de Jales, o capital possui mecanismos de apropriação da renda da terra, vulnerabilizando os citricultores camponeses em maior ou menor grau. Isso pois, empiricamente, observou-se que em alguns momentos os mecanismos capitalistas de sujeição da renda da terra podem ser negados pelos camponeses, seja por meio dos canais curtos de comercialização, com a venda do fruto *in natura* diretamente aos consumidores locais, lanchonetes, feiras, supermercados, etc., ou mesmo com a recusa em seguir as orientações dos técnicos agrícolas e agrônomos (vendedores de veneno), quando percebem-nos com intuito de vendas de produtos não necessários ou em excesso.

[8] A noção de circuito espacial de produção aqui utilizada é baseada em Moraes (2017), e será discutida no terceiro capítulo. A respeito, ver MORAES, Antonio Carlos Robert. Os Circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mônica; CATAIA, Márcio. **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

Por último, entendendo a lógica de reprodução ampliada do capital como desigual e combinada, buscou-se compreender as estratégias de reprodução social do campesinato no interior do circuito espacial de produção da laranja, tal como ele ocorre na Microrregião de Jales, ou seja, considerando a permanência desses sujeitos históricos na terra como exemplo das contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Partindo de tais princípios, os esforços se fizeram no sentido de tentar mostrar algumas das estratégias de reprodução que os camponeses encontram no interior do circuito espacial de produção da laranja, possibilitando-os sua reprodução e permanência na terra, ou seja, os elementos da resistência camponesa, e não de negar a apropriação da renda da terra camponesa pelo capital. O processo de reprodução e permanência dos camponeses na terra caracteriza aquilo que se entende como resistência camponesa. Assim sendo, para subsidiar as discussões acerca da resistência camponesa, colocou-se em movimento os conceitos de *habitus* de classe (ALMEIDA, 2006) e de campesinidade (WOORTMANN, 1990).

Nessa perspectiva, utiliza-se como as noções de resistência (Paulino; Almeida, 2010) e resiliência (ROSSETTO, 2010) como categorias de análise, sendo a resiliência um dos caminhos da resistência. Assim sendo, o sentido de resistência perpassa pela compreensão da capacidade de enfrentamento dos camponeses frente ao avanço das relações capitalistas no campo em determinadas situações, pela resistência à proletarização e, acima te tudo, pela capacidade de se aproveitarem das brechas inerentes a própria contradição do capitalismo para continuarem se reproduzindo enquanto classe, mesmo que para isso a resiliência seja condição para a resistência. A resiliência, então, remete-se às múltiplas capacidades dos camponeses para se ajustarem às diferentes situações impostas pela lógica capitalista de produção, ou seja, à flexibilidade desses sujeitos, que diante de situações que ameacem a sua reprodução enquanto tal, podem se submeterem às relações de exploração inerentes ao modo de produção capitalista para garantir, assim, sua reprodução social.

A resistência, identificada nas práxis do trabalho de campo, está no ato de rebeldia dos camponeses em erradicarem seus pomares quando o preço pago pelos frutos da terra e do seu trabalho é por eles considerado injusto; em deixar “perder no pé” ao invés de vende-los por um preço que não condiz com os custos de produção, dificultando-lhes a reprodução social. A resiliência, por sua vez, está no próprio ato de

continuarem na terra plantando, colhendo e comercializando, mesmo tendo consciência das relações de exploração a qual estão sendo submetidos.

Dentre os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, o trabalho de campo foi o mais importante, haja vista que, em campo, teoria e empiria dialogaram, dialeticamente. Contudo, para definir os caminhos percorridos em campo, a pesquisa bibliográfica foi fundamental. Desde o momento em que essa pesquisa foi idealmente concebida, ainda durante a etapa de elaboração do projeto submetido ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, realizaram-se leituras sobre a gênese da configuração fundiária e da organização do espaço rural da área de estudo delimitada, seguido de discussões tocantes à questão agrária brasileira e seus rebatimentos sobre o território, integrando a estas, discussões sobre a recriação social do campesinato.

Os diálogos com essas discussões e teorias foram aprofundados no estradar da pesquisa, e amadurecidos durante a realização das disciplinas cursadas no programa de pós-graduação, bem como durante as discussões realizadas no Laboratório de Estudos Territoriais da UFMS/CPTL e no Laboratório de Estudos Rurais da UFRN. Além contribuir com o planejamento da pesquisa de campo, o arcabouço teórico apropriado também contribuiu com as análises dos dados coletados; a teoria foi o óculo que permitiu enxergar as contradições materializadas nas práxis cotidianas de muitos camponeses na luta diária para permanecerem na terra produzindo comida.

Soma-se à pesquisa bibliográfica, o levantamento, a análise e a espacialização de dados secundários, principalmente daqueles obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à Defesa Agropecuária do estado de São Paulo, e os conhecimentos que se tem da região por nela viver há mais de duas décadas, que juntos definiram os critérios que tiveram maior peso durante a definição dos municípios e camponeses visitados durante o trabalho de campo.

Neste sentido, a escolha dos locais visitados durante o trabalho de campo foi balizada pelos seguintes critérios: estrutura fundiária, priorizando os municípios com a mais desconcentrada; a expressividade da citricultura, dando maior prioridade aos municípios com maior variação quanto à área plantada com laranja no período analisado, seja ela relativa ao aumento ao a diminuição; o avanço do setor sucroenetgético, visitando os municípios onde teve expansão da área plantada com

cana-de-açúcar concomitante à diminuição da área plantada com laranja; e o conhecimento endógeno que se tem sobre a Microrregião.

Com base nesses critérios, definiu-se 13 municípios para a realização da pesquisa de campo, sendo eles: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Jales, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Santa Albertina, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Urânia e Vitória Brasil. Em campo, foram percorridos aproximadamente 1.800 quilômetros na Microrregião, realizando 20 entrevistas com camponeses, representantes de órgãos públicos e privados ligados à agricultura, técnicos agrícolas e compradores/atravessadores de laranjas. A relação dos entrevistados está disponível em anexo, na tabela 13.

O trabalho de campo possibilitou a melhor compreensão do processo de monopolização do território pelo capital no campo, embora no circuito espacial de produção da laranja ocorra a apropriação da renda da terra pelo capital, também ocorre, contraditoriamente, a reprodução social do campesinato, que por meio de estratégias de resistência/resiliência, lutam para permanecer na terra diante da expansão das relações capitalistas de produção no campo.

2. QUESTÃO AGRÁRIA E A GÊNESE DA PROPRIEDADE CAPITALISTA DA TERRA NA MICRORREGIÃO DE JALES

2. QUESTÃO AGRÁRIA E A GÊNESE DA PROPRIEDADE CAPITALISTA DA TERRA NA MICRORREGIÃO DE JALES

Embora não seja o objeto central desta pesquisa, a compreensão da questão agrária brasileira é fundamental para o desenvolvimento das análises. Nesse sentido, inicia-se esse trabalho abordando alguns dos principais pontos que permeiam o debate da questão agrária brasileira na contemporaneidade, apresentando-se as diferentes perspectivas sobre a temática nas últimas décadas, que resumidamente se manifestam por caminhos antagônicos, uma na perspectiva de sua negação, outra na perspectiva de sua afirmação.

Também, partindo do pressuposto teórico de que o desenvolvimento do capitalismo é desigual, contraditório e combinado, intenta-se abordar o caráter também contraditório da propriedade da terra na perspectiva do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo (MARTINS, 1981), pois diferente de outras mercadorias, a terra não é produto do trabalho humano, não possuindo valor em si. Assim sendo, a análise geográfica aqui pretendida baliza-se em referenciais teóricos, principalmente da Geografia Agrária, que reconhecem a existência, no Brasil, da questão agrária, sendo o estudo do território o elemento central desta investigação (NARDOQUE, 2016; OLIVEIRA, 1986; 1999; 2007; 2010; STEDILE, 2012; entre outros).

Na sequência, aborda-se a gênese da propriedade capitalista da terra na Microrregião de Jales (Figura 1), uma das microrregiões com estrutura fundiária mais desconcentrada do estado de São Paulo, com predominância de pequenas propriedades rurais camponesas (conhecidas regionalmente como sítios) e pela diversificação na produção agrícola, destacando-se a fruticultura entre as demais atividades. Sobre o processo de ocupação e colonização do extremo Noroeste paulista encontra-se farta bibliografia, sobretudo quando diz respeito a porção da atual Microrregião Geográfica de Jales[9]. Todavia, considera-se necessário, mesmo que de forma breve, trazer a luz das discussões a historicidade e a geograficidade desse processo, na tentativa de tornar compreensíveis as análises que se sucedem nos

[9] Uma das razões pela escolha do recorte geográfico estabelecido nesta pesquisa perpassa pela preocupação que se teve, durante a elaboração do projeto de pesquisa de mestrado, de tornar sua realização possível dentro dos prazos estabelecidos pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL.

próximos capítulos e também atingíveis quanto aos objetivos propostos por esta dissertação.

Posteriormente, segue-se analisando os dados relativos à estrutura fundiária da Microrregião, utilizando-se de representações em gráficos, tabelas e mapas dos dados coletados pelo IBGE. Também aborda-se a gênese da propriedade capitalista da terra no Brasil, remetendo-se à promulgação da Lei de Terras de 1850, para depois relacioná-la ao surgimento da pequena propriedade camponesa na Microrregião de Jales, bem como se deu o acesso à terra, para, então, compreender a sua relação com a manutenção da estrutura fundiária desconcentrada e a resistência dos camponeses em permanecerem na terra.

Para tanto, procurou-se, no decorrer desse capítulo, dialogar com estudos que permitiram compreender como se deu, na Microrregião de Jales, o processo de ocupação e incorporação da terra na lógica do modo de produção capitalista, resultando na transformação da terra em mercadoria e na formação e manutenção da pequena propriedade familiar camponesa, predominante nesta fração do território. Para atingir os objetivos propostos neste primeiro capítulo, destacam-se, dentre a bibliografia consultada, os estudos de Locatel (2000[10]; 2004[11]), Martins (1981; 1986), Matos (1990)[12], Monbeig (1984)[13], Nardoque (2002[14]; 2007[15]; 2014[16]), Melo (2012)[17] e Silva (1995)[18].

---

[10] LOCATEL, Celso Donizete. **O desenvolvimento da fruticultura e a Intensificação do processo de diversificação da agricultura na região de Jales-SP**. 2000. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FTC, UNESP, Presidente Prudente, 2000.

[11] LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis–SP**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – FTC, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

[12] MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** 4. Ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.

[13] MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

[14] NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista de terra e a formação da pequena propriedade em Jales – SP.** Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Presidente Prudente (SP), 2002.

[15] NARDOQUE, Sedeval. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Julio Mesquita Filho", Rio Claro (SP), 2007.

[16] NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e desconcentração fundiária em Jales-SP.** Dourados (MS): Edufgd, 2014.

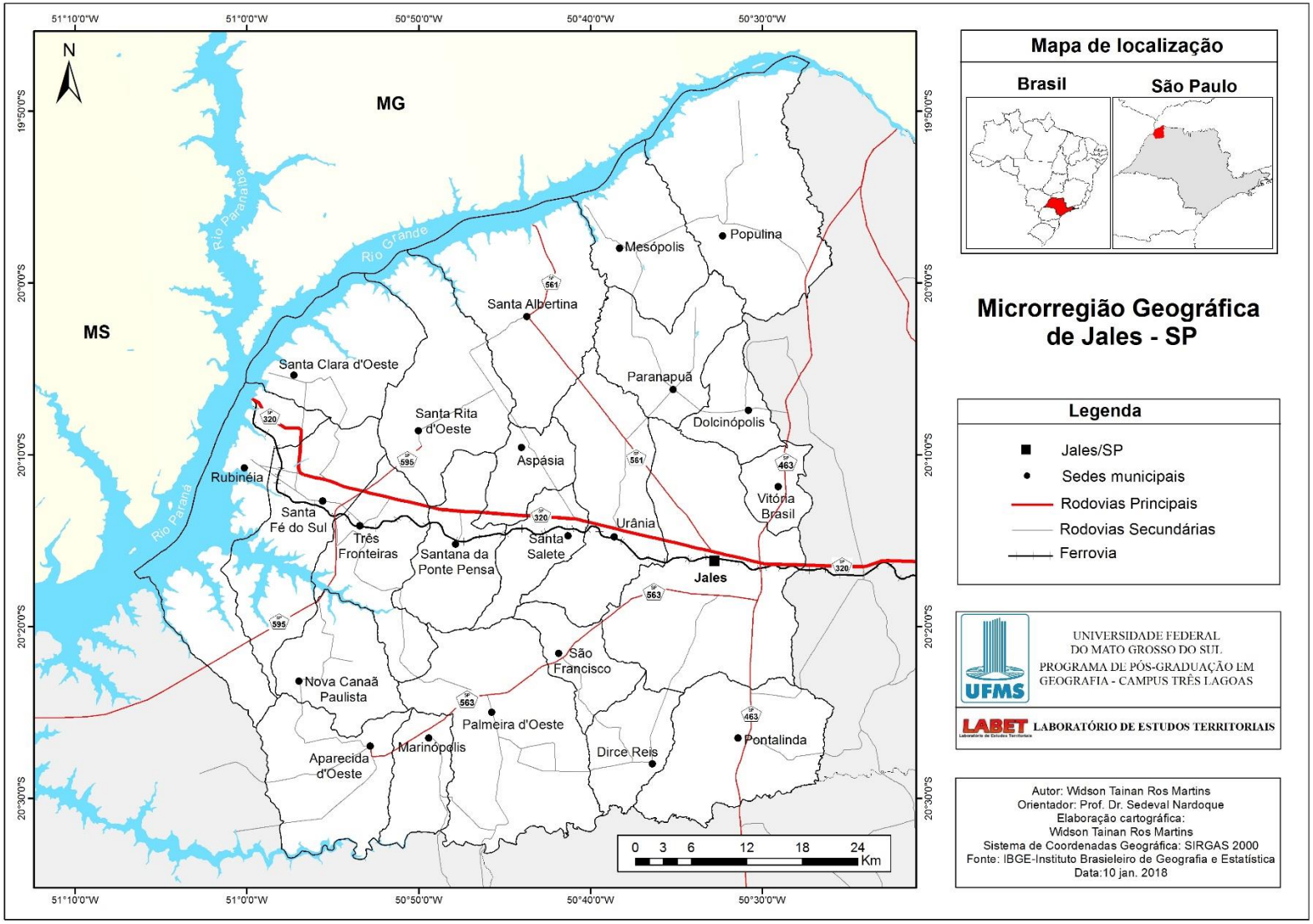
[17] MELO, Beatriz Medeiros. **História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiantes no noroeste paulista.** Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2012.

[18] SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil.** 8. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

Todavia, é importante esclarecer que alguns conceitos necessários à compreensão das discussões presentes neste capítulo, bem como nos demais, foram apresentados pontualmente durante a escrita, não havendo, portanto, discussões aprofundadas acerca dos mesmos. Essa escolha se justifica, pois não é objetivo central desse capítulo fazer revisão conceitual, haja vista que esse trabalho foi realizado por outros autores aqui referenciados.

Na figura 1 está representada a Microrregião Geográfica de Jales, com área de 3.927,6 Km², composta por 23 municípios, sendo eles: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil.

Figura 1- Microrregião Geográfica de Jales – SP.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

2.1. A questão agrária brasileira: algumas reflexões

A acentuada concentração fundiária é um dos principais elementos que norteiam o debate da questão agrária no Brasil, gerando inúmeras discussões no plano político e ideológico. Contudo, além da propriedade da terra, existem dois outros elementos que completam a tríade de análise da questão agrária, que são o uso e a posse da terra. Neste sentido, entende-se a questão agrária "como uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o *uso*, a *posse* e a *propriedade* da terra" (STEDILE, 2012, p. 642-3).

Segundo Stedile (2012), se tratando da questão agrária brasileira nas últimas décadas, existem dois enfoques de análises antagônicos. No primeiro, os pesquisadores, orientados pela perspectiva teórica liberal, negam a existência de um problema agrário no Brasil, como por exemplo, a concentração da propriedade da terra. Os argumentos para tal afirmação caminham no sentido de que a existência de latifúndios no país não mais configura entrave para o desenvolvimento do capitalismo no campo, haja vista que, com a modernização da agricultura, as próprias forças capitalistas conseguiram resolver o problema da improdutividade dos latifúndios, que sempre tiveram relação muito estreita com ideia de terra improdutiva.

Argumentam, também, que as empresas rurais atuantes no Brasil produzem, geram empregos, pagam impostos e, portanto, não há necessidade de se alterar a estrutura fundiária do país. Essa discussão, amplamente difundida pela grande mídia, parte do princípio da não existência de demanda por terra por camponeses, haja vista que a maior parte da população do país reside nas cidades, negligenciado, por exemplo, a atuação de movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), violentamente reprimido pelas forças conservadoras da sociedade. Os pesquisadores desta perspectiva[19] defendem a maior viabilidade de a terra ficar nas mãos dos capitalistas/latifundiários, mais capacitados para gerirem a terra e os recursos empregados na produção de mercadorias no campo.

> Para essa concepção, a concentração da propriedade e seu uso já não representam um problema agrário no Brasil, pois as forças capitalistas resolveram os problemas do aumento da produção

[19] Sobre esse assunto, ver STEDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli Salete (et.al). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

> agrícola a seu modo, e a agricultura se desenvolve muito bem, do ponto de vista capitalista. Ou seja, a agricultura é uma atividade lucrativa, com aumento permanente da produção e da produtividade agrícolas. (STEDILE, 2012, p. 645).

Contrapondo ao primeiro, o segundo enfoque é composto por estudos de pesquisadores orientados pelo pensamento marxista[20], segundo os quais existem no Brasil diversos problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental, resultando diretamente da forma que a sociedade organiza o uso, a posse e a propriedade da terra (STEDILE, 2012, p. 645).

Entretanto, Oliveira (1999, p. 70) lembra de que, mesmo entre os autores desse segundo enfoque, existem divergências quanto à compreensão da existência dos camponeses no país, expressando as diferentes vertentes do pensamento marxista sobre o estudo do campo brasileiro.

A primeira vertente é constituída por autores que defendem que no Brasil houve feudalismo ou relações semifeudais de produção, e, portanto, para que o campo se desenvolvesse, seria preciso superar essas relações com a ampliação do trabalho assalariado[21]. Para os da segunda vertente, cuja concepção está na base da maior parte dos trabalhos de Geografia Agrária, compreende-se que, com o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, os camponeses estão fadados ao desaparecimento, pois ao tentarem produzir para o mercado acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos, ou mesmo vendendo-as para saldarem suas dívidas, levando-os à proletarização[22].

No entender de Oliveira (1999, p. 71-72), para essas duas vertentes, o campesinato não se constitui como classe social e, portanto, não há lugar histórico para eles na sociedade capitalista avançada. Isso porque os autores que as defendem partem da concepção teórica/política da transformação da sociedade capitalista e sua superação pelo socialismo somente por meio da luta entre classes sociais antagônicas: o proletariado e a burguesia.

A terceira vertente, por sua vez, parte da concepção teórica de o processo de desenvolvimento do capitalismo no território brasileiro ser desigual, contraditório e

---

[20] Sobre esse assunto, ver Stedile (2012, p. 645).

[21] Em conformidade com Oliveira (1999, p. 70), pode-se destacar entre os principais pesquisadores dessa vertente Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel, Orlando Valverde, Miguel Gimenes Benites e Maria Serapião Teixeira.

[22] Entre os principais pensadores dessa corrente então Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin, Léo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr., Maria Encarnação D'incao e Melo, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay etc (OLIVEIRA, 1999, p. 71).

combinado, pois ao mesmo tempo avançam relações tipicamente capitalistas no campo, também, se reproduzem, igual e contraditoriamente, ralações não-capitalistas, como as relações camponesas de produção (OLIVEIRA, 1999, p.73).

> Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença do aumento do trabalho familiar no campo). Entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergopoulos e, no Brasil, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva etc. Na geografia agrária, seguindo esta concepção, há os trabalhos de Regina Sader, Iraci Palheta, Rosa Ester Rossini, os meus próprios, e as dissertações e teses de grande parte de nossos orientandos. (OLIVEIRA, 1999, p.73).

Diferente das demais vertentes, sem capacidade explicativa, considera-se esta última mais adequada para a análise da realidade do campo brasileiro, e que os argumentos utilizados para a negação da existência de uma questão agrária no Brasil não se sustentam, reconhecendo as inúmeras contradições e problemas existentes no campo cuja origem está na forma como a sociedade brasileira tem organizado o uso, a posse e a propriedade da terra ao longo de sua história.

2.2. A contradição capitalista da propriedade privada da terra

A expansão das relações capitalistas de produção depende fundamentalmente da separação entre o trabalhador e os meios de produção. Sem essa separação não pode existir relação capitalista (MARTINS, 1981, p. 158). Por esse motivo, legitimar e garantir a propriedade privada dos meios de produção, bens e mercadorias é um dos princípios elementares do Estado capitalista[23]. No caso especifico desse tópico, o objetivo é analisar a propriedade capitalista da terra, na perspectiva de sua contradição com o desenvolvimento do capitalismo.

O marco jurídico que instituiu o regime de propriedade capitalista da terra no Brasil remete-se à promulgação da Lei de Terras de 1850, por meio da qual o Estado brasileiro abdicou do domínio da terra, o transferindo para particulares que conseguissem comprovar sua posse por meio de títulos ou que estivessem dispostos a compra-lo. Instituiu-se, com a Lei de Terras de 1850, o regime jurídico de

[23] No Brasil, o direito à propriedade é juridicamente assegurado pela Constituição da República Federativa de 1988, compreendido no artigo 5°, inciso XXII.

propriedade da terra que privou o seu acesso à maioria dos que nela viviam e trabalhavam. Atualmente, esse cerceamento jurídico do acesso à terra é responsável pela elevada concentração fundiária existente no país, origem e agravante dos mais diversos problemas sociais presentes no campo e na cidade[24].

No entender de Stedile (2012, p. 641), o regime jurídico de propriedade privada tornou a terra uma mercadoria, porém mercadoria especial, pois, seguindo como referência os estudos de Karl Marx, o autor chama a atenção ao fato de que, ao contrário de outras mercadorias, a terra não é fruto do trabalho humano, mas um bem natural, e que, por não ter valor em si, não é possível classifica-la como uma mercadoria, segundo os conceitos da Economia Política.

A esse respeito, Martins (1981) esclarece:

> A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização do trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é. (MARTINS, 1981, p. 159-160).

Para esse autor, a terra é equivalente de capital, mas não capital. A terra não pode ser confundida com capital justamente por não ser produto do trabalho humano; a terra é um bem natural não reproduzível que se tornou equivalente de capital ao ser transformada em mercadoria pelos mecanismos do Estado representativo burguês, podendo ser comercializada. Nessa perspectiva, como a mercadoria que se tornou, podendo ser comprada, vendida ou alugada, a terra adquire preço, e não valor.

Assim sendo, a exploração capitalista da terra depende de uma licença, que pode ser adquiria por meio do pagamento da renda da terra ao seu proprietário. É por esse motivo que Martins (1981) também entende a renda da terra como mais um elemento da questão agrária. A terra concentrada, portanto, não se constitui obstáculo para o desenvolvimento capitalista no Brasil, uma vez que se resolveu à base da aliança terra-capital.

> Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último. Mas, assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da

[24] Segundo Stedile (2012, p. 645), apenas 1% dos proprietários controlam 46% de todas as terras no Brasil, ocasionando graves problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental.

> força do trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se transforma em uma mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em uma mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que a sua força de trabalho seja empregada na produção do capital, o proprietário da terra cobra uma renda [para] que ela possa ser utilizada pelo capital ou trabalhador. (MARTINS, 1981, p. 160).

Nesse sentido, Martins (1981, p. 161-162) considera a propriedade capitalista da terra uma contradição antepondo-se a terra ao capital, pois ao pagar pela utilização da terra, o capitalista converte parte do seu capital em renda, renda paga ao dono da terra, imobilizando improdutivamente essa parte do capital. É com base nessa lógica que, para esse autor, o pagamento da renda torna-se uma irracionalidade para o capital.

Contudo, apesar de o proprietário de terras e o capitalista personificarem duas figuras contrapostas, não se pode esquecer que ambos são proprietários privados de instrumentos de produção, e que, em determinados momentos, podem aparecer unidos pelo interesse comum na apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores (MARTINS, 1981, p. 166). Isso ocorre, por exemplo, em atividades agrícolas como a soja, a cana-de-açúcar e o milho, commodities exportáveis pois, além de utilizarem os recursos naturais presentes na terra, também se utilizam do trabalho assalariado para realização das atividades inerentes ao seu ciclo de produção.

Também, “ambos podem surgir unificados em uma mesma figura, a do proprietário de terra que também é proprietário de capital” (MARTINS, 1981, p. 166). Quando o capitalista imobiliza capital na compra de terra ele está, na verdade, convertendo capital em renda capitalizada, renda da terra, renda gerada mesmo sem que haja a necessidade da adição de trabalho na terra. Esse processo se dá, pois, diferente do capital, a terra produz renda mesmo sem a adição de trabalho, ou seja, possibilita ao seu dono se apropriar da riqueza socialmente produzida sem trabalhar a/na terra. Essa renda, que resulta do monopólio, é o que Oliveira (2007, p. 43) chama de “renda da terra absoluta”.

À medida que aumenta a demanda por alimentos e, consequentemente, a quantidade de terras disponíveis se torna insuficiente para atender a demanda do consumo, o preço da terra tende a aumentar, elevando, concomitantemente, a renda da terra paga pelo conjunto da sociedade ao proprietário de terra. Neste sentido, Martins (1981, p. 169) considera a propriedade da terra no capitalismo uma relação

social, “expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação”.

É por esse motivo que a propriedade da terra não deve ser considerada um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no campo, haja vista que, como lembra Martins (1981, p. 170), ela é apenas uma das contradições inerentes do próprio capitalismo. A propriedade privada da terra, por si só, é suficiente para que o capital se realize, “como mais-valia que lhe pertence, todo o excedente produzido no conjunto da sociedade”. É o conjunto da sociedade que paga a renda da terra[25].

> Por isso, é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Quando o dinheiro, a riqueza, entra neste último tipo de relação, já não estamos diante da produção capitalista, mas da reprodução capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista. Mesmo o crescimento deste capital não é produção, mas reprodução capitalista ampliada. (MARTINS, 1981, p. 171).

A produção do capital realiza-se sem necessariamente o uso de relações sociais e de produção tipicamente capitalistas. No Brasil, a produção do capital ocorreu, frequentemente, com a transformação de outros bens naturais e coletivos em mercadoria, por meio, por exemplo, da apropriação capitalista de terras públicas. Grande parte dos latifúndios existentes no Brasil, a maioria vinculados ao agronegócio, possuem essa origem.

Entretanto, a propriedade da terra, como mencionado anteriormente, é uma das contradições do capitalismo, porém, não a única. Outra contradição se faz igualmente presente no Brasil: a existência do campesinato, aqui entendido como classe social, “e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida” (MARQUES, 2008, p.58). Nessa perspectiva, para Paulino (2008, p. 213), enquanto uma das classes do capitalismo, o campesinato “[...] partilha da condição ambígua de sujeito e objeto dos movimentos contraditórios de produção do território, inscritos pela dinâmica de produção econômica e reprodução social no interior dos conflitos essenciais de classe”.

A compreensão do caráter contraditório da propriedade da terra na perspectiva do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, e da solução

---

[25] A respeito, ver ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária**: breves considerações. GEOGRAFIA (Londrina), v. 9, n. 2, p. 113-127, 2000.

para esta contradição, que no Brasil se deu por meio da aliança terra-capital, são subsídios para as discussões que se seguem, tendo em vista que, embora a Microrregião Geográfica de Jales apresente características singulares em relação ao contexto agrário predominante no Brasil, como a estrutura fundiária desconcentrada e a diversificação da produção agrícola, esta se insere no contexto da questão agrária brasileira.

2.3. Mercantilização da terra, avanço da fronteira agrícola e a formação da pequena propriedade na Microrregião de Jales.

A formação da propriedade capitalista da terra no Brasil está estritamente relacionada ao surgimento do regime jurídico de acesso à terra, instituído no país em meados do século XIX, quando a terra deixou de ser patrimônio controlado pelo Estado para se tornar mercadoria como qualquer outra, passível de ser comprada ou vendida, passando a existir, a partir de então, o comércio de terras nos moldes capitalistas.

Segundo Nardoque (2002, p. 57), até 1822 o acesso à terra no Brasil ocorreu mediante doações feitas pela Coroa portuguesa a católicos e brancos abastados, regime conhecido pelo nome de sesmaria[26], ou a contrapelo da lei, pelas pequenas ou grandes posses. A partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, o Estado brasileiro abdicou do domínio da terra, o transferindo para aqueles que comprovassem a sua posse no período compreendido entre 1822 e 1850 por meio de registros paroquiais, plantações e benfeitorias, ou para aqueles que estivessem dispostos a comprar o domínio das terras devolutas, mediante o pagamento à vista em leilões públicos[27].

A esse respeito, Monbeig (1984) acrescenta:

> Toda terra, não doada em sesmaria, era teoricamente do domínio público, ou terra devoluta. Considerando a desordem existente na fixação de limites das sesmarias e levando em conta o fato de que numerosos brasileiros, de boa-fé e ignorantes das leis, haviam se

[26] No entender de Costa (1999, p. 172), “no começo da colonização a terra era vista como patrimônio pessoal do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se que solicitar uma doação pessoal. A decisão do rei para a concessão do privilégio era baseada na avaliação do pretendente, o que implicava considerar seu *status* social, suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa. Dessa forma, a aquisição de terras, apesar de regulamentada pela lei, derivava do *arbitrium* real e não de um direito inerente ao pretendente”. *In*. COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7. Ed.São Paulo: EDUNESP, 1999.

[27] Sobre a Lei de Terras de 1850, ver também Costa (1999) e Locatel (2000).

> instalado nas terras devolutas e as haviam cultivado, promulgara o Governo Federal, em 1850, uma lei que regulava a questão. A todos que tivessem começado a cultivar o solo e pudessem justificar seu direito de primeiro ocupante, permitia essa lei que registrassem seus títulos de posse, num prazo de quatro anos. Em 1854, foram generosamente precisadas as condições, pois que se prescrevia que podiam ser legitimadas as posses efetuadas pacificamente, por quem se tivessem instalado nelas em primeiro lugar; e desde que as terras estivessem cultivadas ou nelas houvesse um início de cultivo, e que o ocupante ou quem o representasse, nessas terras habitasse permanentemente. Outros textos administrativos, publicados em 1895 e 1898, tinham permitido a legitimação de ocupações bem posteriores. Um decreto baixado pelo governo de São Paulo, em 1900, considerou legitima a posse de quem pudesse prová-la com título legal, anterior a 2 de agosto de 1878. No caso de haver começo de exploração econômica do solo e construção de imóvel, determinava a lei de 1900 que se pudessem regularizar os direitos do ocupante, se ele tivesse chegado à sua terra entre 1878 e 1895. (MONBEIG, 1984, p. 144).

Contudo, embora a Lei de Terras tivesse sido criada com o objetivo de limitar as situações adversas surgidas em decorrência da forma a qual se dava o acesso à terra, as mudanças no regime jurídico, estabelecidas pela nova lei para regulamentar essa questão, abriram caminho para a emergência de novos problemas. A partir de então, com a necessidade de comprovar por meio de documentos antigos a posse de determinada porção de terra para então tornar-se proprietário legal desta, surgiu a possibilidade de forjá-los, tornando-se comum a fabricação de títulos por profissionais que ficaram comumente conhecidos por “grileiros”, que nada mais eram que falsificadores de títulos de propriedade[28] (MONBEIG, 1984, p. 143).

Isso porque,

> [...] numa região pioneira, onde era muito difícil encontrar o primeiro ocupante, saber se este ocupante adquiriu regularmente um título de propriedade, estar em condições de apresentar às autoridades judiciárias documentos perfeitamente em ordem, num país em que a terra se valorizava subitamente e em que um domínio cobria milhares, às vezes dezenas de milhares de alqueires, era certeza de fazer fortuna sem esforço. (MONBEIG, 1984, p. 143).

O processo de incorporação de terras ao mercado foi marcado pela violência, haja vista que, antes da chegada daqueles que Monbeig chamou de “pioneiros”, as

[28] A respeito, Nardoque (2002, p. 97) acrescenta que, para caracterizar a antiguidade desses documentos, o falsificador de títulos utilizava folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitação de escritas fora de uso, selos antigos, envelhecimento do papel por meio de seu amarelamento artificial por meio de sua exposição à luz e picotes resultantes da ação do inseto grilo, colocado propositalmente em recipientes junto com os falsos documentos.

mesmas encontravam-se habitadas por grupos indígenas espalhados por diversas regiões do estado de São Paulo.

> Entrando nas matas dos planaltos ocidentais, os fazendeiros lá encontraram os índios. Eram estes de todo separado do movimento de expansão, economicamente. Todavia, foram eles os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido mais restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e aproveitar o solo. [...] Quase sempre violentos foram os contatos que mantiveram com os brancos e pouco sabemos sobre a localização dos primeiros grupos e seus gêneros de vida[29]. (MONBEIG, 1984, p. 129).

Alguns dos conflitos entre índios e não-índios foram relatados por Ghirardello (2002). Segundo esse autor, durante a execução das obras de construção dos trilhos da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no começo do século XX, fora muito comum o registro de confrontos entre os operários que trabalhavam na construção da ferrovia e grupos indígenas da etnia Caingangue. Para resolver o "problema" representado por estes grupos, "[...] a ferrovia contrata grupos de homens armados para acompanhar as obras e exterminar os índios". (GHIRARDELLO, 2002, p. 42).

A violência permeou o processo de encontro entre índios e não-índios, nas áreas que Martins (1997) denominou de "fronteira"[30].

> A fronteira, a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas, é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o Homem e o humano idílicos da tradição filosófica e das aspirações dos humanistas. A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam "do lado de cá", um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de um residual de concepção de Esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão "do outro lado", e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. (MARTINS, 1997, p. 11-12).

Os primeiros não-índios, ocupantes do Oeste paulista, estabelecedores de contato com os grupos indígenas habitantes da região, foram os mineiros, chamados

---

[29] Monbeig (1984, p. 129) esclarece que o grupo indígena mais importante era o dos tupis-guaranis, disseminados pela bacia do rio Paraná e ao Sul do rio Tietê.

[30] Discussão sobre o conceito de Fronteira na Região de Jales foi realizada por Nardoque (2002, p. 75-91).

por Monbeig (1984) de “percursores” e por Martins (1997) de “frente de expansão”[31]. Enfrentaram os índios, embora não tenham sido responsáveis pela franca dizimação dessa população”. (MELO, 2012, p. 51). A partir de meados do século XIX, evitando a crise econômica decorrente da decadência da mineração na província Minas Gerais, os percursores mineiros, criadores de gado, adentraram nos planaltos paulistas em busca de terras férteis para desenvolverem atividades agrícolas ou para a criação extensiva em grandes extensões de terra.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) contribuiu para o deslocamento desse contingente populacional para São Paulo, uma vez que, para não se sujeitarem ao alistamento militar para o conflito armado, muitos mineiros migraram a procura de trabalho em antigas áreas de ocupação da província vizinha, onde a atividade cafeeira encontrava-se em plena expansão[32].

Diferente do povoamento indígena, o povoamento realizado pelos mineiros exerceu forte influência sobre a “marcha do café”, pois abriram os caminhos depois utilizados, à medida do avanço dos plantios de café para o interior de São Paulo. Fato não menos relevante é que, diferente dos índios, alguns mineiros, ou descendentes deles, detinham o título de posse da terra por eles ocupada, e “para tornar-se alguém proprietário, era preciso tratar ou lutar com eles”. (MONBEIG, 1984, p137).

Contudo, esse fato não foi suficiente para se constituir obstáculo para o avanço do processo denominado por Martins (1997) de “frente pioneira”. Resumidamente, a frente de expansão e a frente pioneira se distinguem à medida em que, na primeira, a ocupação da terra efetuou-se com o objetivo de garantir, por meio de sua exploração, os bens necessários à reprodução da vida, com a produção de alimentos para o autoconsumo e, quando possível, com a comercialização dos excedentes, enquanto no segundo caso a apropriação da terra desenrolou-se permeada pelas relações capitalistas de produção, à sombra de interesses claramente rentistas[33].

[31] O conceito de “percursores” foi utilizado por Monbeig (1984) para estudar o avanço da fronteira na perspectiva geográfica da expansão do capital no campo. Para Martins (1997), a fronteira não é apenas geográfica, e neste sentido, utilizou-se do conceito de “frente de expansão” para analisar o avanço da fronteira na perspectiva sociológica, composta pelo encontro e pela combinação de tempos sociologicamente diferentes (NARDOQUE, 2002).

[32] Monbeig (1984, p.133).

[33] Discussão sobre os conceitos de frente de expansão e frente pioneira na Região de Jales foi realizada por Locatel (2000, p. 36-39).

Para Monbeig (1984), os *pioneiros* nada mais eram que loteadores de terras e grandes fazendeiros[34], cujo desejo de especular e fazer fortuna com relativa facilidade alimentou o movimento de sua marcha em direção ao Oeste do estado de São Paulo. Neste processo, a atuação desses sujeitos, ao lado de outros, tais como os coronéis[35], grileiros e negociantes de terra, foi fundamental durante o processo de transformação da terra em mercadoria e sua incorporação à lógica do modo de produção capitalista.

O século XX teve seu início marcado pelos conflitos relacionados às mudanças na forma de acesso à terra estabelecidas pela Lei de Terras de 1850[36]. Para Monbeig (1984, p. 145), ainda na segunda metade do século XX, era comum muitas glebas de terras encontrarem-se em litígio, isso porque, "toda zona pioneira, em São Paulo como no Paraná, conheceu os grileiros e a prática dos grilos", que se aproveitavam das dificuldades encontradas para estabelecerem os limites das glebas e forjarem títulos de propriedade de terra.

Para amenizar essa situação e tentar resolver os litígios e demandas que há anos se arrastavam na justiça, o governo do estado de São Paulo chegou a nomear, a partir de 1909, comissões de demarcações de terras no Oeste, a fim de regularizarem, retificarem e convalidarem as propriedades, bem como discriminarem as terras devolutas na região. (NARDOQUE, 2002, p. 99). Contudo, o próprio Estado, por meio da validação dos títulos falsos de propriedade, forneceu apoio indispensável para se efetivar a prática de grilagens de terras[37].

As últimas décadas do século XIX e início do século XX foram marcadas pelo fortalecimento da atividade cafeeira no estado de São Paulo. Somam-se a expansão da malha ferroviária estadual, indispensável à continuidade da "marcha do café" em direção a regiões novas e o crescimento populacional, desencadeado pelo aumento da entrada de imigrantes estrangeiros, bem como pelo processo de migração interna,

---

[34] Para esse autor, os fazendeiros eram uma classe "que ao mesmo tempo dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, bem como detinha postos na administração pública. Emergiam dessas classes personalidades extremamente notáveis, cujo valor individual, entretanto, exprimia simplesmente, com maior força, as características comuns a todos eles" (MONBEIG, 1984, p.139).

[35] Monbeig (1984, p. 142-3) esclarece que o coronel era geralmente um citadino endinheirado, ligado a atividades comerciais e com notável influência política e econômica. Pessoa de muitos amigos, exercia poder de mando em determinada porção territorial, sobretudo entre os mais pobres, que muitas das vezes deviam-lhe algum tipo de favor. Assim, o coronel utilizava o poder sob seu domínio para estabelecer-se politicamente e exercer o controle sobre diversas instituições públicas locais. "Podia então sua aliança ajudar, ou sua inimizade entravar a ação de outras personagens, que desempenharam considerável papel no povoamento pioneiro: os grileiros, os tabeliães, os juízes, e os chefes de polícia com quem tinham estes que lidar" (MONBEIG, 1984, p. 143).

[36] Sobre o assunto, ver Nardoque (2002).

[37] Monbeig (1984); Nardoque (2002); Melo (2012).

com o deslocamento demográfico de antigas áreas de ocupação em direção às regiões Sul e Sudeste do país, contribuindo para a transição do trabalho escravo em trabalho livre, fornecendo mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das lavouras de café[38].

> A importância do rápido crescimento da produção e desse deslocamento geográfico só poderá ser entendida se considerarmos as simultâneas mudanças ocorridas no nível das relações de produção. Ao subir os planaltos de São Paulo, as plantações abandonaram o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (pelo menos uma mecanização parcial, ao nível das operações de beneficiamento do café). Além disso, a possibilidade desse deslocamento é determinada pela construção de uma rede de estrada de ferro bastante importante. Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária. (SILVA, 1995, p. 44).

O avanço da frente pioneira em direção ao Noroeste, assim como para outras regiões do estado de São Paulo, relacionou-se ao desenvolvimento da cultura cafeeira. Para Matos (1990, p. 43), a partir de meados do século XIX o café marcou profundamente a história econômica e social de São Paulo e do Brasil, quando tornou-se o principal produto comercial do país, chegando a representar, em determinados momentos, mais de 70% do valor das exportações brasileiras.

> O café, na sua "marcha", ou no seu "roteiro", marcaria a fisionomia paulista. Na sua itinerância, cansaria terras, abandonaria regiões, mataria cidades. [...] Mas, por outro lado, povoaria regiões novas, abriria zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas, que durante muito tempo vão viver do café, e as quais, quando ele as abandonou, sempre na sua itinerância, procurarão outro embasamentos econômicos e às vezes de tal maneira que, visitando-as hoje, nem nos lembramos de que ali, um dia existiu café. (MATOS, 1990, p. 43).

Contudo, "o desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro", afirma Silva (1995, p. 50). Isso porque, para estabelecer o cultivo do café em regiões mais distantes dos centros consumidores e dos polos de exportação, havia grande necessidade de superar as dificuldades de deslocamento da produção, e neste sentido, as ferrovias emergem como alternativa ao problema

[38] Para não alongar a exposição, optou-se por priorizar os estudos sobre a expansão da cultura cafeeira no Noroeste paulista. Sobre a cultura cafeeira em outras regiões do Estado de São Paulo e no Brasil, ver Costa (1999); Matos (1990); Monbeig (1984); Silva (1995).

que a distância significava[39]. Símbolo de modernidade e do progresso capitalista, as estradas de ferro desempenharam papel preponderante para desenvolvimento do econômico do Brasil, uma vez que o café representava uma das principais atividades econômicas da época e a ferrovia era o meio de transporte mais eficiente para se realizar o escoamento da produção. Segundo Paula (2008, p. 46)[40], a expansão da rede ferroviária brasileira esteve intrinsicamente ligada a grande necessidade de exportação do café.

Além das estradas de ferro, o avanço do cultivo de café em regiões novas foi acompanhado pelo povoamento das mesmas. No Noroeste paulista, o trabalho nos cafezais foi realizado principalmente por imigrantes europeus, cuja entrada no Brasil há décadas vinha sendo estimulada pela atuação do Estado[41], bem como de imigrantes japoneses, expressiva nas primeiras décadas do século passado[42]. Também, assistiu-se, na região, grande fluxo de migrantes provenientes de outras regiões do país, principalmente do Nordeste, destacando-se o estado da Bahia.

> Durante muito tempo, os trabalhadores estrangeiros foram quase os únicos a dirigir-se para São Paulo, pois até 1919 o contingente dos brasileiros não ultrapassava 5.000 por ano. A partir de 1920, tornaram-se estes mais numerosos, igualando os estrangeiros, no fim da grande fase de prosperidade de 1928 a 1929. Diminuíram uns e outros o ritmo de suas migrações, quando rebentou a crise mundial, mas, na retomada do movimento, os trabalhadores nacionais literalmente invadiram as zonas novas. Nos anos que precederam a Segunda guerra Mundial, enquanto diminuía o número de imigrantes estrangeiros, a cada ano, o dos brasileiros não cessava de progredir, ultrapassando 100.000 em 1939. Assim, desde 1920, mas principalmente depois de 1930, cessou a proveniência transoceânica da imigração para São Paulo, substituída por uma grande migração interna. (MONBEIG, 1984, p 150).

Ambos, migrantes e imigrantes, que adentravam o estado de São Paulo, vinham em busca de trabalho e melhores condições de vida e, consequentemente,

---

[39] "Em face da produção interiorizada e agrícola dos bens de exportação, a progressiva ampliação das estradas de ferro proporcionou a ampliação do comércio e o contato direto dos produtores em suas regiões com as capitais e com o exterior." TOSI, Pedro Geraldo. Cultura material, vida urbana e ensino de história: o circuito ferroviário como eixo articulador de conhecimentos. In: **Caderno de Formação**: formação de professores didática dos conteúdos / Universidade Estadual Paulista. Pró Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

[40] PAULA, Dilma Andrade de. 154 anos de ferrovia no Brasil: Para onde caminha esse trem? **História Revista**, Goiânia, v.13, n. 1, p. 45-69, Jan./ Jun. 2008.

[41] Sobre esse assunto, Silva (1995, p. 38) esclarece que, "Após 1870, o governo da Província de São Paulo tomou a seu cargo todas as despesas relativas à imigração: pagamento da viagem dos trabalhadores e de suas famílias, criação de um organismo encarregado de dirigir a imigração, através de agências fixadas em vários países da Europa (sobretudo na Itália). A partir de 1880, a imigração tornou-se massiva".

[42] Sobre os fluxos migratórios no estado de São Paulo, ver Monbeig (1984, p. 147-155).

supriram a necessidade de mão-de-obra necessária à abertura de novas fazendas, inicialmente para a derrubada das matas e, posteriormente, para o preparo do solo e cultivo do café. Sobre a imigração de trabalhadores de origem europeia, Silva (1995, p.38) lembra que foram eles quem fundamentalmente formaram o mercado de trabalho brasileiro até a década de 1920, abastecendo, além dos fazendeiros de café, também os primeiros industriais do país. Foi a mão-de-obra indispensável ao processo de substituição do trabalho de escravizados pelo trabalho livre assalariado[43].

Contudo, a história do café no Brasil foi marcada pela instabilidade. Isso porque, economia nacional encontrava-se fortemente vinculada ao comércio internacional do café, e, portanto, vulnerável às crises o mercado externo e a consequente oscilação no preço do grão. A medida em que emergiam as crises econômicas, rapidamente seus reflexos se manifestavam no avanço da frente pioneira, contudo, este "não cessou de progredir, mais ou menos depressa, mas sem fatigar-se" (MONBEIG, 1984, p. 125).

Conforme mencionado, a estrutura fundiária desconcentrada é uma das características predominantes da Microrregião de Jales. A presença da pequena propriedade, dinamizadas, em sua maioria, à base do trabalho familiar e pela produção agrícola diversificada, possui raízes históricas que remetem ao processo de colonização dessa fração do território, que aqui pretende-se evidenciar de forma breve.

Historicamente, o acesso à terra pelos camponeses nessa Microrregião deu-se pela compra, por meio da transformação de antigos arrendatários, meeiros e parceiros de regiões de ocupação mais antiga do estado de São Paulo, do Nordeste e de outros países, como a Itália, Espanha e Japão, por exemplo, justamente pela conjugação da especulação imobiliária (sobretudo realizada por companhias imobiliárias), e o sonho de ser proprietários de terras, libertando-se do patrão (MARTINS, 1986).

Tal como em outras regiões de São Paulo, o Noroeste conheceu o processo de avanço dos *percursores*[44], ou da *frente de expansão*[45], com a chegada dos mineiros, os primeiros a ocuparem a terra com o estabelecimento de posses[46]. Sua ocupação

[43] Locatel (2000); Nardoque (2002); Silva (1995).
[44] Monbeig (1984).
[45] Martins (1997).
[46] No caso da área em estudo, se tem registro de que o primeiro "percursor" a nela estabelecer posses, ainda nas primeiras décadas do século XIX, tenha sido o mineiro conhecido como Patrício Lopes de Souza, que em 1830 passou a residir em Paranaíba e abriu posses constituindo quatro fazendas, três

possui características semelhantes à de outras, embora tenha culminado em um processo de loteamento cuja desconcentração fundiária seja peculiar.

Assim como em outras regiões, a apropriação capitalista da terra nesta fração do território, compreendida atualmente como Microrregião de Jales, teve como marco histórico a prática de grilagem, e a atuação, no decorrer do século XX, de empresas, profissionais liberais e membros do poder público na transformação da terra em mercadoria, pautados pelo regime jurídico de propriedade privada da terra, conforme estabelecido pela Lei de Terras de 1850.

No caso especifico da área que abrange a Microrregião de Jales, destaca-se a grilagem da Fazenda Ponte Pensa[47] (atualmente corresponde a área da maioria dos municípios da Microrregião), que contou com a participação de grileiros das cidades de São José do Rio Preto, Araraquara e Rio de Janeiro e, também, com a atuação de políticos e com a tolerância da justiça, ficando conhecida como "Grilo Gloria e Furquim"[48], conforme esclarece Nardoque (2002, p. 99).

Rapidamente os grileiros da fazenda Ponte Pensa trataram de subdividir suas terras passando a comercializá-las, consolidando-se o comércio de terras na região. Contudo, conforme esclarecem Nardoque (2002) e Locatel (2004), foi somente a partir da década de 1940 que o comércio de terras ganhou força, haja vista que muitas glebas passaram a ser subdivididas em pequenas propriedades e vendidas a pequenos agricultores de antigas áreas de ocupação do estado de São Paulo, bem como de outras regiões do país, estratégia muito utilizada pelos especuladores imobiliários atuantes na região. No entender de Ghirardello (2002, p. 106-111), "[...] o parcelamento era o meio mais rápido, prático e barato de se fazer fortuna [...]" e "[...] seu público-alvo seriam os imigrantes, especialmente aqueles chegados ao Brasil há alguns anos e que tivessem amealhado algum dinheiro".

Também convém lembrar:

> Alguns elementos do processo histórico do país tornaram-se fundamentais para dinamizar a ocupação capitalista da região. Entre eles, encontra-se a cultura do café que ganha importância na

delas do lado de Mato Grosso do Sul e uma no estado de São Paulo, a Fazenda São José da Ponte Pensa (NARDOQUE, 2002, p. 94-5).

[47] A Fazenda Ponte Pensa possuía área de 207.000 alqueires, ou 500.940 hectares (NARDOQUE, 2002, p. 46).

[48] Em conformidade com Nardoque (2002), há registros de uma ação demandada na justiça, no começo da década de 1940, pelos herdeiros de Patrício Lopes de Souza conta um dos grileiros da fazenda Ponte Pensa, com o objetivo de tentar legitimar a posse da mesma. Contudo, devido ao fato da área já ter passado pelo processo de grilagem e ter sido comercializada, constituindo-se nova cadeia dominial, a ação não obteve o êxito esperado pelos interpelantes.

> economia nacional, a partir do século XIX, transformando-se no principal produto de exportação, o que torna a cafeicultura um fator dinamizador do processo de povoamento do Estado de São Paulo. A expansão da cafeicultura e a conseqüente ocupação de zonas novas foram acompanhadas de perto pela implantação das estradas de ferro, outro elemento fundamental para a expansão capitalista. (LOCATEL, 2004, p. 18-9).

Outra estratégia utilizada pelos loteadores foi a fundação de cidades, muitas delas às margens das linhas férreas, com o objetivo de facilitar os negócios imobiliários, no caso, a venda de terras, prática que fora muito comum no Noroeste paulista. Neste sentido, a ferrovia cumpriu com um duplo papel na Microrregião: facilitar o escoamento da produção agrícola, a circulação de mercadorias e pessoas e, também, facilitar os negócios daqueles que a utilizavam para propagandear suas terras.

À medida que os trilhos avançavam, inúmeras cidades surgiram em seu entorno, "[...] que se sucedem como contas de um rosário" (MOMBEIG, 1984, p. 125). Entretanto, o caso do parcelamento da terra rural na Microrregião de Jales precedeu a chegada da ferrovia. Isso se explica devido ao fato de especuladores, proprietários de terras e companhias imobiliárias terem o conhecimento de seu futuro traçado, que o fez utilizá-la antes mesmo de sua construção, como propaganda para atrair compradores às suas propriedades.

> O momento oportuno ocorreu quando do anúncio da retomada das obras da ferrovia (Estrada de Ferro Araraquarense), paralisada em Mirassol desde 1920, e da mudança de seu trajeto, antes anunciada no espigão entre os Rios Tietê e São José dos Dourados, para o espigão entre os Rios Turvo e São José dos Dourados. A partir de então, Euphly traçou um plano ortogonal, que foi a célula de uma nova cidade, para dar suporte à posterior "colonização" das terras de uma região conhecida como "Sertão de Rio Preto". (NARDOQUE, 2002, p. 148-149).

2.4. Microrregião Geográfica de Jales: estrutura Fundiária

Como procedimento metodológico para as análises presentes neste texto, optou-se pelo uso de dados dos censos realizados pelo IBGE, que se justifica pela facilidade de acesso à base de dados desse órgão, via internet, como também pela relativa regularidade dos levantamentos.

Neste sentido, propõe-se analisar a evolução da estrutura fundiária da Microrregião de Jales a partir dos dados obtidos pelos Censos Agropecuário

realizados pelo IBGE, comparando, para tanto, os dois últimos recenseamentos realizados pelo instituto, haja vista que, além de compreenderem o período estabelecido pelo recorte temporal desta pesquisa, também, análises da estrutura fundiária com dados de anos anteriores foram realizadas por outros autores[49]. Assim sendo, para as análises aqui realizadas, utilizou-se de dados do Censo Agropecuário de 1995/6 e 2006[50].

Verifica-se que, em 1995/6, somavam-se, na Microrregião de Jales, 8.515 estabelecimentos rurais[51], 58,16% deles pertencentes ao grupo de área com menos de 20 hectares, ocupando 13,54% da área total dos estabelecimentos, e 34,42% pertencentes ao grupo de área de 20 a menos de 100 hectares, ocupando 34,6% da área total dos estabelecimentos, que considerados aqui como pequenos[52] estabelecimentos. No ano de 2006, foram contabilizados 8.443 estabelecimentos agropecuários, aproximadamente 60% deles pertencentes ao grupo de área inferior a 20 hectares, ocupando 13,43% da área total dos estabelecimentos, e 31,71% pertencentes ao grupo de área de 20 a menos de 100 hectares, ocupando 32,57% da área total dos estabelecimentos.

Observa-se que, do total de estabelecimentos agropecuários, em 1995/6, 92,58% pertenciam aos grupos de área com menos de 10 até 100 hectares, ocupando 48,14 % da área total dos estabelecimentos agropecuários. Em 2006, os dados evidenciam pequena diminuição no número e na área dos estabelecimentos, pois ainda que mais de 90% deles continuassem a pertencer aos mesmos grupos de área, ocupavam, contudo, 46% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Pode-se

---

[49] Dados sobre a estrutura fundiária da Microrregião de Jales de anos anteriores, como número e área dos estabelecimentos agropecuários, estão disponíveis em Locatel (2000, p. 88) e também em Nardoque (2007, p. 80 – 251).

[50] Devido a cortes orçamentários, o Censo Agropecuário que estava previsto para ser realizado em 2015 foi adiado para 2017, contudo, novamente por falta de recursos, a realização do mesmo ainda neste ano (2017) é duvidosa, o que impede de utilizar dados mais recentes. Sobre o assunto, ver notícia publicada na página da internet do Jornal Folha de São Paulo, no dia 18 abr. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1762339-sem-verba-ibge-adia-censo-agropecuario-e-cancela-concurso.shtml> Acesso em: 05 fev. 2017.

[51] Nesta pesquisa, a metodologia utilizada será a do IBGE, que considera como estabelecimento agropecuário o terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 de ago. 2017.

[52] Considera-se, na geografia, os estabelecimentos de até 200 hectares como pequenos. Entretanto, levando em consideração a estrutura fundiária da Microrregião Geográfica de Jales e o módulo fiscal dos seus municípios, optou-se em considerar os estabelecimentos com área igual ou inferior a 100 hectares como pequenos.

aferir, portanto, que há na microrregião o predomínio absoluto, em número e área, de pequenos e médios estabelecimentos agropecuários, pois a estrutura fundiária não sofreu alterações significavas nos períodos comparados ao ponto de permitir afirmar o contrário.

Tabela 1 – MRG Jales: número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 1995/6.

Grupo de área (ha)	Unidades	%	Área - ha	%
Menos de 10	2.780	32,65	15.772	4,54
10 a menos de 20	2.172	25,51	31.262	9,00
20 a menos de 50	2.196	25,79	69.408	19,98
50 a menos de 100	735	8,63	50.765	14,62
100 a menos de 200	355	4,17	48.770	14,04
200 a menos de 500	183	2,15	55.174	15,89
500 a menos de 1.000	45	0,53	32.121	9,25
1.000 e mais	29	0,34	44.030	12,68
Total	8.515	100	347.308	100

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário de 1995/6. Organizada pelo autor.

Tabela 2 – MRG Jales: número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 2006.

Grupo de área (ha)	Unidades	%	Área - ha	%
Menos de 10	3091	36,61	16765	4,90
10 a menos de 20	2020	23,93	29110	8,53
20 a menos de 50	1973	23,37	62200	18,23
50 a menos de 100	704	8,34	48953	14,34
100 a menos de 200	345	4,09	47084	13,80
200 a menos de 500	179	2,12	53791	15,76
500 a menos de 1.000	52	0,62	33548	9,83
1.000 e mais	28	0,33	49815	14,60
Total	8443	100	341266	100

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário de 2006. Organizada pelo autor.

Comparando os dados das tabelas 1 e 2, também pode-se constatar o aumento de 11,18% no número de estabelecimentos com menos de 10 hectares, entre 1995/6 e 2006, evidenciando propensão à minifundiarização[53], haja vista a área desses novos estabelecimentos estão abaixo do módulo fiscal[54] da Microrregião, que varia entre 22

[53] Em conformidade com Locatel (2000, p. 90), considera-se como minifúndios os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares e como latifúndio os estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares.

[54] Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam

e 30 hectares, conforme pode ser observado na tabela 3. Esses estabelecimentos resultaram de novos parcelamentos, provavelmente de estabelecimentos rurais pertencentes aos grupos de área com mais de 10 e menos de 50 hectares, haja vista que houve a diminuição de 8,58% no número dos estabelecimentos e também da área dos estabelecimentos que compunham esses grupos de área.

expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em: Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município. Fonte: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 06 jan. 2018.

Tabela 3 – MRG Jales: módulo fiscal por município – 2013.

Município	Módulo fiscal
Aparecida D'oeste	30
Aspásia	26
Dirce Reis	22
Dolcinópolis	30
Jales	26
Marinópolis	22
Mesópolis	30
Nova Canaã Paulista	26
Palmeira D'oeste	22
Paranapuã	30
Pontalinda	26
Populina	30
Rubinéia	30
Santa Albertina	30
Santa Clara D'oeste	30
Santa Fé do Sul	30
Santana da Ponte Pensa	26
Santa Rita D'oeste	26
Santa Salete	26
São Francisco	22
Três Fronteiras	26
Urânia	26
Vitória Brasil	26

Fonte: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Sistema Nacional de Cadastro Rural – Índices Básicos de 2013. Organizada pelo autor.

Quanto ao grupo de área dos estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 hectares, considerados como latifúndios, verifica-se que em 1995/6, apenas 0,34% pertenciam a esse grupo de área, ocupando, contudo, 12,68% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Em 2006, verifica-se o desaparecimento de um estabelecimento, passando a ser 28, contudo, aumentou em 13,13% a área ocupada por esses estabelecimentos em relação a 1995/6, que passou de 44.030 hectares no primeiro período para 49.815 hectares no segundo.

Em relação ao número total de estabelecimentos, o Censo Agropecuário de 2006 registrou 72 estabelecimentos a menos que no Censo anterior, portanto, diminuição de 0,84% no número total de estabelecimentos agropecuários de um período para o outro.

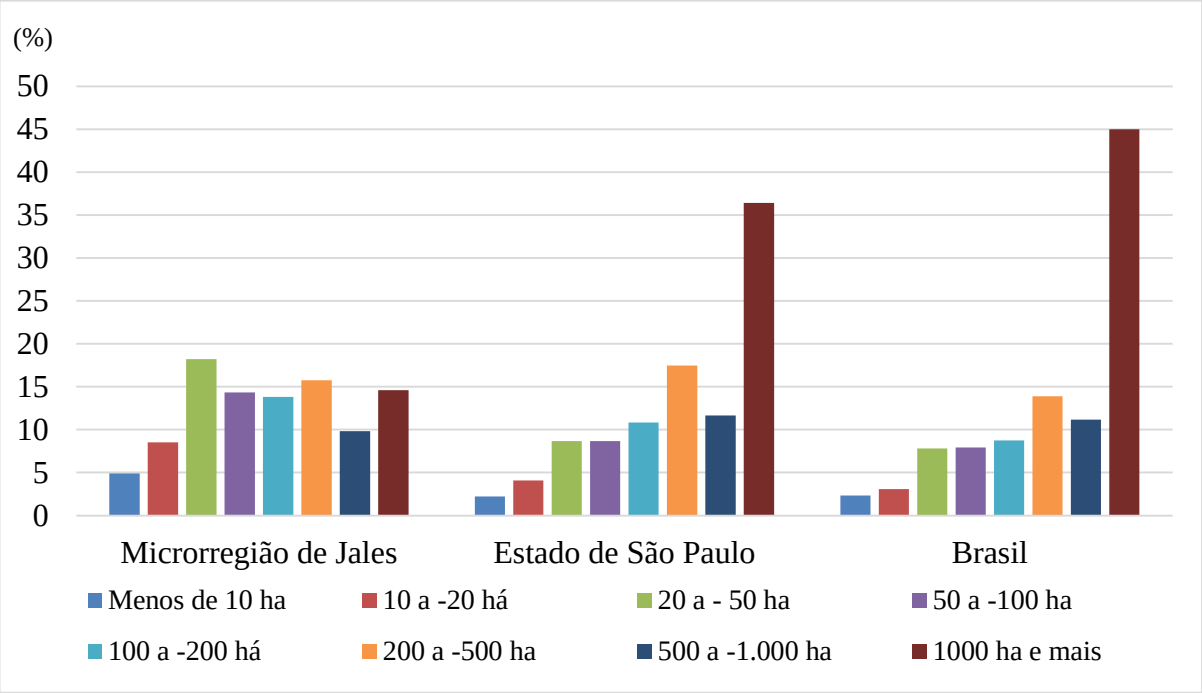
Ainda que se tenha observado algumas alterações nos dados do período que compreende os recenseamentos mais recentes, de 1995/6 e 2006, considera-se que não foram alterações significativas, pois a estrutura fundiária da Microrregião de Jales continua desconcentrada. Há, na Microrregião de Jales, o predomínio absoluto de pequenos e médios estabelecimentos rurais, tanto em número quanto em área ocupada, uma das particularidades que a difere de outras microrregiões do estado de São Paulo e do Brasil.

Quando comparados com as médias do estado de São Paulo e do Brasil, os dados da malha fundiária da Microrregião de Jales reafirmam sua particularidade. No estado de São Paulo, em 2006, os estabelecimentos rurais pertencentes ao grupo de área inferior a 20 hectares representavam 57,49% do número total de estabelecimentos, ocupando, contudo, apenas 6,28% da área total dos estabelecimentos. Por outro lado, o grupo de área dos estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 hectares, apesar de ser o grupo de área que ocupa a maior parte da área total (36,42%), detém apenas 0,92% do número total de estabelecimentos.

Analisado os dados a nível nacional, observa-se nitidamente o aumento das disparidades. Em 2006, o Censo Agropecuário constatou que 62,1% dos estabelecimentos rurais brasileiros faziam parte do grupo de área com menos de 20 hectares; todavia, estes ocupavam 5,42% da área total dos estabelecimentos. Os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares, representavam apenas 0,92% do total de estabelecimentos rurais existentes no país, sendo, porém, o grupo de área dos estabelecimentos que ocupavam a maior parte das terras, 45% do total.

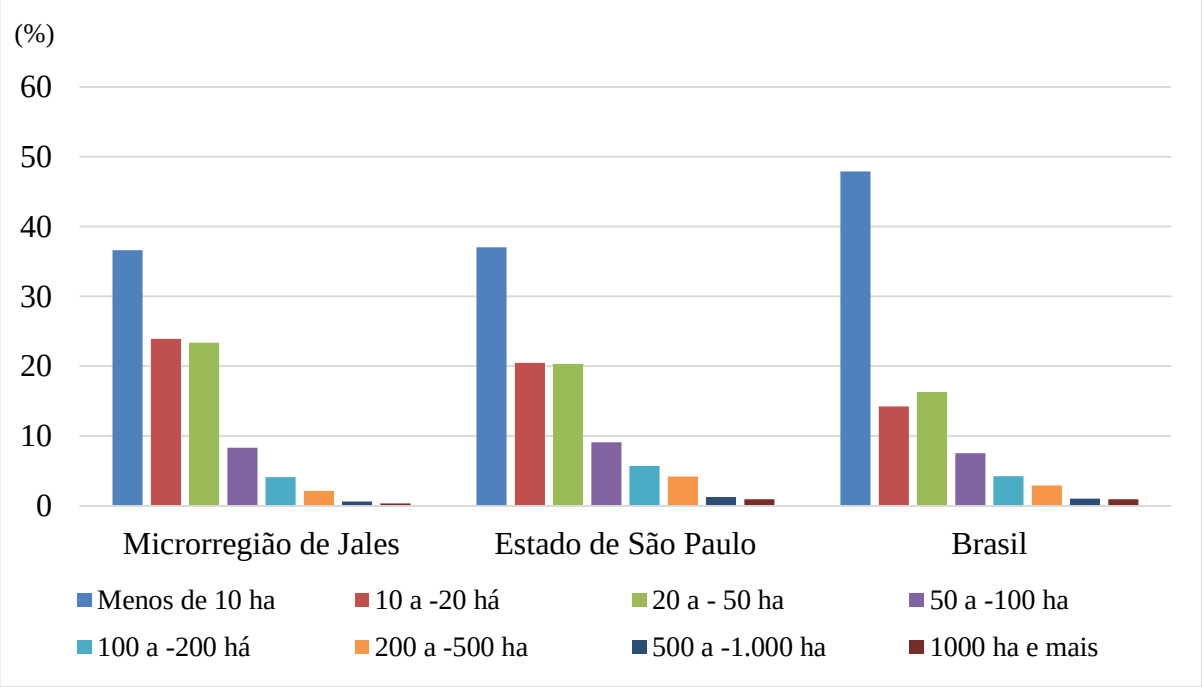
Mesmo predominando em número, os estabelecimentos rurais com menos de 20 hectares ocupavam a menor área em relação a área total dos estabelecimentos. Inversamente, o grupo dos estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares era o que possuía menor número de estabelecimentos, mas que, por sua vez, ocupava a maior área em relação ao total dos estabelecimentos. De modo geral, quando se trata da estrutura fundiária, observa-se que as características do estado de São Paulo refletem a realidade agrária predominante no Brasil, na qual a apropriação capitalista da terra resultou na existência do complexo minifúndio *versus* latifúndio.

Gráfico 1 – MRG Jales, Estado de São Paulo e Brasil: área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (%) – 2006.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário de 2006. Organizado pelo autor.[55]

Gráfico 2 – MRG Jales, Estado de São Paulo e Brasil: número dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (%) – 2006.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário de 2006. Organizado pelo autor.[56]

[55] A tabela com os dados representados no gráfico está disponível em anexo (tabela 11).
[56] A tabela com os dados representados no gráfico está disponível em anexo (tabela 12).

Observando o número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área, verifica-se que a Microrregião de Jales apresenta traços do complexo latifúndio *versus* minifúndio, contudo, quando os dados se referem a área dos estabelecimentos por grupos de área, a Microrregião em estudo destoa das médias do Estado de São Paulo e do Brasil, apresentando maior equilíbrio no que diz respeito a distribuição da terra entre os grupos de área.

Em relação aos dados da estrutura fundiária relativos a cada município da microrregião, também podem ser feitas outras considerações. Do total de municípios, apenas 13 possuíam estabelecimentos rurais no grupo de área com mais de 1.000 hectares, seis deles localizados às margens dos rios Grande e Paraná. Isso porque, como elencou Monbeig (1984 p. 212), o Noroeste paulista foi submetido a um processo de especulação imobiliária que deu origem a dois tipos distintos de propriedade, a fazenda e o loteamento, conforme escreveu o autor.

A formação de novas fazendas se deu justamente para dar suporte a atividades econômicas vinculadas ao mercado, com a possibilidade de se associar a cultura do café à criação de gado para corte. Assim, nessas extensas propriedades, geralmente se cultivava o café nas partes mais altas, enquanto se formavam pastagens no fundo dos vales, principalmente nas áreas próximas aos cursos d'água, áreas consideradas impróprias para o cultivo de café, devido ao maior risco de incidência de geadas (MONBEIG, 1984). O mesmo autor também chama atenção para a situação sanitária dessas áreas, destacando a alta incidência de casos de malária, fato que, segundo o mesmo, fazia com que os vales dos grandes rios (Tietê, Paraná e Grande) desempenhassem um papel repulsivo, principalmente afugentando os camponeses que estavam interessados na compra de terras na região.

A esse respeito, Melo (2012, p. 128) esclarece que a maioria dessas propriedades de grande extensão resultaram de reservas de terras feitas pelos proprietários das empresas colonizadoras ou de concessões feitas a profissionais liberais que obtiveram as propriedades dessas terras como forma de pagamento de serviços prestados a tais empresas de colonização. Outro fato não menos relevante é que não foram raros os casos em que essas propriedades foram adquiridas por

profissionais liberais que viviam em grandes centros urbanos, imobilizando capital na compra de terras com o claro objetivo de especular e extrair renda[57].

Na Microrregião de Jales, esses empreendimentos foram estabelecidos com maior intensidade ao longo das margens dos rios Grande e Paraná. Conforme se observa nos dados da tabela 5, 57,14% dos estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares localizam nos municípios de Mesópolis, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste e Santa Rita d'Oeste, todos às margens de tais rios.

No segundo tipo de propriedade, o loteamento resultou da divisão de glebas de terras, que ao serem loteadas deram origem aos sítios, parcelas de glebas destinadas à instalação de pequenos proprietários, os sitiantes, que Mombeig (1984) também chamou de "pioneiros". Para o autor, os pioneiros eram "colonos" que trabalharam em grandes fazendas nas velhas regiões de ocupação, que, com muita dificuldade, conseguiram amealhar pecúlio suficiente para comprarem um pedaço de terra, tornando-se, assim, proprietários. Na Microrregião de Jales, esse tipo de propriedade predomina tanto em número quanto em área ocupada, conforme pode ser observado nos dados das tabelas 1, 2 e 3.

Nos dados da tabela 3, verifica-se que em alguns municípios da Microrregião sequer existiam estabelecimentos com mais de 500 hectares, como é o caso de Aspásia, Dolcinópolis, Marinópolis, e Vitória Brasil. Ainda, observa-se que a quantidade de municípios sem estabelecimentos com mais de 1.000 hectares é ainda maior, sendo eles: Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Santa Salete, São Francisco, Três Fronteiras e Urânia[58].

O tamanho médio dos estabelecimentos rurais por municípios da Microrregião de Jales pode ser observado na figura 2. A representação resultou da manipulação de dados disponibilizados pelo IBGE (tabela 4), por meio da divisão da área de cada município pelo número total de estabelecimentos rurais existentes em cada um deles. É importante destacar que a representação não possibilita a compreensão precisa acerca da estrutura fundiária de cada um dos municípios, porém, foi elaborada com

[57] Para saber mais a respeito, ver Melo (2012, p. 128) e Nardoque (2002, p. 46).
[58] Em 2013 foi criado no município de Pontalinda o Assentamento Ranchão, em uma área de 504.2332 hectares, com capacidade para a instalação de 35 famílias. Tal assentamento desconcentrou ainda mais a propriedade fundiária na Microrregião de Jales, apesar não constar nos dados da tabela 4, haja vista que a mesma se refere ao Censo Agropecuário de 2006. Fonte: INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 05 jan. 2018.

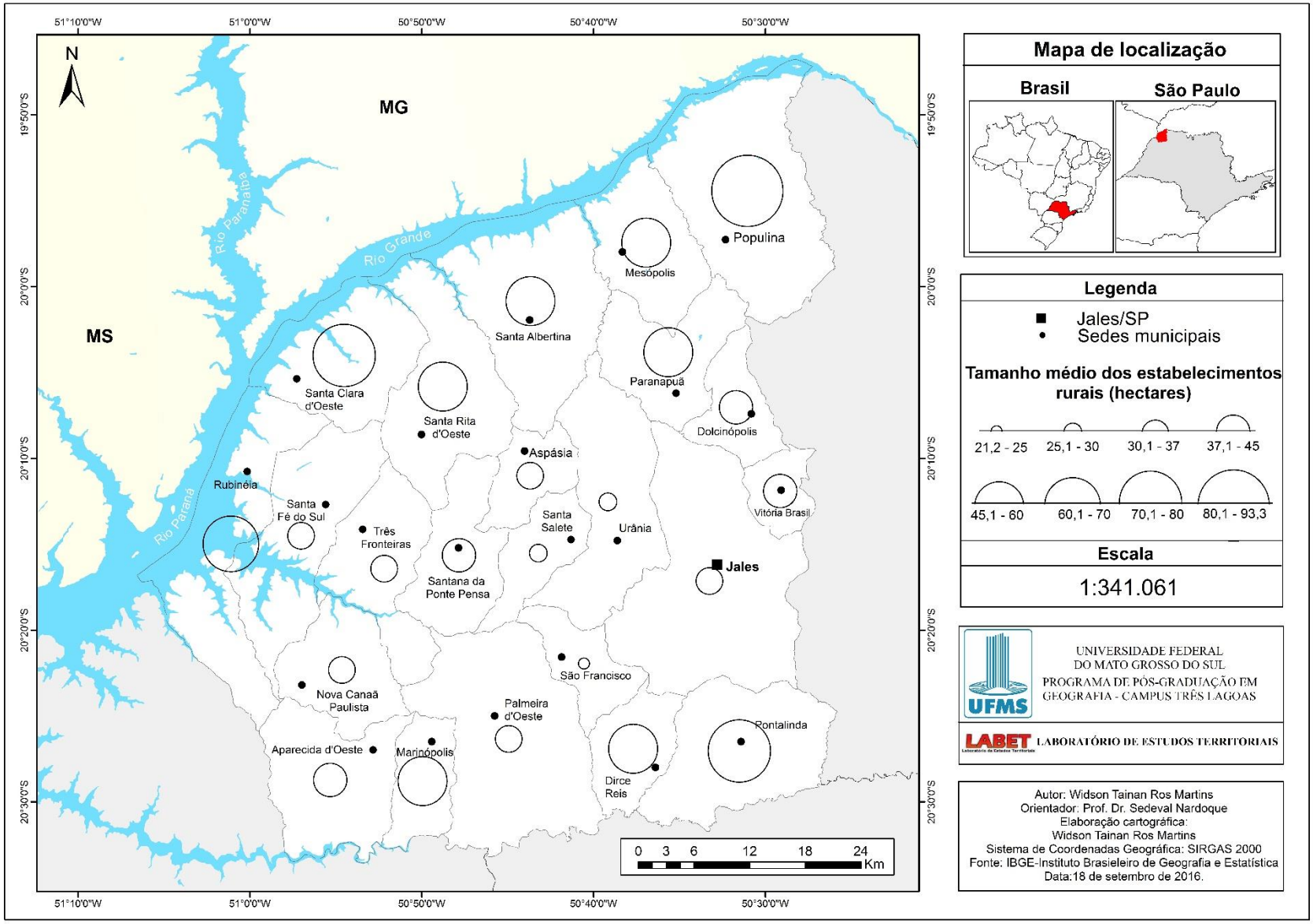
fins didáticos para melhor visualizar em quais deles a propriedade da terra é mais concentrada ou desconcentrada.

Tabela 4 – Municípios da MRG Jales: número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 2006.

	Total		- 10		10 - 20		20 - 50		50 - 100		100 - 200		200 - 500		500 - 1.000		+ 1.000	
	Uni.	%	Uni.	%	Uni.	%	Uni.	%	Uni.	%	Uni.	%	Uni.	%	Uni.	%	Uni.	%
Aparecida d'Oeste	380	100	151	24,73	80	21,05	90	23,68	32	8,42	11	2,89	10	2,63	4	1,05	2	0,53
Aspásia	242	100	77	21,07	63	26,03	60	24,79	30	12,4	8	3,31	3	1,24	0	0	0	0
Dirce Reis	163	100	60	36,82	38	23,31	32	19,63	18	11,04	10	6,13	1	0,61	2	1,23	1	0,61
Dolcinópolis	166	100	41	24,69	32	19,28	48	28,92	29	17,47	10	6,02	6	3,61	0	0	0	0
Jales	1.113	100	471	42,34	241	21,65	267	23,99	78	7,01	44	3,95	6	0,54	4	0,36	2	0,18
Marinópolis	147	100	42	28,57	31	21,09	21	21,09	23	15,65	11	7,48	9	6,12	0	0	0	0
Mesópolis	211	100	86	40,76	44	20,85	42	19,91	19	9	7	3,32	8	3,79	4	1,9	1	0,47
Nova Canaã Paulista	418	100	153	36,6	122	29,19	97	23,21	28	6,7	13	3,11	3	0,72	1	0,24	1	0,24
Palmeira d'Oeste	967	100	357	36,91	267	27,61	223	23,06	61	6,31	30	3,1	24	2,48	5	0,52	0	0
Paranapuã	210	100	48	22,86	47	22,38	54	25,71	25	11,9	22	10,48	12	5,71	1	0,48	0	0
Pontalinda	255	100	88	34,52	52	20,39	58	22,75	19	7,45	12	4,71	19	7,45	4	1,57	2	0,78
Populina	300	100	84	27,99	69	23	59	19,67	30	10	18	6	21	7	10	3,33	4	1,33
Rubinéia	172	100	96	55,82	29	16,86	26	15,12	8	4,65	3	1,74	4	2,33	2	1,16	4	2,32
Santa Albertina	482	100	128	26,56	128	26,56	128	26,56	54	11,2	25	5,19	13	2,7	4	0,83	2	0,41
Santa Clara d'Oeste	206	100	55	26,72	45	21,84	63	30,58	18	8,74	13	6,31	8	3,88	2	0,97	2	0,98
Santa Fé do Sul	556	100	251	45,14	138	24,82	119	21,4	18	3,24	15	2,7	3	0,54	1	0,18	3	0,54
Santa Rita d'Oeste	439	100	127	28,92	102	23,23	130	29,61	51	11,62	20	4,56	4	0,91	2	0,46	3	0,69
Santa Salete	269	100	94	34,93	74	27,51	70	26,02	22	8,18	5	1,86	2	0,74	1	0,37	0	0
Santana da Ponte Pensa	306	100	88	28,75	87	28,43	78	25,49	34	11,11	11	3,59	6	1,96	1	0,33	1	0,33
São Francisco	355	100	176	52,53	75	22,39	54	16,12	17	5,07	10	2,99	1	0,3	1	0,3	0	0
Três Fronteiras	402	100	146	36,31	105	26,12	83	20,65	37	9,2	20	4,98	9	2,24	1	0,25	0	0
Urânia	592	100	249	42,05	135	22,8	141	23,82	43	7,26	16	2,7	5	0,84	2	0,34	0	0
Vitória Brasil	92	100	23	25	16	17,39	30	32,61	10	10,87	11	11,96	2	2,17	0	0	0	0

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário de 2006. Organizada pelo autor.

Figura 2 – MRG Jales: tamanho médio dos estabelecimentos rurais (ha) – 2006.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário de 2006. Organizada pelo autor.

A resistência dos camponeses em permanecerem na terra bem como a manutenção da estrutura fundiária desconcentrada relacionam-se a forma como se deu o acesso à terra nessa Microrregião. Foi por meio da compra da terra que conseguiram se libertar do patrão (MARTINS, 1986; NARDOQUE, 2002), garantindo sua relativa autonomia e, por esse motivo, para muitos dos camponeses entrevistados durante o trabalho de campo, o sítio se constitui como patrimônio moral da família, lugar de trabalho e da reprodução da vida e, portanto, precisa ser preservado.

3. TERRITÓRIO, AGRICULTURA E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL NA MICRORREGIÃO DE JALES

3. TERRITÓRIO, AGRICULTURA E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL NA MICRORREGIÃO DE JALES

Compreender as transformações recentes no campo brasileiro, inerentes ao avanço das relações capitalistas de produção, não é tarefa simples. No âmbito da academia, tanto na área da Geografia quanto em outras áreas do conhecimento cientifico, muitas pesquisas norteadas por esta temática foram e vem sendo desenvolvidas, envolvendo estudiosos das mais diversas concepções ideológicas e teórico-metodológicas.

É a luz de tais premissas que, no presente capítulo, pretende-se realizar os estudos, acrescentando-se a estas, a empiricidade obtida por meio dos dados coletados durante os trabalhos de campo na Microrregião Geográfica de Jales, que confirmaram o que já foi anteriormente mencionado: se trata de uma Microrregião com estrutura fundiária desconcentrada, com predomínio da agricultura familiar camponesa e diversificação na produção agrícola.

Além da contradição da propriedade da terra, na perspectiva do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, outra contradição presente no campo brasileiro é a existência de relações não capitalistas de produção, como as relações camponesas de produção. Entretanto, essas relações não escapam ao capital, pelos seus mecanismos de sujeitar a renda da terra ao seu domínio, combinando as relações capitalistas e não capitalistas de produção sob a lógica de reprodução ampliada do capital. Todavia, para compreender essa sujeição, faz-se necessário recorrer aos conceitos de monopolização do território pelo capital e territorialização dos monopólios ou do capital, amplamente utilizados por pesquisadores da vertente da Geografia Agrária a qual aporta-se este trabalho (OLIVEIRA, 1986; 1999; 2007; 2010).

Acrescenta-se a este trabalho, a espacialização e análise de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes os principais cultivos agrícolas existentes na Microrregião de Jales, bem como as implicações que se deram em sua dinâmica agrícola a partir da década de 1990, no contexto das transformações de cunho neoliberal, inerentes ao próprio processo de reprodução ampliada do modo de produção capitalista em escala mundial (OLIVEIRA, 2016).

3.1. O território e os mecanismos de apropriação da renda da terra

A compreensão teórica da existência do campesinato, como classe social, só é possível levando-se em consideração a coexistência simultânea de mecanismos antagônicos de extração da renda da terra. Isso porque o desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro é, em sua essência, desigual e combinado, considerando que, para se reproduzir, o capitalismo cria, recria, e domina relações não capitalistas de produção, igualmente necessárias à sua lógica de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1986; 1999; 2007; 2010),

> [...] ou seja, ao mesmo tempo em que segue reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas de produção, a peonagem etc., todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

No caso dos camponeses, diferente dos demais trabalhadores, não vendem sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário;

> [...] o campesinato é uma classe *sui generis*, porque mesmo sobrevivendo do próprio trabalho, não o faz do mesmo modo que o operariado. O seu trabalho é um trabalho autônomo, porque realizado no interior do controle dos meios de produção, o que lhe permite escapar à alienação. (PAULINO, 2008, p. 217).

Contudo, isso não implica dizer que seu trabalho escapa aos mecanismos de sujeição ao capital. A contraditória reprodução social camponesa no Brasil se realiza justamente no interior dos mecanismos que o capital possui para sujeita-los ao seu domínio. Essa sujeição não se dá por meio da apropriação formal do trabalho camponês, com a apropriação da mais-valia via trabalho assalariado, mas pela apropriação da renda da terra, realizada plenamente durante a comercialização da produção camponesa.

Para compreensão dos mecanismos de sujeição da renda da terra, nessa perspectiva, é imprescindível recorrer ao conceito de território, apreendido como produção a partir do espaço, cujo sistema territorial é, ao mesmo tempo, produto e meio de produção (RAFFESTIN, 1993). Neste sentido, parte-se da concepção de Oliveira (1999) de território como totalidade concreta, síntese contraditória inerente do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo. O território é, portanto, “[...]

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência" (OLIVEIRA, 1999, p. 74)[59].

> Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente continua da natureza. O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Todavia, além do conceito de território, se faz igualmente necessária a compreensão de outros dois conceitos elementares, amplamente utilizados por pesquisadores da vertente da Geografia Agrária: o de territorialização do capital e o de monopolização do território pelo capital.

A territorialização do capital (ou dos monopólios, como escreve Oliveira (1999)) ocorre quando o capital finca suas bases no lugar, se instalando no campo e passando, então, a controlar todas as etapas do processo produtivo, se apropriando da renda da terra na produção. Esse processo ocorre nos setores e atividades ligadas ao campo com possibilidades de extração mais elevada da renda da terra, e de uso intensivo das técnicas, possibilitando a menor adição de trabalho nos processos produtivos.

Contudo, é necessário considerar as atividades do capital no campo, também, se apropriando da mais-valia, mediante a adição do trabalho assalariado durante as etapas do processo produtivo. No caso brasileiro, esse processo ocorre nos setores de ação mais forte do Estado, principalmente no que diz respeito às políticas de crédito agrícola, por meio das quais o destina a maior parte dos seus recursos por meio de financiamentos.

> No campo esse processo está igualmente marcado pela industrialização agrícola, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terra ou aos capitalistas/proprietários de terra para a apropriação da renda capitalista da terra na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios. (OLIVEIRA, 1999, p. 76).

---

[59] Não é objetivo dessa pesquisa aprofundar/pormenorizar as discussões acadêmicas acerca do conceito de território, haja vista que este trabalho tem sido objeto de estudo de outros pesquisadores. Sobre as diferentes concepções do conceito de território, ver HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007 e SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

Quanto à monopolização do território, este processo ocorre quando o capital detém o monopólio sobre a circulação das mercadorias provenientes do campo, podendo, em alguns casos, determinar o tipo de produção e como deve se realizar em determinada fração do território, principalmente a camponesa. Neste caso, o capital monopoliza a circulação de mercadorias as quais não é viável à sua territorialização, durante seu processo produtivo, seja por possibilitarem menor extração da renda da terra na produção, como, também, pela necessidade da adição de grande quantidade de trabalho durante o processo produtivo.

> [...] Esse processo no campo também está marcado contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa, cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa. (OLIVEIRA, 1999, p. 76).

No atual contexto do capitalismo globalizado, no campo, além da sujeição da renda da terra camponesa ao capital durante a circulação, outra forma de sujeição está no consumo, no que se denomina “antes da porteira” (ARRUDA, 2007). Considerando todo o processo de produção, há demanda/consumo, e os processos produtivos agrícolas passaram, a partir da revolução verde, a consumir progressivamente o pacote tecnológico imposto pela “modernização da agricultura”, em escala que varia de acordo com a necessidade imposta para cada tipo de cultivo, podendo, então, ser maior ou menor em virtude daquilo que é cultivado e do tamanho da área cultivada em cada unidade de produção.

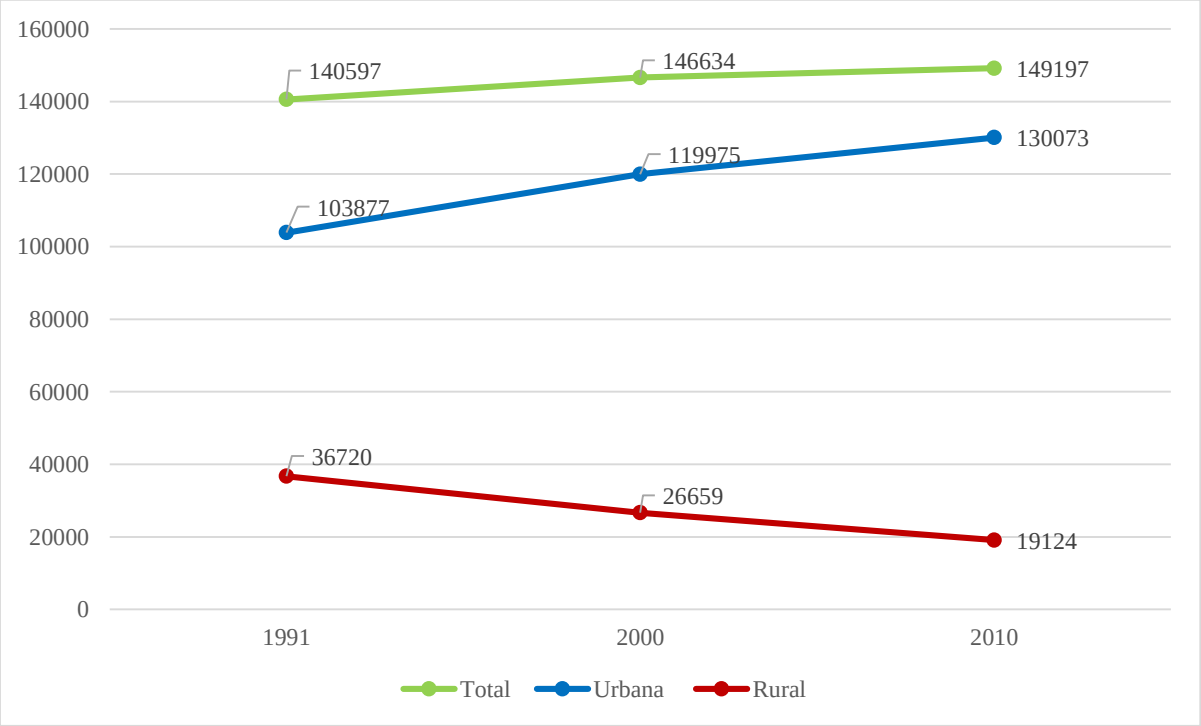
Segundo Nardoque (2016), a dependência da agricultura à indústria e do campo à cidade se ampliou com esse processo, “[...] pelo crescente consumo de máquinas, implementos, agrotóxicos, sementes melhoradas etc., promovendo a subordinação, principalmente ao capital internacional, representado pelas transnacionais [...]”. Nesse contexto, o autor acrescenta que o capital garante a sujeição da renda camponesa de diferentes formas. O capital financeiro por meio de empréstimos bancários, o capital industrial com a venda de insumos agrícolas, e o capital comercial com o monopólio sobre o controle dos mercados. Contudo, isso não significa que todos os camponeses estão expostos a esses mecanismos de sujeição de forma homogênea, ou mesmo que esses mecanismos de sujeição tenham sido suficientes para impedir a reprodução social dessa classe.

Partindo desses pressupostos, propõe-se discutir a apropriação da renda da terra camponesa na Microrregião Geográfica de Jales, sobretudo como se realiza durante o circuito espacial de produção da laranja. Nessa Microrregião, a (re)criação camponesa além de estar relacionada a forma como se deu o acesso à terra, também se dá a partir das contradições do capitalismo, haja vista que, ao mesmo tempo em que a renda da terra camponesa é subordinada ao capital, os camponeses encontram brechas para sua reprodução social, em um processo marcado pela resistência/resiliência característica dessa classe social.

3.2. Ocupação da população e atividade agropecuária na MRG de Jales

Segundo os dados do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, a população absoluta da Microrregião de Jales era de 149.197 habitantes (19.124 residentes no campo e 130.073 nas cidades); em 1991 eram 140.597 habitantes, verificando-se, então, crescimento populacional de 6,11% no período (gráfico 3). Observa-se, também, que esse aumento populacional se restringiu à população urbana, haja vista a diminuição da população residente no campo, conforme registrado nos últimos recenseamentos.

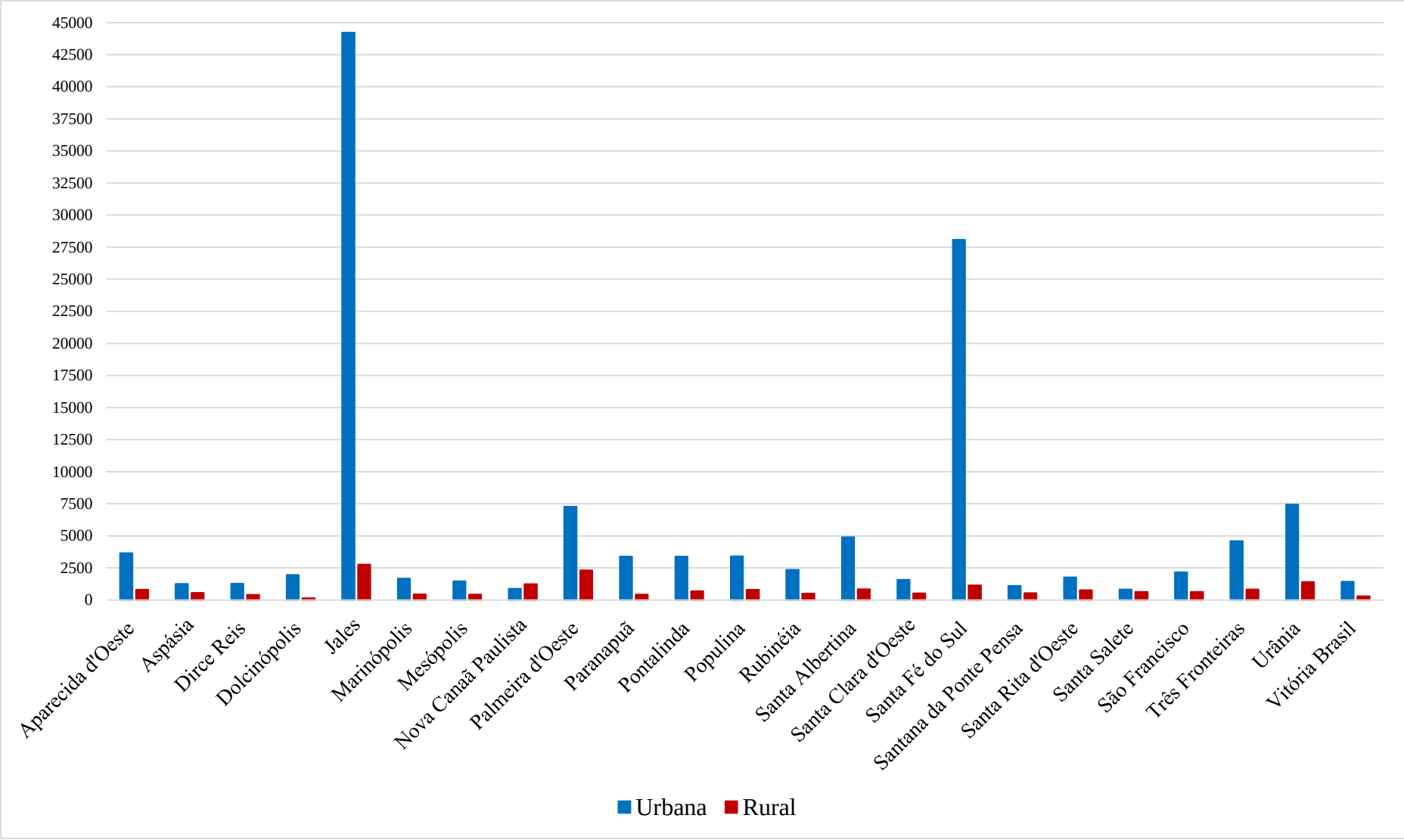
Gráfico 3 – Microrregião de Jales: população por situação de domicílio - 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censos demográfico de 1991, 2000 e 2010. Organizado pelo autor.

Analisando-se separadamente os dados referentes ao Censo Demográfico de 2010 (gráfico 4), para cada um dos municípios da Microrregião, constata-se que dois destacam-se em residente na cidade: Jales (44.239 habitantes) e Santa Fé do Sul (28.088 habitantes). Município-sede da Microrregião, Jales, além de ser o maior em termos de extensão territorial, é também o que abriga o maior contingente populacional (com 31,51% da população total), tanto residente no campo (14,50% da população rural da Microrregião está no município de Jales), bem como na cidade (34,01% da população urbana regional reside em Jales).

Gráfico 4 – Municípios da Microrregião de Jales: população por situação de domicílio - 2010.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico de 2010. Organizado pelo autor.

Santa Fé do Sul, por sua vez, era, em 2010, o segundo município mais populoso da Microrregião (com 19,59% da população total), com população urbana correspondente a 21,59% do total regional. Contudo, sua população rural era inferior à de alguns outros municípios, correspondendo a apenas 6,01% da população rural total da Microrregião[60]. No contexto geral da região, a cidade de Jales exerce papel preponderante no que diz respeito à prestação de serviços, sejam relacionados às atividades urbanas bem como agrícolas, enquanto Santa Fé do Sul desempenha papel secundário, seguida de Urânia e Palmeira D'Oeste.

Chama atenção o fato de que, em 2010, apenas um município possuía população rural superior a urbana, no caso, Nova Canaã Paulista. Os demais, possuíam população urbana superior à população rural. De modo geral, os pequenos municípios da Microrregião de Jales possuem economia fortemente ligada ao setor agropecuário, e mesmo que a maior parte da população resida na cidade, verifica-se que estas áreas urbanas acabam por ser local de moradia de uma parcela da população que trabalha no campo, a qual Locatel (2004) se refere como população agrícola[61], e observado no trabalho de campo, pois muitos sitiantes transferiram suas residências para as sedes dos municípios.

Analisando os dados relativos à distribuição do emprego formal por municípios, observa-se que, na maioria deles, o pessoal ocupado em serviços urbanos se restringe à administração pública, conforme elencou Locatel (2004). Em relação a geração formal de emprego pelo comércio, novamente as cidades de Jales e Santa fé do Sul se destacam, seguidos de Urânia e Palmeira D'Oeste, que apesar de possuírem população menor que os primeiros, também prestam serviços urbanos ao demais municípios localizados em suas proximidades, contudo, de menor complexidade.

A ampliação do fenômeno de urbanização na Microrregião Geográfica de Jales está ligada à expansão do consumo de produtos e serviços, conforme esclarece Nardoque (2007, p. 270). Esse autor chama atenção para as formas de consumo consumptivo e produtivo, ambas envolvidas neste processo, sendo o consumo final denominado de consumptivo, e o consumo destinado à produção de outros bens denominado de consumo produtivo.

---

[60] Neste munícipio, tem se destacado as atividades de turismo, ligadas, sobretudo, as práticas de esporte e lazer propiciadas pela presença do rio Paraná.

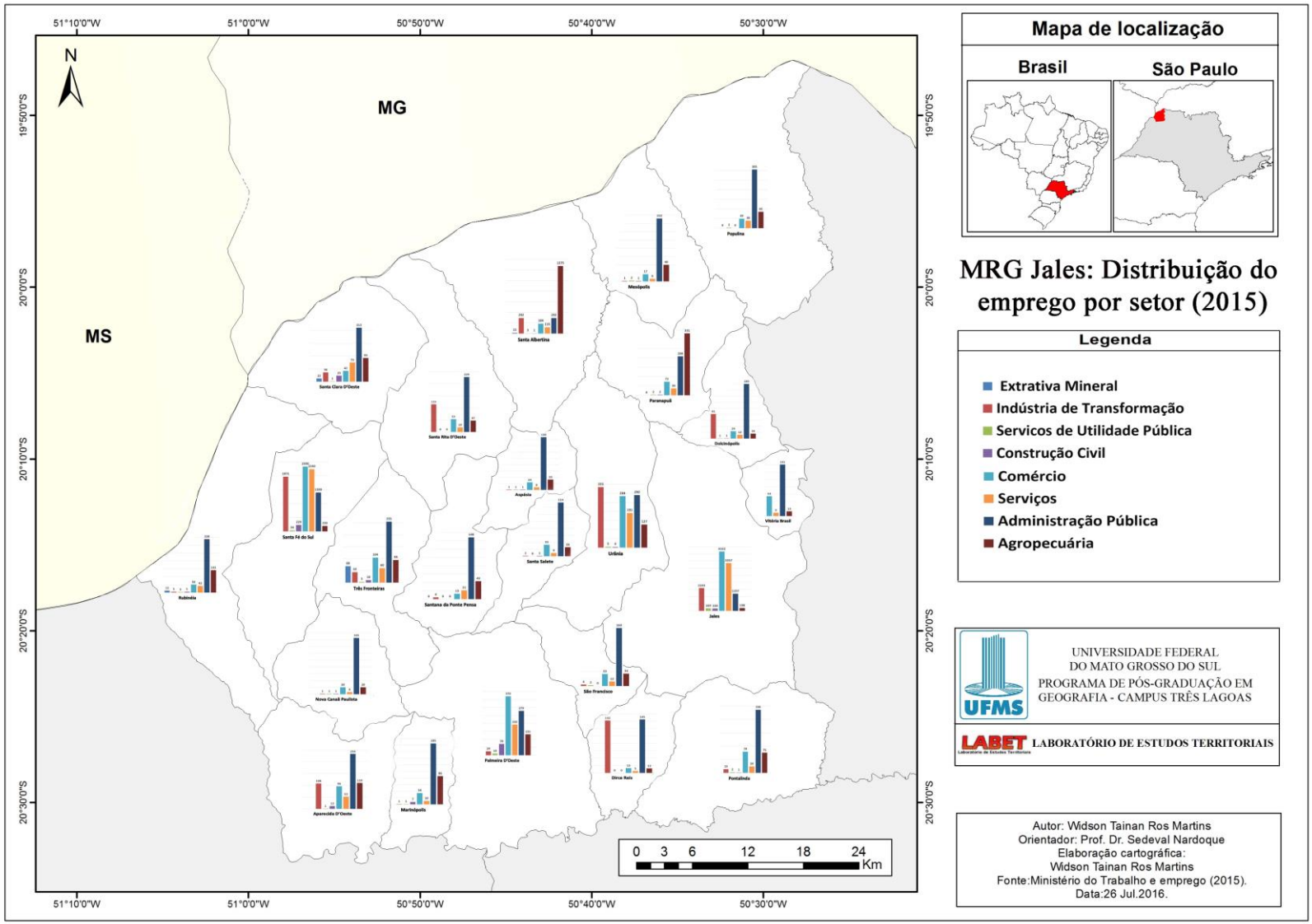
[61] A respeito, ver Locatel (2004, p. 250).

> Desse modo, mesmo a MRG de Jales não possuindo economia baseada na industrialização, pelo fato de a interiorização do processo de desconcentração industrial não ter chegado ao extremo Noroeste paulista, foi inserida na lógica do processo de industrialização e de urbanização do território brasileiro pelo consumo produtivo rural. Esse consumo produtivo rural alicerça-se na ciência (meio técnicocientífico-informacional) através das máquinas, dos implementos, dos insumos, das técnicas, das idéias, dentre outros, propiciando a inserção da região em escalas superiores, e pautando a articulação das relações campo-cidade e entre cidades, tendo Jales como centro da rede urbana que se formou no extremo Noroeste paulista. Assim, o consumo produtivo rural é elemento chave para a compreensão das relações interurbanas na MRG de Jales, principalmente pela concentração do serviço e do comércio ligados a esse segmento da economia. (NARDOQUE, 2007, p. 271).

Quanto aos dados referentes ao pessoal ocupado formalmente no setor agropecuário, percebe-se nitidamente que, depois do setor de administração pública, é o mais significativo em grande parte das cidades da Microrregião de Jales[62]. Essa realidade se inverte no município de Santa Albertina, onde a maior parte dos empregos formais pertence ao setor agropecuário, o que facilmente se explica pelo fato da instalação de uma usina de fabricação de açúcar e álcool, responsável pela geração da maior parte dos empregos formais do município. Todavia, convém reforçar o fato de que os dados representados na figura 3 dizem respeito ao emprego formal, e como mencionado, na maioria dos estabelecimentos agropecuários da Microrregião há o predomínio do trabalho familiar, portanto, informal.

[62] De acordo com Nardoque (2007, p. 28), “O predomínio dos pequenos estabelecimentos rurais, da agricultura familiar, diversificação agrícola, do número significativo de pequenas cidades com baixa complexidade no comércio e nos serviços constituem características principais da Microrregião Geográfica de Jales”.

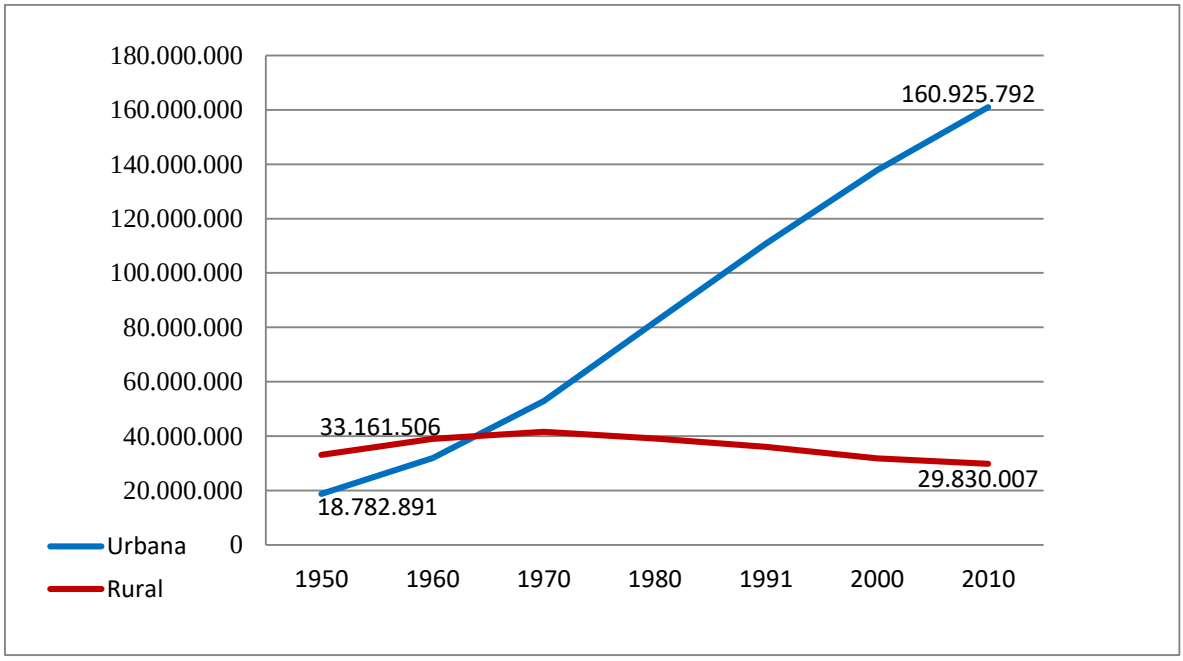
Figura 3 – MRG Jales: distribuição formal do emprego por setor (2015).



Fonte: MTE – Ministério do trabalho e Emprego (2015). Organizado pelo autor.

Comparando os indicadores demográficos da Microrregião de Jales com os do Brasil, é possível perceber claramente que ambos se comportaram de maneira semelhante: a população residente nas sedes dos municípios tem aumentado ano após ano, enquanto a população residente no campo tem se retraído sensivelmente[63].

Gráfico 5 – Brasil: população por situação de domicílio - 1950 - 2010.



Fonte: IBGE – Instituo Brasileiro de geografia e Estatística, Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Contudo, analisando os dados do Censo Demográfico (2010), verifica-se, aproximadamente, 16% da população brasileira vivendo no campo, correspondendo a cerca de 30 milhões de pessoas, sendo grande parte delas não proprietárias das terras onde vivem. Atualmente, os aproximados 30 milhões de habitantes do país residentes no campo correspondem a cerca de 90% da população rural da década de 1950, quando aproximadamente 63,84% da população vivia no campo. Esses dados evidenciam que o campo brasileiro não está se esvaziando, mas que a população residente nas cidades aumentou significativamente sem que a população residente no campo acompanhasse o mesmo ritmo de crescimento.

[63] Segundo a metodologia utilizada pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000, população urbana é aquela que reside na área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal. Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamente essas áreas, deve-se estabelecer um perímetro urbano para fins da coleta censitária, cujos limites devem ser aprovados pelo prefeito local. A população rural é aquela que reside na área rural, ou seja, na área externa ao perímetro urbano. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=25295>. Acesso em: 23 de ago. 2017.

3.3. A dinâmica agrária da MRG de Jales

Dentre as principais características da atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, a qual Oliveira (2016) se refere como sendo a do capitalismo monopolista neoliberal, pode-se destacar: o desemprego estrutural, lógica segundo a qual a exclusão do mercado de trabalho e de consumo se torna operante; o monetarismo e a financeirização no centro do capitalismo, atribuindo o aumento da dívida externa de diversos países como sendo fundamentalmente necessária ao desenvolvimento econômico; a terceirização estrutural, superando o modelo fordista com a fragmentação e dispersão de todas as esferas da produção pela compra de serviços de diversas partes do mundo; a transformação da ciência e da tecnologia em força produtiva, deixando de ser suporte do capital para se converter em agente de sua acumulação; a privatização de estatais e serviços mantidos pelo Estado, o capitalismo passou a rejeitar a presença estatal não apenas na economia, mas também nas políticas sociais; etc. (OLIVEIRA, 2016).

> Consolidou-se assim, a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das empresas mundiais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da empresa mundial não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Esta sim é a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista que, por sua vez, está gestando uma nova divisão mundial do trabalho redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. (OLIVEIRA, 2016, p. 89).

Neste contexto, o Estado, concebido como “a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua de sua propriedade e de seus interesses” (MARX; ENGELS, 2009, p. 111-112), sempre foi, segundo Harvey (2005, p. 79), agente central para o funcionamento da sociedade capitalista, sendo tão somente suas formas e modos de funcionamento modificados a medida em que o capitalismo amadurecia[64].

No campo brasileiro, destacam-se as mudanças advindas do processo de internacionalização da economia, que juntamente com o aperfeiçoamento e com a

[64] A respeito da teoria marxista do Estado, ver HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 79-82.

introdução de técnicas para a modernização da agricultura, provocou reflexos sobre as formas em que se dão a produção, distribuição, troca e o consumo de mercadorias, tanto provenientes quanto destinadas a agricultura. Todas essas modificações estruturais, sobretudo àquelas que dizem respeito ao campo brasileiro, a partir da década de 1990, nada mais são que transformações de caráter neoliberal, inerentes ao próprio processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção em escala mundial.

Considerar o território como totalidade, consequentemente implica reconhecer que essas relações, desiguais, contraditórias e combinadas, que são as relações capitalistas de produção, estão presentes em todos os lugares. Com base nesses pressupostos, a partir da espacialização e da interpretação dos dados da Produção Agrícola Municipal, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisou-se as implicações que se deram na dinâmica agrícola da Microrregião de Jales nas duas últimas décadas.

Logo de início, os dados evidenciam algo mencionado neste trabalho: a diversidade da produção agrícola da Microrregião. Também se observa significativas mudanças em relação à evolução da área plantada de diversos cultivos, principalmente quando se compara a área das lavouras permanentes e temporárias. Tais mudanças são inerentes do contexto geral da lógica da agricultura brasileira, na qual o desenvolvimento das atividades agrícolas na região de Jales está inserido.

Em 1994, as lavouras permanentes ocupavam 33.621 hectares, enquanto a área de lavouras temporárias correspondia a 48.118 hectares. Em 2014, as lavouras permanentes ocupavam 18.140 hectares e as lavouras temporárias 62.455 hectares, conforme pode-se verificar na tabela 5.

Tabela 5 – MRG Jales: evolução da área plantada com lavouras temporárias e permanentes em hectares- 1994 e 2014.

Municípios	Lavouras temporárias		Lavouras permanentes	
	1994	2014	1994	2014
Aparecida d'Oeste	2.250	1.637	1.742	1.553
Aspásia	1.607	497	832	1.216
Dirce Reis	730	2.115	381	71
Dolcinópolis	500	2.233	221	303
Jales	5.844	4.049	6.709	2.032
Marinópolis	650	425	637	653
Mesópolis	1.835	6.970	579	237
Nova Canaã Paulista	1.745	1.188	1.400	439
Palmeira d'Oeste	2.240	1.026	2.670	2.268
Paranapuã	1.355	3.621	248	577
Pontalinda	4.379	4.586	1.895	824
Populina	4.222	13.004	1.209	429
Rubinéia	1.046	2.569	209	274
Santa Albertina	3.488	5.309	511	290
Santa Clara d'Oeste	3.500	457	492	139
Santa Fé do Sul	1.546	502	1.316	957
Santana da Ponte Pensa	1.173	1.805	590	544
Santa Rita d'Oeste	2.775	3.480	1.401	861
Santa Salete	--	261	--	737
São Francisco	907	900	736	842
Três Fronteiras	950	1.720	692	883
Urânia	3.444	3.260	2.613	1.509
Vitória Brasil	--	841	--	502
Total	48.118	62.455	33.621	18.140

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Produção Agrícola Municipal – 1994 e 2014. (--) Dados inexistentes. Organizada pelo autor.

A área ocupada com lavouras temporárias aumentou na Microrregião, verificando-se que, o período analisado, o aumento de, aproximadamente, 29,79%, enquanto a área das lavouras permanentes sofreu diminuição de 46,04%, de 1994 para 2014.

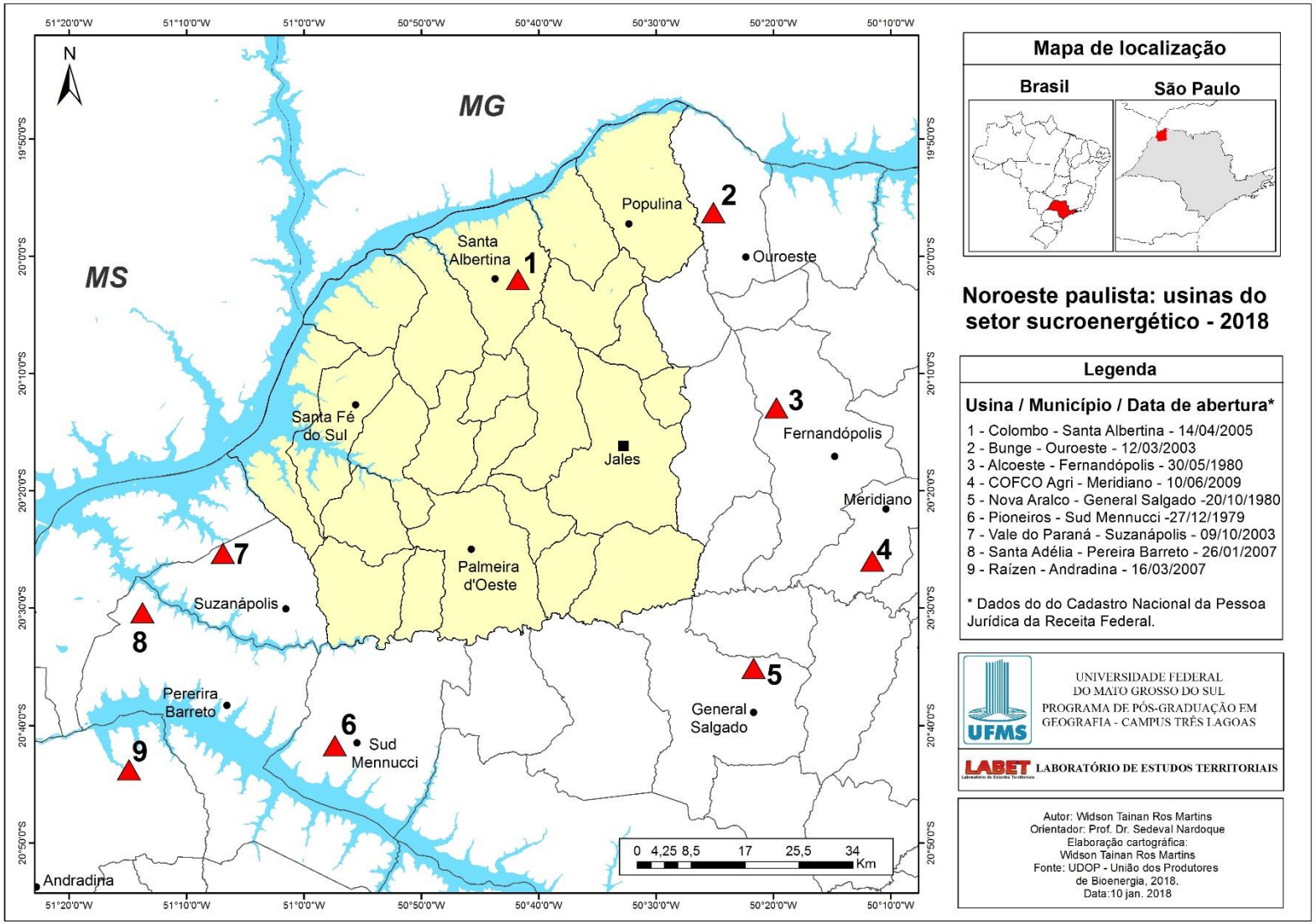
Ainda que não tenha se observado transformações significativas no que diz respeito à estrutura fundiária da Microrregião de Jales, não se pode dizer o mesmo sobre sua dinâmica agrícola. Enquanto os cultivos agrícolas tradicionalmente desenvolvidos tiveram a área plantada drasticamente reduzida ou mesmo desapareceram, tais como o arroz, feijão, café, algodão e milho, outros cultivos agrícolas, com maior dependência de técnicas de cultivo modernas, como é o caso da uva, da laranja e da banana, quando não tiveram sua área de cultivo ampliada, sofreram reduções menos significativas.

Outra mudança importante do setor agrícola da região foi a expansão da cultura da cana-de-açúcar, resultado da territorialização do capital no campo mediante a instalação de empresas do setor sucroenergético na região. A instalação da usina

Colombo de processamento da cana-de-açúcar no município de Santa Albertina, em 2005, juntamente com a atuação de empresas do mesmo setor, instaladas em municípios de microrregiões vizinhas (figura 4), fez com que ocorresse o crescimento da área cultivada para atender à demanda do setor, conforme pode ser observado na tabela 7 e na figura 5, formando um “cerco” às propriedades camponesas e aos camponeses da Microrregião. Primeiro, instalaram-se pelas bordas, posteriormente, houve a instalação de uma empresa no seu interior.

Antes disso, a produção de cana, da maior parte dos municípios da Microrregião de Jales, tinha como destino a alimentação do gado nos períodos de seca, quando as pastagens não eram suficientes para a alimentação dos animais. Sobre a expansão do setor sucroenergético nesta região, Saron (2014, p.146) acrescenta que se trata de um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, e abre possibilidades para profundas alterações em sua dinâmica agrária.

Figura 4 – Noroeste Paulista: usinas do setor sucroenergético – 2018.



Fonte: UDOP – União dos Produtores de Bioenergia, 2018.

Na Microrregião de Jales, entre 1994 e 2014, houve impressionante aumento na área ocupada pela cultura da cana-de-açúcar, haja vista que, em termos absolutos, em 1999 na região havia apenas 753 hectares ocupados com esse cultivo e, em 2014, essa área aumentou para 55.958 hectares utilizados para essa produção, conforme os dados expressos na tabela 6.

Tabela 6 – MRG Jales: evolução da área plantada com cana-de-açúcar (hectares) - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

Município	Ano					
	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Aparecida d'Oeste	0	0	0	640	950	1.470
Aspásia	0	0	0	0	95	405
Dirce Reis	50	0	0	0	195	1.985
Dolcinópolis	0	0	0	0	1.500	2.100
Jales	160	50	0	0	1.750	3.800
Marinópolis	0	0	0	0	0	335
Mesópolis	0	0	0	0	7.500	6.278
Nova Canaã Paulista	0	0	0	0	530	920
Palmeira d'Oeste	20	0	0	0	320	899
Paranapuã	0	0	40	40	2.224	3.400
Pontalinda	508	1.048	500	700	900	4.440
Populina	0	0	480	1.900	9.500	12.400
Rubinéia	0	0	0	0	300	2.437
Santa Albertina	0	0	0	0	1.420	5.197
Santa Clara d'Oeste	0	0	0	0	0	97
Santa Fé do Sul	5	0	0	0	145	280
Santana da Ponte Pensa	0	0	0	0	520	775
Santa Rita d'Oeste	0	0	0	0	600	3.400
Santa Salete	0	0	0	0	150	160
São Francisco	0	0	0	0	130	830
Três Fronteiras	0	5	0	0	800	1.100
Urânia	10	0	0	0	1.300	2.800
Vitória Brasil	0	181	73	150	296	450
Total	753	1.284	1.093	3.430	31.125	55.958

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizada pelo autor.

Os dados da tabela 6 também evidenciam a forte atuação das usinas instaladas em municípios de microrregiões vizinhas no sentido de arrendarem terras para o plantio de cana-de-açúcar na Microrregião de Jales. Observa-se que, antes mesmo da criação da unidade da Usina Colombo em Santa Albertina, no ano de 2005, o cultivo da cana havia avançado significativamente nos municípios de Pontalinda e Populina, justamente devido à proximidade dos mesmos em relação às usinas

COFCO Agri (Meridiano) e Nova Aralco (General Salgado), no caso de Pontalinda, e da usina Bunge (Ouroeste), no caso de Populina, e também por possuírem a estrutura fundiária mais concentrada, conforme os dados apresentados na tabela 4, favorecendo os arrendamentos capitalistas. Esse mesmo fenômeno pode ser observado nos municípios de Aparecida d'Oeste e Rubinéia, próximos à usina Vale do Paraná, instalada no município de Suzanápolis.

Nos últimos anos, devido às operações da Usina Colombo, observou-se maior alastramento da cana nos municípios próximos a Santa Albertina, principalmente em Dolcinópolis, Jales, Mesópolis, Paranapuã e Urânia. Conforme pode ser observado na tabela 7, também houve avanço da cana nos indicadores de área plantada com lavouras temporárias de agricultura não familiar.

Tabela 7 – MRG Jales: área plantada com lavouras permanentes e temporárias nos estabelecimentos agropecuários em hectares, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar – 2006.

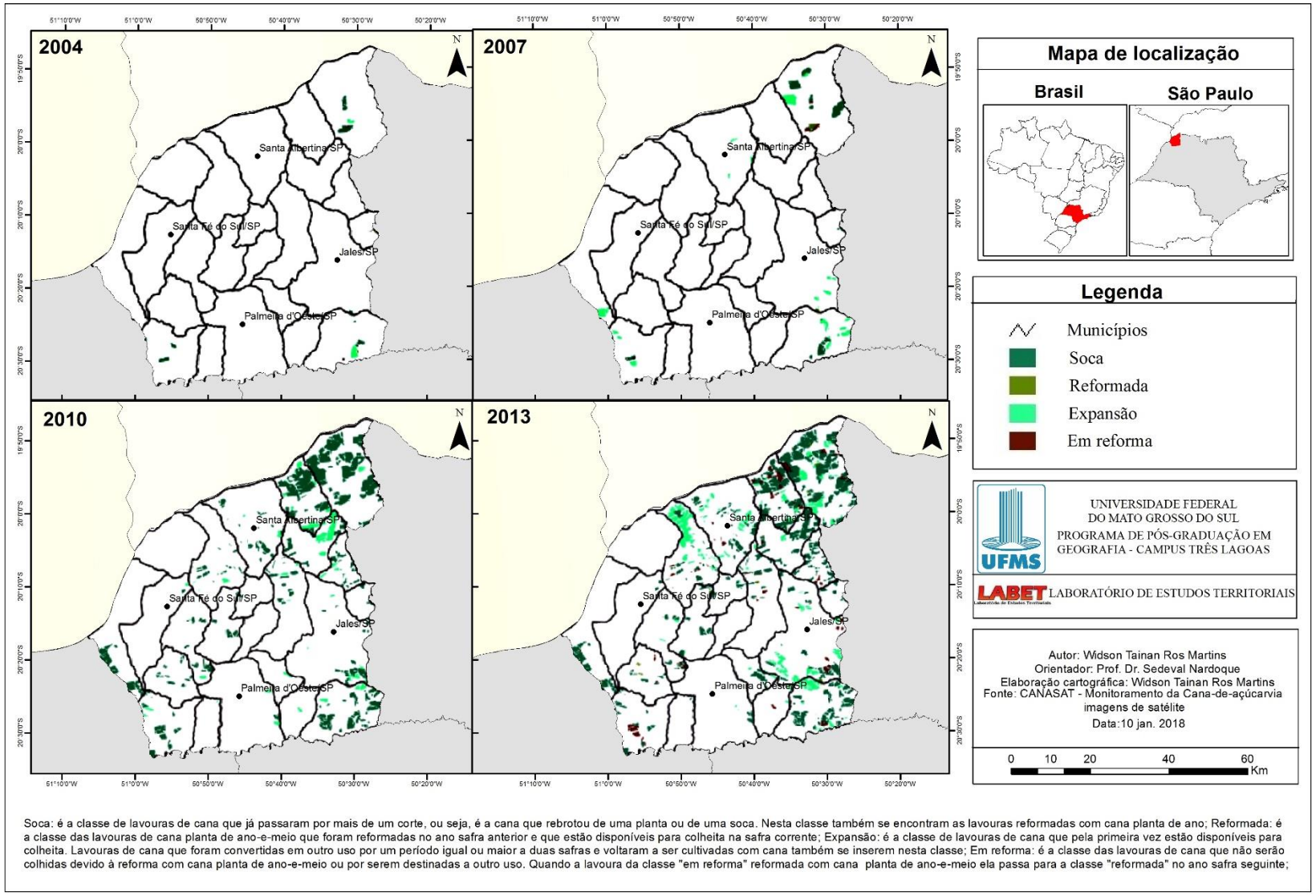
	Lavouras permanentes		Lavouras temporárias	
Municípios	**Agricultura familiar**	**Agricultura não familiar**	**Agricultura familiar**	**Agricultura não familiar**
Aparecida d'Oeste	932	715	302	63
Aspásia	362	512	44	69
Dirce Reis	20	33	17	3.438
Dolcinópolis	66	176	11	36
Jales	916	1.932	202	451
Marinópolis	741	619	50	4
Mesópolis	14	4	472	1.042
Nova Canaã Paulista	715	432	306	85
Palmeira d'Oeste	1.255	399	119	56
Paranapuã	99	327	1	295
Pontalinda	435	332	177	305
Populina	75	273	157	3.133
Rubinéia	20	54	57	284
Santa Albertina	119	684	534	1.335
Santa Clara d'Oeste	66	5	131	362
Santa Fé do Sul	273	158	97	294
Santana da Ponte Pensa	397	194	345	98
Santa Rita d'Oeste	354	195	201	41
Santa Salete	596	313	90	27
São Francisco	505	162	113	30
Três Fronteiras	241	125	741	60
Urânia	322	497	206	247
Vitória Brasil	341	150	82	398
Total	8.864	8.291	4.455	12.153

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário de 2006. Organizada pelo autor.

Durante o trabalho de campo, constatou-se que as propriedades arrendadas para a atividade canavieira são aquelas maiores que 30 hectares, justamente pelo fato

da renda paga pela usina para a exploração de áreas menores serem muito baixas, que torna tal prática inviável para pequenos camponeses sitiantes, e também pelo desinteresse da própria usina em arrendar propriedades pequenas, devido à dificuldade que as mesmas impões ao trabalho com os implementos e máquinas agrícolas durante o cultivo e a colheita.

Figura 5 – MRG Jales: evolução da cana-de-açúcar por município - 2004, 2007, 2010 e 2013.



Soca: é a classe de lavouras de cana que já passaram por mais de um corte, ou seja, é a cana que rebrotou de uma planta ou de uma soca. Nesta classe também se encontram as lavouras reformadas com cana planta de ano; Reformada: é a classe das lavouras de cana planta de ano-e-meio que foram reformadas no ano safra anterior e que estão disponíveis para colheita na safra corrente; Expansão: é a classe de lavouras de cana que pela primeira vez estão disponíveis para colheita. Lavouras de cana que foram convertidas em outro uso por um período igual ou maior a duas safras e voltaram a ser cultivadas com cana também se inserem nesta classe; Em reforma: é a classe das lavouras de cana que não serão colhidas devido à reforma com cana planta de ano-e-meio ou por serem destinadas a outro uso. Quando a lavoura da classe "em reforma" reformada com cana planta de ano-e-meio ela passa para a classe "reformada" no ano safra seguinte;

Fonte: CANASAT – Monitoramento da Cana-de-açúcar via imagens de satélite – 2004, 2007, 2010 e 2013. Organizado pelo autor.

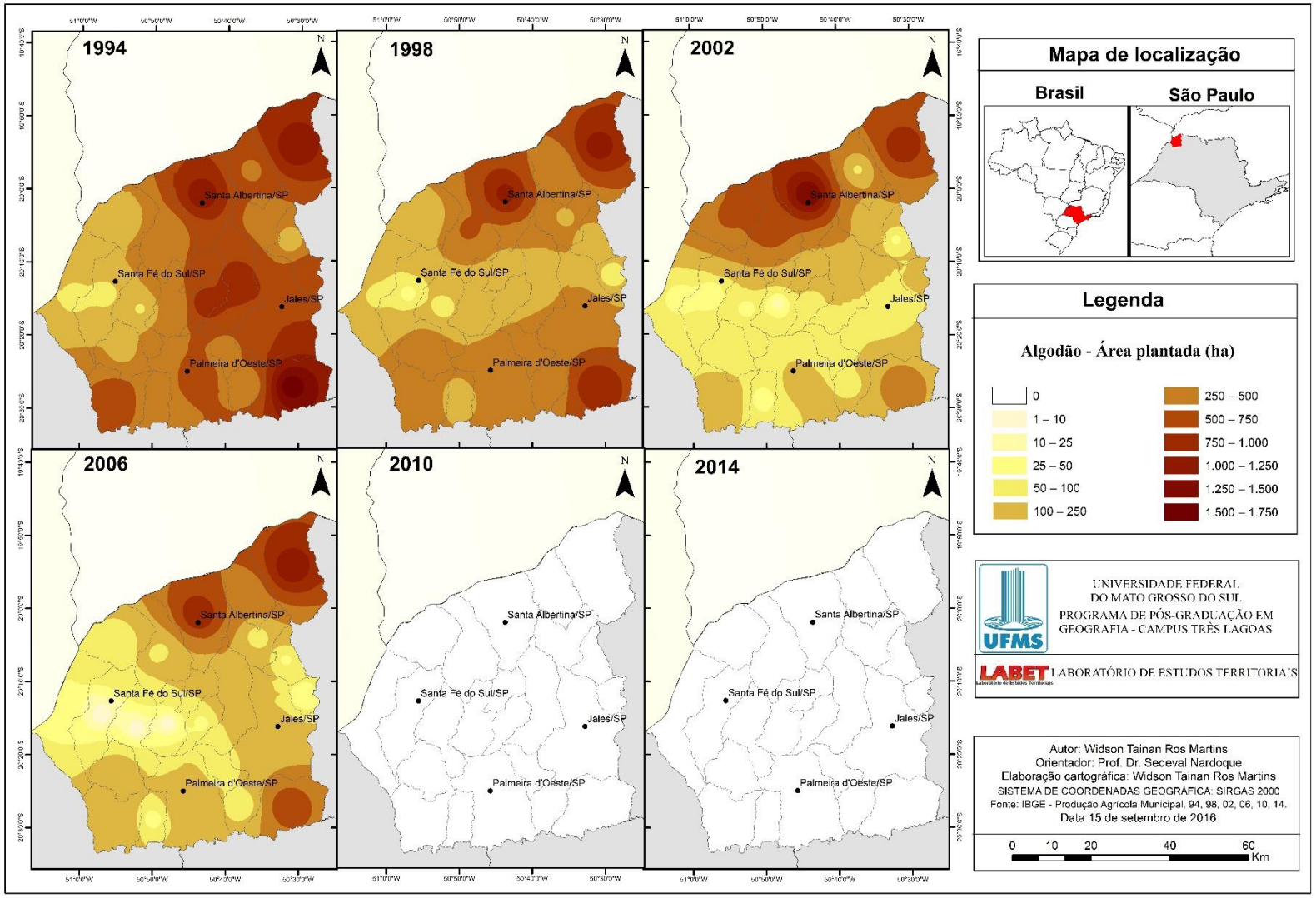
O algodão, este foi, entre as principais lavouras temporárias, o único cultivo que deixou de existir na Microrregião de Jales, conforme pode-se observar na figura 6. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal, disponibilizados pelo IBGE, em 1994, a área plantada com essa fibra era de 10.560 hectares, destacando-se como principais produtores os municípios de Pontalinda, Populina, Santa Albertina e Urânia.

Em 1998, a área plantada na Microrregião reduziu-se para 7.923 hectares, constatada em 18 dos 23 municípios, com exceção de São Francisco, que manteve a mesma área plantada de 1994; Dolcinópolis, Nova Canaã Paulista, Rubinéia e Santa Rita d'Oeste, que embora em pequena proporção, aumentaram a área plantada com algodão.

Em 2002, a área plantada com algodão na Microrregião continuou reduzindo-se, passando a 5.338 hectares cultivados. Ao contrário da maioria dos municípios, Santa Albertina, Santa Rita d'Oeste e Vitória Brasil foram os únicos que apresentaram aumento na área plantada com algodão em relação a 1998.

Ao contrário dos demais períodos, apesar de no contexto geral da Microrregião a área plantada com algodão tenha diminuído progressivamente, alguns municípios ampliaram sua área de cultivo. Em 2006 a área plantada com a fibra declinou para 4.810 hectares, e todos os municípios tiveram redução. A tendência a queda manteve-se constante, e em 2010 e 2014, essa atividade aparece como inexistente na Microrregião de Jales nos dados da Produção Agrícola Municipal.

Figura 6 – MRG Jales: área plantada com algodão por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

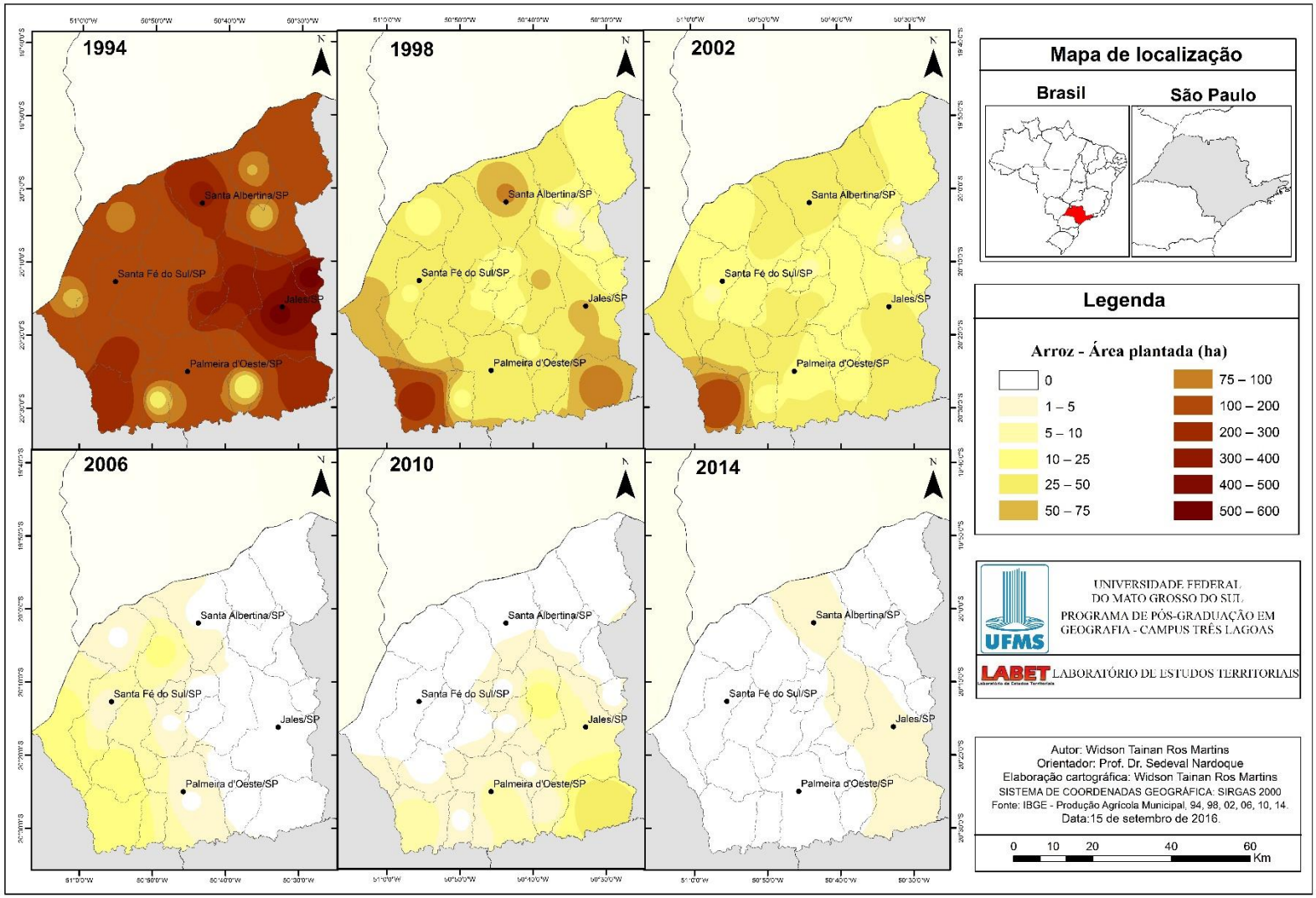


Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

A área ocupada pelo cultivo de arroz, na Microrregião de Jales, também apresentou redução acentuada durante o período compreendido em 1994 e 2014, conforme se observa na figura 7. Segundo os dados da Produção Agrícola Municipal, em 1994 a área plantada era de 3.336 hectares, sendo Jales, Santa Albertina e Urânia os principais municípios produtores. Em 1998, a área plantada foi reduzida para 1.007 hectares, em 2002 para 661 hectares, em 2006 para 92 hectares, em 2010 para 93 hectares, e por último, em 2014, apenas 15 hectares de arroz foram plantados na Microrregião, sendo 2 hectares em Jales, 5 hectares em Pontalinda, 3 hectares em santa Albertina e 5 hectares em Urânia.

Em 2014, a área plantada com arroz equivalia a apenas 0,44% da área ocupada no início do período, em 1994. Esse fenômeno de redução da área plantada com arroz seguiu a tendência do próprio estado de São Paulo, com redução da área plantada de 142.240 hectares, em 1994, para apenas 13.734, em 2014, ou seja, redução de mais de 90% durante o período analisado. Por outro lado, no estado do Rio Grande do Sul, maior produtor de arroz do Brasil, houve 13,9% de aumento em sua área plantada no mesmo período.

Figura 7 – MRG Jales: área plantada com arroz por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

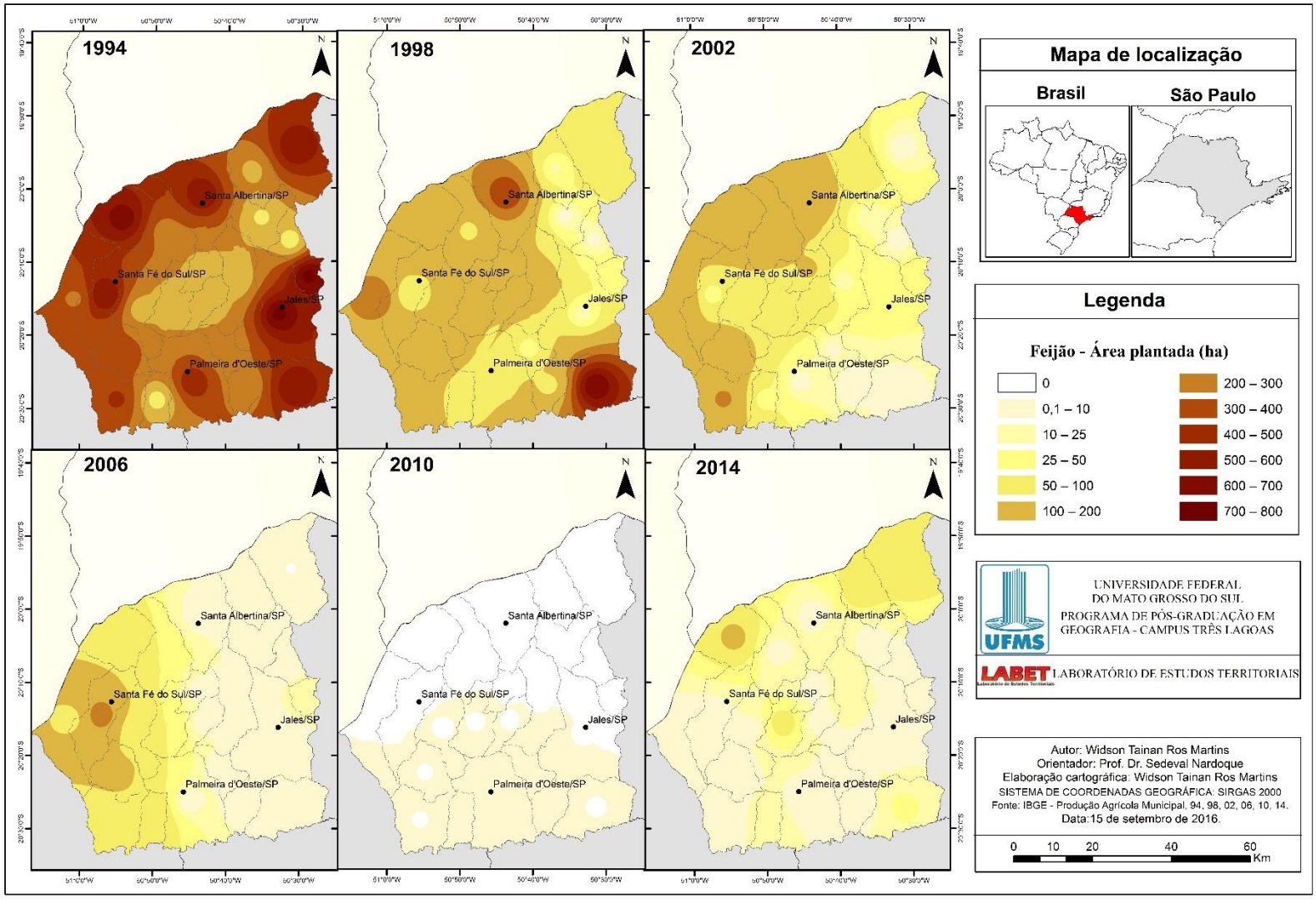


Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

O cultivo de feijão, por sua vez, embora teve drástica redução em sua área plantada, entre 1994 e 2014, apresentou sinais de recuperação (ver figura 8). Em 1994, a área plantada na Microrregião de Jales era de 6.858 hectares, destacando-se como principais produtores os municípios de Aparecida d'Oeste, Jales, Pontalinda, Populina, Santa Clara d'Oeste e Santa Fé do Sul. Em 1998, a área plantada foi reduzida para 2.977 hectares, sendo expressiva apenas nos municípios de Pontalinda e Santa Albertina. Nos períodos seguintes, novamente ocorreu redução na área plantada, de 1.668 hectares, em 2002, para 912 hectares, em 2006, e 10 hectares em 2010.

Contudo, em 2014 a área plantada de feijão mostrou sinais de recuperação, aumentando para 459 hectares, destacando-se os municípios de Santa Clara d'Oeste e Populina entre os demais. Tanto a redução da área plantada durante as duas últimas décadas quanto esse aumento observado no último período pode ser relacionado à variação de preços do produto ao longo dos anos. Durante o trabalho de campo, em um sítio no município de Paranapuã, encontrou-se uma pequena área plantada com feijão que, segundo o agricultor, era para o consumo da própria família, pois no supermercado o preço do produto estava alto, então era mais viável plantar ao invés de compra-lo.

Figura 8 – MRG Jales: área plantada com feijão por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.



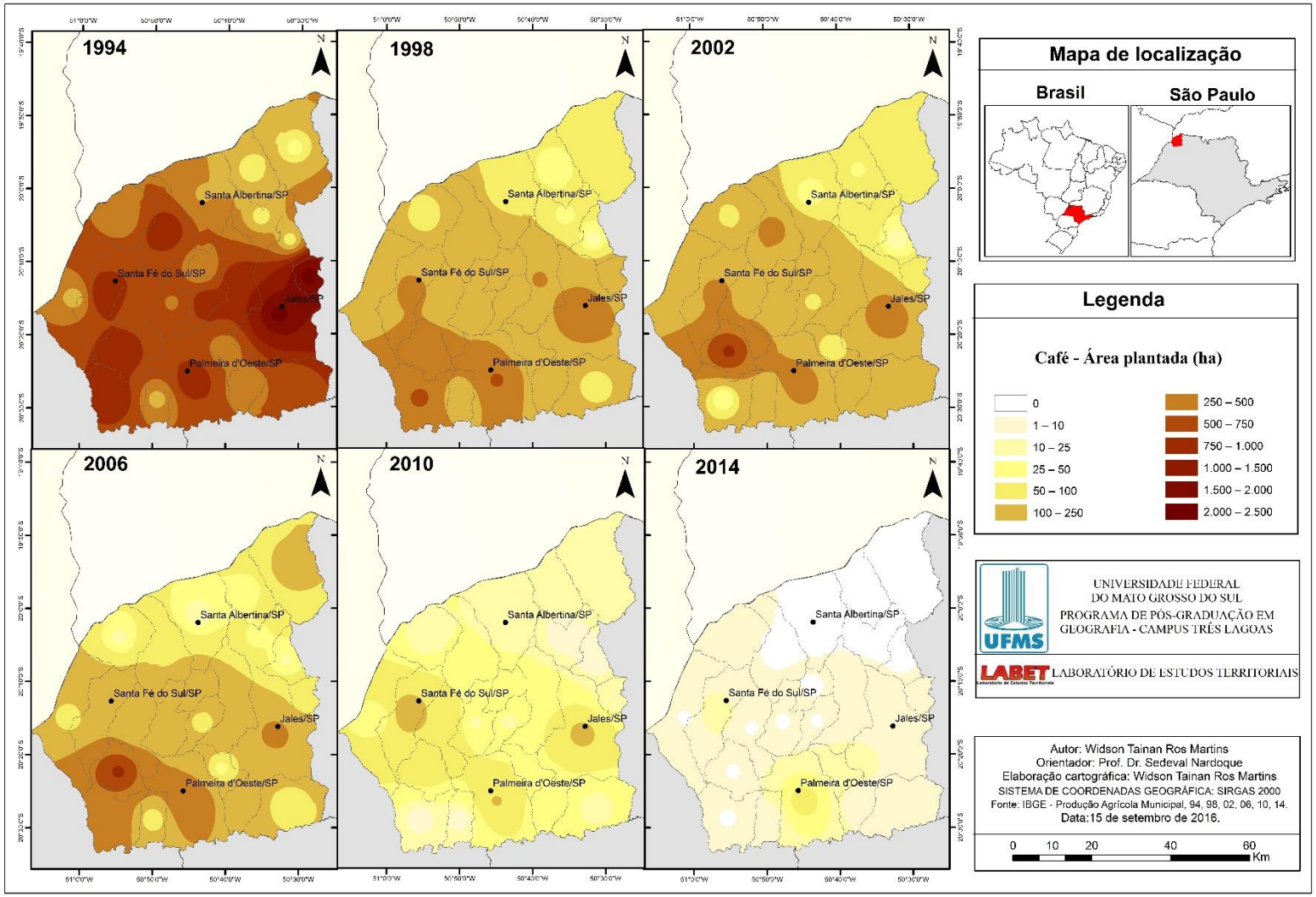
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

O café foi outro cultivo tradicional da Microrregião de Jales, com forte redução na área plantada. Em 1994, o café ocupava 11.347 hectares na Microrregião, sendo o município de Jales com a maior área plantada: 2.154 hectares. Em 1998, a área plantada reduziu-se 62,2%, com 4.287 hectares, sendo Aparecida d'Oeste e Palmeira d'Oeste os municípios com maior área, de 538 hectares em cada, e Jales com 462 hectares. Em 2002, a atividade mostrou pequeno sinal de recuperação, haja vista que a área plantada na Microrregião aumentou para 4.644 hectares, ou seja, 8,3% em relação ao período anterior. Nos períodos seguintes, a área plantada novamente diminuiu, passando para 3.555 hectares, em 2006; 900 hectares, em 2010, e 135 hectares, em 2014.

Dentre os municípios da Microrregião com destaque em área plantada de café, estão Palmeira d'Oeste, com 72 hectares, e Santa Fé do Sul e São Francisco, com 20 hectares em cada. A redução da área plantada com essa rubiácea, conforme se observa na figura 9, também está associada às condições desfavoráveis de preço no mercado, e, devido aos baixos rendimentos, muitos cafeicultores, sobretudo camponeses, não conseguiram permanecer na atividade, dedicando-se a outras atividades agrícolas[65].

[65] É certo que a área plantada com café reduziu-se drasticamente desde os anos 1970 e 1980, por problemas de intempérieis (como a grande geada de 1975), assim como pela redução da produtividade e quedas nos preços do produto. A esse respeito, Locatel (2004, p. 25) acrescenta: "A cafeicultura manteve-se como principal atividade econômica na região até meados da década de 1980. A partir daí, vários fatores contribuíram para a sua decadência, como a retração no consumo mundial, baixa qualidade do café brasileiro, grande quantidade do produto estocado, variações climáticas que afetaram sua produtividade. Esse conjunto de fatores implicaram em outros, como o processo de descapitalização dos agricultores e a conseqüente diminuição dos investimentos essenciais para a manutenção das lavouras, como adubação química e orgânica e tratamentos fitossanitários, que levaram à queda da produtividade [...]".

Figura 9 – MRG Jales: área plantada com café por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

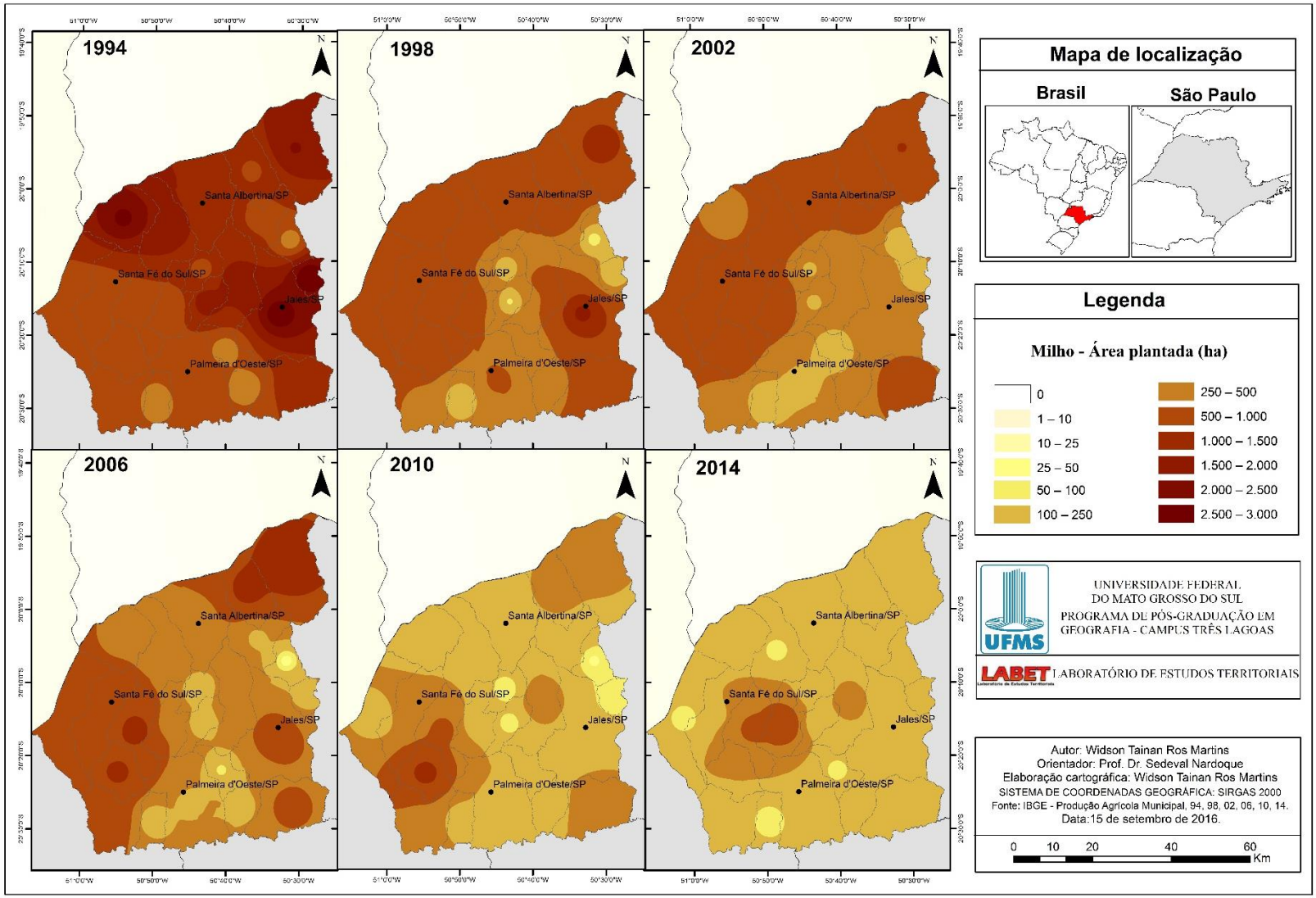


Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

O cultivo de milho apresentou significativa diminuição na área plantada. Em 1994, era de 22.460 hectares, com destaque para os municípios de Jales, Populina, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste e Urânia, os principais produtores da Microrregião. Em 1998, a área plantada caiu para 13.748 hectares, o que representa 61,2% da área plantada no período anterior.

Em 2002, a área plantada com milho novamente registrou diminuição, passando para 11.720 hectares, sendo Populina o principal município. No período seguinte, ocorreu pequeno aumento na área plantada, para 12.067 hectares, ou seja, em 2006 a área plantada com milho aumentou 2,9% em relação a 2002. Em 2010 e 2014 a área plantada apresentou redução, passando para 6.002 hectares e 4.340 hectares respectivamente. Destaca-se, no último período, o município de Três Fronteiras, com 600 hectares plantados. O fenômeno de redução da área e de dinâmica deste cultivo, pode ser observado na figura 10.

Figura 10 – MRG Jales: área plantada com milho por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

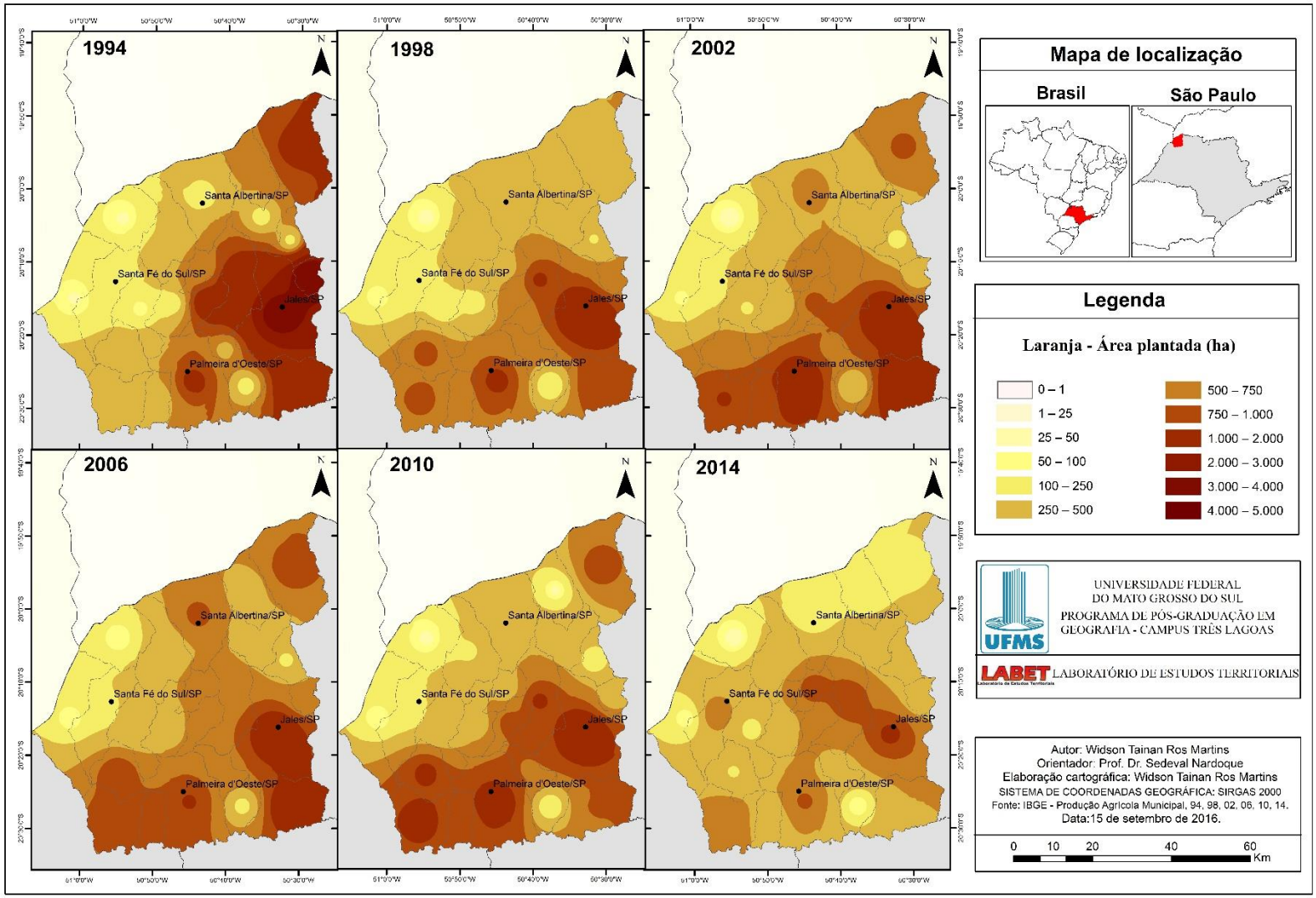
A laranja[66], por sua vez, é o cultivo que, apesar de ter registrado diminuição de 25,5% em sua área plantada, entre 1994 e 2014, conforme pode ser observado na figura 11, ainda se constitui como importante atividade agrícola desenvolvida na Microrregião de Jales. Em 1994, a área plantada com laranja era de 12.827 hectares, sendo Jales o município destaque, seguido de Urânia, Pontalinda, Palmeira d'Oeste e Populina. Em 1998, a área plantada diminuiu 4,6% em relação ao ano anterior, passando a ocupar 12.228 hectares, tendo redução ocorrida com maior intensidade no município de Jales, de 4.154 hectares plantados com laranja, em 1994, passou a 1.923 hectares, em 1998, com redução de 53,7% de um período para o outro.

Em 2002, a atividade mostrou sinais de recuperação, com área plantada aumentado 16,7% em relação a 1998, passando para 14.276 hectares, a maior do período analisado. Neste período ocorreu a ampliação da área plantada com laranja ocorreu em diversos municípios, dentre os quais destacam-se: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Pontalinda, Populina, Santa Albertina e Santa Salete.

Nos demais períodos, a área plantada com laranja, na Microrregião, diminuiu. Entre 2002 e 2006 a área plantada reduziu-se em 3,8%, enquanto entre 2006 e 2010 diminui 2,1%. No último período analisado, a área plantada caiu de 13.430 hectares, em 2010, para 9.547 hectares, em 2014, ou seja, 28,9%. Neste último período, os únicos municípios que não apresentaram redução da área plantada com laranja, em relação ao período anterior, foram Aspásia, Dolcinópolis, Mesópolis, Rubinéia, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa, e, conforme pode ser observado na figura 11, os municípios com maior área plantada eram Jales, Urânia, Aspásia, Palmeira d'Oeste, Aparecida d'Oeste e Santa Fé do Sul, respectivamente.

[66] Por ser a principal atividade agrícola estudada nesta pesquisa, o cultivo da laranja será analisado com maior profundidade no próximo capítulo.

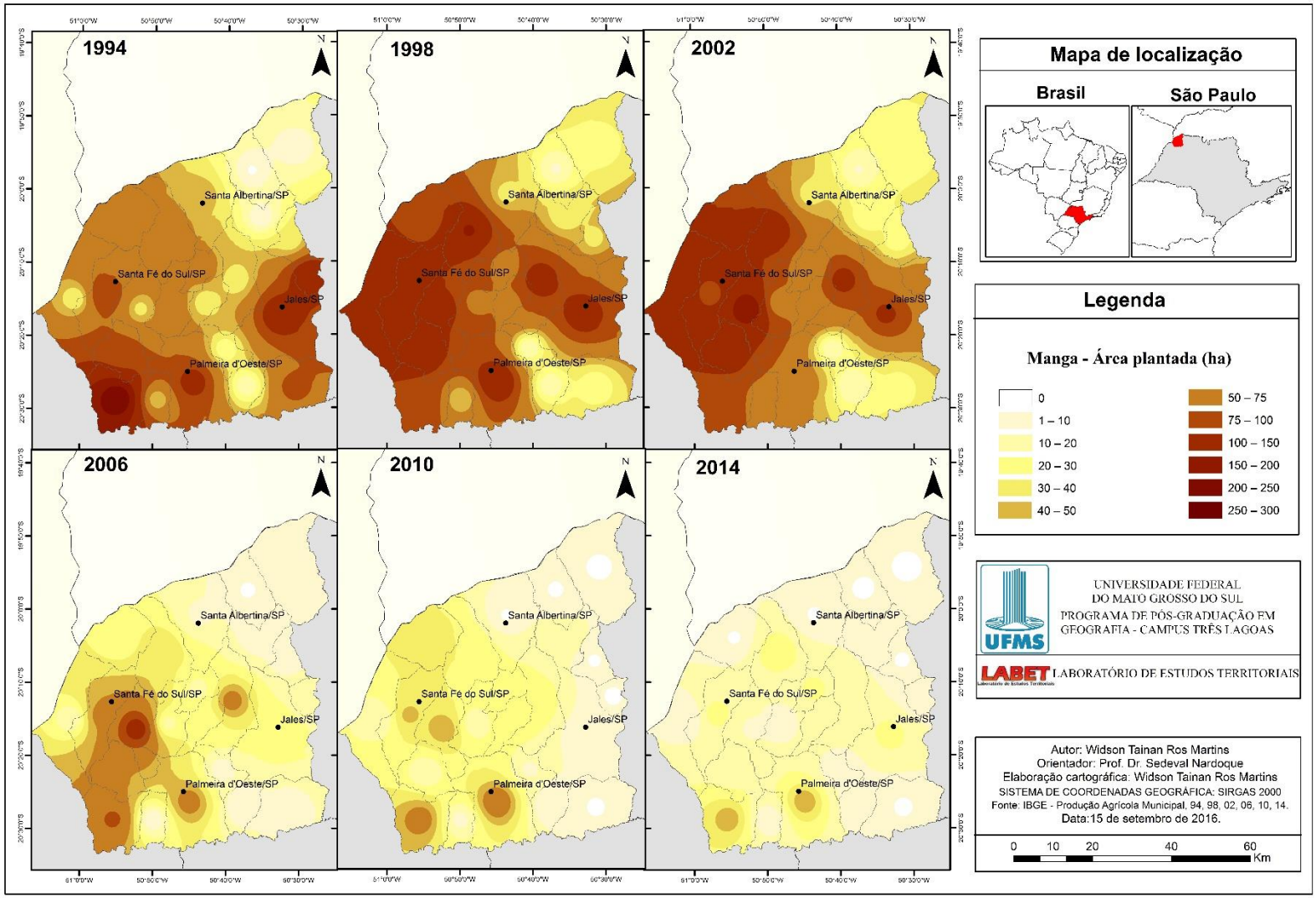
Figura 11 – MRG Jales: área plantada com laranja por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

A produção de manga tem menor expressividade econômica na Microrregião, em área plantada. Assim como outros cultivos, também teve redução de área plantada, de 78,4%, entre 1994 e 2014. Embora sua área plantada tenha aumentado 36,1%, entre 1994 e 1998, nos períodos seguintes a atividade declinou, sofrendo redução de 3,3%, entre 1998 e 2002, de 62,3%, entre 2002 e 2006, de 29,6%, entre 2006 e 2010, e de 38,2%, entre 2010 e 2014, sendo mais expressiva nos municípios de Palmeira d'Oeste e Aparecida d'Oeste, conforme pode ser observado na figura 12.

Figura 12 – MRG Jales: área plantada com manga por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.



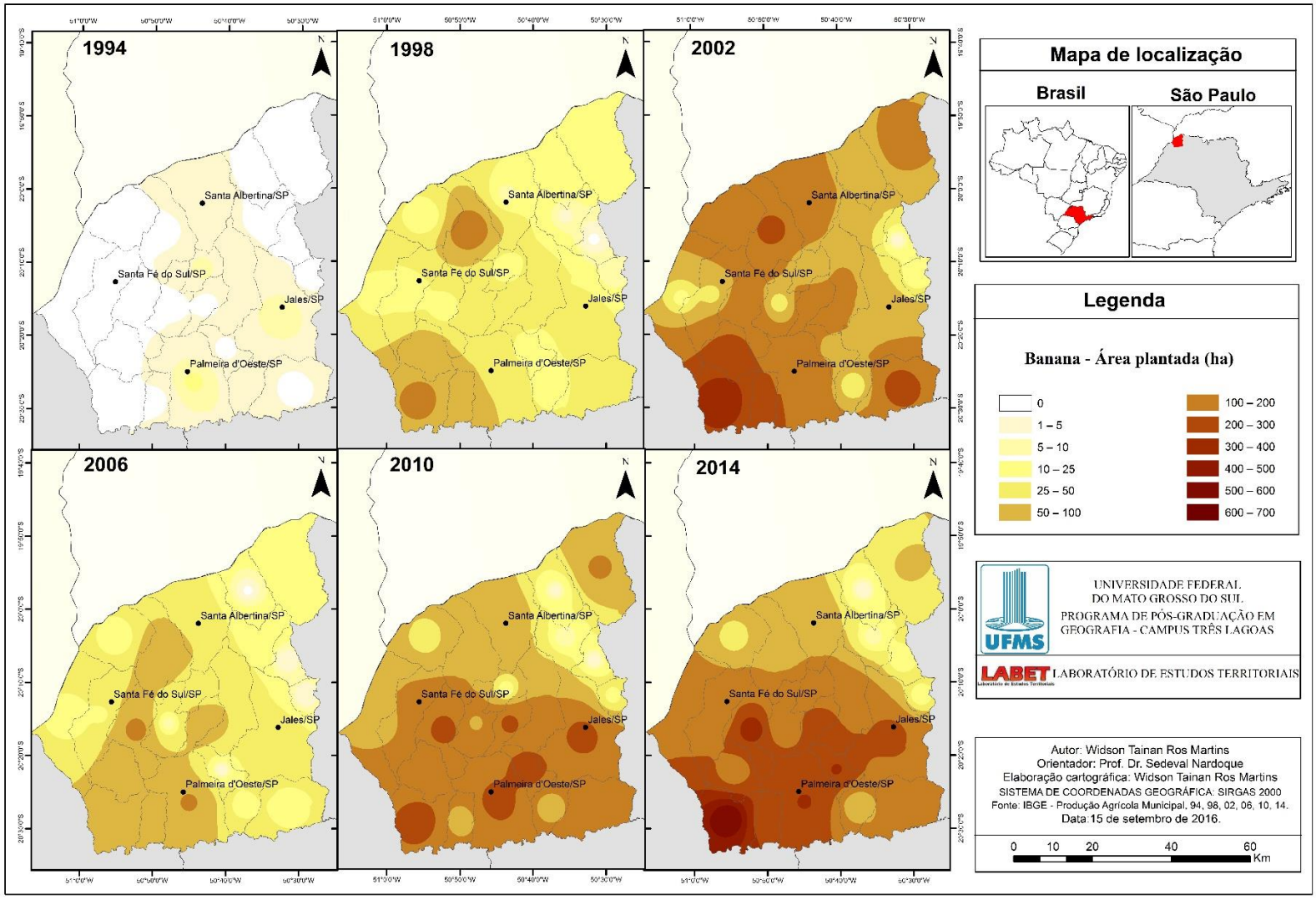
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

O cultivo de banana, por sua vez, apresentou grande aumento em sua área na Microrregião, entre 1994 e 2010, passando de 37 hectares, no primeiro ano, para 3.506 hectares, no último, como observado na figura 13. Sua área plantada aumentou para 816 hectares em 1998 e, em 2002, esse número subiu para 2.898 hectares. Porém, no período seguinte, a atividade mostrou sinal de declínio, com redução na área plantada de 69,4%, entre 2002 e 2006. Contudo, nos períodos seguintes, a atividade recuperou-se, com área plantada expandindo-se 188%, entre 2006 e 2010, e 37,7%, entre 2010 e 2014.

No último período, representado na figura 13, a produção de banana era mais expressiva nos municípios de Aparecida d'Oeste, Três Fronteiras, Palmeira d'Oeste e São Francisco. Conforme informações obtidas em campo, embora em alguns casos essa atividade tenha substituído áreas até então ocupadas com laranja, o cultivo de banana relaciona-se, principalmente, à renovação de pastagens, área sob a qual ela tem avançado nos últimos anos. Era a mesma função com o cultivo de algodão (além de outros) nos anos anteriores ao avanço da cana na Microrregião de Jales.

.

Figura 13 – MRG Jales: área plantada com banana por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.



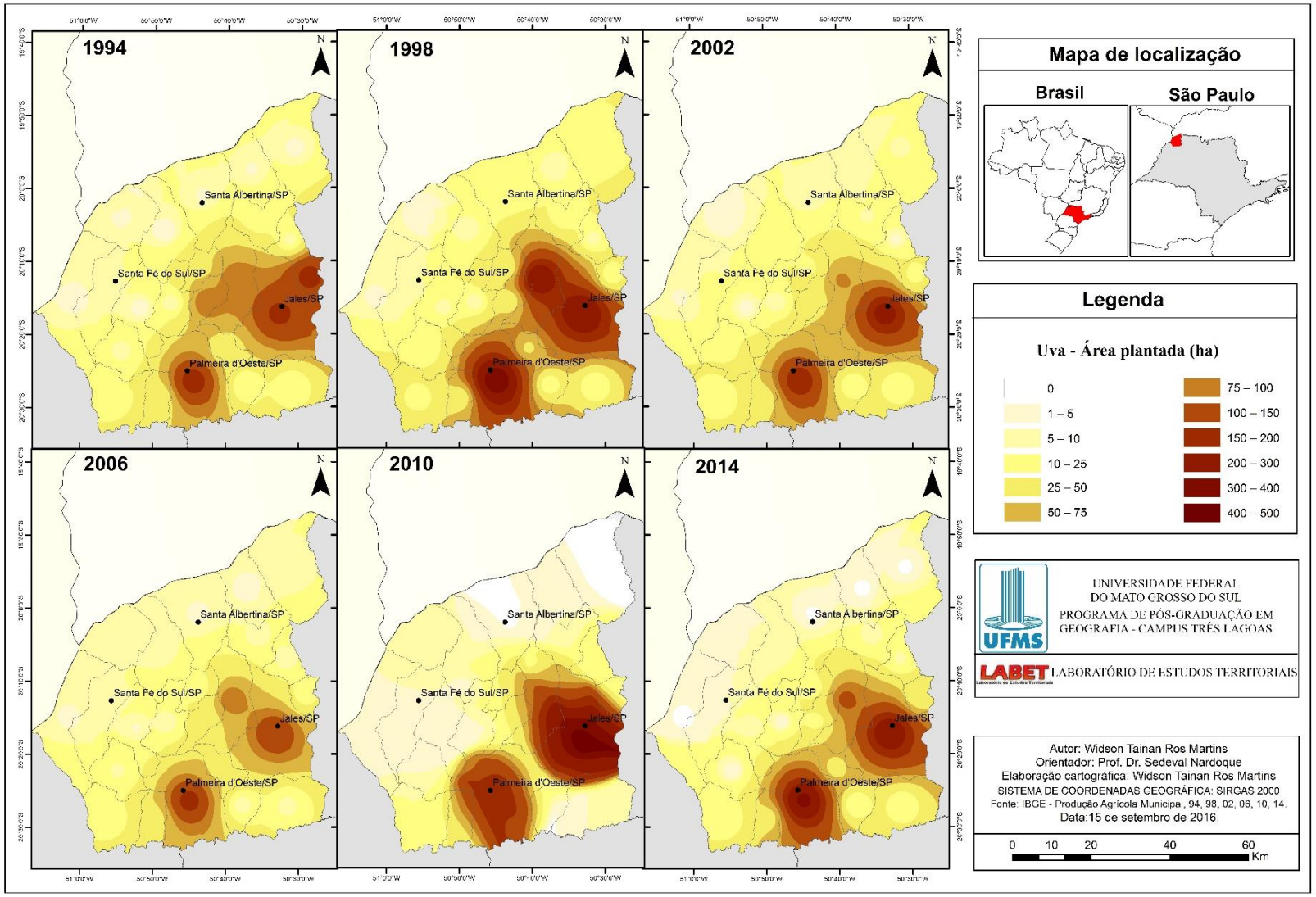
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

No caso da uva, é relativamente recente na Microrregião de Jales, tendo em vista que passou a ser desenvolvida nas últimas três décadas. Embora não se destaque em termos de área ocupada, é uma atividade de muita importância para a economia regional, sendo a Microrregião de Jales a terceira maior produtora do estado de São Paulo, responsável pela produção de 24.486 toneladas da fruta em 2014, atrás apenas da Microrregião de Piedade (63.552 toneladas) e de Jundiaí (26.603 toneladas), conforme dados da Produção Agrícola Municipal.

Em 1994, a área plantada com uva, na Microrregião de Jales, era de 625 hectares, destacando-se os municípios de Palmeira d'Oeste, Jales e Urânia como os maiores produtores da fruta. Em 1998, essa área aumentou 99,3%, passando para 1.246 hectares cultivados. Contudo, no período de 2002 e 2006, houve redução, para 813 hectares, em 2002, com queda de 34,7% na área plantada em relação a 1998, e, em 2006, para 655 hectares, redução de 19,4% em relação a 2002.

Em 2010, a área plantada com a fruta novamente aumentou, passando a 1.002 hectares, aumento de 52,9% em relação a 2006. Em 2014, por sua vez, a área plantada diminui 9,8%, em relação a 2010, passando a 903 hectares cultivados com uva na Microrregião, destacando-se novamente os municípios de Palmeira d'Oeste, Jales e Urânia como os maiores produtores (ver figura 14). Essas variações, além de possuírem relação direta com a oscilação nos preços pagos pela fruta ao longo dos anos, principalmente devido à concorrência com as uvas produzidas no nordeste brasileiro, também está associada a prática de calote realizada por vários atravessadores que atuaram na região.

Figura 14 – MRG Jales: área plantada com uva por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

O rebanho de bovinos diminuiu 11,5% na Microrregião de Jales, entre 1994 e 2014, fenômeno representado pela figura 15. Em 1994, segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, havia 414.274 cabeças de bovinos, sendo os municípios de Palmeira d'Oeste, Jales, Urânia, Populina e Santa Albertina aqueles com maiores rebanhos. Em 1998, esse número reduziu-se para 402.889 cabeças, voltando a aumentar em 2002, quando foram contabilizadas 436.957 cabeças.

O ritmo de crescimento se manteve em 2006, aumentando para 440.539 cabeças da Microrregião. No período em que o rebanho de bovinos aumentou 6,3%, entre 1994 e 2006, a área de pastagens também aumentou 1,9%, conforme se observa nos dados dos Censos Agropecuário de 1996 e 2006, expressos na tabela 8. Contudo, em 2010 a atividade novamente entrou em declínio, com redução de 6,7% no rebanho, em relação a 2006. Em 2014, esse número havia reduzido para 366.229 cabeças, ou seja, menos 11,5% em relação a 1994. Os municípios com o maior número de bovinos, neste último período analisado, eram Palmeira d'Oeste, Jales, Santa Fé do Sul e Santa Albertina, com 33,6% do rebanho de bovinos da Microrregião.

Tabela 8 - MRG Jales: utilização das terras por grupo de atividade econômica – 1995 e 2006.

Grupo de atividade econômica	1995		2006	
	Área estab. (ha)	Área estab. (%)	Área estab. (ha)	Área estab. (%)
Lavouras permanentes	32.085	9,24	30.409	8,91
Lavouras temporárias	31.671	9,12	20.272	5,94
Pastagens	257.896	74,25	262.889	77,03
Matas e florestas naturais	12.044	3,47	13.259	3,89
Matas e florestas artificiais	1.348	0,39	344	0,1
Terras não utilizadas	12.260	3,53	1.846	0,54
Área Total dos estabelecimentos	347.308	100	341.266	100

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Agropecuário de 1996 e 2006. Organizada pelo autor.

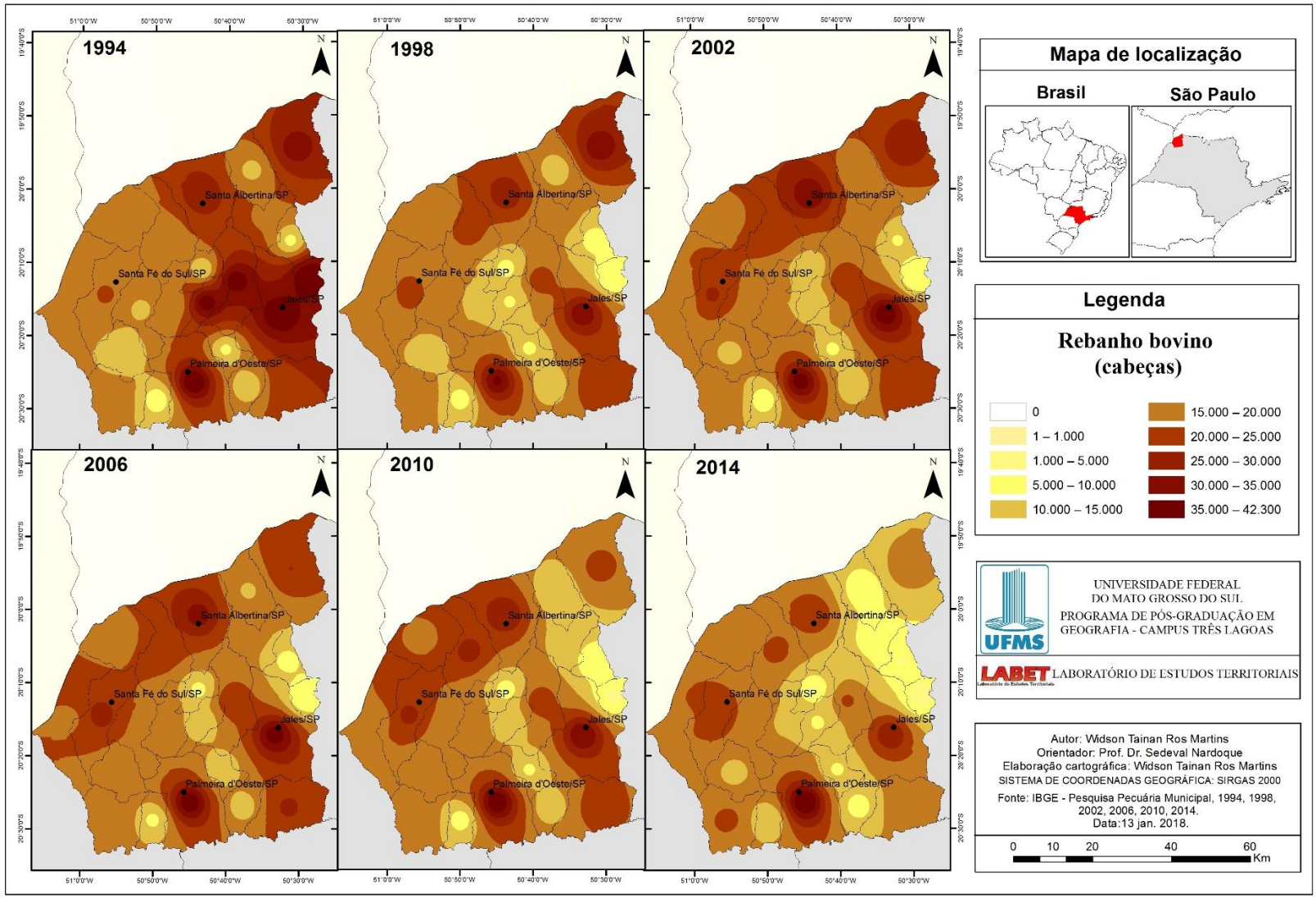
Neste contexto, a produção de leite na Microrregião Jales também apresentou variações significativas. Entre 1994 e 2010, a produção da aumentou 37,1%, sendo mais expressiva nos municípios de Palmeira d'Oeste, Jales, Santa Albertina, Urânia, e Pontalinda, respectivamente, conforme demonstram os dados da tabela 9. Entretanto, de 2010 para 2014, a produção sofreu acentuada queda, de 29,5%, passando a ser 3,3% menor que em 1994, primeiro período analisado. O único município sem redução na produção de leite, entre 2010 e 2014, foi Santa Salete, com aumentou em 4%.

Tabela 9 – MRG Jales: produção de leite (mil litros) – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.

Município	Ano					
	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Aparecida d'Oeste	3.372	2.742	2.460	2.431	2.962	2.022
Aspásia	1.324	1.253	1.389	2.251	2.107	1.201
Dirce Reis	1.031	1.181	1.360	3.479	3.462	1.225
Dolcinópolis	1.124	1.266	1.604	2.332	1.990	1.172
Jales	5.415	5.065	5.964	8.858	7.634	5.020
Marinópolis	1.246	1.134	968	796	926	632
Mesópolis	1.181	1.706	2.132	2.779	3.456	1.855
Nova Canaã Paulista	1.722	1.437	1.315	1.493	1.573	1.239
Palmeira d'Oeste	5.431	5.417	5.930	8.427	8.186	5.925
Paranapuã	1.710	2.046	2.240	2.935	3.070	1.890
Pontalinda	3.294	3.718	3.693	4.845	5.040	3.208
Populina	2.139	2.897	2.937	4.664	4.648	4.044
Rubinéia	1.476	1.174	1.279	1.737	1.721	1.335
Santa Albertina	5.888	4.940	6.082	6.829	6.440	5.106
Santa Clara d'Oeste	2.632	2.223	1.779	1.467	1.463	1.199
Santa Fé do Sul	3.585	3.344	2.569	3.087	2.568	1.916
Santana da Ponte Pensa	1.656	1.374	1.541	1.951	2.012	1.415
Santa Rita d'Oeste	2.783	2.649	2.684	2.965	2.293	1.532
Santa Salete	--	1.794	1.844	2.504	3.100	3.224
São Francisco	988	1.065	1.129	1.876	2.040	1.952
Três Fronteiras	2.583	2.339	2.016	2.344	2.419	1.425
Urânia	5.174	3.358	3.610	5.319	6.240	4.431
Vitória Brasil	--	455	692	998	1.115	907
Total	55.754	54.577	57.217	76.367	76.465	53.875

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. (--) Dados inexistentes. Organizada pelo autor.

Figura 15 - MRG Jales: rebanho bovino (cabeças) por município - 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.



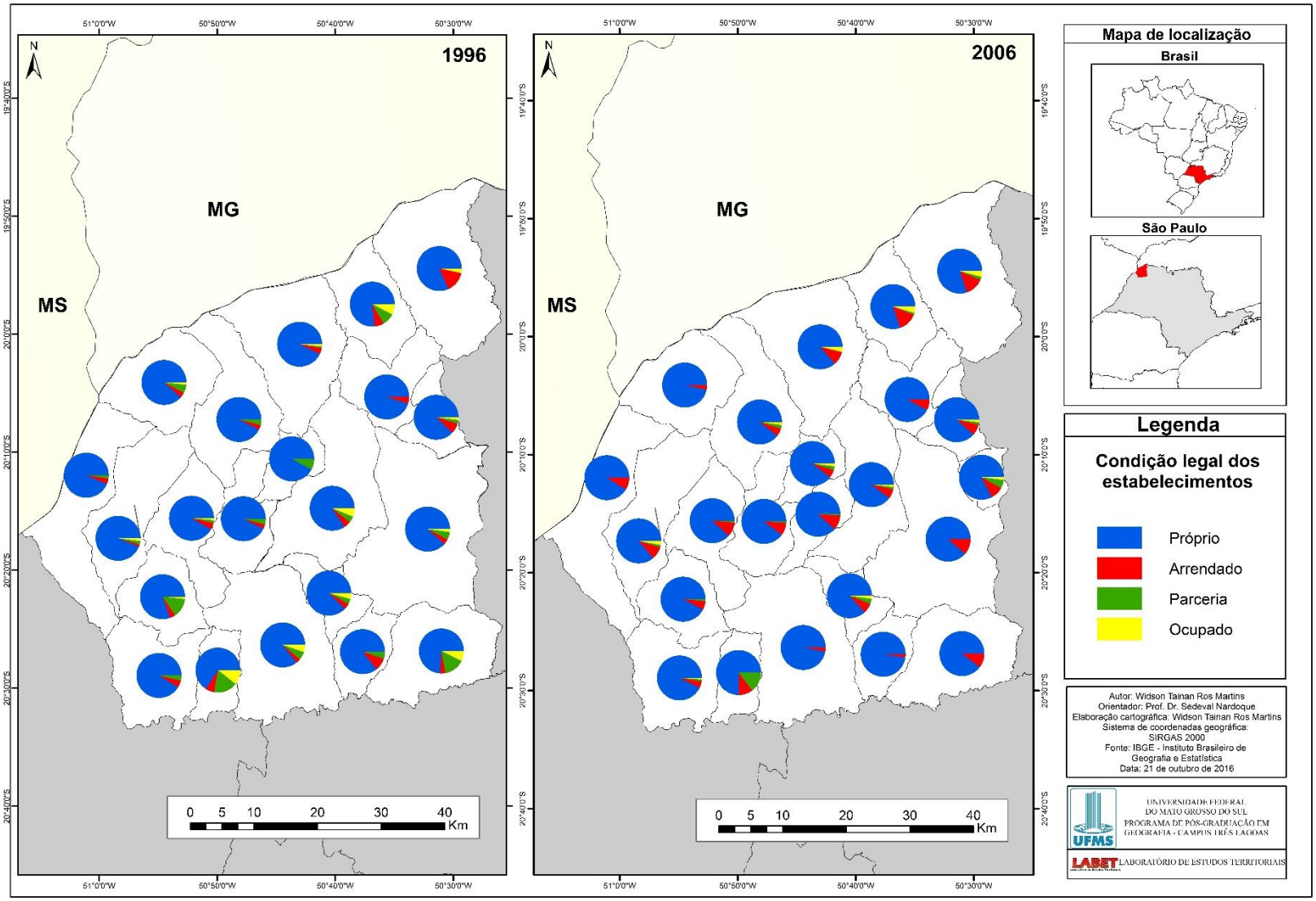
Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Organizado pelo autor.

Como se pode verificar, as lavouras tradicionalmente desenvolvidas na Microrregião de Jales, como o café, o algodão e o arroz perderam importância nas duas últimas décadas, sendo que, neste mesmo período, destacou-se a cana-de-açúcar, com aumento progressivo de sua área plantada. A fruticultura, por sua vez, apresentou importantes variações ao longo desse período, principalmente os cultivos de maior exigência no uso de agroquímicos e mais tecnificados, como a uva e a laranja, com redução na área plantada, contudo, sem perderem importância socioeconômica na região.

Todas essas mudanças na dinâmica agrícola da Microrregião refletem na condição do produtor em relação à terra, conforme se observa na figura 16. Comparando os resultados do Censos Agropecuário de 1996 e 2006, verifica-se que, no primeiro, 87,2% dos estabelecimentos tinham como responsável o proprietário, 4,4% arrendatários, 5,3% parceiros e 2,9% ocupantes, enquanto no segundo representavam 91,3%, 8,1%, 1,6% e 1,4%, respectivamente.

O aumento da condição de arrendatário relaciona-se à expansão do setor sucroenergético na Microrregião, pois a prática de arrendamento é a forma de efetivar-se a posse sobre terras para o plantio de cana-de-açúcar, enquanto a diminuição da parceria relaciona-se a redução na área plantada com café e uva, haja vista que ser uma relação de trabalho muito utilizada nestas atividades.

Figura 16 – MRG Jales: condição legal dos estabelecimentos rurais por município – 1996 e 2006.



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censos Agropecuários de 1996 e 2006.

No geral, na Microrregião de Jales, ao longo das duas últimas décadas analisadas, constatou-se significativas transformações em sua dinâmica agrícola, pincipalmente no que diz respeito ao aumento da área de cultivos temporários e a diminuição dos cultivos permanentes. Neste contexto, cultivos agrícolas tradicionalmente desenvolvidos tiveram a área plantada drasticamente reduzida ou mesmo desapareceram, enquanto outros, cuja dependência de técnicas de cultivo modernas é maior, não apresentaram variações muito significativas.

Alguns indicativos, tais como a variação dos preços desses produtos ao longo dos anos, o aumento dos custos de produção, as oscilações na oferta e na procura dos mesmos e também o surgimento e a expansão do setor sucroenergético, podem ser considerados como fatores determinantes a essas modificações na dinâmica agrícola da Microrregião de Jales.

Como exemplo, pode-se citar os cultivos de algodão e milho, que eram, em grande parte, realizados em terras arrendadas pelos fazendeiros criadores de gado para renovação de suas pastagens, o que explica a localização das principais áreas desses cultivos nos municípios de maior concentração fundiária. Neste sentido, pode-se associar a redução da área plantada com algodão à expansão do setor sucroenergético na Microrregião, tendo em vista que nestes mesmos municípios, muitas das áreas que até então eram alternadas com o plantio de pastagens com esses cultivos temporários, foram arrendadas pelas usinas para o plantio de cana-de-açúcar.

Outro exemplo são os casos da laranja e da uva. Nestas duas atividades, a maior dependência de técnicas de cultivo modernas e o uso de grande quantidade de agrotóxicos fez com que aumentassem seus custos de produção. Este fator, associado a outros, como as variações e queda de preço e a concorrência com frutas de outras regiões, fez com que muitos camponeses sitiantes deixassem de cultiva-las e migrassem para outros cultivos e atividades agrícolas. No caso específico da laranja, outros fatores contribuíram para a diminuição de sua área plantada na Microrregião, tais como a proliferação de doenças e as normas fitossanitárias criadas pelo Estado para o seu controle, levando muitos a abandoarem essa atividade, assunto melhor desenvolvido no próximo capítulo.

4. MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE LARANJA NO NOROESTE PAULISTA

4. MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DE LARANJA NO NOROESTE PAULISTA

A atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, denominado por Oliveira (2016) de mundialização e por Santos (2000) de globalização, tem como características principais a reordenação territorial em escala mundial por meio da formação, compra e fusões de monopólios econômicos que passaram a comandar a economia e a internacionalizar os processos produtivos, além da circulação de mercadorias em escala mundial, tudo isso possibilitado graças ao uso de técnicas cada vez mais avançadas (OLIVEIRA, 2016; SANTOS, 2000).

Para Santos (2006, p.171), é o estado das técnicas que, em um dado momento de sua evolução, determinará as características do espaço geográfico e da sociedade. Ainda, no entender do autor, é pelas técnicas que as épocas se distinguem entre si. As técnicas do período atual são responsáveis pela criação de um meio cada vez mais artificializado, denominado por Santos (2006, p. 233) de meio técnico-científico-informacional. Segundo esse autor:

> [...] os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção. (SANTOS, 2006, p. 233).

Neste espaço artificializado, produzido para criar as condições necessárias à reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos, aumenta também a importância dos capitais fluxos e a necessidade de movimento.

> Uma das características do presente período histórico é, em toda parte, a necessidade de criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc. Os países distinguem-se, aliás, em função das possibilidades abertas a essa fluidez. Por isso um dos capítulos mais comuns a todos eles é a produção do seu equipamento, isto é, da criação ou aperfeiçoamento dos sistemas de engenharia que facilitam o movimento. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 261).

No período técnico-científico-informacional, a fluidez do território[67] também encontra suporte nas redes elaboradas por meio da unicidade das técnicas, permitida

[67] Para Santos (2007, p.13), "[...] o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência". in: SANTOS, Milton. O dinheiro e

graças às técnicas da informação, pela cibernética, informática e eletrônica. Essas técnicas, que são por excelência símbolos desta época, possibilitaram ao homem a criação de computadores cada vez mais avançados, ampliando a capacidade de comunicação, permitindo rapidez e a imediatez na emissão e recepção de informações, mensagens e ordens entre pontos cada vez mais distantes por intervalos de tempo cada vez mais curtos (SANTOS, 2007).

A unicidade das técnicas ou a comunicação em rede das diversas técnicas existentes, tem papel determinante sobre o uso do tempo, pois permitiu, "[...] em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico" (SANTOS, 2000, p. 25). Segundo o raciocínio de Haesbaert (2007, p. 58)[68], "[...] a rede é o veículo por excelência da maior fluidez que atinge o espaço e, no nosso ponto de vista, o componente mais importante da territorialidade contemporânea", ao ponto de se tornarem o principal elemento na configuração territorial.

> [...] A formação das redes, facilitada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação tem permitido a aceleração das transações financeiras, da circulação de capitais e, consequentemente, facilitado a apropriação da mais-valia na forma dinheiro. (SPOSITO e SPOSITO, 2012, p.4).

A expansão desses sistemas de objetos, destinados a dotar o território de fluidez, beneficia diretamente o grande capital, representado não apenas por empresas multinacionais, mas também por empresas globais, cujo poder ultrapassa o poder dos Estados, tornando-as um dos principais agentes da globalização.

> [...] As alianças entre firmas de grandes dimensões organizam os mercados e os circuitos de produção, de modo a beneficiar-se de economias de escala, escolher as melhores implantações, aproveitar as especializações produtivas das firmas associadas, e assim reduzir os seus custos de produção. (SANTOS, 2006, p. 205).

Como consequência deste processo, emerge um sistema de poder cujo controle está nas mãos de poucos grupos corporativos, configurando verdadeiros monopólios no que diz respeito à regulação dos mercados. Santos e Silveira (2008) defendem que a globalização da economia contribuiu para aumentar as desigualdades territoriais no Brasil. Trabalham, também, com a ideia de que as

---

o território. In. SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

[68] HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a globalização. In. SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

desigualdades territoriais do presente resultam de diversas variáveis, e que apesar da dificuldade em classificá-las, considera-se desde as características naturais herdadas até as modificações da materialidade do meio geográfico. Para expor esse pensamento, examinam algumas situações características do território nacional, como aquilo que chamam de zonas de densidade e de rarefação, a fluidez e a viscosidade, os espaços da rapidez e da lentidão e os espaços luminosos e os espaços opacos.

Para os autores, o território brasileiro mostra diferenças de densidade quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações. Devido sua grande extensão e às desigualdades regionais e de renda, o processo de criação de espaços de fluidez e rapidez é seletivo e desigual, pois enquanto em algumas regiões verifica-se a criação e o aperfeiçoamento dos sistemas de engenharia que facilitam o movimento, em outras se observa a sua ausência, caracterizando o que chamam de espaços da lentidão e da viscosidade. Há também os espaços que acumulam maiores densidades técnicas e informacionais, tornando-se mais atrativos às atividades com maior conteúdo em capital, denominado pelos autores de espaços luminosos, e contraditoriamente, os subespaços onde tais características estão ausentes, chamam de espaços opacos.

Com a internacionalização dos processos produtivos, a dinamização da divisão do trabalho ganha força, sobretudo nos países subdesenvolvidos, influenciados pela lógica das grandes empresas, nacionais ou internacionais, no que diz respeito à elaboração de suas políticas interna e externa.

> Com a globalização, confunde-se a lógica do chamado mercado global com a lógica individual das empresas candidatas a permanecer ou a se instalar num dado país, o que exige a adoção de um conjunto de medidas que acabam assumindo um papel de condução geral da política econômica e social. [...] Na prática, a ação efetiva dá-se por intermédio de empresas, diferentes segundo os países, cada qual trabalhando exclusivamente em função dos seus próprios interesses individuais e buscando adaptar a esses interesses as práticas correntes de cada nação. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 255).

A expansão do meio técnico-científico-informacional no espaço rural brasileiro também ocorre de modo no qual possa beneficiar e atender aos interesses econômicos das empresas globais, que no atual período histórico são as protagonistas hegemônicas da cultura, da política e da economia.

> Cada uma dessas empresas é levada a ter uma lógica internacional fundada nas regras da competitividade derivadas do respectivo

> produto. É também a partir de tais regras que essas empresas buscam, em cada território nacional, a localização que melhor lhes convêm. Essa localização pode já estar “pronta”, se todas as condições requeridas ali se encontrarem presentes, ou pode ser preparada, acrescentando-se a lugares escolhidos os requisitos exigidos para que a operação empresarial seja rentável. É assim que se devem ler as atuais localizações das empresas, tanto no plano nacional quanto no plano global, pois tais firmas não hesitam em trocar de sítio quando aquele em que se encontram deixa de oferecer vantagens para o exercício de sua própria competitividade. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 256).

A reestruturação dos sistemas produtivos decorrentes da ação das empresas globais não ocorre apenas nos grandes centros industriais urbanos. Isso porque, diferentemente do período anterior, em que apenas as grandes cidades se apresentavam como o império da técnica e objeto de modificações cada vez mais sofisticadas e mais carregadas de artifício, hoje, esse mundo artificial inclui, também, o mundo rural, agora possuidor das condições necessárias ao funcionamento das empresas globais (SANTOS, 2006, p. 238).

No entender de Santos e Silveira (2008), após a Segunda Guerra Mundial o processo de modernização do campo ganhou força no Brasil, destacando o papel do Estado, por meio dos créditos públicos, como agente motivador da industrialização da agricultura no país.

> [...] Além da participação, por via de empréstimos e créditos, de organismos financeiros internacionais, é o próprio Estado que investe para dotar certas partes do país das condições de circulação indicados como indispensáveis para a chamada ‘abertura’ ao comércio externo. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 261).

O campo passa, então, a ganhar fluidez, passa a ser possuidor de flexibilidade igual ou superior à apresentada pelas cidades, tornando-se apto à difusão dos capitais industriais e financeiros (ELIAS, 2008, n.p.). Verifica-se, a partir de então, verdadeira descentralização da produção agrícola promovida por grandes empresas do setor, que estrategicamente se deslocaram para várias regiões do país em busca de vantagens que as tornem mais competitivas, regiões estas que, em outros momentos históricos, eram inviáveis às atividades agropecuárias e atualmente estão diretamente ligadas aos circuitos produtivos globalizados.

Tais transformações foram acompanhadas pela atuação do Estado e das empresas no sentido de controlar e regular o território por meio de sua normatização, pois “[...] no período atual, a ‘organização’ das ‘coisas’ passa a ser um dado fundamental [...].” (SANTOS, 2006, p. 228).

> A ordem mundial é cada vez mais normativa e, também, cada vez mais normada. Esse fato responde à preeminência da técnica em todos os aspectos da vida social, já que o próprio fenômeno técnico é ser, a um tempo, normativo e normado [...]. As próprias exigências do intercâmbio internacional, fazem nascer "uma *lex mercatoria* fundada sobre as leis do mercado e seu acompanhamento jurídico" (B. Badie & M. C. Smouts, 1992, p. 36) e onde "ao lado dos direitos nacionais e do direito internacional público, os operadores privados – mais ou menos de acordo com o Estado – organizam o seu sistema de normas e progressivamente as impõem". Paralelamente à proliferação de normas jurídicas, no conjunto do campo das relações sociais (Z. Laïdi, 1992, p. 37), impõe-se uma outra tendência, à uniformização, o que se verifica, segundo J. L. Margolin (1991, p. 97) "no campo da gestão, da tecnologia, do consumo e dos modos de vida". (SANTOS, 2006, p. 229).

Neste contexto se efetiva o circuito espacial de produção de laranja na Microrregião Geográfica de Jales, analisado neste capítulo. Atualmente o Brasil é o maior produtor mundial de laranja, destacando-se entre os principais países exportadores de suco concentrado e congelado da fruta. O estado de São Paulo, por sua vez, segundo a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (INVESTE SP), foi responsável por mais de 28,8% do total de laranja produzida no mundo em 2012[69], liderando o *ranking* da produção nacional, responsável por cerca de 82% das exportações de suco de laranja em 2017, conforme demonstram as Estatísticas do Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Governo Federal.

Em 2016, a Defesa Agropecuária de São Paulo constatou que havia 190.398.614 pés de laranja, distribuídos em 62.651 unidades de produção e sob a responsabilidade de 9.689 agricultores. Na Microrregião de Jales, esse mesmo órgão contabilizou, neste mesmo ano, 4.416.775 pés de laranja, correspondente a 2,3% do total do estado, distribuídos entre 1.303 unidades de produção e 1.296 proprietários.

Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos[70] (CitrusBr),

---

[69] Disponível em: <http://www.investe.sp.gov.br/setores-de-negocios/agronegocios/laranja/> Acesso em: 15 jan. 2018.

[70] Segundo as informações que constam na página da internet da associação, "[...] a CitrusBR foi fundada em junho de 2009 pelos maiores produtores e exportadores brasileiros de sucos cítricos e seus derivados: Cutrale, Citrosuco e Louis Dreyfus. Sua principal finalidade é defender os interesses coletivos dos exportadores de cítricos em escala nacional e internacional, monitorando questões de comércio internacional; lutando pela eliminação de barreiras comerciais; atuando na defesa de interesses institucionais; apoiando estudos técnicos para encontrar soluções e alternativas para os problemas do setor; interagindo com outras entidades do agronegócio; promovendo o consumo de suco e principalmente promovendo a imagem do setor por meio da divulgação de informações claras e transparentes. O conselho executivo da Associação é composto por membros das empresas

> Nos últimos 40 anos, o Brasil se consolidou como o maior produtor e exportador mundial de suco de laranja. A cada cinco copos de suco de laranja consumidos no mundo, três foram produzidos nos pomares espalhados pelo interior do Estado de São Paulo e Triângulo Mineiro, onde se forma o chamado "Cinturão Citrícola". Nessa região, a citricultura é responsável por impulsionar a economia de cerca de 350 municípios. (CITRUSBR, 2018)[71].

Welch e Fernandes (2008)[72] acrescentam que, até início da década de 1960, a produção paulista de laranja era basicamente destinada ao mercado doméstico de "suco fresco". A partir de 1962, a atividade citrícola em São Paulo reorganizou-se, objetivando a exportação para o mercado estadunidense, haja vista que, naquele ano, uma forte geada comprometeu a produção do estado da Flórida, a maior daquele país, abrindo caminho para a entrada do produto brasileiro. Desde então, o Brasil e, principalmente, o estado de São Paulo, tornou-se alvo de investimentos de ambiciosas empresas norte-americanas, e com a assistência técnica e financeira por elas oferecidas, "[...] iniciou-se o processo de industrialização do suco concentrado e a exportação para os EUA" (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 178).

Contudo, apenas em 1989, por razão de outra geada que abateu os pomares floridianos, que, pela primeira vez, a importação de suco concentrado brasileiro ultrapassou a capacidade de produção da Flórida, correspondendo a mais da metade do suco consumido nos EUA. O agronegócio da laranja consolidou-se na década de 1990, concomitantemente à concentração do poder de negociação nas mãos de grandes empresas processadoras de suco (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 174-9). Conforme esclarece Neves (2010), o Brasil exporta 98% de sua produção de laranja (a evolução das exportações brasileira de suco de laranja pode ser verificada no gráfico 8), correspondendo a 3/5 do suco consumido no mundo[73], sendo a União Europeia seu maior mercado consumidor, conforme se observa na figura 17.

No entender de Lopes (2009):

---

associadas: Cutrale, Citrosuco e Louis Dreyfus." Disponível em: <http://www.citrusbr.com> Acesso em: 15 jan. 2018.

[71] Disponível em: <http://www.citrusbr.com> Acesso em: 15 jan. 2018.

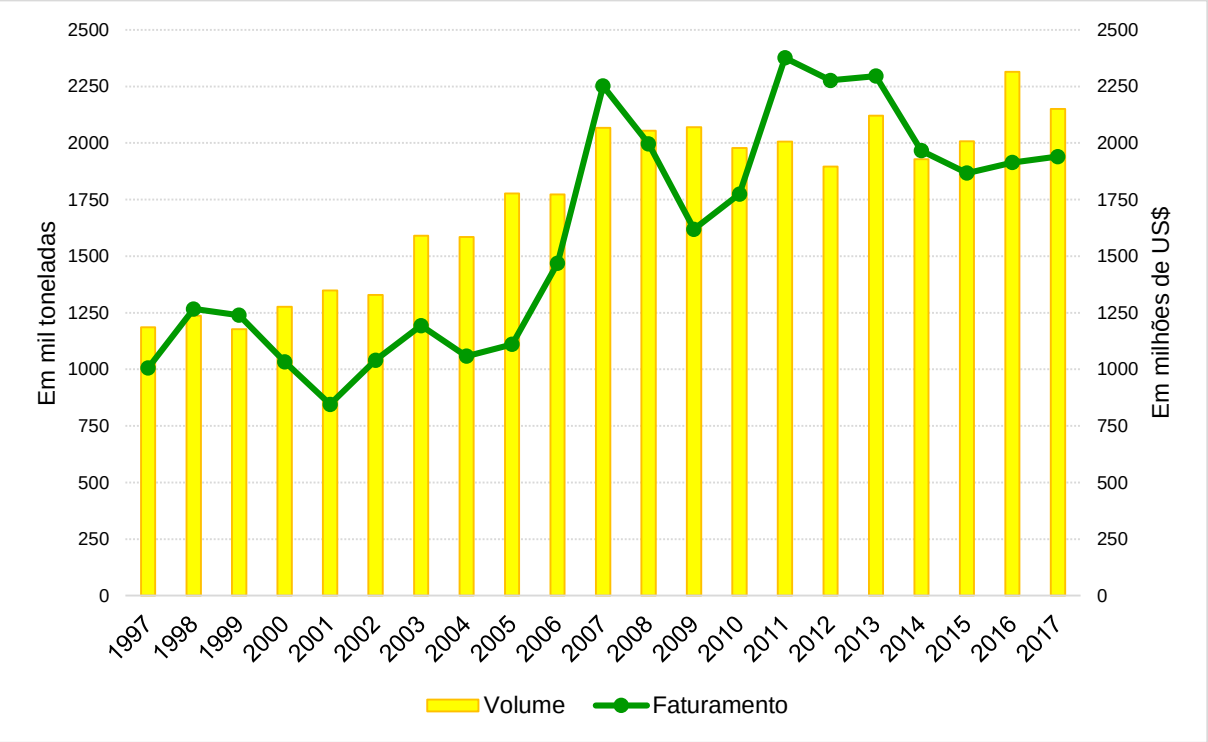
[72] In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

[73] "Em 19 de maio passado, o Fundo de Defesa do Citricultor (Fundecitrus), por meio do Projeto PES, divulgou estimativa para a safra 2015/16 para São Paulo e Triângulo Mineiro em 278,9 milhões de caixas de laranja de 40,8 quilos. A CitrusBR estima que desse total 30 milhões de caixas serão absorvidas pelo mercado interno para o consumo de frutas *in natura*, restando 248,9 milhões de caixas para processamento por todas as indústrias associadas e não associadas à CitrusBR, 13% a mais do que o estimado em maio de 2015." (CITRUSBR, 2015, p. 31). Disponível em: <http://www.citrusbr.com/revista/outubro2015/revista_citrus_1015.pdf> Acesso em: 13 jan. 2016.

> [...] a citricultura tornou-se uma commodity, cujos preços são determinados pelo mercado internacional de suco concentrado de laranja e a sua dinâmica não mais depende de decisões dos produtores, senão do setor industrial, ao qual está umbilicalmente ligada e, mais que isso, de forma subordinada. (LOPES, 2009, p. 70).

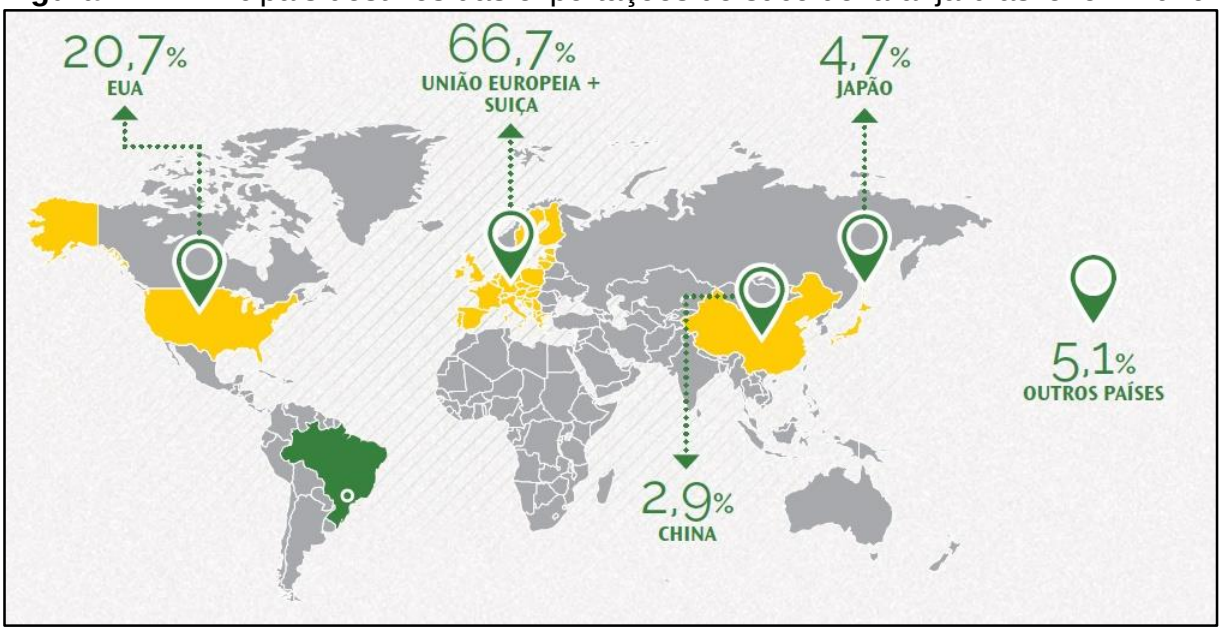
Sob os ditames de capitalistas envolvidos no agronegócio, a produção nacional de laranja foi articulada de forma a atender aos interesses do grande capital, representado pelas indústrias processadoras de suco. Apesar de seu reduzido número, tendo em vista que apenas três empresas (a Cutrale, a Citrosuco, a Louis Dreyfus), monopolizam o mercado do suco de laranja no estado de São Paulo e a exercem forte controle sob este setor.

Gráfico 6 – Brasil: exportações de suco de laranja – 1997 – 2017.



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Estatísticas do Comércio Exterior, 1997 a 2017. Organizado pelo autor.

Figura 17 – Principais destinos das exportações de suco de laranja brasileiro – 2016



Fonte: CitrusBr – Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, 2016.

Todavia, o foco das análises deste trabalho está em compreender como a microrregião de Jales se insere neste circuito espacial de produção, mesmo que a maior parte da laranja nela produzida não tenha como destino as indústrias processadoras de suco. Ao estudar a Microrregião de Jales, Melo (2012) constatou que a laranja constitui importante atividade que, ao lado de outras, contribui para a permanência dos camponeses no campo, sendo a venda dos frutos *in natura* para o abastecimento do mercado interno uma estratégia por eles utilizada para driblar o monopólio das indústrias processadoras, e que por oferecer maior rendimento, tem contribuído com sua permanência na terra.

De toda forma, a apropriação da renda da terra camponesa acontece, no momento da comercialização, com a atuação dos compradores de laranja, os “atravessadores”, proprietários de barracões que intermediam a circulação das frutas com redes de distribuição em vários centros consumidores do país, bem como durante a produção, momento em que protagonizam diferentes agentes dos mais variados setores, sejam eles vendedores de máquinas e implementos agrícolas, agrotóxicos, fertilizantes, etc. Nesse sentido, as análises seguintes permeiam a tentativa de compreensão do circuito espacial da produção da laranja na Microrregião de Jales, tendo em vista que produção, distribuição, troca e consumo são processos interligados e complementares, e ao mesmo tempo que esse circuito permite a reprodução ampliada do capital, também tem possibilitado a reprodução social do campesinato.

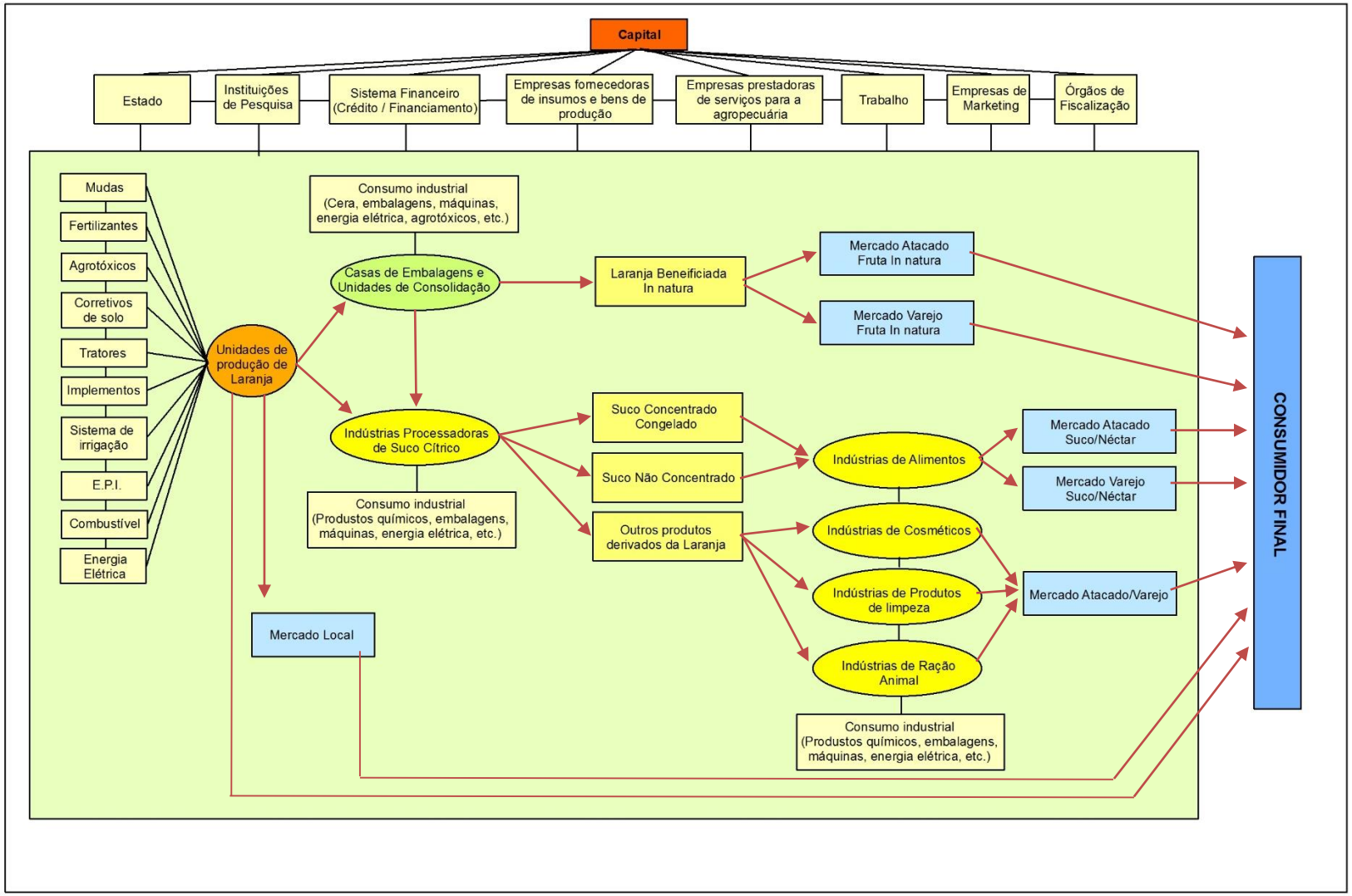
4.1. Monopolização do território e a apropriação da renda da terra pelo capital no circuito espacial de produção da laranja

A partir dos pressupostos anteriormente expostos, para entender como ocorre o processo monopolização do território e apropriação da renda da terra pelo capital na agricultura da laranja na Microrregião geográfica de Jales, optou-se pelo uso da teoria dos circuitos espaciais de produção (MORAES, 2017). Assim:

> Entende-se que os circuitos espaciais da produção constituem em sua trama o que pode ser rigidamente definido como espaço produtivo. Em outras palavras, este é, em si, a malha dos circuitos. As relações aí estabelecidas se dão em e entre escalas diferenciadas. Existem articulações entre produção local e consumo mundial, entre produção e consumo local financiados por investimentos externos, entre produção e consumo mundiais, etc. Existem circuitos extremamente dispersos, e outros altamente concentrados espacialmente. Qualquer que seja o caso, contudo, devemos hoje considerar, com Milton Santos, que as sincronias funcionais locais obedecem a um tempo e a um ritmo da acumulação mundial. O circuito, claramente internacionalizado, do capital financeiro aparece como um vigoroso elemento ordenador da produção nos diferentes rincões do planeta. (MORAES, 2017, p. 43).

Nesse sentido, analisar o circuito espacial da produção da laranja e seus componentes, pressupõe compreender produção, distribuição, troca e consumo são processos interligados e que se complementam. Conforme esclarece Toledo e Castillo (2008, p. 81), a localização de diversas etapas do processo produtivo pode ser dissociada e autônoma, criando a necessidade de complementação entre os lugares. O circuito espacial de produção da laranja na Microrregião de Jales pode ser esquematicamente representado na figura 18.

Figura 18 – Esquema: circuito produtivo da laranja.



Fontes: ARRUDA (2007); CITRUSBR – Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, 2016. Disponível em: <http://www.citrusbr.com/> Acesso em: 24 jan. 2018. Adaptado pelo autor.

Como lembra Marx (2011, p. 41), nenhuma produção é possível sem instrumentos de produção, exemplo disso, no caso da laranja, é o fato de que o próprio ato de produzir os frutos requer consumo, seja ele de insumos, implementos agrícolas, agrotóxicos, serviços, tecnologia, capital, trabalho, etc., e isso faz com que outros circuitos espaciais de produção sejam complementares ao circuito espacial de produção da laranja.

> A produção é também imediatamente consumo. Duplo consumo, subjetivo e objetivo: o indivíduo que desenvolve suas capacidades ao produzir também as despende, consome-as no ato da produção, exatamente como a procriação natural é um consumo de forças vitais. Em segundo lugar: consumo dos meios de produção que são usados e desgastados e, em parte (como, por exemplo, na combustão), transformados novamente nos elementos gerais. Assim como o consumo da matéria-prima, que não permanece com sua forma e constituição naturais, sendo, ao contrário, consumida. Por isso, o próprio ato de produção é, em todos os seus momentos, também um ato de consumo. (MARX, 2011, p. 45).

Na esfera da distribuição, é valido destacar que esta é inerente a própria produção, da mesma forma que a circulação e o consumo. Para Marx (2011, p. 51), muito embora a distribuição apareça afastada da produção, tendo em vista que está sempre associada à distribuição dos produtos, esta compreende também a distribuição dos instrumentos de produção e dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção. Quanto à troca, para esse autor, é apenas um momento mediador entre a produção e a distribuição e o consumo, pois “[...] na medida em que o próprio consumo aparece como momento da produção, a troca também está evidentemente incluída como momento da produção” (MARX, 2011, p. 53).

Assim sendo, como afirma Marx (2011), não se pode entender produção, distribuição, troca e consumo como processos idênticos, mas como membros de uma totalidade, e que, embora sejam diferentes, estão dentro de uma unidade. É fato que da produção ao consumo final, existe um conjunto de elementos, sujeitos e normas que integram um circuito espacial de produção. Assim sendo, compreende-se que a discussão dos circuitos espaciais de produção perpassa a compreensão de que produção-distribuição-circulação-consumo se dão em um movimento circular constante que integram a totalidade. (MORAES, 2017, p. 27).

> Produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um autêntico silogismo; a produção é a universalidade, a distribuição e a troca, a particularidade, e o consumo, a singularidade na qual o todo se unifica. Esta é certamente uma conexão, mas uma conexão superficial. A produção é determinada por leis naturais universais; a

> distribuição, pela casualidade social, e pode, por isso, ter um efeito mais ou menos estimulante sobre a produção; a troca interpõe-se entre ambos como movimento social formal; e o ato conclusivo do consumo, concebido não apenas como fim, mas também como finalidade propriamente dita [...]. (MARX, 2011, p. 44-45).

Em todos os sítios, como são denominados pelos camponeses, visitados durante a pesquisa em campo, constatou-se o consumo de diversos bens e serviços durante o processo produtivo da laranja, possibilitado com o intermédio de diversas empresas ligadas ao setor agrícola (varejistas) que atuam na região, responsáveis pela drenagem de grande parte da renda gerada não apenas pela citricultura, mas também pelas demais atividades agrícolas.

A começar pelas mudas das laranjeiras, pois em todos sítios visitados foram adquiridas em viveiros especializados para este fim, justamente pelas medidas fitossanitárias estabelecidas pela Lei nº 10.478, de 22 de dezembro de 1999[74], normatizando a produção de "[...] sementes e mudas de peculiar interesse do Estado", proibindo, a partir de então, a prática de produção própria de mudas cítricas pelos agricultores nos estabelecimentos rurais onde iriam plantá-las, tornando-se obrigatória sua aquisição em estabelecimentos com certificado fitossanitário.

A citricultura é uma atividade na qual grande parte do trabalho é mecanizado, ou seja, requer o uso de implementos agrícolas. Um implemento agrícola, por exemplo, que foi projetado para ser utilizado em diversas atividades agrícolas, pode também ser utilizado durante a produção de laranjas. Este implemento, portanto, teve sua origem em outro circuito espacial de produção, que é complementar ao circuito espacial da laranja. Pode-se citar também, a indústria de fertilizantes ou agrotóxicos, ainda que em alguns casos fabriquem produtos específicos para a citricultura, são parte integrante de outros circuitos espaciais de produção que, por sua, vez são complementares ao circuito espacial de produção de laranja.

Observou-se em campo, que em cada estabelecimento havia no mínimo um trator e um pulverizador de caldas, utilizados para a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes foliares, conforme pode ser observado na figura 19. Estes implementos são, na Microrregião de Jales, fornecidos por diversas empresas especializadas na comercialização e manutenção, sendo três delas concessionárias de tratores das multinacionais New Holland, John Deere e Massey Ferguson, representadas

[74] Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10478-22.12.1999.html> Acesso em: 20 jan. 2018.

respectivamente pelas empresas Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais, Itaeté Comércio de Máquinas Agrícolas LTDA. e pela ArakakI Máquinas e Implementos Agrícolas S.A., ambas localizadas na cidade de Jales.

Figura 19 – Santa Rita d'Oeste: pulverização de agrotóxicos em pomar de laranja.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 29 jan. 2018. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Durante um dia de trabalho de campo, em um sítio no município de Santana da Ponte Pensa (figura 20), também foi possível participar de uma palestra promovida por uma empresa que atua na área de tecnologias de aplicação de agrotóxicos, tais como a venda e adaptação de pulverizadores. Nesta palestra, pode-se observar claramente os esforços dessa empresa no sentido de propagandear seus produtos aos camponeses, apresentados como altamente tecnológicos e, consequentemente, como solução para o controle de diversas pragas e doenças que afetam seus pomares.

Figura 20 – Santana da Ponte Pensa: palestra sobre tecnologias para aplicação de agrotóxicos.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 06 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

O processo produtivo da laranja na Microrregião requer o uso intensivo de insumos químicos, principalmente de agrotóxicos e fertilizantes, cuja embalagens devem ser devolvidas pelos agricultores em postos de recolhimentos específicos para este fim, conforme determina a Lei Federal nº 9.974 de 2000 (figura 21). Estes insumos são fornecidos por empresas agropecuárias que se especializaram em “vender veneno”, uma vez que, conforme observado nos trabalhos de campo, na maioria dos casos são os técnicos agrícolas e agrônomos dessas mesmas empresas que oferecem assistência técnica aos agricultores, indicando o uso de produtos que eles mesmos vendem.

Figura 21 – Santa Salete: depósito de embalagens de agrotóxicos utilizados.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 02 jan. 2018. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Observou-se durante em um dos dias do trabalho de campo, acompanhado por um técnico agrícola, que as relações de trabalho a qual estão submetidos esses profissionais acabam por torná-los propensos a vender a maior quantidade de insumos e agrotóxicos possível aos agricultores, haja vista que o regime de contratação determinado pela maioria das empresas desse setor estabelece abono salarial relativo a certa porcentagem do valor de suas vendas mensais. Segundo um desses vendedores, que na ocasião da entrevista estava cursando agronomia, além do salário,

> [...] ganha comissão, né! Então é tipo assim, você tem que vender, tem que correr atrás, né! Mas se você fizer um trabalho legal, se for honesto e não querer só vender e empurrar as coisas e mentir, com o tempo você vai pegando amizade e vai fazendo a carteira sua, mas no começo é árduo. Tem muita concorrência, em Jales tem três, quatro lojas, tem em Urânia; o pessoal é desconfiado porque já se ferraram, o cara falou que era uma coisa e era outra; e outra coisa, envolve dinheiro, né! Mas devagarzinho você vai. (ENTREVISTADO K, 2017)[75].

Na fala deste entrevistado evidencia-se que os camponeses têm consciência do papel exercido por muitos vendedores de veneno, ou seja, vender esses produtos mesmo que não estejam sendo necessários, justamente para ganharem comissão

[75] Entrevista realizada no dia 22 de dezembro de 2017, no município de Palmeira d'Oeste.

com as vendas. Em outra entrevista, um camponês denunciou essa prática, expondo que muitas vezes o interesse do vendedor não é fornecer assistência técnica, mas sim vender os produtos que ele tem disponível na loja em que trabalha.

> Outra coisa, já que eu tô dando entrevista, tem outra coisa: nós aqui, só Deus que olha pra nós, nós não tem um agrônomo, nós não tem um técnico, nós não tem ninguém que ensina, que chega e fala: "olha caboclo, isso tem que ser assim, assim e assim". Nós vai tudo pelo rumo, cego. É triste, na roça hoje tá assim. Ninguém dá uma assistência, não tem um que dá uma assistência. Essas lojas que vende produtos agrícolas, se você pedir eles vêm, mas vêm com uma pressa, em 5 minuto ele volta. Aí ele te vende uma parte do produto que ele tem, porque ele não indica o que comprar, ele vai te vender o que ele tem e não o que outra loja tem. (ENTREVISTADO C, 2017)[76].

Os altos preços desses produtos foram mencionados por todos os entrevistados. "É caro! Hoje você vai comprar um frasco de Envidor[77] é mais de 200 reais" (ENTREVISTADO L, 2017)[78]. Em alguns casos, os agricultores também se referiram a ineficiência dos agrotóxicos, diferentemente de anos atrás, são mais caros e não fazem o mesmo efeito.

> É caro, não é fácil não! Os venenos hoje são muito caros e não prestam, na verdade. São muito ruins! Você passa um veneno e não mata, passa outro e não mata... esses venenos são fracos. Meu cunhado comprou veneno e passou, como se fosse hoje, e depois de amanhã o vendedor voltou lá e passou lente no pomar lá e falou que o veneno não matou não, teve que comprar de novo e passar outra vez. Não vira! Hoje qualquer passadinha de veneno aí é 2, 3 mil reais. Nós produtor, hoje, nós não mandamos no que é nosso. Você vai comprar as coisas é o preço que eles querem, você vai vender é eles que põe o preço na sua mercadoria, não é você que manda. (ENTREVISTADO J, 2017)[79].

Na fala do Entrevistado J, além da situação descrita anteriormente, também é possível observar sua indignação com a situação de impotência a qual os agricultores estão submetidos, pois ao mesmo tempo que estão sujeitos aos preços dos agrotóxicos no mercado, não possuem a autonomia para definir o preço pelo qual venderá sua produção. Outro fato observado é que, muito embora vários camponeses entrevistados dissessem que não faziam a contabilidade dos gastos para produção de laranjas, existe uma racionalidade que pode ser observada na fala do Entrevistado

[76] Entrevista realizada no dia 22 de dezembro de 2017, no município de São Francisco.
[77] Envidor é um acaricida produzido pela Bayer especialmente desenvolvido para a citricultura, que segundo a fabricante oferece proteção prolongada com apenas uma aplicação por ano. Informação disponível em: <https://www.agro.bayer.com.br/produtos/envidor#tab-1> Acesso em 22 jan. 2018.
[78] Entrevista realizada no dia 22 nov. 2017, no município de Santa Fé do Sul.
[79] Entrevista realizada no dia 3 de julho de 2017, no município de Santa Salete.

C, relacionando o preço pago pelo litro do veneno que usava com o preço de venda da caixa de laranja.

> Você já usou o Torque, né? Era o melhor veneno para ácaro, era 27 reais. A laranja eu vendi a 22 e o litro de Torque era 27. Hoje a laranja tá 18 e o litro de Torque dizem que tá 140. Então pra você ver; se naquele tempo eu vendia uma caixa de laranja e mais uma cestinha dava pra comprar um litro de torque, hoje precisa de quantas caixa pra comprar um litro de torque? Então a coisa desigualou muito na roça, muito, muito, muito. (ENTREVISTADO C, 2017).

Todavia, esses cuidados com as pragas e doenças são fundamentais para garantir a produtividade dos pomares, principalmente em condições climáticas que são favoráveis a proliferação das mesmas. Um entrevistado afirma: "[...] laranja, pelo que eu percebi nesses anos, é 8 ou 80, ou você trata ou não vira nada. Mesmo que você passa veneno ainda entra praga, dá cancro... é veneno a cada 15 dias agora com essa chuvarada" (ENTREVISTADO G, 2017)[80]. A maioria desses agrotóxicos são fabricados por empresas multinacionais, atuantes em escala global, tais como a Bayer e a Basf, que monopolizam o setor e também se apropriam da renda da terra, conforme aponta Oliveira (2016). O nome dos principais agrotóxicos utilizados na produção de laranjas na Microrregião de Jales, sua função e seus respectivos fabricantes, estão dispostos na tabela 10.

Outra prática comum entre as empresas comercializadoras de agroquímicos é a divulgação das marcas as quais são representantes, atuando fortemente na propaganda dos novos produtos que são lançados pelas indústrias químicas no mercado para determinados tipos de cultivo. Em um desses eventos, no qual se teve a oportunidade de participar, promovido pela empresa Cimoagro Comércio e Representação Agropecuária, instalada na cidade de Jales, os citricultores foram convidados com a informação de que, ao final da palestra do representante da empresa Yara Brasil Fertilizantes, haveria comes e bebes. A informação de que haveria carneiro assado e cerveja a vontade foi passada aos agricultores no ato do convite, justamente com o intuito de motivá-los ao comparecimento no evento (ver figura 22).

[80] Entrevista realizada no dia 16 dez. 2017, no município de Santana da Ponte Pensa.

Tabela 10 – MRG Jales: principais agrotóxicos utilizados na produção de laranjas.

Nome dos agrotóxicos	Função	Fabricante
Envidor	Acaricida	Bayer
Abamectin	Acaricida/Inseticida	Nortox
Belt	Inseticida	Bayer
Comet	Fungicida	Basf
Curyom	Inseticida	Syngenta
Dithane	Acaricida/Fungicida	Dow AgroSciences
Engeo Pleno	Inseticida	Syngenta
Evidence	Inseticida	Bayer
Flint	Fungicida	Bayer
Forum	Fungicida	Basf
Fury	Inseticida	FMC Química
Garra	Fungicida	Oxiquímica
Kumulus	Fungicida	Basf
Kraft	Acaricida/Inseticida	Cheminova
Marshal	Acaricida/Inseticida	FMC Química
Metiltiofan	Fungicida	Sipcam UPL
Nativo	Fungicida	Bayer
Oberon	Inseticida	Bayer
Okay	Acaricida	Ihara
Omite	Acaricida	Chemtura
Provado	Inseticida	Bayer
Recop	Fungicida	Syngenta
Roundup	Herbicida	Monsanto
Savey	Acaricida	Du Pont
Sulfure	Acaricida/Fungicida	Bio Soja
Turbo	Inseticida	Bayer
Tutor	Fungicida	Basf
Sercobin	Fungicida	Ihara
Vertimec	Acaricida/Inseticida/Nematicida	Syngenta

Fonte: Trabalho de campo.

Figura 22 – Jales: palestra realizada pela empresa Cimoagro/Jales para a divulgação de fertilizantes da marca Yara.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 27 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Embora a maior queixa dos entrevistados, quando questionados sobre os custos de produção da laranja, fosse em relação ao alto custo dos agrotóxicos, alguns também reclamaram do alto custo do combustível utilizado nos tratores, “[...] porque se não tiver o diesel você não passa veneno” (ENTREVISTADA I, 2017)[81]. Também, foi observado que em várias unidades de produção de laranja havia sistemas de irrigação que, segundo os entrevistados, tem dupla função: aumentar a produtividade dos pomares e possibilitar maior controle sobre o ciclo de floradas das laranjeiras para assim conseguirem vender o fruto mais cedo e com maior preço. “Tudo irrigada, os 3.500 pés é tudo irrigado, tem 2 poços. [Irrigamos] para tirar a fruta fora de época e pra conseguir ter maior produtividade” (ENTREVISTADA I, 2017). Outro entrevistado, que erradicou mais de 90% de seus pomares, disse que só voltaria a plantar laranja se tivesse condições de montar um sistema de irrigação, pois segundo ele, “[...] se não for irrigado não vira mais nada, nem pega carga” (ENTREVISTADO M, 2017)[82].

Nesse caso dos pomares irrigados, acrescenta-se também o consumo de materiais e serviços para a montagem dos sistemas de irrigação e o consumo de energia elétrica necessária para o acionamento de bombas hidráulicas que bombeiam água no sistema. Muitos dos entrevistados, com pomares irrigados, reclamaram do valor da conta de energia elétrica: “[...] a energia é um absurdo, no caso da minha que é irrigada a energia tá me comendo pelo pé” (ENTREVISTADO P, 2017)[83].

Outro entrevistado, que além de ser dono de barracão de laranja[84] também produz parte do fruto que comercializa em pomares próprios, chegou inclusive a mencionar o valor da conta de energia referente ao mês em que foi realizada a entrevista, mostrando-se indignado com os custos de produção da laranja e com os altos encargos que pagam ao governo:

> [...] A energia nossa esse mês veio 17 mil, nesses 32 mil pés. As contas dos impostos que o pessoal faz aí tá muito alta. Porque se você for somar a energia, o diesel, os venenos, os funcionários que você tem lá e que tem que pagar, os caminhões que vai buscar... a gente dá muito dinheiro para o governo. (ENTREVISTADO N, 2017)[85].

Observou-se, também, que devido aos altos custos para aquisição dos implementos agrícolas, fundamentais para o cultivo da laranja, bem como dos

[81] Entrevista realizada no dia 18 dez. 2017, no município de Jales.
[82] Entrevista realizada no dia 28 nov. 2017, no município de Aspásia.
[83] Entrevista realizada no dia 31 nov. 2017, no município de Urânia.
[84] Local de classificação de laranjas para revenda.
[85] Entrevista realizada no dia 11 dez. 2017, no município de Vitória Brasil.

agrotóxicos, insumos e sistemas de irrigação, quando o caso, além do próprio tempo que os pomares novos demoram para começar a produzir, muitos citricultores acabaram obtendo recursos financeiros para tamanho investimento por meio de financiamentos e linhas de créditos tanto de instituições financeiras públicas quanto nas privadas.

O Entrevistado H comentou durante entrevista sobre o trator novo que comprou com o dinheiro de uma linha financiamento denominada de Pró-trator, por meio do qual os agricultores do estado de São Paulo podem adquirir tratores agrícolas novos, com a taxa de juros totalmente subvencionada pelo governo. Segundo informações da Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, esse financiamento pode ser amortizado em até oito anos, com carência de até três anos para o agricultor começar a pagar, sendo os juros pagos pelo Governo do Estado[86].

> Eu trabalhei com o do meu irmão quando eu plantei essa laranja aqui, romeando, e gostei demais do trator, ele era novo naquela época, e gostei demais. E agora surgiu a oportunidade, e eu não tava nem pensando, porque disseram que tinha acabado esse projeto. Aí eu tenho um colega que trabalha lá na Itaeté, na John Deere alí, e eu liguei pra ele pra saber se realmente havia esse projeto, se não havia, se voltou ou não. Aí ele falou para um rapaz e ele veio aqui, e já fez o projeto e deu certo. Assim, do nada surgiu, e eu nem pensava em comprar trator agora, aí deu certo, vamos ver agora, tem que trabalhar pra pagar. (ENTREVISTADO H, 2017)[87].

Na figura 23 é possível visualizar o trator adquirido pelo referido camponês, ao lado de outro trator mais velho e implementos agrícolas.

[86] O programa é desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Banco do Brasil, agente financeiro do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), órgão responsável pela execução do Programa. Informações disponíveis em: <http://www.agricultura.sp.gov.br/quem-somos/servicos/programa-pro-trator/> Acesso em 22 jan. 2018.

[87] Entrevista realizada no dia 02 dez. 2017, no município de Aspásia.

Figura 23 – Aspásia: trator adquirido com recursos do programa de financiamento Pró-trator.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 02 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Outro camponês também comentou durante entrevista sobre as dificuldades que enfrentou para quitar um financiamento da modalidade custeio, que diferentemente da modalidade mencionada anteriormente, possui taxa de juros e tem que ser pago quando o contrato completa um ano de vigência. O entrevistado comenta que no ano em que havia acessado a referida linha de crédito, o preço da laranja despencou, causando prejuízo a muitos citricultores.

> No ano de 2013 nós vendemos a laranja a 5 reais. Nós fizemos um custeio no banco e ficamos devendo quase 230 mil, e nós só tinha 7 mil pés ainda. Nós produzimos 4 caixas e meia por pé naquele ano, só que vendeu a 5 reais. Com 10 reais, se não produzir você já toma prejuízo. Pra ganhar dinheiro tem que ser 15 conto, pelo menos, na média. (ENTREVISTADO G, 2017).

A Entrevistada I também menciona que possui três tipos de financiamentos: do trator, cujo contrato hipotecou o sítio da família; das mudas do primeiro talhão de laranja plantado; e o financiamento na modalidade de custeio, que, assim como estabelecido no contrato do Entrevistado G, tem que ser pago anualmente. Todo ano o contrato desse último financiamento é renovado, “[...] paga um, faz outro e vai indo”, acrescenta a Entrevistada I.

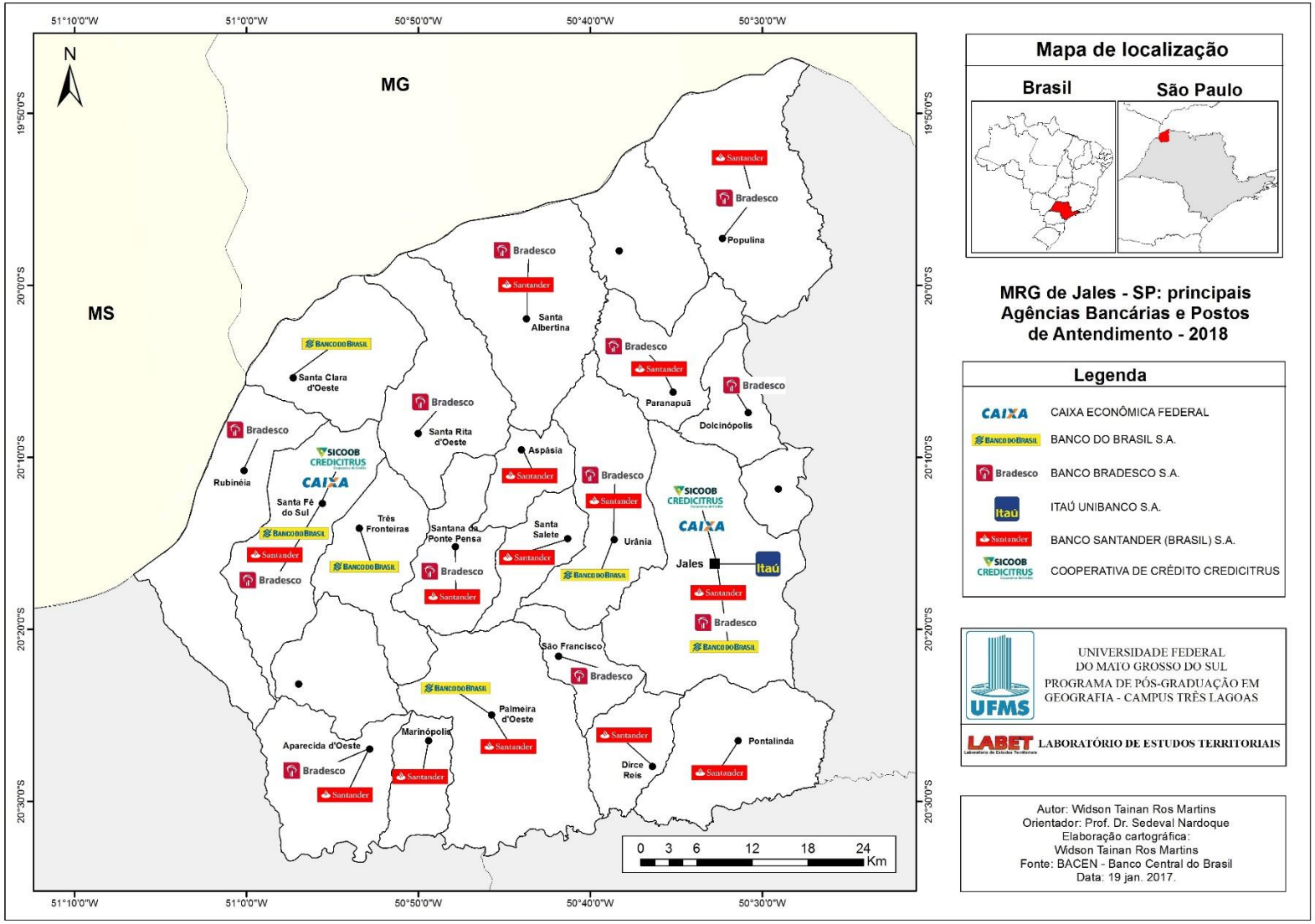
O entrevistado L, embora na ocasião da entrevista não possuísse contrato de financiamento em vigência, comentou que o trator que utilizava tinha sido comprado

pelo pai com dinheiro de financiamento, e que muito embora seu sonho seja comprar um trator novo, vai aguardar melhores perspectivas para a agricultura para contrair uma nova dívida.

> Meu pai já financiou um trator no Banco do Brasil, uma carreta e um tanque. Financiou o trator em 2002, terminou de pagar ele em 2007. A minha ideia é até trocar o trator, que esse daí fez 15 anos em maio, mas não dá! Vou ter que ficar com esse daí mesmo. Meu sonho é ter um tratorzinho traçado, porque eu trabalhei muito tempo com trator traçado, mas esse daí está me servindo, eu não estou desprezando ele de maneira nenhuma. (ENTREVISTADO L, 2017).

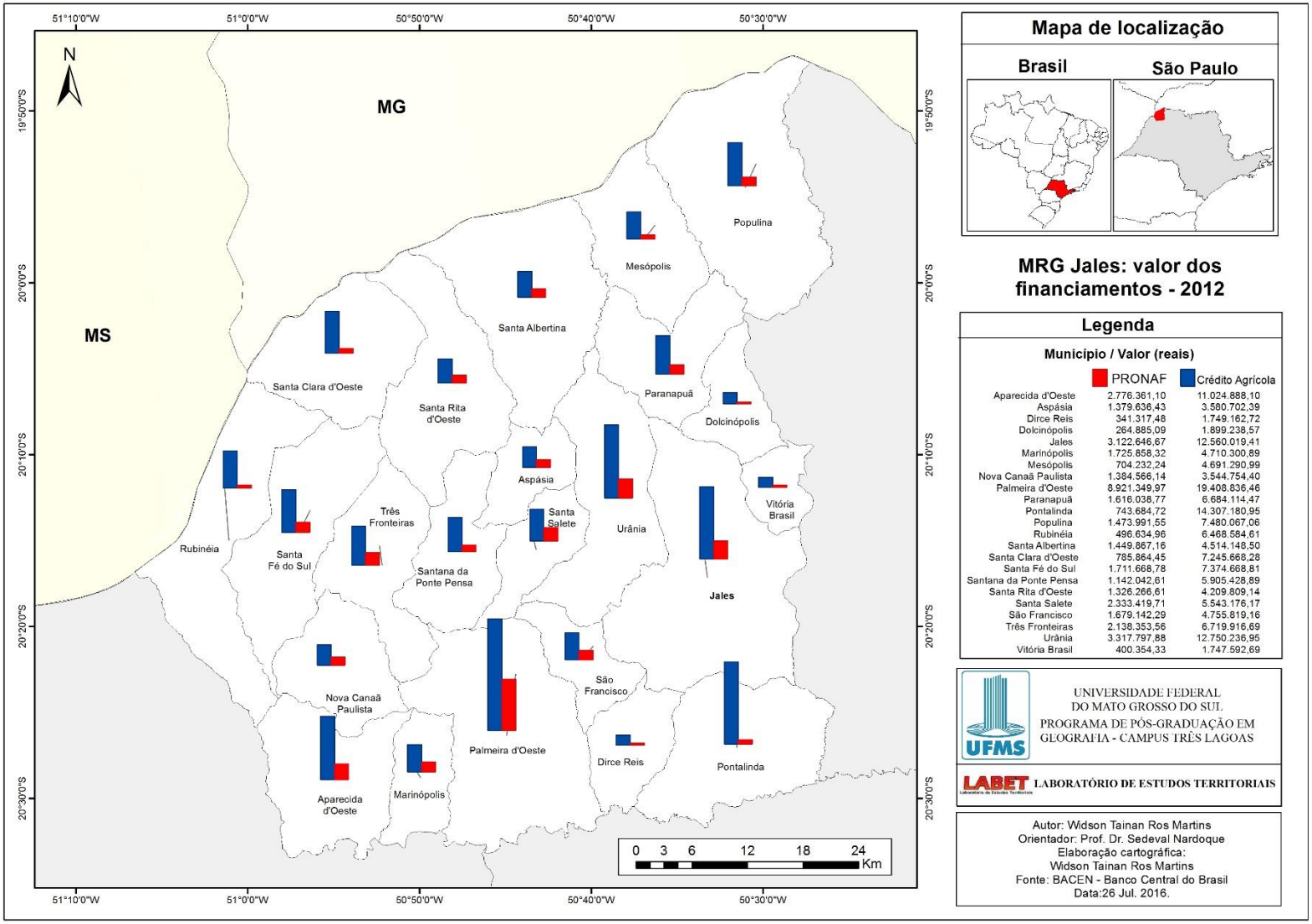
Na figura 24 é possível observar as principais Agências Bancárias e Pontos de Atendimento Bancário que atuam na Microrregião de Jales, sendo as principais responsáveis pela distribuição das linhas de crédito destinadas à agricultura mencionadas anteriormente. Na figura 25 está representado o valor dos financiamentos captado por agricultores de cada município da Microrregião de Jales em 2012, que no total ultrapassou R$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de reais), conforme revelam os dados do Banco Central do Brasil. Também é possível identificar a proporção acessada na modalidade do PRONAF, destinada a camponeses que se enquadram na categoria de agricultores familiares.

Figura 24 – MRG Jales: principais Agências Bancárias e Pontos de Atendimento Bancário – 2018.



Fonte: BACEN – Banco Central do Brasil – 2018.

Figura 25 – MRG Jales: valores dos financiamentos – 2012.



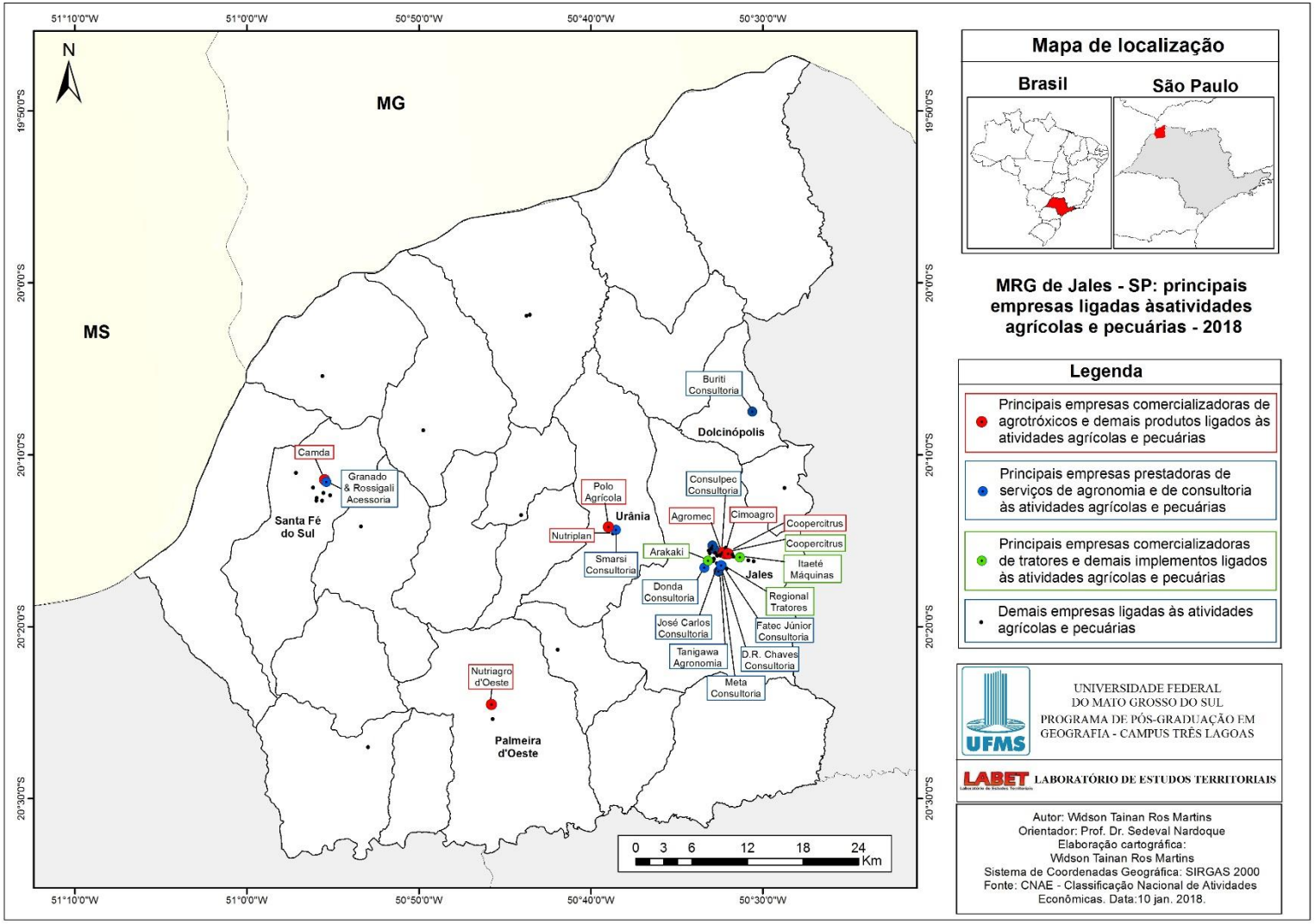
Fonte: BACEN – Banco Central do Brasil. Organizado pelo autor.

Também atuam na etapa da produção da laranja, na Microrregião de Jales, diversas empresas e profissionais liberais especializados na prestação de serviços em assessoria agrícola. Essas empresas e profissionais atuam em consultorias técnicas para implantação e manejo das lavouras, bem como na elaboração de projetos para custeios e financiamentos agrícolas, exigidos pelas agencias financiadoras para a liberação de crédito aos agricultores.

Constatou-se em trabalho de campo que a contratação desse tipo de serviço não é uma prática comum entre os camponeses, que somente procuram esses serviços apenas em casos específicos, principalmente quando precisam da elaboração de projetos para acesso a financiamentos ou providenciar-se algum documento necessário para a comercialização da laranja produzida. Diferentemente, observou-se que entre os citricultores capitalistas, que possuem maior área cultivada com laranja, a prática de contratação dessas empresas em regime mensalista é maior. Contudo, isso não implica dizer que os camponeses não contratem esse tipo de serviço. Em ambos os casos, seja entre os camponeses ou citricultores capitalistas, a contratação de serviços de consultoria em regime mensal é uma estratégia para evitar a exploração praticada por muitos técnicos e agrônomos em lojas especializadas na venda de agroquímicos, os chamados “vendedores de veneno”.

A espacialização das principais empresas comercializadoras de agrotóxicos e adubos químicos, na Microrregião de Jales, também está representada na figura 26.

Figura 26 – MRG Jales: principais empresas ligadas às atividades agrícolas e pecuárias – 2018.



Fonte: CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas – 2018. Organizado pelo autor. Os dados que deram origem a essa representação cartográfica estão disponíveis em anexo, na tabela 14.

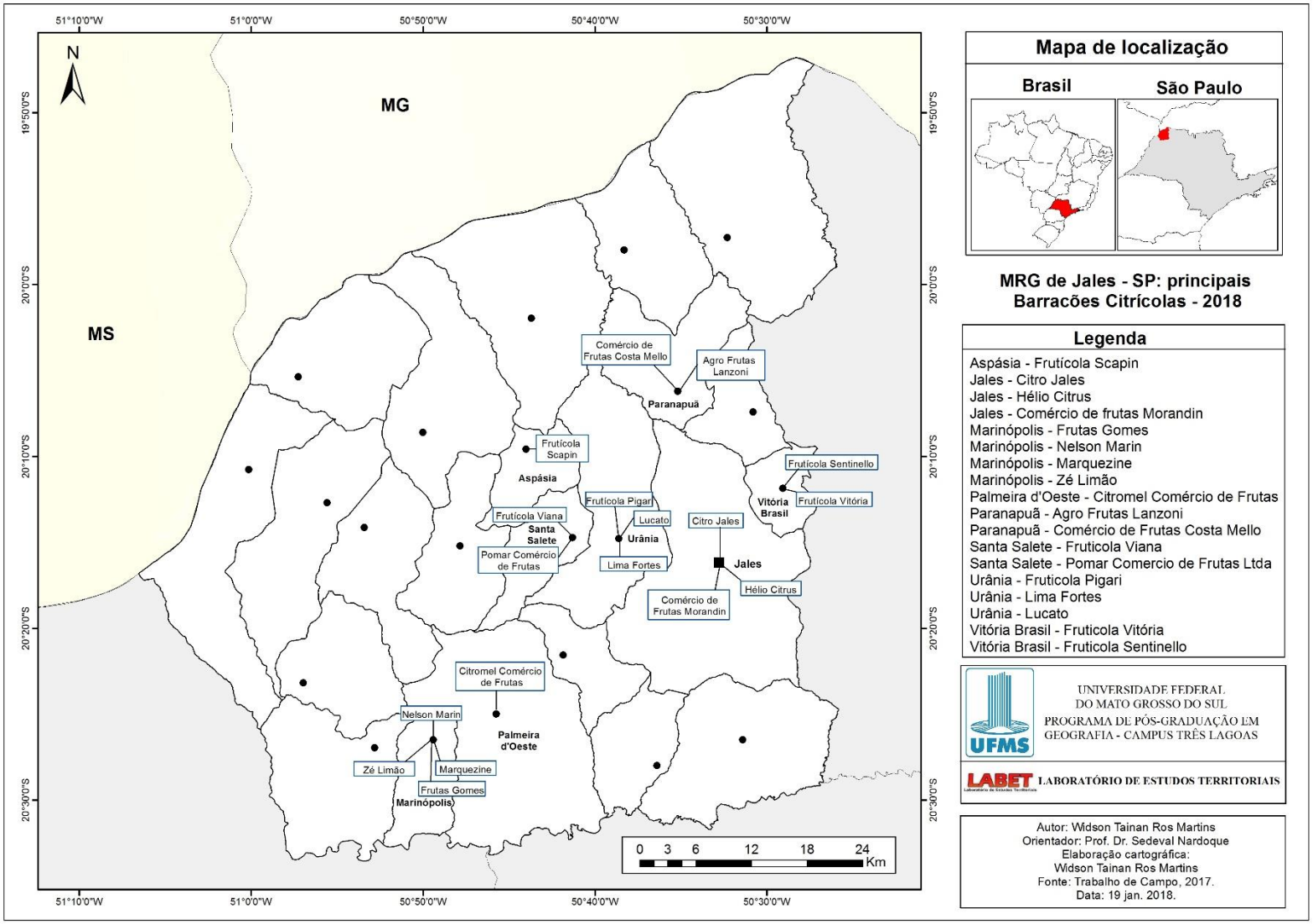
Quanto à comercialização da laranja produzida na Microrregião de Jales, ocorre por quatro caminhos diferentes. O primeiro, embora não seja frequente na maioria dos sítios visitados, refere-se à venda dos frutos diretamente ao consumidor, quando o próprio camponês se encarrega de levar sua mercadoria até o consumidor ou este vai até o sítio para buscar. Nesta modalidade de comercialização, o camponês consegue agregar maior valor à fruta, pois negocia o preço diretamente com o consumidor final, livrando-se dos atravessadores; contudo, ocorre em pequena escala, ou seja, apenas pequena parte da produção é comercializada dessa forma.

Também, foram encontrados alguns camponeses comercializando suas frutas no mercado local, tais como quitandas, feiras, lanchonetes, restaurantes, etc., podendo a venda ser direta ou intermediada por um atravessador que se responsabiliza pela colheita e transporte das frutas. Assim como o primeiro tipo de comercialização, esta ocorre em pequena escala.

Outra forma de comercialização, a mais comum na região estudada, é a venda para casas de embalagens e/ou unidades de consolidação, popularmente conhecidas entre os citricultores como “barracões” (ver a localização dessas empresas na figura 27). Neste tipo de comercialização, ocorre a atuação daqueles que na região são conhecidos com “atravessadores”, sendo os próprios donos dos barracões, quando negociam a laranja diretamente com o citricultor, ou terceiros, pessoas que compram laranja para os donos de barracão, ganhando comissão sobre cada caixa peso[88] de fruta comprada. É um tipo de comercialização que ocorre em grande escala, tendo em vista que a maioria dos camponeses da Microrregião de Jales produzem laranjas para o comércio *in natura* no mercado interno, e os barracões são os principais canais de distribuição e comercialização dessa mercadoria em grande escala.

[88] Caixa peso é uma unidade de medida que corresponde a 40,8 kg.

Figura 27 – Microrregião de Jales: principais barracões citrícolas – 2018.



Fonte: Trabalho de campo.

Além dos barracões representados na figura 27, outras empresas desse tipo, instalados em municípios de microrregiões vizinhas, também atuam na Microrregião de Jales, tais como a Carlão Citrus, instalada no município de Estrela d'Oeste, e a Irmãos Okuma, instalada no município de Fernandópolis, ambos municípios pertencentes à Microrregião de Fernandópolis.

Em campo, teve-se a oportunidade de realizar entrevista com um atravessador, também citricultor, mas comprador de frutas de outros sitiantes[89] para donos de barracões localizados em outras regiões de São Paulo. Em determinado momento de sua fala, ele se define como um intermediário entre os sitiantes e os donos de barracões, fornecedores dos mercados: "[...] eu sou um intermediário e tenho uma marginha, né! Pouca coisa, senão, não tem jeito de trabalhar. Como você vai trabalhar sem ganhar nada, né?" (ENTREVISTADO O, 2017)[90].

Segundo esse entrevistado, ao comprar a laranja do sitiante, o atravessador se responsabiliza pela colheita e o transporte das frutas até o barracão onde serão beneficiadas. O Entrevistado O também comenta que foi responsável por trabalhadores/colhedores de laranja contratados e registrados de acordo com a CLT, contudo, atualmente tem terceirizado a colheita.

> Para mim é melhor. Eu tinha peão registrado, é a pior coisa do mundo ter peão registrado hoje. Peão registrado é difícil, não respeita; não tem jeito de ter peão registrado mais, é tudo terceirizado. Foi um alívio depois que eu mandei aqueles caras registrado embora e peguei turma terceirizada, foi um alivio pra minha cabeça, um sossego pra minha vida. Se ficar obrigatório registrar hoje eu paro, não mexo mais com compra de laranja nem a pau, só pra não ter funcionário registrado. Eu não gosto nem de falar de panhador de laranja, Deus me livre. Eu pago o turmeiro, e os panhador não sabe quanto o turmeiro ganha e nem sabe quanto eu pago para o turmeiro, e nem pode saber. Só que com a lei, se entrarem na justiça, dá problema pra mim ainda, só que fica difícil também, é complicado as coisas. Geralmente os turmeiros não tem nada pra bancar um funcionário dele, ele só tem uma pirua velha e mais nada, então se a coisa pegar vai pegar pra quem tá por de traz disso aí. Por enquanto tá dando certo, tá levando, e tá bom. Acho que eles não sabem disso aí. (ENTREVISTADO O, 2017).

Todavia, embora o entrevistado demonstre ter conhecimento de que tal prática é ilícita, esse tipo de relação de trabalho é predominante na Microrregião de Jales. O

[89] Quando se fala em "sitiante", e não em "camponeses sitiantes", entenda-se que a distinção entre citricultores capitalistas e citricultores camponeses não se faz necessária para a realização das análises.

[90] Entrevista realizada no dia 20 dez. 2017, no município de Santa Rita d'Oeste.

terceirizar a colheita, na verdade é contratar o “turmeiro”, o “gato”, o “empreiteiro”, sem estabelecimento de contratos de trabalho. Sendo assim, os compradores/atravessadores tentam se eximir das responsabilidades que teriam com os trabalhadores caso formalizassem contratos de trabalho em conformidade com as leis trabalhistas do país. Desta forma, aumentam seus ganhos, pois além da apropriação da mais-valia, precarizando os trabalhadores, colhedores de laranja, apropriam-se da renda da terra dos camponeses.

Os “turmeiros”, também conhecidos na região como “gatos” ou “empreiteiros”, são pessoas que, assim como mencionou o Entrevistado O, possuem um ou mais veículos utilizados para o transporte dos trabalhadores até os pomares a serem colhidos (ver figura 28). Em entrevista com um desses sujeitos, ele menciona inclusive o que ganha por caixa colhida e o que paga para os colhedores.

> Caixa peso, eu pego o serviço por caixa peso. Geralmente é 3 ou 3,50 por caixa peso, aí eu vou e dou o preço pros meninos colhedor lá na roça; se é uma colheita boa é de 1,20 ou 1,30, se é uma colheita mais dura já é 2 reais. Mas aí eu pego x, tenho que pagar o colhedor e o caixeiro também. Eu sô responsável por colher e colocar em cima do caminhão. (ENTREVISTADO E, 2017)[91].

Segundo o “empreiteiro” entrevistado, na região de Jales tem serviço na colheita da laranja

> O ano inteiro, graças a Deus. Eu trabalho aqui com o rapaz aqui e eu colho o ano inteiro pra ele, porque ele tem bastante laranja. Mas terça eu fui pra um, quarta eu fui pra outro, quinta eu tô indo pra outro já. O que acontece? A gente cria um vínculo com nome e telefone, então você fica conhecido. O que manda hoje é você entrar de cabeça erguida e sair, entrar e fazer um serviço bem feito, porque não adianta você ter quantidade de gente, você tem que ter qualidade de serviço, hoje funciona assim. Se você tem qualidade de serviço você entra e sai em qualquer canto. Então a gente procura fazer o melhor, porque a gente depende disso aí. (ENTREVISTADO E, 2017).

[91] Entrevista realizada no dia 21 dez.2017, no município de Paranapuã.

Figura 28 – Paranapuã: veículo utilizado pelos empreiteiros para o transporte de colhedores de laranja até os pomares.

Fonte: trabalho de campo realizado no dia 21 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Após a colheita, a laranja e transportada até o barracão. O transporte da laranja, seja ele dos pomares até o barracão, ou do barracão até os mercados, é realizado por caminhões que podem ser dos donos dos barracões ou terceirizados. O Entrevistado N, que há 10 anos é sócio de um barracão com seus irmãos, disse em entrevista que 70% da frota que utilizam no transporte da laranja é própria, sendo o restante terceirizada. Nas figuras 29, 30, 31, 32, 33 e 34 é possível visualizar as instalações de um barracão citrícola.

Chegando no barracão, as laranjas são lavadas, classificadas segundo alguns critérios, como tamanho, grau de maturação e estética. Depois são enceradas e, dependendo das exigências do mercado que irá receber a mercadoria, embaladas e, posteriormente, transportadas até as empresas varejistas. As laranjas consideradas de baixo padrão para os mercados, por apresentarem imperfeições na casca ou por serem de tamanho pequeno, no momento da classificação, são separadas, armazenadas e, posteriormente, vendidas para as indústrias processadoras de suco.

No trabalho de campo constatou-se, então, que as laranjas beneficiadas pelos barracões possuem três destinos: uma menor parcela destina-se às indústrias processadoras de suco, enquanto a maior parte é vendida nas redes de mercados varejistas ou comercializas em entrepostos nos grandes centros urbanos do próprio estado, a exemplo dos donos de barracões na Microrregião que também são

proprietários de boxes na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), ou mesmo nas Centrais de Abastecimento de Campinas S.A (CEASA). As principais cidades de destino das laranjas produzidas na Microrregião de Jales estão representadas na figura 35.

Figura 29 – Vitória Brasil: Barracão citrícola.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 11 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 30 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e local de descarregamento das laranjas vindas dos pomares.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 11 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 31 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e tanque de imersão para lavagem de laranjas.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 11 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 32 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e esteira de classificação de laranja.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 11 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

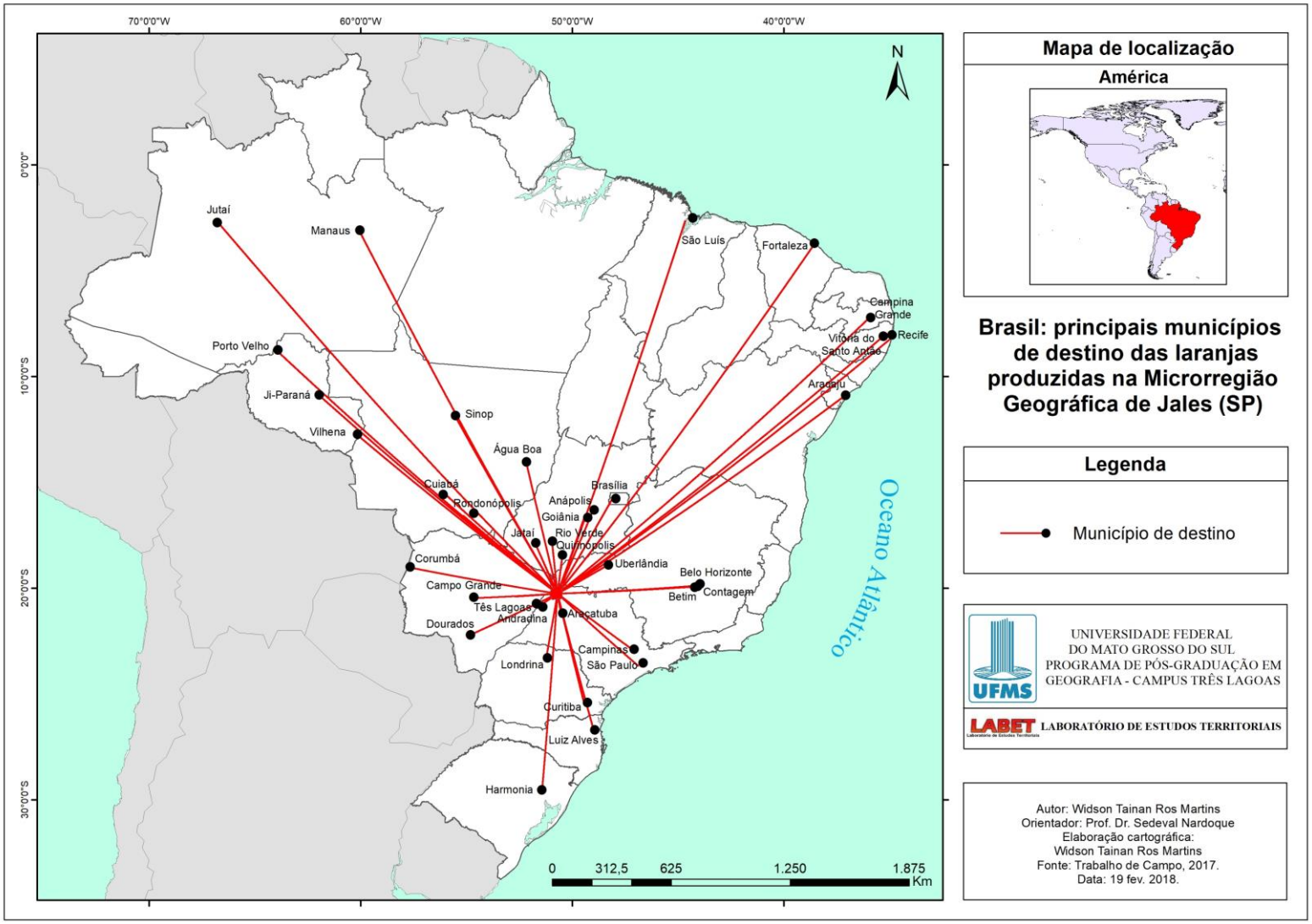
Figura 33 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e embalagens utilizada no transporte de laranjas até os mercados.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 11 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 34 – Vitória Brasil: Barracão citrícola e local de armazenamento das laranjas destinadas à indústria.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 11 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 35 – Brasil: principais municípios de destino das laranjas produzidas na Microrregião de Jales.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

O Entrevistado N também comentou, durante entrevista, como comercializa as laranjas beneficiadas em seu barracão. Segundo seu relato, seu principal comprador é uma empresa terceirizada, responsável por distribuir e repor mercadorias do setor de hortifrúti de diversas redes de supermercados.

> Que nem nós que entrega numa firma que eles fazem esse serviço aí, eles terceirizou o hortifrúti de vários mercados, então nós entrega pra eles e eles deixam os repositores nos mercados. E eles não repõe só laranja, eles repõe de tudo, porque aí dá movimento, né! E isso tá acontecendo em muitos mercados, a terceirização do hortifrúti, e a gente entrega para a empresa terceirizada e ela põe no mercado. (ENTREVISTADO N, 2017).

Contudo, a outra empresa para qual ele fornece laranjas possui um sistema diferente. Neste caso, refere-se a uma rede de supermercados que possui seu próprio Centro de Distribuição: “Então a gente leva nesse centro e de lá eles distribuem. Eles levam todos os produtos lá, e cada loja tem o seu caminhão e vai lá e busca de tudo né, é eles que compra de tudo e eles que faz a reposição. Cada mercado tem um sistema” (ENTREVISTADO N, 2017). O entrevistado também revela que trabalha com margem de lucro, e que por não possuir poder de negociação, devido ao próprio tamanho de sua empresa, que é pequena, é o mercado quem define o preço que irá pagar na laranja beneficiada pelo barracão bem como o preço que irá vendê-la para o consumidor final.

> Eles põe o preço. O mercado põe o preço deles, eles é grande né, eu vendo pra eles, e eles se viram. Tem vezes que sai mais de 100 reais a caixa no mercado, se for puxar o preço do Ôba hoje, deve tá mais de 3 reais o quilo lá, tá mais de 3. Agora 3 vezes 40 quilos da 120, né? Então eu não vendo nem pela metade disso posta lá, fica longe da metade. Só que tem vezes que tinha laranja lá a 79 centavos, que multiplicado por 40 quilos da 32 reais, né? Só de frete é 8 reais, então vem pra 24 reais, então tava mais barato que o meu preço, tava 10 centavos mais barata que meu preço. Só que eles queriam fazer uma promoção pra chamar atenção né, pra atrair o cliente. É o mercado que ganha dinheiro, e não tem como querer mexer, para falar a verdade. Se você querer mexer eles te cortam e pegam de outro. (ENTREVISTADO N, 2017).

Todo esse caminho percorrido pela laranja até chegar ao consumidor final faz com que o preço pago pela fruta ao sitiante seja baixo e, em contrapartida, o preço pelo qual a fruta é vendida ao consumidor final seja muito elevado em ralação aquele que foi pago a quem a produziu. Segundo o Entrevistado O, isso ocorre porque a laranja “[...] passa por muita mão, mas não é que os caras ganham muito [se referindo aos atravessadores], é porque passa por muita gente e isso gera despesa, né?”. O

entrevistado também especifica os custos que vão sendo agregado à laranja que sai da região até chegar nas mãos de outros atravessadores em São Paulo, na tentativa de justificar que não são os atravessadores regionais quem ganham muito, mas que existe um conjunto de despesas, aumentando o preço da mercadoria.

> Você sabe quanto é que custa uma caixa de laranja pra você pegar, colher lá na roça pagando peão? Colhe, leva para o barracão, passa no barracão, com funcionário registrado na roça, funcionário registrado no barracão, imposto do barracão, despesas do barracão, frete para São Paulo, despesas da pedra lá em São Paulo, imposto da pedra, energia, encargos dos funcionários registrados, pelo amor de Deus. A caixa de laranja no fim custa mais de 11 ou 12 reais só de custo com despesas pra chegar lá. Aí o cara fala que estão pagando 10 reais aqui e em São Paulo tá 25 reais uma caixa de laranja. Tenta fazer, tenta mandar pra você ver. (ENTREVISTADO O).

A queixa em relação aos baixos preços da laranja “na roça” esteve presente nas falas de muitos dos camponeses entrevistados. Nas idas a campo também foi possível notar a disparidade entre o preço pago pelo fruto aos camponeses e o preço de comercialização no mercado. Em algumas ocasiões, o preço da laranja no supermercado equivalia a mais da metade do que estava sendo pago aos camponeses.

> Está ruim! Sexta-feira veio um cara aqui e me falou de 9 reais. Agora o Carlão disse que para a indústria é 14 reais posta no caminhão. Mas vai sobrar o que? Sobra uns 10 reais, porque se você pagar o peão para colher e para carregar, vai sobrar 8, 9 reais. Não vira. Com esse preço aí não toca laranja não! Eu falo porque eu não dou conta de tocar laranja com esse preço não. (ENTREVISTADO J, 2017).

Outra queixa muito presente na fala dos entrevistados é a oscilação dos preços ao logo do ano. “Esse ano mesmo eu tive que vender laranja boa a 10 reais, e começou com 40 reais a caixa. Mas aí foi caindo, caindo, e no final chegou a 10 reais” (ENTREVISTADO P, 2017). Questionado se vendia laranja para atravessadores, o Entrevistado P responde:

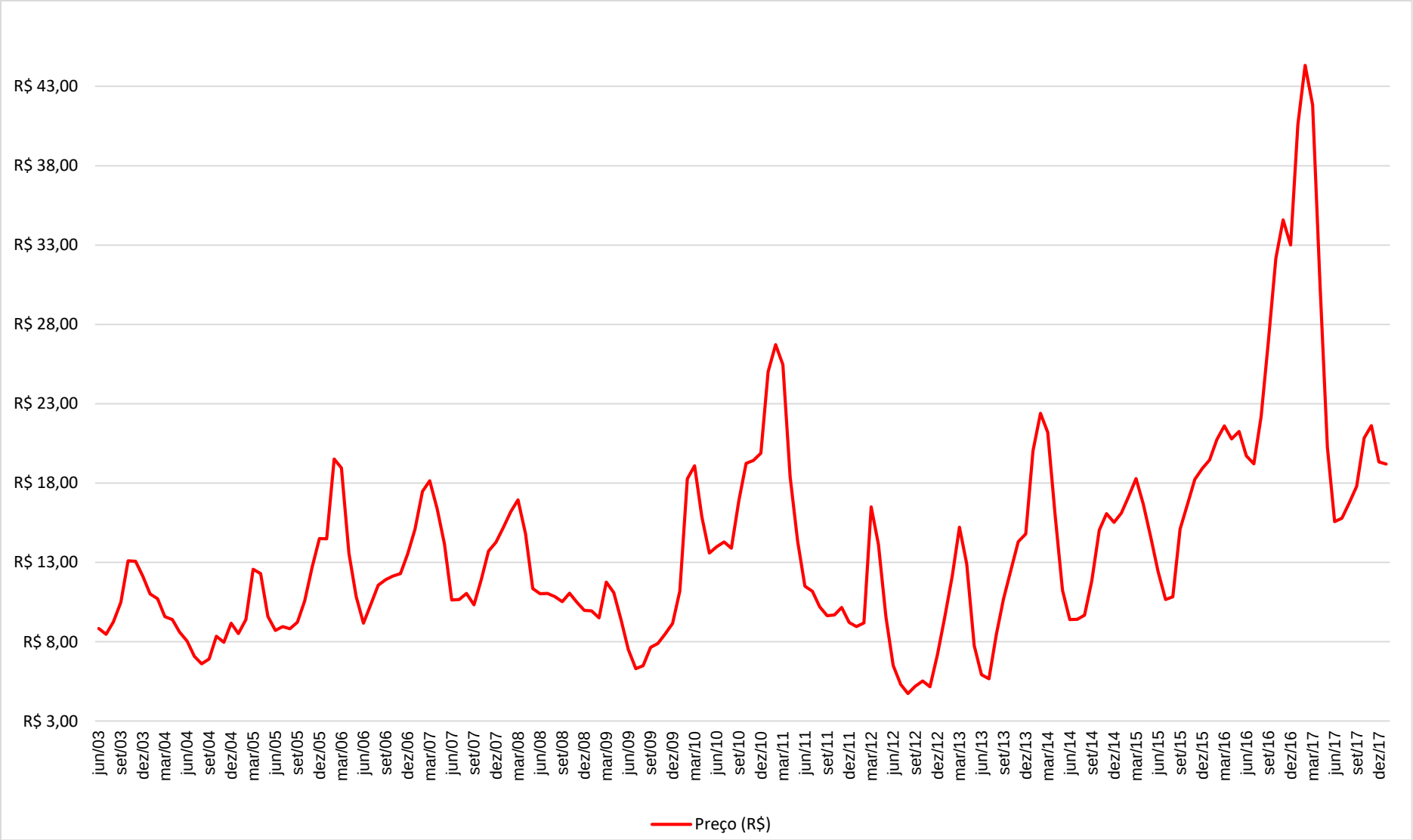
> Isso, infelizmente tem que ser, né? Tem que ter o atravessador, que acabou com nós. Não tem jeito, não tem onde por, né? Então a gente depende deles. E é eles que põe o preço na mercadoria. O duro da roça é isso, né? Eu sempre comento: o comprador chega na roça e nunca pergunta quanto é o seu produto, a gente nunca põe o preço no produto da gente, é eles que põe o preço no produto, e isso é uma coisa que hoje não pode existir, porque você tem um custo para produzir e geralmente a gente vende abaixo do custo. (ENTREVISTADO P, 2017).

No gráfico 7 é possível observar a variação de preços mencionada pelo entrevistado. No mês de fevereiro de 2017, foi registrada a maior média de preço pago

pela laranja na região de Bebedouro, nos últimos 15 anos, quando o preço da caixa da laranja de 40,8 kg pago aos produtores chegou a R$43,83 (Quarente e três reais e oitenta e três centavos), conforme demonstram os dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA.

No mês de julho de 2017 o preço da laranja havia caído para menos da metade em poucos meses; a caixa laranja estava sendo vendida pelos agricultores pelo preço médio de R$ 15,00 (Quinze reais) a caixa de 40,8 kg, enquanto em um supermercado da cidade de Jales essa fruta era vendida a R$1,99 (Um real e noventa e nove centavos) o quilograma (figuras 36 e 37). O preço do quilograma da laranja no mercado, multiplicado pela quantidade de quilogramas da caixa peso, comercializada pelos camponeses, equivalia a R$ 81,19 (Oitenta e um reais e dezenove centavos), ou seja, o preço recebido pelo camponês pelo quilograma da laranja, ou seja, apenas 18,4% do preço pelo qual a fruta era vendida no supermercado. Aproximadamente 80% do valor de comercialização da laranja no supermercado pesquisado, na ocasião do trabalho de campo, se referia aos custos de colheita, transporte, beneficiamento e lucro dos atravessadores e da rede de supermercados.

Gráfico 7 - Estado de São Paulo: Variação do preço da Laranja Pêra Rio para mercado (2003 – 2017).



Fonte: CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Organizado pelo autor.

Figura 36 – Supermercado Sakashita de Jales: laranja exposta em banca na seção de hortifruti.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 05 jul.2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 37 – Supermercado Sakashita de Jales: preço da laranja exposta em banca na seção de hortifruti.

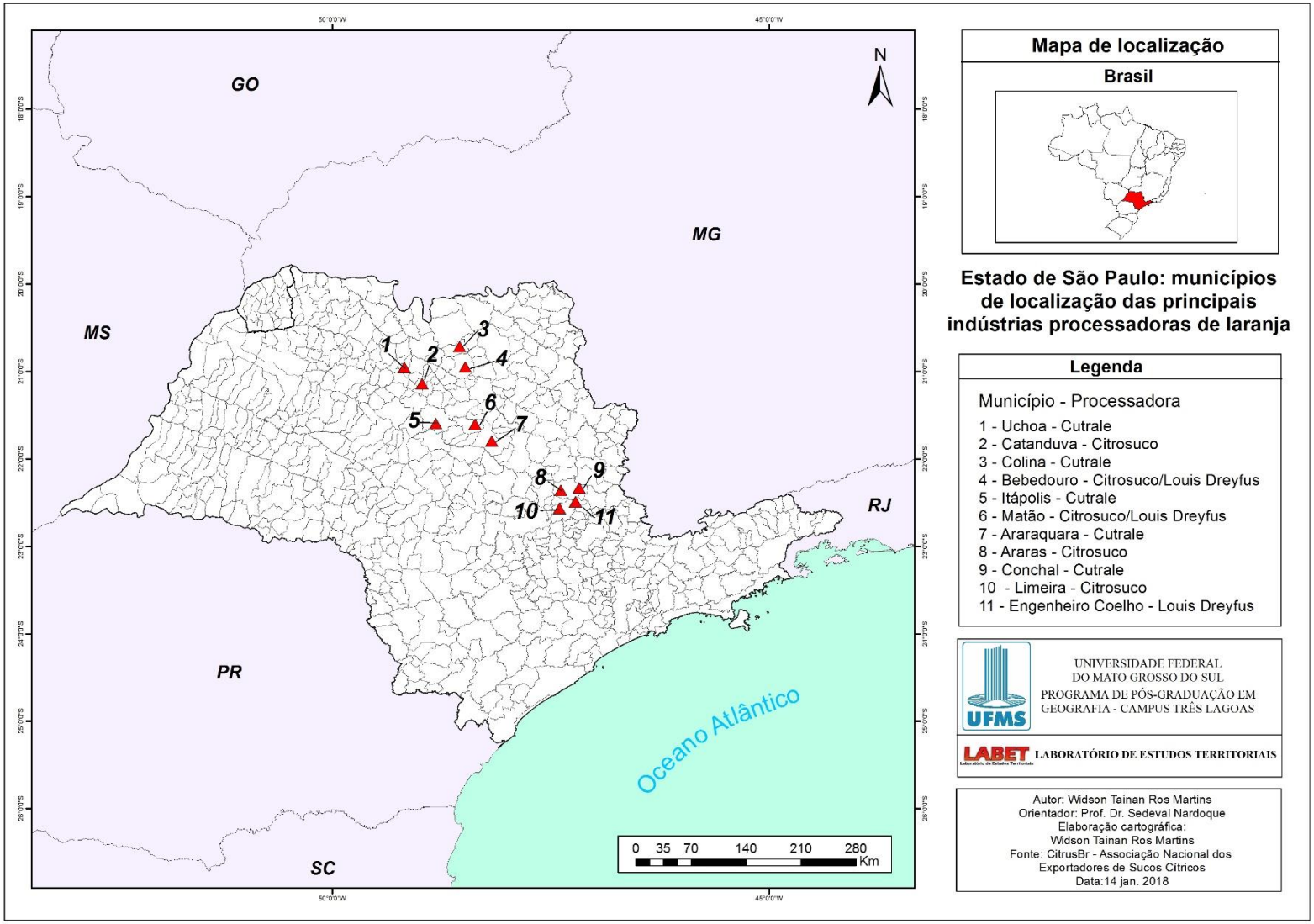
Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 05 jul.2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Ainda que a maior parte da laranja produzida na Microrregião Geográfica de Jales seja comercializada para o consumo *in natura* no mercado interno, a comercialização dessa fruta com a indústria processadora de suco também ocorre. Todavia, o fruto destinado à indústria é aquele de qualidade inferior, e que não possui os padrões estéticos exigidos pelo mercado. No estado de São Paulo, apenas três empresas controlam o mercado de suco de laranja, sendo elas a Cutrale, a Louis Dreyfus e a Citrosuco, conforme aponta a CitrusBr. A espacialização dessas empresas pode ser observada na figura 38. Contudo, também existem processadoras de menor porte, que os atravessadores chamam de “suquinho”, cuja produção tem como destino principal o mercado interno de sucos pronto para o consumo, tais como a Citrus Juice, localizada no município de Itajobi (SP), a Selial Citrus, localizada no município de Rio Claro (SP) e a Sucro Prat’s (Paranavaí, PR).

Nessa modalidade de comercialização, os próprios agricultores podem firmar contratos com as indústrias, que estabelecem o preço e as demais condições de venda da fruta. Todavia, entre os citricultores camponeses a prática de firmar contratos com as indústrias processadoras não é comum, por dois motivos: geralmente o preço da laranja vendida à indústria é inferior ao da laranja vendida para o consumo *in natura*, e também por terem consciência da condição de subalternidade às indústrias no estabelecimento de contratos com as mesmas. Nesse sentido, o Entrevistado M enfatiza que, apesar de sempre vender parte de sua produção para as processadoras de suco, “Contrato com indústria nós nunca fizemos não, nós sempre vendermos pra marreteiro mesmo” (ENTREVISTADO M, 2017).

Dessa forma, quando a laranja é destinada à indústria é comum que ela tenha sido vendida aos atravessadores, que são pessoas que geralmente possuem contrato com as processadoras para venda dos frutos sem os padrões de qualidade para serem comercializadas *in natura*. “Eu tenho contrato com a Cutrale também. Eu compro resto de pomar e mando pra Cutrale” (ENTREVISTADO O, 2017). Ao ser questionado se fazia contrato para vender laranja para a indústria, o entrevistado N responde: “Eu tinha um de 25 reais a caixa, mas só pra 20 mil caixas, então acabou logo. Mas hoje a gente tá entregando no portão também, sem contrato, pelo preço do dia. Hoje tá 17 reais posta lá, aí tem que tirar a colheita e o frete, aí volta nos 10 reais” (ENTREVISTADO N, 2017).

Figura 38 – Estado de São Paulo: localização de municípios das principais indústrias processadoras de suco cítrico – 2016.



Fonte: CitrusBr – Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, 2016.

Segundo informações da CitrusBr[92], os principais produtos produzidos pelas indústrias processadoras de laranjas são o suco concentrado congelado e o suco não congelado, sendo que o principal destino desses dois produtos é a exportação. Para tanto, o transporte dessa mercadoria é realizado por via terrestre das unidades processadoras até os portos de escoamento e, depois, via transporte marítimo até os países de destino.

O suco concentrado congelado e o suco não congelado são matérias-primas de diversas indústrias de alimentos, originando diversos outros subprodutos, tais como sucos e néctares, por elas envasados e distribuídos em redes de mercados atacadistas e varejistas, para depois chegarem ao consumidor final. Também são originados do processamento da laranja diversas outras matérias-primas, tais como o Farelo de Polpa Cítrica Peletizado[93] e os óleos essenciais[94], tais como o D-Limoneno[95], cujos principais destinos são as indústrias de cosméticos, as indústrias de produtos de limpeza e as indústrias de ração animal, que também serão distribuídos em redes de mercados atacadistas e varejistas até chegarem ao consumidor final.

Por ter como principal destino o mercado internacional, a comercialização do suco de laranja produzido pelas indústrias processadoras é realizado por diversas empresas que se especializaram no envase e na revenda de bebidas derivadas ao varejo em cada um dos países onde atuam. Contudo, conforme sugere Neves (2010), o poder das empresas varejistas é desproporcionalmente superior aos das demais empresas envolvidas no circuito de produção de laranja. Segundo esse autor, têm sido comum a fusão de diversos grupos varejistas, aumentando ainda mais seu poder de negociação.

> Para ganhar eficiência neste mercado altamente competitivo, cada vez mais todos os elos da cadeia produtiva de suco de laranja estão se concentrando, desde as empresas produtoras de insumos até os canais de distribuição varejista. Em razão disso, o poder de barganha dos varejistas frente aos envasadores e estes, por sua vez, frente aos exportadores brasileiros de suco de laranja, é significativamente

[92] Disponível em: <http://issuu.com/citrusbr/docs/mapeamento_da_cadeia_citr_cola?e=0> Acesso em: 24 jan. 2018.
[93] Produto resultante do processamento do suco, formado a partir dos resíduos úmidos do fruto, que passam por processo de secagem e formam uma forragem concentrada transformada em Pellets, os quais servem de alimentação fibrosa de ovelhas e bovinos.
[94] Óleo extraído da casca de laranja, utilizado na produção de compostos para bebidas, cosméticos e produtos químicos.
[95] O principal componente do óleo da casca da laranja. É utilizado nas indústrias de plásticos como matéria-prima para a fabricação de resinas sintéticas e adesivos.

> desproporcional. Na venda de alimentos no varejo, ano a ano é notório o crescimento das grandes redes. Somente o Walmart vendeu sozinho mais de US$ 425 bilhões em 2009. Mesmo os menores varejistas têm se organizado em pools ou organizações de compra para aumentar o poder de barganha e fazer frente à competição com as maiores cadeias de varejo. (NEVES, 2010, p.112).

Segundo os relatórios da CitrusBr[96], no ano de 2016, o faturamento das cinco maiores empresas varejistas do mundo (Walmart, Carrefour, Costco, Kroger, e o Grupo Schwarz) foi de aproximadamente USD 987.030.000,00 (Novecentos e oitenta e sete milhões e trinta mil dólares), sendo que, desse total, o Walmart faturou sozinho USD 517.933.000,00 (Quinhentos e dezessete milhões e novecentos e trinta e três mil dólares). Nesse mesmo ano, as principais varejistas atuantes no Brasil eram: o grupo Casino (que controla as bandeiras Assai, Extra e Pão de Açúcar), que faturou USD 23.092.000,00 (Vinte e três milhões e noventa e dois mil dólares); o Carrefour, que faturou USD 14.245.000,00 (Quatorze milhões e duzentos e quarenta e cinco mil dólares); Walmart, que faturou USD 9.591.000,00 (Nove milhões e quinhentos e noventa e um mil dólares); as Lojas Americanas, que faturaram USD 6.898.000,00 (Seis milhões e oitocentos e noventa e oito mil dólares); e o grupo Cencosud (Gbarbosa, Bretas, Prezunic, Mercantil Rodrigues, Perini) movimentou USD 3.133.000,00 (Três milhões e cento e trinta e três mil dólares).

Essas empresas, de atuação em escala global, controlam e dominam o circuito espacial da produção da laranja, bem como os diferentes agentes nele envolvidos.

> As grandes corporações, consequentemente, compreendem um conjunto variado de relações assimétricas entre distintos agentes— Estados nacionais, grupos empresariais nacionais e estrangeiros, competitivos ou monopolistas – relações que permitem às corporações maximizar sua participação no excedente total gerado pelo sistema capitalista mundial. Essas novas circunstâncias exigem, por um lado, estudar as relações e alianças entre o capital monopolista internacional, o capital monopolista nacional e o Estado, que, como sabemos, são os que controlam o processo produtivo no atual sistema capitalista. (BARIOS, 2015, p. 358).

Nesse sentido, o poder de dominação do capital monopolista internacional, representado pelas empresas globais, atuantes no mercado varejista, ultrapassa o poder do capital monopolista nacional, constituído pelas empresas processadoras de suco cítrico. Ambos, capital nacional e internacional, possuem relações com o Estado,

---

[96] Essas informações estão disponíveis em: <http://www.citrusbr.com/download/9-Poder%20de%20Negocia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Varejo.pdf> Acesso em: 24 jan.2018.

estabelecendo aquilo que Moraes (2017) chamou de círculos de cooperação no espaço. Embora esse autor defenda a ideia de que exista uma malha de circuitos, cuja as relações que se estabelecem nos lugares ocorram em escalas diferentes, acrescenta:

> Nesse processo se estabelecem círculos de cooperação no espaço que integram diferentes lugares numa mesma circularidade (de mercadorias, e de capitais). Estes círculos desenham hierarquias, especializações, fluxos. Suas sobreposições delineam a divisão territorial do trabalho. E no seu interior que se movimentam os processos de transferência geográfica do valor. No plano local, a capacidade de internacionalização do excedente será o elemento definidor de sua posição relativa no espaço mundializado. Esta capacidade se traduz basicamente no volume e magnitude do capital fixado, que atua na atração de novos investimentos numa circularidade desigual crescente. A espacialidade do capitalismo contemporâneo traz, dessa forma, uma tônica de especialização dos lugares. Como foi dito ao início, homogeiniza diferenciando, num movimento desigual e combinado. (MORAES, 2017, p. 43-44).

As alianças estabelecidas entre o capital monopolista internacional e nacional com o Estado constituem arranjos fundamentais para que o circuito ocorra. Isso pois, no caso estudado, além de regular as regras do sistema financeiro nacional, o Estado é responsável pela criação de um conjunto de políticas voltadas ao setor agrícola, tais como as políticas de investimento, que se realizam por meio da concessão de crédito e subsídios, bem como o fomento às pesquisas direcionadas ao setor, tanto em instituições de ensino e pesquisa públicas quanto privadas. Também, acrescenta-se ao Estado, o papel no estabelecimento do conjunto de normas que regulam todas as etapas do circuito espacial de produção da laranja, muito embora não as faça fora do domínio do capital nacional e internacional, e no papel de execução e fiscalização das mesmas, que se dá por meio de instituições tais como a Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo e a Coordenadoria de Assistência Técnica integral - CATI.

4.2. A normatização da citricultura paulista

Uma das dificuldades encontradas na produção de laranja voltada ao abastecimento do mercado interno é o maior custo de produção, se comparada com a destinada à indústria. Para atingir o padrão de qualidade exigido pelo mercado, os cuidados com a “estética” dos frutos requerem dos produtores maior uso de fertilizantes e agrotóxicos, elevando, assim, os custos da produção. Também, nos últimos anos, as plantações de laranja em São Paulo sofreram com problemas

fitossanitários, destacando-se doenças como o *greening* e o cancro cítrico, que devido às normativas existentes para o controle e erradicação de tais doenças, levaram muitos citricultores (sobretudo os pequenos e médios) a não renovarem seus pomares e quando não, erradicarem-nos.

Segundo o Fundo de Defesa da Citricultura,

> O Greening (Huanglongbing/HLB) é a mais destrutiva doença dos citros no Brasil. Não há variedade comercial de copa ou porta-enxerto resistente à doença e as plantas contaminadas não podem ser curadas. As árvores novas contaminadas pelo Greening não chegam a produzir e as que produzem sofrem uma grande queda de frutos. Os pomares com alta incidência da doença devem ser totalmente eliminados porque praticamente todas as plantas, inclusive as sem sintomas, devem estar contaminadas. O cancro cítrico, causado pela bactéria *Xanthomonas citri subsp. citri*, afeta todas as espécies e variedades de citros de importância comercial. Com origem na Ásia, onde ocorre de forma endêmica em todos os países produtores, foi constatado pela primeira vez no Brasil em 1957, nos Estados de São Paulo e Paraná. Os impactos desta doença estão relacionados à desfolha de plantas, à depreciação da qualidade da produção pela presença de lesões em frutos, à redução na produção pela queda prematura de frutos e à restrição da comercialização da produção para áreas livres da doença. (FUNDECITRUS, 2018).

Neste cenário, destacam-se as normativas criadas pelo poder público para o controle de tais doenças, pois segundo Welch e Fernandes (2008, p. 184), as políticas públicas fazem parte dos sistemas de dominação utilizados pelas processadoras de suco para obter o controle quase que absoluto sobre os citricultores.

Para o controle do Greening, foi sancionada no estado de São Paulo a Instrução Normativa nº 53, de 16 de outubro de 2008, publicada pelo Ministério da Agricultura[97]. Segundo essa normativa, o produtor deve inspecionar e eliminar as plantas doentes, sendo que o proprietário, arrendatário ou ocupante a qualquer título do estabelecimento deverá apresentar dois relatórios anuais à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, semestralmente. A normativa também especifica que caberá ao responsável pelo estabelecimento eliminar, às suas expensas, as plantas hospedeiras contaminadas, mediante arranquio ou corte rente ao solo, com manejo para evitar brotações, não lhe cabendo qualquer tipo de indenização, sendo que os talhões com incidência superior a 28% de plantas com sintomas devem ser totalmente eliminados. O não cumprimento de tais medidas conforme estabelece a normativa,

[97] Disponível em: <https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/instrucao-normativa-mapa-53-de-16-10-2008,830.html> Acesso em: 24 jan. 2018.

“[...] acarretará ao infrator as sanções estabelecidas pela legislação estadual e federal de defesa sanitária vegetal”.

Quanto ao cancro cítrico (figuras 39 e 40), vigorou no estado de São Paulo rígida legislação de combate a essa doença, que determinava a erradicação das plantas contaminadas assim como das demais plantas contidas em um raio de 30 metros[98], conforme determinava a Portaria Federal nº 291 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, de 23 de julho de 1997, e o Decreto Estadual nº 45.211, de 19 de setembro de 2000.

Figura 39 – Folha de laranja com lesão provocada pelo cancro cítrico.

Fonte: Acervo pessoal de Mauricio Rotundo, 2016.

[98] “Além da erradicação das plantas, também existiam outras ações oficiais exigidas para o controle do cancro cítrico, tais como a proibição o plantio de citros nas áreas erradicadas por um período de 24 meses.” REIS, Emanuel Martins dos. A política fitossanitária de combate ao cancro cítrico na região de Presidente Prudente - SP. 2008.

Figura 40 – Laranja com lesões provocadas pelo cancro cítrico

Fonte: Acervo pessoal de Mauricio Rotundo, 2016.

Um dos entrevistados comentou, durante o trabalho de campo, ter sido enquadrado por essa legislação em 2006, que levando a erradicação de parte de seus pomares. O Entrevistado F[99], diante da realidade da Microrregião de Jales, pode ser considerando como grande proprietário de terras, pois a soma do tamanho das suas propriedades rurais totalizavam mais de 400 hectares, comentou que dos 180 mil pés de laranja que cultivava no município de Santa Albertina, 68 mil pés foram erradicados pelo Fundecitrus, órgão que, na época, era responsável pela fiscalização e controle de doenças fitossanitárias no estado de São Paulo (figura 41).

Ao relatar o fato acontecido, o entrevistado compara o rigor da legislação paulista com a do estado vizinho, Minas Gerais, que segundo ele, era muito mais branda.

> Se a minha laranja tivesse do lado de lá do rio eu tava tocando até hoje, porque era só no estado de São Paulo essa lei. Hoje não estão erradicando mais, porque todo os pomar tem. Só que estão colhendo, dá pra conviver com ela passando cobre, vai convivendo. Na época, Deus me livre! De tanto ficar preocupado com os compromisso, com todos os funcionários, e parou tudo, aí me deu infarto pra ajudar, fiquei sete dias na UTI, e venho tomando remédio até hoje. Eu chegava cedo, rapaz, hora que levantava e ia lavar o rosto, olhava no espelho e parecia que eu estava drogado, com o olho vermelho. Eu não dormia de noite de preocupação, pensando em como eu ia acertar com todos os funcionários. (ENTREVISTADO F, 2017)

[99] Entrevista realizada no dia 13 dez. 2017, no município de Jales.

Esse entrevistado também comentou ter recorrido da decisão do Fundecitrus na justiça, contudo sem obter resultados favoráveis. Na ocasião do episódio, os pomares erradicados estavam no primeiro ano de produção e vendidos para a Cutrale por meio de contrato, com estimativa de 400 mil caixas peso de laranjas no pé, “[...] e eles arrancaram com tudo” (Entrevistado F, 2017).

Figura 41 – Santa Albertina: pomar de laranja erradicado por contaminação com cancro cítrico – 2006.

Fonte: Acervo pessoal do Entrevistado F.

> Eu cuidava para o mercado, mas como para o mercado eu vendi duas colheitas e foi ruim pra receber, então eu já cuidei pra indústria por que eu fiz contrato com a Cutrale, e pelo menos lá você recebe, né? Na época eu recebia 500 mil reais por mês da Cutrale, só que aí interditou e eles não pagaram mais nenhum centavo. [As laranjas] tava com 5 anos, na hora da produção. Nós colheu 1 alqueire no começo, e até medimos só pra ver, e a fruta que deu 1 alqueire comprava 3 alqueire de terra, tava bom naquela época, sabe? Mas parece que foi um azar! Eles chegaram lá e acharam 3 folhas, e já interditou, né? E aí teve vezes que tinha 30 pessoas do Fundecítrus lá no meio, com 4, 5 vans, aí foi espalhando aquilo lá, acho que foi espalhando mais. Foi na época do Norberto lá de São Francisco, e o dele deu problema e perdeu tudo também, só que o dele já tinha colhido, né? Teve uns que arriscou colher de noite. Mas eu fui lá na Cutrale e eles falou que eu não podia mexer porque nós tinha contrato, e o Fundecítrus tava lá direto. Eu tentei conseguir colher pela lei, mas não consegui, aí perdeu. Tem até umas fotos que tiraram aí da pá carregadeira, e você não enxerga o chão, só laranja. Deus me livre! E quando começou

> colher, a Cutrale até mandou o gerente ir lá ver porque minha laranja tava daquele jeito produzindo 5,5 caixa peso por pé, era muito bem cuidada e numas terras boa rapaz, mas não tive sorte. (ENTREVISTADO F, 2017).

Após o episódio, o Entrevistado F disse ter passado por inúmeras dificuldades financeiras, principalmente no que diz respeito ao pagamento das dívidas que havia contraído para investir nos pomares de laranja plantados, e que até na data da entrevista ainda possuía débitos pendentes. “Tenho financiamento, ainda tô acertando. Tinha na Coopercitrus, Credicitrus, no Banco do Brasil, no Santander, no HSBC, mas hoje só falta acertar no Banco do Brasil, que eu tô negociando mas eu vou acertar. Os outros eu já acertei, e venho acertando” (ENTREVISTADO F, 2017).

Para escapar da legislação em vigor no estado de São Paulo, o Entrevistado N conta que começou a produzir laranjas no estado de Minas Gerais. “Pra correr do cancro, porque naquele tempo tava com esse negócio de arrancar. Em Dolcinópolis nós plantou um pomar novo e apareceu cancro que eu nunca vi cancro daquele jeito, e perdemos o pomar novinho. Então a gente foi pra lá por causa da doença” (ENTREVISTADO N, 2017).

Contudo, essa normativa afetou principalmente os camponeses, muitas vezes obrigados a eliminarem proporções de seus pomares correspondentes a mais da metade da área plantada, desestabilizando, consequentemente, toda a economia familiar, pois a diminuição da produção suscita a diminuição dos rendimentos, que por sua vez, implica na reprodução da família e, muitas vezes, na impossibilidade de saldar as dívidas contraídas no momento da implantação dos pomares ou da produção.

Em entrevista com um camponês sitiante, que na ocasião da entrevista cultivava 1200 pés de laranja no sítio que herdou do pai, no município de Santa Fé do Sul, relatou a severidade dos agentes do Fundecítrus e da Defesa Agropecuária na execução da normativa, na ocasião em que o pomar do seu tio foi interditado. Contudo, o que mais chama atenção na fala é a indignação do entrevistado com a atitude de fiscal da Defesa agropecuária, que apesar de o conhecer e também ter relação com a terra, fez seu papel como representante do Estado sem se posicionar em sua defesa diante do conflito provocado pelas circunstancias narradas.

> Arrancou talhão inteiro! Aqui nessa área que nós estamos aqui, aqui era um raio de laranja, e eu estava carregando uma laranja, e não pode mexer. Mas eu falei: “mete o pau apanhar laranja que depois que

> tiver apanhada eles não irão vir encher o saco, mete a unha!” E ele veio apanhar justo o dia que eles vieram arrancar. Aí meu tio que tem Mal de Parkinson desceu tremendo e veio falar comigo e disse: “você vai lá, porque se eu ficar lá, ou eu morro de raiva ou eu mato aquele cara que está lá, um de nós dois vai morrer lá!” Aí eu já vim aqui pisando alto. E tinham uns caixeiros meio doidos da cabeça e falaram se iríamos ou não carregar a laranja. E eu falei: “vai!” E uns cara perguntou: “tem dono essa merda aqui ou não tem?” E eu falei: “tem! O dono é eu”. Aí eu encostei as duas carretas de laranja minha e estava carregando e um cara chegou em mim e falou: “quem mandou você carregar essa laranja?” Eu falei: “essa laranja é minha, você não tem nada a ver aqui”. E ele falou: “você não pode carregar!” E eu falei: “rapaz, eu vou carregar!” E ele falou: “se você carregar, você não descarrega!” Ai eu falei: “vai nascer hoje o homem que vai fazer isso, porque ainda não existe homem para isso.” E ele falou: “então vamos ver”, e já ligou para o Fundecitrus de Jales e descobriu para quem que eu estava vendendo, que era meu primo, o Hélio. Aí o cara do Fundecitrus já foi lá no barracão dele e ficou de longe esperando o caminhãozinho chegar. Então meu primo ligou para mim, já estava carregado e perguntou se eu não tinha desensacado a laranja, e eu falei que não, aí ele falou para encostar a carreta no caminhão, descarregar a laranja e mandar ele ir embora. Falou: “deixa aí, fica quietinho, não briga, não fala nada, fica quieto, descarrega a laranja!” E eu falei: “não, eu não vou fazer isso não!” Ele falou: “faz que é a melhor coisa, faz porque esses caras são carniça.” Aí os caras começaram descarregar, e o cara chegou em mim, bateu a mão no meu ombro e falou para mim: “não falei para você que você não descarregava a laranja?!” Aí eu falei para ele: “a sua sorte é que eu tenho sangue de barata na veia e não sei brigar, mas que você merece um tapa na cara, você merece!” Aí ele falou: “se tiver homem aqui...” O cara do Fundecitrus, junto com o cara da Defesa. Só que eu peguei o cara da Defesa depois, que eu conheço e tenho muita amizade com ele, ele mora no sítio do sogro dele ali, então falei um monte para ele. Falei: “vocês são todos uma cambada de vagabundos, filhos da puta!” E ele disse: “você não pode falar isso de mim!” Eu falei: “você é um safado, sem vergonha igual eles, mas Deus está vendo, pode ficar tranquilo, porque Deus está vendo!” Aí eu perdi a laranja, porque precisou esperar oito dias para autorizar eu vender a laranja aí precisei vender para a moagem. Então eles inventaram isso daí, depois eles abaixaram o preço, aí arrebentou, porque eles (as indústrias) plantaram laranja para eles e arrebentaram no preço. No preço eles estão conseguindo quebrar todo mundo, a indústria! (ENTREVISTADO L, 2017).

O Entrevistado L também mostra ter consciência do poder que as indústrias processadoras de suco exercem no circuito espacial de produção de laranja, a qual ele atribui a elaboração da normativa que previa a erradicação dos pomares, bem como a queda dos preços da laranja, pois segundo suas informações, em outras regiões do estado as indústrias processadoras estão territorializadas, produzindo frutas para comercialização *in natura*, bem como parte das frutas que processam, e

dessa forma conseguem controlar tanto o mercado da fruta *in natura* quanto o mercado de suco concentrado. Esse fato realmente se confirma, tendo em vista que tal informação consta na página da internet da própria Cutrale:

> A empresa atua na produção da fruta "in natura" que é beneficiada e embalada no Packing House (setor de embalagens) da unidade de Araraquara, onde são utilizados os mais modernos equipamentos eletrônicos para esse trabalho, inclusive classificação por meio de imagens digitais e fotos infravermelhas tiradas de cada uma das unidades para a comercialização nos mercados interno e externo. (CUTRALE, 2017).

O Entrevistado C, durante sua fala, também relatou a experiência que teve em relação a atuação dos representantes do estado quando foi encontrado um pé de tangerina em seu quintal contaminado com o cancro, fazendo questão de frisar a atitude punitiva dos fiscais da Defesa. Também comentou que seu vizinho foi vítima da normativa, e que ao ter seu pomar arrancado, endividou-se, passando a enfrentar problemas de saúde.

> Esse povo do Fundecitrus e das Casas da Agricultura, eles não tem dó nem de Jesus Cristo. Uma agrônoma veio aqui e eu tinha um pé de tangerina aqui, daquelas tangerinas comum, gostosa, daquelas antiga, e tinha cancro. E ela veio ver e mandou arrancar. Aí eu demorei uns dias porque eu tava meio doente e ela veio outro dia e mandou eu arrancar, e eu não tinha arrancado. Ela veio no outro dia e já veio com o papel da multa pra me multar. Um pé de tangerina! Sabe quantas viagens ela deu aqui, ela e um baixinho que trabalhava na Casa da Agricultura? Deu umas 6 ou 7 viagens. Aí a minha esposa andou falando umas bobagens pra agrônoma, a chefe lá de Jales, e ela nunca mais apareceu aqui pra ver se arrancou ou não, porque eu ia falar umas boas pra ela também. Era um pé só. Porque ela não me falou pra cuidar dele e me ensinou cuidar do pé? Nós explicou que nós é um casal de velhos e que só tinha esse pé de tangerina. Mas não, ela falou que tinha que arrancar. Por que é cruel desse jeito? Porque é ruim desse jeito? Aí eu arranquei, tá ali o tronco. Eles não gastou, eles tá aí pra ferrar os outros, eles ganha dinheiro pra isso. Então eles tem dó? Não tem dó! O deles tá caindo todo santo dia. Tem um vizinho ali na frente que ele era da idade do nosso filho mais velho, e ele morreu esses tempos atrás. Ele tinha um pomar começando dar, ele ia ficar bem de vida, fez tudo que era possível e o pomar era maravilhoso. Na primeira colheita veio três esteiras e arrancou tudo; ele perdeu tudo, tudo, tudo. Ficou devendo muito e já foi ficando depressivo, sofreu muito, chorava muito, porque ficou com muita dívida. Não foi por isso, mas daí uns 4 anos ele ficou doente e morreu novo novo, com 52 anos. Morava aqui na frente. Mas ele tomou todo prejuízo que uma pessoa podia tomar na vida. (ENTREVISTADO C, 2017).

Contudo, analisando as resoluções da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, referentes ao controle do cancro cítrico, constatou-se que a resolução de 2013,

elaborada para substituir a resolução de 2000, é muito mais branda que a primeira, no que diz respeito às práticas de controle e manejo da doença. Enquanto a primeira exigia a eliminação da planta ou plantas contaminadas e das demais contidas num raio mínimo de 30 metros, por serem consideradas suspeitas de contaminação, a segunda prevê, como método de controle, apenas a eliminação da planta contaminada pela doença, devendo as demais plantas contidas no raio suspeito de contaminação, serem pulverizadas com os agrotóxicos especificados, à base de cobre.

Recentemente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou uma nova legislação sobre o controle do cancro cítrico no País, a Instrução Normativa nº 37 de 5 de setembro de 2016, e entrou em vigor em 6 de março de 2017. Essa Instrução Normativa estabelece quatro cenários: Área com Praga Ausente; Área Livre da Praga (ALP); Área sob Erradicação ou Supressão; e Área sob Sistema de Mitigação de Risco (SMR). Por meio da Resolução nº 10 da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, de 20 de fevereiro de 2017, o estado de São Paulo delimitou e oficializou todo o seu território como área sob Sistema de Mitigação de Risco, relativa ao cancro cítrico, instituindo os procedimentos fitossanitários que devem ser adotados.

Durante a primeira etapa do trabalho de campo, pode-se participar de três reuniões oferecidas pelo Escritório de Defesa Agropecuária de Jales, cujo tema era a nova resolução adotada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. A primeira foi realizada na própria sede do escritório, na cidade de Jales, destinada ao público composto por técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e donos/responsáveis por unidades de consolidação e casas de embalagem de laranjas (Figura 42). A segunda e a terceira reunião foram realizadas nos municípios de Santa Salete e Santa Rita d'Oeste, sendo que o público alvo foram os citricultores de cada um dos municípios (figuras 43 e 44). Em ambas as reuniões os descontentamentos prevaleceram, entre aqueles estavam presentes, sobretudo em relação às mudanças na legislação.

Ao final das reuniões, as conversas giravam em torno da preocupação com o futuro da citricultura regional, que foi debatido sob as piores perspectivas entre os participantes. Contudo, os técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e compradores de laranja se mostraram mais receptivos às mudanças que os próprios sitiantes. Esses últimos tinham como maior queixa a burocratização das etapas de produção e

comercialização da laranja estabelecidas pela nova normatização, principalmente, pela possibilidade de não conseguirem se adequar às novas normas e suas vendas de laranja prejudicadas no próximo ano agrícola.

O que chamou atenção, em meio as queixas dos sitiantes, foi o fato de que a nova legislação foi a eles apresentada como uma reivindicação do próprio setor citrícola. Evidentemente que essas reivindicações atendem aos interesses das indústrias de produção de suco concentrado, uma vez que as mesmas não serão afetadas com a nova legislação, pois o Sistema de Mitigação de Riscos deverá ser adotado apenas por citricultores que comercializam seus frutos para fora do estado de São Paulo e laranjas processadas pela indústria de suco não serão submetidas ao tratamento proposto pela nova normativa, haja vista que serão processadas dentro do próprio estado para depois serem comercializadas.

Figura 42 – Jales: palestra sobre a Instrução Normativa nº 37 de 5 de setembro de 2016.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 28 jun. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 43 – Santa Salete: palestra sobre a Instrução Normativa nº 37 de 5 de setembro de 2016.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 28 jun. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 44 – Santa Rita d'Oeste: palestra sobre a Instrução Normativa nº 37 de 5 de setembro de 2016.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 27 out. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Analisando a nova normativa e comparando-a com a portaria de 1997, foram observadas diversas mudanças. A portaria de 1997 objetivava a produção de citros livre do cancro cítrico, estabelecendo, para tanto, que as propriedades deveriam ser livres da doença, podendo ser compulsoriamente interditadas caso a fiscalização do

estado constatasse sua presença nas plantas, podendo, contudo, ocorrer a comercialização de frutos para fora do estado diretamente da propriedade.

Diferentemente da primeira, a normativa de 2016 tem como objetivo viabilizar o comércio de citros livre do cancro cítrico e, neste caso, mesmo que haja a incidência da doença, os pomares não mais são interditados. Neste caso, passa a ser proibida a comercialização de frutas com lesões provocadas pelo cancro cítrico para fora do estado de São Paulo, sendo que os mesmos devem ser consumidos in natura dentro do próprio estado, ou enviados para processamento pelas indústrias de suco. Caso queira comercializar laranja em outros estados, o agricultor pode escolher migrar para o Sistema de Mitigação de Riscos, passando a obedecer as regras estabelecidas pela normativa. Caberá ao citricultor, nessa circunstância, contratar um engenheiro agrônomo habilitado, ou seja, que tenha passado por treinamento oferecido pela Defesa Agropecuária e pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, para que este, então, inspecione os talhões em que se pretende realizar a colheita e apresente os relatórios ao escritório de Defesa Agropecuária ao qual está jurisdicionado. Todavia, conforme estabelece a normativa, o talhão apenas será habilitado para colheita caso menos de 1% dos frutos inspecionados estejam lesionados pelo cancro cítrico, devendo os frutos com lesão serem destruídos ou vendidos para as indústrias processadoras de suco.

Dessa forma, a comercialização de frutas para fora do estado deixa de ser permitida a partir da propriedade, sendo esta permitida apenas para àqueles citricultores que aderiram ao Sistema de Mitigação de Riscos. Assim sendo, o comércio de laranjas para fora do estado de São Paulo exige a passagem obrigatória das frutas pelas Unidades de Consolidação (barracões), que devem estar adequados para cumprimento de um conjunto de procedimentos fitossanitários, tais como a lavagem das frutas com detergente e a imersão em Hipoclorito de Sódio durante dois minutos, e a identificação das embalagens com rótulo, constando o nome do produto e o código da unidade de produção, de forma a permitir o rastreamento dos frutos. Também, a normativa estabelece que os barracões apenas podem aceitar carregamentos de laranja que contenham menos de 1% das frutas com lesões provocadas pelo cancro cítrico, caso contrário, as frutas devem ser destruídas ou encaminhadas para as indústrias processadoras. Neste processo, o estado deixa de ser executor e passa a ser apenas auditor.

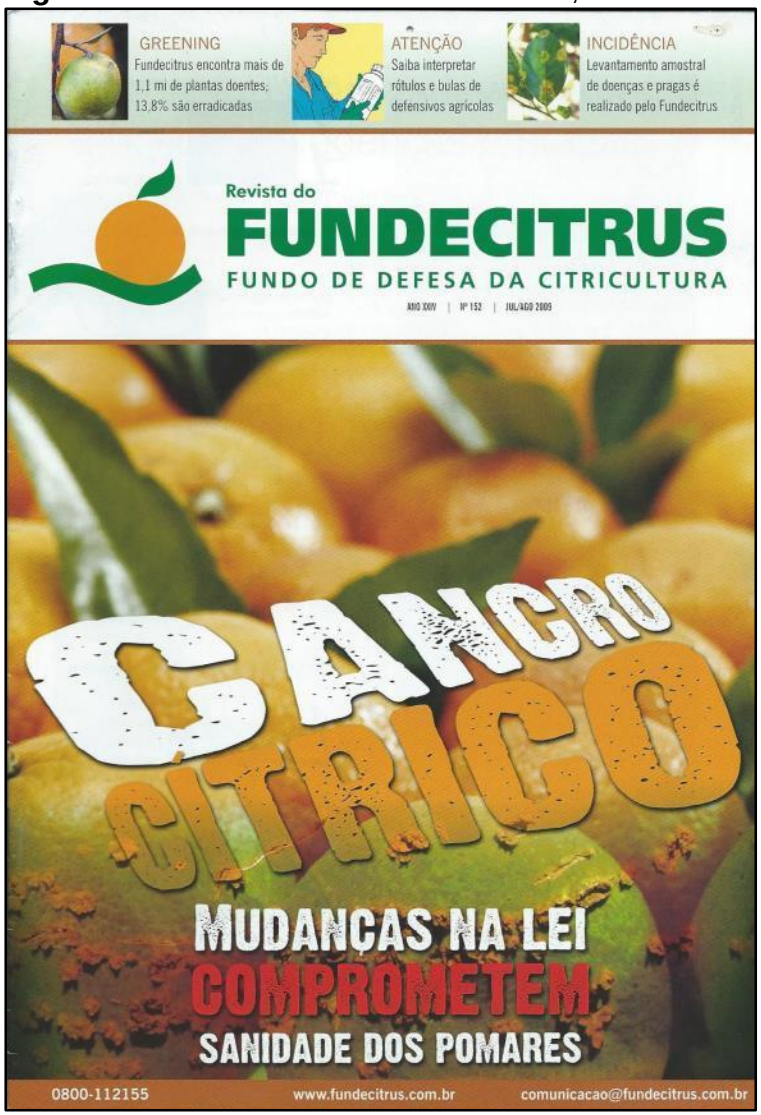
Segundo os relatos obtidos durante entrevista com o engenheiro agrônomo responsável pelo escritório da Defesa Agropecuária de Santa Fé do Sul, com a Normativa nº 37 de 5 de setembro de 2016, para que as laranjas produzidas no estado de São Paulo possam transitar livremente para outras unidades federativas ou até mesmo serem exportadas, é preciso que sua sanidade seja garantida por meio de certificação fitossanitária, garantia de fruta livre do cancro cítrico, conforme estabelecido pela normativa. Nesse processo de certificação, atuarão o engenheiro agrônomo contratado pelo citricultor, fiscalizando os pomares e, no caso os mesmos não apresentarem mais que 1% dos frutos com lesões provocadas pelo cancro cítrico, poderá emitir o Certificado Fitossanitário de Origem (CFO), documento que embasará a emissão Certificado Fitossanitário de Origem Consolidada (CFOC), emitido pelos barracões, e também a Permissão de Transito de Vegetal (PTV), emitida pela Defesa Agropecuária, sendo este último documento que permitirá o trânsito da fruta para fora do estado de São Paulo.

As medidas para o combate e controle do cancro cítrico foram temas de diversas edições da revista do Fundo de Defesa da Citricultura, conforme pode se observar nas figuras 45, 46, 47, 48, 49 e 50.

Figura 45 – Revista do FUNDECITRUS, 2007.

Fonte: Acervo pessoal de Mauricio Rotundo.

Figura 46 – Revista do FUNDECITRUS, 2009.



Fonte: Acervo pessoal de Mauricio Rotundo.

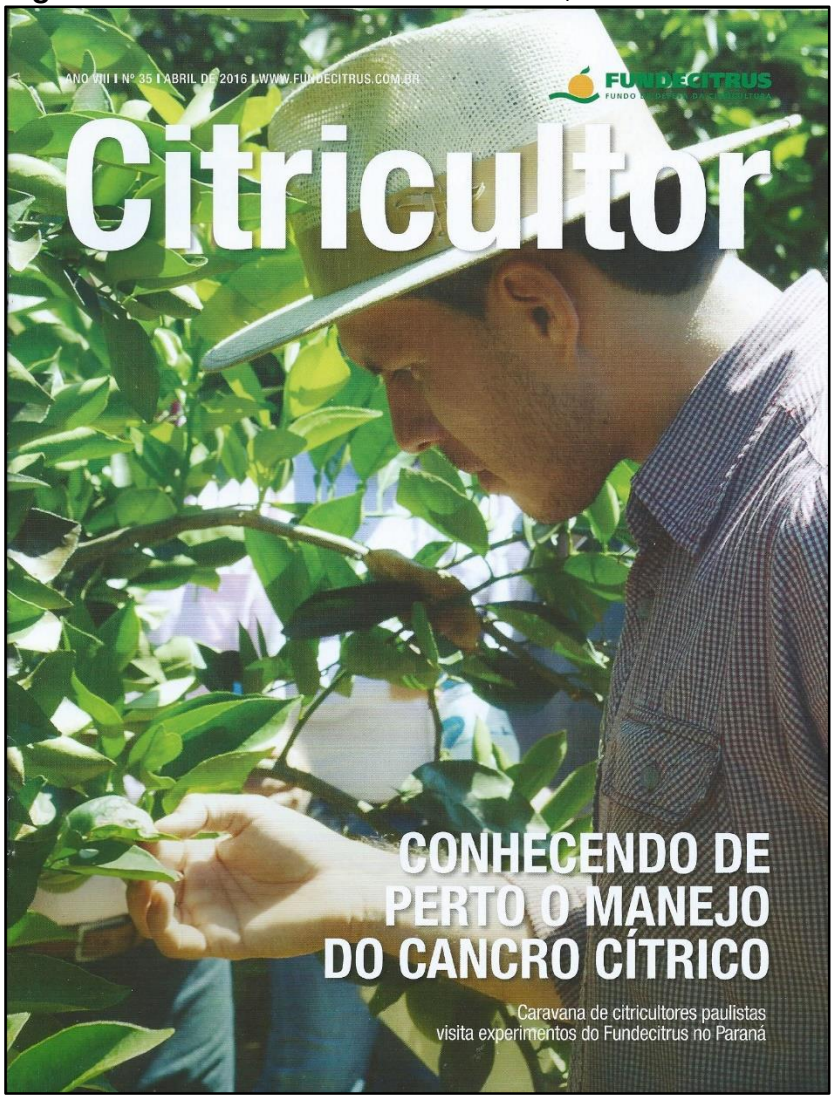
Figura 47 – Revista do FUNDECITRUS, 2011.

Fonte: Acervo pessoal de Mauricio Rotundo.

Figura 48 – Revista do FUNDECITRUS, 2014.

Fonte: Acervo pessoal de Mauricio Rotundo.

Figura 49 - Revista do FUNDECITRUS, 2016.



Fonte: Acervo pessoal de Mauricio Rotundo.

Figura 50 - Revista do FUNDECITRUS, 2017.

Fonte: Acervo pessoal de Mauricio Rotundo.

Durante entrevistas com compradores de laranjas e donos de barracões, as impressões causadas com as novas mudanças na legislação foram comentadas. Uma das preocupações dos atravessadores são os prazos que a Defesa Agropecuária para autorizar a colheita dos talhões cadastrados, ou seja, de 180 dias. “A nossa mesmo já tá começando amarelar, poderia liberar hoje, mas com 180 dias só vai liberar em julho, então vai faltar laranja” (ENTREVISTADO N, 2017).

Outra preocupação dos atravessadores diz respeito a eventual refuta de cargas vindas dos pomares, por não estarem de acordo com a normativa.

> Você faz os documentos, aí seu agrônomo libera a colheita, e nós tem que ter um agrônomo aqui, e quando chega o caminhão eu vou ter que ver se eu posso aceitar ela ou não. Se tiver um ou dois cancro eu vou ter que refugar. A lei só fala em refugar os caminhões, aí eu vou ter que ligar pro produtor e falar que eu vou ter que refugar o caminhão dele? E vai fazer o que com essa laranja verde? O problema nosso vai ser a interpretação da lei. (ENTREVISTADO N, 2017).

Outro atravessador comentou sobre a possibilidade de burlar a fiscalização do estado, mostrando-se totalmente despreocupado com a nova normativa.

> O cancro cítrico eu considero uma praga em quinto lugar das pragas do pomar. Cancro cítrico é uma coisa boba, e já fizeram tanto barulho em cima desse cancro cítrico. Aí você vê como que é as coisas, como esse país nosso é tão atrasado, pois eles batem em cima da tecla de uma coisa que não tem nada a ver, e botaram essa lei agora que tem que lavar a laranja, pros coitado gastar tanto dinheiro aí. Eu não gasto. No Brasil eles ensinam, obrigam o cara a fazer coisa errada. O que eu faço quando carrego uma viagem pra fora agora? Eu não fiz cadastro nada, até o agrônomo da Defesa me perguntou um dia se eu não ia fazer nada. Quando eu vou carregar laranja pra fora do Estado eu carrego o caminhão e enlono, faço nota de melancia ou nota de abacaxi e vai embora, ninguém vai desamarrar o caminhão pra ver; se a nota de melancia ou abacaxi tá bem feitinha, o cara vai saber? O cara da barreira lá de Uberlândia ou daqueles fundos vai saber se aqui tem melancia ou tem abacaxi? Ele carimba a nota e vai embora, a nota de melancia, mas é laranja. Então eles obrigam a gente fazer isso aí; esse povo é muito otário, é muito besta. Pra mim não mudou nada. O povo se matou pra arrumar o barracão tudo, e eu nem dei bola pra isso aí, nem cadastramento de propriedade pra mandar laranja pra fora eu fiz. Quando eu quero mandar laranja pra fora eu faço isso aí e acabou. E eu carrego mais pra dentro do estado, que não precisa fazer isso aí, e os caras se matando por causa disso aí. Já foram em tantas reuniões, os caras perderam o sono pra ir em Catanduva, Araraquara; eu não perco meu tempo com isso aí, eu não vou em nada, deixa os caras se matar. Uma hora isso aí caduca, que nem as outras leis que já caducou, tudo palhaçada. (ENTREVISTADO O, 2017).

As mudanças na normativa de controle do cancro cítrico também emergiram durante as entrevistas realizadas com alguns camponeses em seus sítios. Todos se

mostraram preocupados com as novas exigências para a comercialização das frutas para fora do estado de São Paulo, haja vista que este tipo de comércio é muito comum na região. A fala do Entrevistado J demonstra claramente sua preocupação a respeito das mudanças:

> Não está fácil mais pra sítio, não! E parece que está vindo algumas leis agora para produtor de laranja meio pesadas, hein? Se for verdade o que o dono do barracão me falou hoje, pode abandonar! Pode abandonar porque não vamos dar conta não. Se aprovar mesmo essas leis aí, eu acho que vai se o fim da laranja! (ENTREVISTADO J, 2017).

Dentre as preocupações dos entrevistados, a necessidade de autorização para realizar a colheita, bem como a obrigatoriedade de a laranja passar pelos barracões, autorizando o transporte para outros estados, se sobressaem. Conforme mencionado anteriormente, a Defesa Agropecuária tem prazo de 180 dias para liberar a colheita, a partir da data de cadastramento dos pomares, e isso “[...] já tá atrapalhado, né? Atrapalhou nossa vida já. Na minha laranja tem 6 mil caixas pra tirar agora, e já faz mais de mês que eu tô tentando vender. Essa lei atrapalhou tudo, se não tivesse essa lei a laranja já tinha ido embora faz tempo já” (ENTREVISTADO G, 2017).

Vender laranjas para atravessadores, levando-as direto dos pomares para outros estados, é uma prática relatada pelos entrevistados como sendo comum na região, e que, com este tipo de venda, conseguiam melhores preços nas frutas, pois as despesas dos barracões não eram agregadas ao preço. “Nessa venda agora, eu tenho laranja que foi a 18 reais, essa última, e as outras eu não sei se ele vai me pagar 20 ou 22, porque foi direto, não passou no barracão. Agora essa última passou. Foi direto pra Sorriso (MT), o cara tá mandando pra Sorriso” (ENTREVISTADO H, 2017).

Contudo, segundo o Entrevistado N, também comprador de laranja, de acordo com a nova normativa, a laranja “[...] vai ter que passar pelo barracão, não vai sair mais, eles vão ter que comprar de algum barracão pra poder levar, tudo documentado. Fica certo, mas só que fica difícil para trabalhar, né? É uma fruta, não precisava de tudo isso não” (ENTREVISTADO N, 2017).

O limite máximo de 1% para frutos com lesões provocadas pelo cancro cítrico também é outra preocupação dos camponeses sitiantes, pois os entrevistados disseram ter diagnosticado o cancro cítrico em seus pomares.

> Rapaz, se um produtor falar que no seu pomar não tem cancro, ele está mentindo. Tinha um pomarzinho novo ali, e esses dias atrás estava tudo pintado de amarelo, de tanto cancro que tinha. Aí eu andei passando um cobre, com cloreto de potássio e óleo, aí parece que deu

> uma controlada. E passo aquele ácido também que eles vendem aí... Ele mata, mas daí poucos dias o cancro volta de novo. O cancro é uma bactéria, né?" (ENTREVISTADO J, 2017).

> Tem, isso tem pra todo lado, né? No ano passado a parte do córrego pra cá deu pouco, atacou mais do córrego pra cima. Eu já passei um tal de ácido que o pessoal inventou, passei duas vezes só. Eu passo bastante cobre, e o que nós usa aqui é o cobre, com dois litros de óleo mineral, dois quilos e meio de cobre e 3 quilo e meio de cloreto de potássio. (ENTREVISTADO H, 2017).

Também relataram as dificuldades enfrentadas para produzirem laranjas livres da doença. Em muitos casos, os entrevistados atribuíram a contaminação dos seus pomares aos pomares dos vizinhos, por não tomarem os devidos cuidados, tornaram-se foco de proliferação do cancro cítrico.

> Aqui é o seguinte: a 3 anos atrás não tinha cancro aqui. Na colheita da nossa laranja, a gente fornecia tudo pras pessoas. Eu fornecia camisa, calça, boné, sapatão, tudo, e controlamos bem, mas bem mesmo, porque a gente achava que o cancro era o final da laranja, e não é, mas na mentalidade era, né? Então a gente cuidava muito. Sacaria mesmo não entrava nada, sacolas nós comprava tudo. Mas o vizinho aqui nunca controlou nada, e aí entrou na dele, e é vizinho de cerca, como você vai controlar? Aí apareceu um foco nas primeiras ruas nossa, do lado dele, aí já esparramou. Antes eles arrancavam tudo, na época do Fundecitrus se passava uma vistoria e tinha, não tinha boca, agora não. 30 metros num sítio estreito como esse arranca tudo, não tem jeito não, é complicado. (ENTREVISTADO P, 2017).

> No fim teve porque um vizinho meu deu problema na divisa. Então deu no dele e como afeta um raio de 30 metros em roda, nesses 30 metros teve que arrancar, sem doença e teve que arrancar. Aí arrancou aquela parte, depois arrancou outras partes. Eu comecei plantar outra e já começou dar doença, e veio vindo a doença até que acabou com tudo. Arranquei uma, plantei outra, arranquei a outra e plantei outra, foi assim. Foi dando doença, doença, doença, até... (ENTREVISTADO C, 2017).

Contudo, aqueles entrevistados, vítimas da primeira normativa, mostraram-se receptivos à normativa de 2017, pelo fato dessa última não mais erradicar compulsoriamente os pomares diagnosticados com cancro cítrico. O Entrevistado F, relata a severidade com que a antiga "lei" foi aplicada em seus pomares contaminados, e reconhece que essa nova normativa, que pesa, principalmente, sobre a comercialização, irá aumentar ainda mais o poder monopolista das indústrias processadoras.

> Melhor que a primeira, ruim foi a primeira, porque essa daí não vai lá tomar tudo o que você tem. Era a mesma coisa de você chegar em uma casa com uma máquina e falar que vai derrubar. A casa custou

> pra levantar, você tem dívida em cima, é a mesma coisa. Agora falar que eu não tinha o direito nem da fruta que tinha lá. Cheguei vim aqui no Fundecitrus, propus que pagaria pra correr o pomar e colher os pés que não tinha nada, porque era só em alguns pés, era muito raro, tinha quadro lá que não tinha. Mas erradicou todos os pés. Você acha que isso é justo, perder as fruta tudo? E não teve jeito. Até eu acho que a doença maior que tem na laranja se chama Cutrale. Você pode olhar, a turma do FUNDECÍTRUS hoje trabalha pra Cutrale. Essa lei que veio agora vai beneficiar ela [a indústria], porque fica mais difícil pro produtor sair com a laranja daqui, né? pra vender pra mercado, então tem que vender pra ela. Agora quem plantou fora daqui já não tem esse problema, tem um pessoal daqui que plantou em Minas, né? (ENTREVISTADO F, 2017).

De modo geral, os entrevistados se mostraram insatisfeitos com a normativa de 2017, que pesa principalmente sobre a comercialização da laranja. Segundo o Entrevistado H, a atuação do Estado e seus agentes, é no sentido de punir, em detrimento da pesquisa e da assistência técnica aos agricultores para o controle do cancro cítrico. Ao ser questionado se havia participado da palestra oferecida pela Defesa Agropecuária, oferecida em seu município, para a divulgação das mudanças estabelecidas pela normativa de 2017, o Entrevistado H responde:

> Não. O dia que teve aqui em Aspásia eu fiquei com vontade de ir, mas eu estava acabando de passar veneno e já acabei debaixo de chuva. Choveu bastante, então eu não fui. Pelo que me falam foi até bom eu não ir, porque chegaram lá e falaram que não era pra gente ficar fazendo muita pergunta, porque o cara que vinha era meio estúpido, e se você começar fazer muita pergunta ele te marca e te ferra, né? E eu gostaria de fazer. Esse negócio da lei agora é coisa de Estado, é lei federal, é da Defesa, então não tem mais nada a ver com o Fundecitrus. Eu só queria perguntar pra ele qual é o mal que faz pra saúde essa doença, pra ser desse jeito. Porque ao invés de arrumar soluções, só criam penalidades. Se o Fundecitrus já existe a 60 anos, porque ela não criou nenhuma solução pra esse problema? (ENTREVISTADO H, 2017).

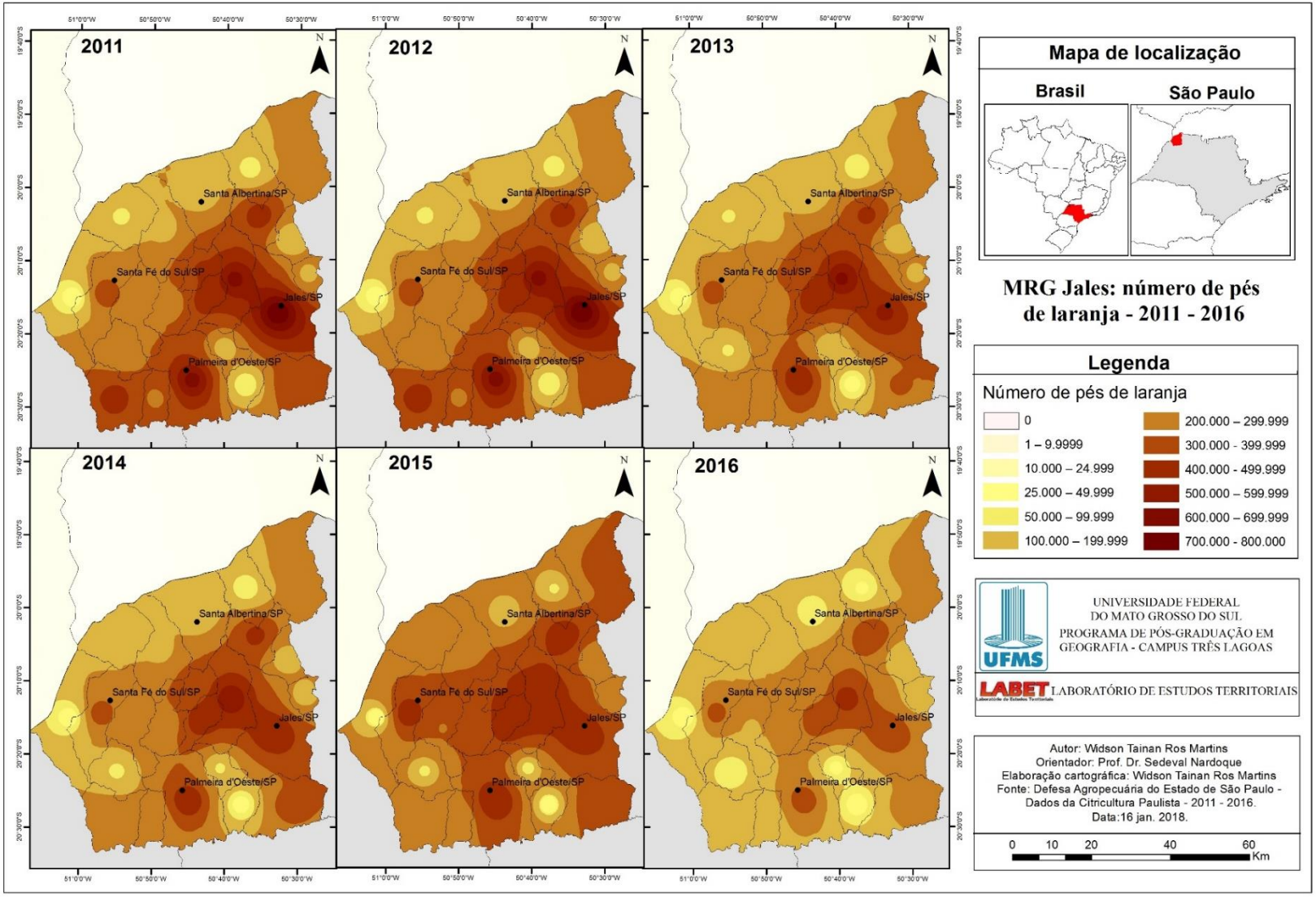
Evidentemente, observou-se em campo, principalmente se tratando da citricultura paulista, que a elaboração das normativas voltadas para a essa atividade ocorre de modo verticalizado, ou seja, sem a participação daqueles que estão na base do circuito espacial de produção da laranja, que são os agricultores, evidentemente em benefício das grandes empresas que controlam e dominam o mercado de citros e da reprodução ampliada do capital.

Ao longo de todo o trajeto percorrido em campo, pode ser constatado que, depois do preço de comercialização, o fator que mais tem contribuído para a erradicação de pomares na Microrregião de Jales são as normativas criadas pelo Estado para o controle de doenças fitossanitárias. “Na minha idade, o melhor negócio

que teve na minha vida foi a laranja. Mas só que eu fui obrigado acabar com ela por causa da doença” (ENTREVISTADO C, 2017).

Entre os anos de 2011 a 2016, a quantidade de pés de laranja plantados, na Microrregião de Jales, reduziu 33,5%, passando de 6.648.864 pés, no primeiro ano, para 4.416.775, no último ano. Analisando-se os dados de cada município, nesse mesmo período, observou-se que dos 23, apenas 5 apresentaram aumento na quantidade de pés de laranja, sendo eles: Santa Clara d’Oeste (328,1%), Rubinéia (146,9%), Dolcinópolis (78%), Paranapuã (6,2%) e Santa Rita d’Oeste (1,6%). O aumento mais expressivo verificou-se no município de Santa Clara d’Oeste, que de 26.393 pés, em 2011, passou para 113.013, em 2016, ou seja, aumento de 86.620 pés. Em contrapartida, dos 18 municípios restantes, com diminuição no número de pés de laranja, chamam a atenção os municípios de Jales e de Palmeira d’Oeste que, em números absolutos, erradicaram, respectivamente, 389.511 e 311.679 pés de laranja, fenômeno apresentado na figura 51.

Figura 51 – Microrregião de Jales: número de pés de laranja – 2011 – 2016.



Fonte: Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo.

Contudo, constatou-se no trabalho de campo que a diminuição da área plantada com laranja ou até mesmo a erradicação dos pomares pelos camponeses sitiantes são formas de resistir aos mecanismos de exploração a que estão submetidos no interior do circuito espacial de produção da laranja, e que, portanto, são ações estratégicas encontradas para na terra permanecem e se reproduzirem.

Por esse e outros exemplos, muitos dos mecanismos de apropriação da renda da terra pelo capital, existentes no circuito espacial de produção da laranja, não escapam à compreensão dos camponeses nele inserido, tendo em vista que, em diversos momentos das entrevistas no trabalho de campo, estes sujeitos evidenciaram as “brechas” estrategicamente encontradas e utilizadas para escaparem desses mecanismos, as quais procurou-se evidenciar nas discussões do próximo capítulo.

5. A CITRICULTURA E SUAS CONTRADIÇÕES: A FRAÇÃO CAMPONESA DO TERRITÓRIO

5. A CITRICULTURA E SUAS CONTRADIÇÕES: A FRAÇÃO CAMPONESA DO TERRITÓRIO

Tal como Woortmann (1990, p. 11) chamou a atenção, entende-se, neste trabalho, o campesinato como os sujeitos produzidos e reproduzidos pela lógica do capital, haja vista que estão inseridos no modo de produção capitalista. A esse respeito, Paulino e Almeida (2010) acrescentam:

> A (re)criação do campesinato como uma relação não capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital via monopolização do território, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela vida na terra de vida e trabalho. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.58).

O processo de reprodução e permanência dos camponeses na terra caracteriza aquilo aqui entendido como resistência camponesa. Assim sendo, para subsidiar as discussões acerca da resistência camponesa, colocou-se em movimento os conceitos de *habitus* (ALMEIDA, 2006) e de campesinidade (WOORTMANN, 1990), justamente por possibilitarem a melhor compreensão de vários elementos subjetivos acerca do campesinato que muitas vezes escampam aos limites do conceito de classe social.

Por *habitus*, entende-se:

> [...] é o sistema de disposições adquiridas por meio da aprendizagem do sujeito que, diante de situações novas, pode gerar estratégias práticas. Isso significa dizer que ele é capaz de inventar novas formas de desempenhar velhas funções. [...] Esse poder dinâmico do *habitus*, em contraposição ao imobilismo, faz-se sentir nas situações novas, as quais exigem soluções que são verdadeiros ajustamentos, assimilações do *habitus* ou até mesmo, em casos excepcionais, uma conversão radical. Mudanças, portanto, que não são dedutíveis diretamente de suas condições de produção, e também não são instantâneas por exigirem tempo. [...] As disposições duráveis (formas de agir, pensar, falar, perceber) interiorizadas pelos agentes na maneira de *habitus* são geradas nos *campos* não como processos interativos entre os indivíduos (ações individuais), mas, sobretudo, como um sistema de relações objetivas, socialmente estruturadas e permeadas por relações de poder. Por conseguinte, a relação dialética entre as estruturas (sistemas de relações objetivas) e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam é o ponto central de sua teoria (Sampaio, 1993). Isso significa dizer que o *habitus* é produzido (estruturado) historicamente e que, pela prática, reproduz (estruturante), daí dizer que ele é estruturado e estruturante. (ALMEIDA, 2006, p. 195-196).

A campesinidade é entendida como:

> [...] uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob o risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambiguidades. Modelos nunca são “iguais à realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento. É possível imaginar um contínuo, que tanto pode ser pensado no tempo como no espaço, ao longo do qual se movem os pequenos produtores, desde um pólo de máxima até outro de mínima campesinidade. [...] Não encontramos, então, camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade. (WOORTMANN 1990, p.13-14).

Partindo de tais princípios, os esforços aqui empreendidos não se fazem no sentido de negar a apropriação da renda da terra camponesa pelo capital, mas de tentar mostrar algumas das estratégias de reprodução que os camponeses encontram no interior do circuito espacial de produção da laranja, possibilitando-os a reprodução e a permanência na terra, ou seja, os elementos da resistência camponesa.

5.1. A terra como patrimônio moral da família camponesa

A compreensão teórica da existência do campesinato, como classe social, foi fio condutor desta pesquisa. Conforme escrito anteriormente, reconhece-se o campesinato como classe social justamente pelo fato desses sujeitos históricos se inserirem no modo de produção capitalista não pela venda de sua força de trabalho àqueles que detém os meios de produção, tal como faz o proletariado, mas por meio de sua mercadoria. É na mercadoria que está contido o seu trabalho; trabalho autônomo, pois o realizou no interior dos meios de produção sob seu controle, permitindo-lhes escapar da alienação (PAULINO, 2008, p. 217).

Tais concepções, entretanto, implicam reconhecer que o trabalho do camponês não escapa aos domínios do capital, ou mesmo que não contribua com a reprodução ampliada do capital. Isso pois, a contraditória reprodução da classe camponesa se dá justamente no interior do modo de produção capitalista, que possui mecanismos para sujeita-la ao seu domínio. Essa sujeição, portanto, não se dá por meio da apropriação da mais valia em relações de trabalho assalariadas, mas se realiza durante a comercialização da produção, momento em que o capital se apropria da renda da terra que contém, em si, o trabalho dos camponeses.

> Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Desse produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário ao transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o *produto de seu trabalho*. Este produto do trabalho familiar é a única renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analiticamente ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro líquido também está ausente. Assim é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro. (CHAYANOV, 1981, p. 137-138).

Assim como Oliveira (1986; 2007; 2010), entende-se que o processo de reprodução ampliada do capital ocorre de modo desigual e contraditório, considerando que, para se reproduzir, o modo de produção capitalista cria, recria, e domina relações não capitalistas de produção. A reprodução do campesinato, entendida como uma relação não capitalista, é parte contraditória do modo de produção capitalista (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Entretanto, isso não implica em negar a capacidade de acumular dos camponeses, acrescenta Paulino (2003):

> Depreendemos, com isso, que os camponeses produzem a partir de uma lógica distinta, já que a acumulação capitalista não se constitui em componente de sua forma de produzir. Isso não implica negar sua capacidade de acumular, mas é necessário diferenciar essa modalidade de acumulação, como já fizera Chayanov (1974). Isso porque a extração da mais-valia não se constitui no fundamento da atividade camponesa, o que significa que a acumulação adquire sentido diverso, retomando sempre sob a forma de aumento da produtividade do trabalho e melhoria das condições de vida da família. (PAULINO, 2003, p. 22).

O processo de subordinação das relações não capitalistas de produção se dá, no caso da agricultura, pela monopolização do território pelo capital, que se implantou na circulação, sujeitando a produção à circulação; pela sujeição da renda da terra ao capital nitidamente observada nas análises feitas sobre o circuito espacial de produção da laranja na Microrregião de Jales.

> É o processo de sujeição do campesinato que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. [...] Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p.12).

Todavia, estudar o campesinato no Brasil implica reconhecer sua resistência em permanecer na terra, pela luta diária, em duas frentes, como assegura Oliveira (2007, p.135): “[...] uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira”. Lutam também para superar os momentos de crises, decorrentes das investidas do capital no campo.

Conforme escrito anteriormente, historicamente o acesso à terra pelos camponeses, na Microrregião de Jales, ocorreu por meio da compra. Mesmo assim, averiguar a origem da propriedade da terra de cada camponês entrevistado foi uma das preocupações que permeou o trabalho de campo dessa pesquisa. Isso pois, quando questionados a respeito da forma de acesso à terra, pôde-se conhecer, por meio das respostas obtidas, parte da história de vida de cada um desses sujeitos bem como as relações que os mesmos com ela mantêm.

O Entrevistado M herdou parte das terras, onde ele e um de seus irmãos vivem com a família. Ao logo da vida, vida de trabalho na terra, ele e o irmão conseguiram, com o trabalho dos membros da família na terra, comprar outros sítios, dobrando a área de 10 alqueires herdada do pai. Ao relatar a forma de acesso à terra pelo seu pai, evidenciou que a luta para entrar na terra foi também a luta para se libertar do patrão, do sogro patrão. “Meu pai não tinha terra, ele trabalhava para o sogro. Meu finado avô sempre teve, e meu pai trabalhava pra ele”. Segundo o entrevistado, foi com o trabalho no sítio do sogro a possibilidade da compra do primeiro “pedaço de terra” conquistado pelos seus pais, por isso mesmo o trabalho se constitui como valor ético entre os camponeses.

Oriundos da região de São José do Rio Preto, a primeira terra que seus pais conseguiram comprar foi no estado vizinho, no município de Aparecida do Taboado, em Mato Grosso do Sul. Contudo, em razão do represamento do Rio Paraná para a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, o sítio comprado pela família, localizado às proximidades do rio, foi desapropriado. Foi então que, com o

dinheiro da desapropriação, conseguiram comprar a terra no município de Aspásia, que ainda permanece com sua família. Contudo, a terra comprada possuía mais de um dono, gerando inúmeros transtornos à família, que para permanecer na terra, teve que pagar duas vezes pela propriedade adquirida.

> Era embrulhado, o sítio era embrulhado. Quatro donos! E nenhum tinha pagado para o primeiro. E o pai veio e pagou para o cara que estava por último tudo de uma vez só, e aí ficou um rolo. Nossa Senhora! O primeiro comprou, mas o outro que comprou dele não pagou. Aí veio o Crepaldi e comprou do outro, e ficou devendo a metade. Aí nós compramos do Brito, que morava perto de Jales, José de Brito, e meu pai foi e pagou tudo de uma vez. E aí complicou tudo, pois o cara não dava a escritura. O primeiro dono, que era o que tinha a escritura, não dava. E aí teve que ir atrás de advogado, e virou aquele rolo. Já tinha gastado vinte mil com advogado naquela época, em 1973, pra não perder, né? Aí o cara queria o sítio de volta. Aí entrou em um acordo com o dono, que era o Quico Barbosa. Aí meu pai deu mais dinheiro pra ele, e ele passou a escritura pro pai. Aí depois ficou o rolo com o Crepaldi que morava lá perto de Santana, na Baixada Seca, e ficaram demandando os dois lá. Nós perdemos o dinheiro de um sítio para pagar a mais. Duas vezes, nós pagamos esse sítio. (ENTREVISTADO M, 2017).

A história de acesso à terra pela família do Entrevistado H, embora não tenha enfrentado problemas relativos à propriedade da terra comprada, se assemelha a primeira.

> Nós já nascemos aqui, mas minha família veio de Urupês, perto de São José do Rio Preto, daquela região lá. Lá eles trabalhavam no café, como meeiro, arrendatário, empreiteiro, formando café; pegava empreita pra formar café, uma coisa assim. Aí meu avô comprou esses doze alqueires aí, no Córrego do Café, em Jales. Aí eles vieram pra lá; eles moraram vinte e dois anos lá. Aí meu avô colocou o sítio no nome de quatro filhos, que eram os que trabalhavam lá. Mas aí meu tio que foi embora pra cidade pra trabalhar de pedreiro; de quando eu nasci, que eu me conheço por gente ele já morava em Jales; e aí ele andou fazendo uns rolos mal feito e se enrolou, e quis a parte do sítio. Então teve que vender pra repartir com ele. Vendeu tudo lá, era doze alqueires lá, e aí eles comprou aqui, do finado Lourenção. Meu pai e dois irmãos. E aí tinha só sete mil pés de café, que era lavoura velha. E em 1975 foi a dita geada que acabou com tudo, que arregaçou o café. Era vinte e duas pessoas que mora no sítio, três famílias. Aí eu e meu irmão mais velho, o Zé, a gente vivia trabalhando por dia, porque o café acabou, perdemos o ano. E naquela época se comprava sítio com parcelas de anos, e nós tinha uma parcela do sítio pra pagar e não teve café, e pra pagar a parcela eles pegou dinheiro com um irmão do meu pai de Urupês, que tava bem de situação na época, foi que arrumou o dinheiro até eles conseguir. Aí o café reformou e conseguiu pagar ele lá. (ENTREVISTADO H, 2017).

A situação de crise decorrente de danos causados por fatores naturais, como a geada que destruiu a plantação de café da família do Entrevistado H, remete-se aos

escritos de Shanin (2008, p. 24-9), destacando a habilidade de se ajustar a novas circunstâncias, característica das comunidades camponesas, especialmente por meio da articulação familiar como ferramenta de defesa de “calamidades”.

> A família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras e, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se reunida e proteger-se de maiores danos. Em certas situações em que não há crédito no banco para os camponeses, eles podem obter crédito com parentes. Tudo isso é extrememente (sic) importante e pode ser visto claramente quando estudamos o campesinato de maneira séria, buscando compreendê-lo e buscando decifrar junto com ele o que e como fazer, e não, ensinar a ele o que fazer. (SHANIN, 2008, p. 29).

Além do dinheiro adquirido com um membro da família, para o pagamento de uma das parcelas do sítio comprado pela família, outra estratégia de reprodução na terra, descrita pelo entrevistado, era a de vender a força de trabalho excedente em seu grupo familiar, para os vizinhos camponeses, cuja família não conseguia suprir a própria necessidade de mão-de-obra. Entretanto, a o fenômeno climático relatado provocou danos aos cafezais de toda a região, gerando excedente de mão-de-obra, antes absorvida pela cafeicultura. As dificuldades para conseguir serviço na região, pois havia mais mão-de-obra em relação ao trabalho, levou a família do Entrevistado H a adotar outra estratégia para obtenção de dinheiro para pagamento das parcelas da terra comprada pela família: a proletarização. Foram morar na cidade para trabalhar na indústria. Todavia, na primeira oportunidade, a família voltou para a terra; muito embora para conseguir o dinheiro necessário para efetuar o pagamento das parcelas do sítio da família tiveram que trabalhar na terra de outra pessoa, a família retornou para a terra.

> Mas aí como a gente trabalhava muito pra fora, que não tinha serviço aí eu e meu irmão mais velho fomos pra Jundiaí, e meu pai falou que se a gente arrumasse serviço ele também ia. Chegamos lá, e naquela época, em 1978, com quinze dias estava nós dois trabalhando, eu numa metalúrgica e ele numa fábrica de papel e celulose, meu irmão mais velho. Aí meu pai foi, arrumou uma casa e voltou buscar a mudança. Foi todo mundo, nós era em cinco lá em casa, três filhos, o pai e a mãe. Aí nós foi a italianada tudo pra lá. Aí o finado Élcio comprou o sítio do Quirino Combinatto, e como ele já conhecia o pai, que já tinha até trabalhado pra ele ajudando panhar café na época da colheita, mandou ofertar o serviço pro finado pai. Aí ele veio correndo, voltou! Nós não chegou ficar um ano lá em Jundiaí. Voltemos todo mundo. (ENTREVISTADO H, 2017).

O trabalho acessório e a proletarização temporária, estratégias de reprodução utilizadas pela família do Entrevistado H, são exemplos claros da recriação camponesa a partir da contradição capitalista. É o trabalho acessório e a

proletarização temporária que possibilitaram à família do entrevistado efetuar o pagamento das prestações do sítio que compraram e, assim, assegurarem a propriedade da família. Esses processos contraditórios e complexos são, contudo, um fio de navalha, pois realmente podem levar o campesinato à proletarização.

A relação com a terra e com o lugar, alicerçada no modo de vida e na economia familiar, é outra característica do camponês. Após a morte dos pais, o Entrevistado H contou que sítio da família foi vendido, em decorrência da partilha, por herança, entre os irmãos. Com o dinheiro da partilha, comprou outro sítio, onde foi viver com sua esposa, filhos e o irmão mais novo. “Eu e o meu irmão mais novo nós nunca se apartou, nós se arranha de vez em quando, mas nunca se larguemos. Xingamos um ao outro de vez em quando, mas nós vamos tocando” (ENTREVISTADO H, 2017).

Nos momentos de crise, que ameaçavam a permanência na terra na Microrregião de Jales, uma estratégia que o Entrevistado H utilizava para continuar na terra era vender o sítio e se mudar com sua família para o estado de Mato Grosso, haja vista que lá a terra era mais barata, possibilitando a compra de maior área para a exploração da família. Todavia, assim que a economia familiar se estabilizava, o retorno para a região de Jales era eminente, especificamente para o município de Aspásia, onde estabeleceram profundas relações com o lugar. O Entrevistado H conta que, nessas idas e vindas entre o estado de São Paulo e o de Mato Grosso, sua família fez “mais de vinte mudança”, e que, no fim, sempre voltaram para o estado e para a região de origem.

> Aí a saudade de São Paulo... São Paulo não, Córrego da Anta! Porque eu voltava por aqui, o mais longe foi lá em Santa Salete. São Paulo pra nós é esse lugar aqui, era a nossa doença, é o que trazia nós de volta pra cá, por mais bem que nós estava lá. Nós só ficava lá se não tinha condição de voltar, mas quando nós tinha condição de voltar nós voltava. E depois desses dez anos lá nós veio pra cá, em 2012 eu vendi lá e comprei aqui. (ENTREVISTADO H, 2017).

No discurso desse entrevistado, outra característica do campesinato é evidenciada: sua relação moral com a terra, que antes de ser local de moradia, é base material para a produção de alimentos. Apesar do retiro de leite, atividade desenvolvida em seu sítio no estado de Mato Grosso, produzir renda suficiente para que sua família se reproduzisse na terra, o Entrevistado H conta que a dificuldade de produzir comida, associada a outras, foi fator determinante para que voltassem para o estado de São Paulo, mais especificamente para o município de Aspásia, onde atualmente tem o cultivo de laranjas, como atividade principal. Isso pois, tal como

Woortmann (1990, p. 37) esclarece, no sítio, a comida é o elemento central da produção e do consumo, sendo que, a terra, a comida e o trabalho são “categorias centrais do discurso do camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza”.

> Lá nós pagava água, pagava energia, tinha que comprar milho, tinha que comprar de tudo! Era como se você tivesse dentro da cidade, e foi me desanimando, porque a gente é acostumado plantar, produzir, ter as coisas dentro de casa. Agora a gente morava no sítio e até mandioca tinha que comprar no mercado. Era sessenta quilômetros de Cáceres. Você ia andar sessenta quilômetros pra comprar mandioca? No último ano que nos ficou lá antes de vender o sitio, eu plantei quinhentas e poucas covas de mandioca, eu e o João, e noventa e poucas covas de banana. Rapaz do céu, nós não arranquemos dez pés de mandioca, os tatu arrancou tudo, e comeram tudo os pés de banana. O único pé de banana que sobrou e que chegou soltar cacho, quando bateu a seca eles comeu por baixo. Aí eu falei: “não adianta, não adianta! Aqui é um lugar muito bom, a gente progrediu bastante, mas me desanimei”. Agora aqui nós tem galinha pra peste. Tem bastante galinha, tem porco, e nós anda vendendo porco, anda vendendo banha. O que nós temos aqui em cima de 5 alqueires jamais nós ia conseguir lá em cima de 40. Nós aqui com 5 produz muito mais do que lá, em cima de 40. E lá nós trabalhava igual um condenado, pra tomar conta de 40 alqueires de terra, roçando pasto. (ENTREVISTADO H, 2017).

Embora considerada como meio de produção, a terra para o camponês ultrapassa os limites dessa definição. A esse respeito, Woortmann (1990) chama atenção para o valor moral que a terra, como patrimônio da família, representa para o camponês, defendendo a ideia de que, para ele, o sentido máximo da propriedade da terra não está em seu valor de troca, mas no seu valor de uso; valor de uso como valor. Para os camponeses, “o sítio não é apenas terra de rendimento, é também terra de trabalho, de vida. Um bem de valores simbólicos que precisa ser preservado”, acrescenta Melo (2012, p. 217). Ao questionar o Entrevistado L sobre a possibilidade de vender a terra que herdou de seu pai para viver na cidade, percebe-se que para esse sujeito a terra possui valor moral, pois é terra herdada do pai, portanto, patrimônio moral da família: “Não pretendo nunca sair daqui. Eu quero sair daqui igual meu pai. Meu pai falava que queria sair daqui no meio de seis homens, e foram seis pessoas que tirou ele da cama quando ele estava morto. E essa é minha ideia” (ENTREVISTADO L, 2017).

> Nessa perspectiva não se vê a terra como um objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade com fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre

> a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Estou tratando, pois, de valores sociais; não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto valor ético. (WOORTMANN, 1990, p. 12).

5.2. A resistência/resiliência camponesa

É justamente para permanecer na terra que os camponeses citricultores da Microrregião de Jales se submetem as relações de exploração que se dão no interior do circuito espacial de produção da laranja. Como adverte Woortmann (1990, p.15), a integração com o mercado não significa, necessariamente, uma baixa campesinidade, pois sua ordem social é mais holista do que individualista. Contudo, as relações de exploração nesse processo não escapam à compreensão dos camponeses, embora sabendo que estão sendo explorados, continuam na terra produzindo comida.

> O problema do sítio hoje é que nós não estamos sendo valorizados, a gente não tem valor de maneira nenhuma. O que falta na agricultura é isso, o agricultor ele não está sendo ajudado em parte nenhuma. O governo não ajuda em coisa nenhuma, o preço do diesel está uma coisa de louco, que não tem cabimento isso. Você pode analisar, em promoção de mercado é só abobrinha, chuchu, berinjela, batata, cebola, arroz, feijão, mamão, laranja, só coisa de roça! Você não vê uma Coca-Cola em promoção, você não vê uma cerveja em promoção, você não vê um enlatado em promoção, você não vê um sabão em pó em promoção. Eles até falam que abaixam o preço, mas não dão 'aquela abaixada'. Onde já se viu, você vai comprar uma abóbora no mercado a 70, 80 centavos. Ah, vai pra p.q.p.! Mamão esse ano eu vendi um pouquinho, mas eu estou perdendo mamão, e não vou nem atrás de vender, deixa cair no chão! Eu só tirei para a merenda escolar (PNAE). Os caras estavam vendendo mamão a 25, 30, 40 centavos na roça. Hoje a agricultura não está sendo olhada do jeito que era para ser olhada. As coisas estão muito caras, com muito imposto em cima. Eu acho que trator não deveria ter tanto imposto, porque você está gerando alimento. Hoje você vai no mercado e um saquinho de arroz está oito, nove reais. É um absurdo! É muito barato! Isso que o mercado ainda ganha em cima. Agora você imagina quanto ganha o produtor! (ENTREVISTADO L, 2017).

Nesse sentido, entende-se que é justamente a resistência e a resiliência, sendo a resiliência um dos caminhos da resistência, que garantem aos camponeses a permanência na terra, e expressam o *habitus* de classe, não como tradição, conforme aponta Almeida (2006, p. 24), mas como manutenção, renovação e inovação. O sentido de resistência perpassa justamente pela compreensão da capacidade de enfrentamento dos camponeses frente ao avanço das relações capitalistas no campo

em determinadas situações, pela resistência à proletarização e, acima te tudo, pela capacidade de se aproveitarem das brechas inerentes a própria contradição do capitalismo para continuarem se reproduzindo enquanto classe, mesmo que para isso a resiliência seja condição para a resistência. A resistência, identificada nas práxis do trabalho de campo, está no próprio ato de rebeldia dos camponeses em erradicarem seus pomares quando o preço pago pelos frutos do seu trabalho é injusto, em deixar "cair no chão", como fez o Entrevistado L, que preferiu perder sua produção de mamão ao invés de vende-la por um preço que não condiz com os custos de produção.

> Hoje eu só estou com 1.200 pés de laranja, e minha pretensão é acabar com ela, a não ser que ela dê uma virada. Mas eu já tive mais de 5.000 pés. Inclusive tem 180 pés na beira do mato lá que está cheia de cipó já, e eu só estou olhando para ela, se ela der uma florada média e o preço tiver bom eu vou cuidar, mas se não florar, virou o ano eu já vou arrancar. (ENTREVISTADO L, 2017).

A resiliência remete-se à flexibilidade dos camponeses, que diante de situações ameaçando a sua reprodução enquanto tal, podem se submeter às relações de exploração inerentes ao modo de produção capitalista para garantir, assim, sua recriação social (ROSSETTO, 2010). A resiliência, então, está no próprio ato de continuar na terra plantando, colhendo e comercializando, mesmo com consciência das relações de exploração a qual estão sendo inseridos.

> Sempre deu pra viver, não vou te falar que a gente vive muito bem, mas graças a Deus sempre deu pra viver do sítio. Antigamente era um pouco melhor porque você conseguia com o seu trabalho comprar mais coisas, agora dos últimos anos pra cá está mais difícil. De uns tempos pra cá, se o cara que tá conseguindo manter o que ele tem no sítio já não tá tão ruim, porque tá difícil, as coisas piorou pra tudo, então ultimamente você está mantendo aquilo que você tem, não tá sobrando muita coisa não. Mas enquanto eu conseguir me manter eu estarei aqui, não pretendo parar com o sítio não. É uma coisa que a gente sabe fazer, dentro das limitações, porque o sítio hoje limita as pessoas. A gente tenta fazer o melhor que pode, mas tem horas que o melhor é inviável, porque não tá tendo muita renda. Então a gente procura sempre tá fazendo uma coisa bem feita, porque hoje o sítio se você não fizer uma coisa bem feita ele não te dá retorno; e pra você fazer uma coisa bem feita tem custos, então tá ficando difícil por causa disso. Pra você fazer bem feito o custo é alto, e pra você tirar esse custo alto depois é difícil. Mas se você também fizer uma coisa com baixo custo, você não vai conseguir recuperar nem esse custo baixo, porque hoje se você não tirar uma mercadoria boa você não consegue vender, você não tem onde por, porque oferta tem, e hoje o povo não tem dinheiro. Então nessa parte da gente, que trabalha com fruta, principalmente uva, é uma coisa que se for ver é meio supérflua, se a pessoa tiver condições ela vai comprar, se não tiver ela vai comprar o básico, então tá difícil por causa disso. Mas acho que enquanto der

> pra ir tocando a gente vai tocando, é uma coisa que a gente gosta de fazer, de estar no meio. (ENTREVISTADO P, 2017).

Ao se referir aos custos de produção da laranja, alguns dos entrevistados deixam claro o fato de possuírem a consciência de que são explorados:

> Hoje é difícil, é bem abusivo. Com os gastos hoje tá difícil de manter laranja, se não tiver preço, se você não tirar uma laranja meio fora de época e pegar um preço bom... Se você vender pra indústria, dependendo do preço que vende, não sobra nada. Que nem nós ainda não paga empegado, mas se for pagar empregado não sei se compensa não, pra indústria eu não sei se compensa, a não ser que você tiver uma área grande e um pomar bem produtivo, aí você tira uma produção boa e pra indústria ainda até sobra. O problema da Pera Rio (variedade de laranja) é que ela tá sempre florando e você tem que sempre tá passando fungicida, tem que tá sempre em cima, então o gasto dela é maior. (ENTREVISTADO A, 2017).

> Tá alto, hein? Eu não tô nem fazendo conta, porque se for fazer conta a gente para, viu! Esse ano eu não tenho do que reclamar, não, mas podia ser melhor, mas como produziu bem tá bom, só podia ser melhor o preço. O preço caiu muito de repente, eu tava vendendo a 36 reais e de repente veio pra 10 reais, em coisa de 15 dias, então foi muito rápido. (ENTREVISTADO D, 2017)[100].

A não contabilização dos custos de produção, mencionado pelo Entrevistado D, também é resposta do Entrevistado J, ao ser questionado sobre as despesas do sítio: “nós nem paramos para fazer isso, porque se for fazer, aí que fica pior”. É justamente essa não contabilização que evidencia a diferenciação que se estabelece entre camponeses e capitalistas, pois enquanto as relações desses últimos se dão calcadas na reprodução ampliada do capital, as camponesas se dão pela lógica de reprodução simples, de reprodução da vida, vida na terra, patrimônio da família. A lógica de reprodução simples também fica evidente na fala do Entrevistado L, que ao ser questionado se pretendia ampliar a área plantada com laranja em seu sítio, responde: “Eu não vou fazer loucura não, estou com quase 50 anos, consegui estudar meu filho, e o sítio é pequeno, tem nove alqueires que é meu e da minha irmã, e comprar mais terra não compra mesmo. Vou ir mantendo a vida, vivendo a vida”.

Todavia, isso não implica dizer que os camponeses não sejam capazes de identificar se a atividade que estão desenvolvendo é favorável ou não à sua reprodução na terra, haja vista que são dotados de uma racionalidade própria de sua classe (CHAYANOV, 1981). Elementos dessa racionalidade camponesa estão

[100] Entrevista realizada no dia 22 dez. 2017, no município de Palmeira d’Oeste.

presentes na fala da Entrevistada Q, que ao justificar os motivos que a levaram a plantar laranja, diz: “O que você tira em um espaço de terra com a laranja, se você por gado ou outra coisa, não dá igual”. Esses elementos da racionalidade camponesa também estão presentes na narrativa do Entrevistado H, ao contar os motivos que o levaram a plantar laranja no sítio que comprou no município de Aspásia, na ocasião em que decidiu voltar de Mato Grosso para seu estado de origem.

> Quando eu vim pra cá eu pesquisei muito. Nós pensava o seguinte: nós vai pra lá, compra umas vacas de leite; nós não fica rico, mas não passa fome, e ainda sobra tempo pra gente ganhar um dinheirinho por fora. Aí eu comecei pesquisar, rapaz, e cheguei aqui numa época que o leite estava ruim de preço, e quando você falava de leite, nego entortava a cara, né? nego te desanimava. Aí eu falei pro meu irmão, que metade laranja e metade pasto não ia virar nada, ou era uma coisa ou outra. Aí nós resolveu plantar laranja. Plantamos do córrego até lá em cima. (ENTREVISTADO H, 2017).

O Entrevistado H, diferente do entrevistado D, contabiliza os custos de produção. Isso ocorre pois ele e irmão trabalham juntos no sítio, e a contabilidade torna-se necessária no momento de dividir a renda produzida pela laranja.

> É tudo marcadinho o que eu faço e o que eu compro. No ano passado, em 2016, nós fez bruto 160 mil reais. Eu gastei nessa laranja 60 mil, então livrou pra nós 100 mil reais. Esse ano eu gastei bem mais, gastei porque eu adubei bem mais. Só que esse ano, com essa última colheita nossa, ela vai atingir uns 260 mil reais mais ou menos. Esse ano produziu mais e acertamos aquele preço bom em março, eu cheguei vender laranja a 40 reais, e no ano passado num tempo desse, eu cheguei vender laranja a 34. Eu escuto o pessoal falar o seguinte, que se a laranja tiver produzindo, 12, 13 conto a caixa, já dá mais que qualquer gado, que não tem gado pra dar igual. Pra mim eu não tenho o que reclamar, porque digamos que eu ganhe 150 mil, como que eu ia fazer 150 mil em 5 alqueires aqui com gado? Em março nossa laranja vai fazer 6 anos. E esse ano, graças a Deus deu pra nós colocar a casa em ordem. Paguei as dividas tudo, comprei aquela Stradinha pra mim tá buscando veneno, tô arrumando a casa, troquei o tanque turbo... Então nós se organizou. Às vezes eu fico pensando onde é que eu enfiei todo o dinheiro que eu fiz nessa laranja esse ano, mas fiz coisa, véi! Tem tanto lugar pra você enfiar dinheiro, coisa necessária, né? Agora minha maior despesa é essa casa aí, olha! Reforma você só sabe quando que começa, quando que termina você não sabe. (ENTREVISTADO H, 2017).

É justamente essa racionalidade que permite ao camponês permanecer na terra. Ele possui uma lógica própria para identificar a atividade que possibilitará a geração de renda suficiente para satisfazer as necessidades de sua família, bem como o momento de mudar de atividade, quando tem prejuízo. “Calculamos porque se a gente mais gastar do que ganhar em cima, aí não compensa, tem que investir

em outra coisa que dê lucro, né?" (ENTREVISTADA I, 2017). Todavia, é a propriedade da terra o elemento central dessa racionalidade, pois, ao mesmo tempo é a propriedade da terra que lhes permitem a autonomia para definirem o que plantar na terra. Assim, a racionalidade, tal como exemplificada, tem como objetivo central assegurar a propriedade da terra.

> Tem vários aqui que eu sei que arrancou por causa do preço; não tava compensando tocar, né? As indústrias pagavam preço ruim, e você ainda vende pra atravessador e eles pagavam 5 ou 4 reais uma caixa de laranja, aí o cara não consegue tocar. O custo de uma laranja Pera hoje beira 10 reais a caixa, então ou produz e vende por um preço razoável ou arranca, porque se produzir pouco e vender barato, não adianta. Tinha bastante laranja aqui, mas a maioria arrancou, o único que tá persistindo é eu. (ENTREVISTADO A, 2017).

Outro fato constatado em campo é que os camponeses têm consciência da exploração em relação aos vendedores de agrotóxicos. Vários dos entrevistados ingressaram na atividade citrícola recentemente, ou seja, o cultivo de laranja não fazia parte da tradição familiar e, consequentemente, a maior parte deles utiliza os serviços de assistência técnica agrícola dos próprios vendedores de agrotóxicos e insumos agrícolas, não contratando assistência técnica particular, justamente pelo gasto a mais que isso significaria para a economia do núcleo familiar, além da assistência técnica pública não ser eficiente. Segundo a Entrevistada I, pagar um técnico para dar assistência agrícola "[...] não compensa, é um gato a mais, aí por fim a renda vai tudo embora". Contudo, todos eles mostraram-se conhecedores das ações de muitos dos técnicos prestadores desse serviço, cujo único interesse é a venda de produtos desnecessários.

> Na Agromec eu não compro mais porque eles empurravam muito. Era um atrás do outro, gostavam de empurrar espalhantes, foliares da Allplant, porque eles ganha 10 reais por litro, você sabia? Você comprava algum veneno e já vinha a caixinha com espalhante junto, sem você pedir, falavam que era pra por junto com o veneno que ficava melhor. Ficava caro demais. Eu comprei muita na Cimoagro esse ano, que tava bom de preço e bom de entrega. Já a Coopercitrus é bom de preço, mas o problema deles é a entrega, dependendo do que for, você já tem que perguntar se tem no estoque e carregar na hora. (ENTREVISTADO G, 2017).

Soma-se a esse problema o fato de que, segundo alguns camponeses, os agrotóxicos, atualmente existem no mercado, não têm mostrado resultados satisfatórios, nem mesmo para o combate das pragas tradicionalmente presentes nos

pomares da região, fato que também pode ser indicativo da resistência adquirida pelas pragas em relação aos agrotóxicos.

> Hoje os venenos não tão valendo mais nada. Você passa o veneno e sei lá, falsificaram todos os venenos. Os venenos bons tiraram todos, falam que é a mesma coisa, mas não vale nada essas marcas de veneno. Tem o Envidor. Meu irmão passou o Envidor, e antigamente aguentava 6 meses, trezentos e poucos reais o vidrinho, e não aguentou 3 meses. O cara passou e falou: “tem leprose no seu pomar!” Então não vale mais nada, não adianta! Porque o Envidor pegava de tudo, pegava ferrugem, pegava tudo! (ENTREVISTADO M, 2017).

Diante do receio de serem enganados, criou-se desconfiança em relação aos vendedores de lojas entre os camponeses.

> Já apareceu uns que só queria saber de vender, de empurrar veneno que ficou estocado lá no barracão, sem precisão. Mas aí a gente já vê que não dá certo, que o cara só tá querendo vender produto, então a gente já dá um jeito de sair fora e ficar só com aqueles que realmente está interessado de fato em nos ajudar. (ENTREVISTADA I, 2017).

Isso também fez com que a prática de cotar o preço dos insumos em várias lojas se tornasse frequente entre os camponeses.

> Tem que fazer cotação, hoje tem que fazer, senão você perde dinheiro. Se você cota acaba que você compra um pouco de todo mundo e todo mundo te atende, tem competição e é bom pra gente. Se você comprar só em um lugar eles começam aproveitar. Infelizmente é assim. (ENTREVISTADO G, 2017).

Outra estratégia utilizada por alguns camponeses é a contratação de assistência técnica particular, pois segundo eles, embora isso signifique um gasto a mais, acabam economizando, pois deixam de comprar produtos desnecessários e aplicam produtos na dose correta.

> A minha cisma, com esse pessoal de loja, é que eles vêm pra vender. O cara que tem consciência, não, mas aquele que quer vender ele quer te empurrar, vende o que precisa e o que não precisa. É que nem numa farmácia, você vai pra compra rum remédio pra um machucado e ele te empurra uma pomada, é a mesma coisa. Então o agrônomo, não, ele passa o que precisa, e se tiver como indicar um lugar que está mais barato ele indica, porque ele também compra, então ele também sabe. (ENTREVISTADO H, 2017).

Entretanto, o Entrevistado H comentou que, embora pague pelos serviços de assessoria de um agrônomo particular, “[...] a gente vai aprendendo, né? Que nem o ácaro da leprose, que teve vez que o agrônomo veio e não achou, mas eu achei. Eu olhei em um pé e achei, já não olho mais, eu já pego e passo o veneno, porque não adianta, se achou em um pé já é o suficiente”.

Também se observou em campo as relações morais e éticas estabelecidas entre os camponeses; relações de confiança e ajuda mutua, pautada na moral e na confiança. Isso fica evidente na fala do Entrevistado H, que ao passar por dificuldades para quitar um financiamento, acabou recorrendo a ajuda de seu vizinho, que lhe emprestou dinheiro para que pagasse o banco. Mas, ao mesmo tempo, nota-se na fala, a dependência em relação ao capital financeiro, por meio dos empréstimos bancários.

> Eles me chamaram pra fazer um acordo, e de 23 mil reais eu pagava 5.085 e quitava a conta, só que perdia o vínculo com o banco. Aí quando eu fui lá pegar o boleto pra pagar, eu peguei o dinheiro emprestado com o vizinho, porque eu não tinha os 5 mil. Aí eu peguei o dinheiro emprestado, fui lá pra pagar, mas os caras do banco não deixou, falaram que tinha jeito de fazer acordo. Mas quando eu procurei eles, eles não se envolveram, não quis mexer porque era outra agência. Mas aí eles não deixou eu pagar. Eles fez um acordo que eu tinha que pagar 30% de entrada do valor e o resto dividiu pra 3 anos, que aí eu não perdia vínculo com o banco. Aí eu voltei no vizinho, peguei mais 5 mil, fui lá, paguei, e aí fiz um outro financiamento. Aí nós conseguiu ir controlando. Mas ainda eu tenho o custeio da laranja, que eu não sei se é mais 2 ou 3 anos que ainda tem pra pagar, de 7 anos. (ENTREVISTADO H, 2017).

A consciência da subordinação a que estão submetidos durante a comercialização da laranja também se faz presente no discurso dos camponeses. No caso da venda de laranja para as indústrias processadoras de suco, contatou-se que, embora os camponeses vendam às empresas as frutas que não atingiram o padrão de qualidade para o mercado *in natura*, são vendidas raramente por meio de contratos de compra e venda. As vendas são indiretas, por meio dos atravessadores. Os motivos são elencados pelos Entrevistado L:

> Contrato não; não quero nem ver indústria na minha frente. Porque o contrato só serve para eles, para mim não serve. Você faz um contrato com a indústria e eles te amarram, mas você não amarra eles. Não adianta, você não amarra. O contrato serve para eles me amarrar. Se hoje chegar um cara e falar “eu te faço um contrato”, me pagar muito bem e adiantar o dinheiro igual faziam antigamente, aí tudo bem, aí é diferente. Mas hoje se me falar “vamos fazer um contrato, você vai vender a laranja para mim, eu te pago 25 reais livre”, eu não faço. Não faço porque se der uma zebra aí eu não posso vender a laranja e eles ficam segurando, amarrando, amarrando até cair. Esse ano eles fizeram contrato a 25 reais, e todo mundo entrou. Eu pensei que esse ano seria bom para vender laranja para a indústria, que sairia a 20 reais livre, porque o comprador ganha um pouco e tal. Mas eles chamaram os caras que fizeram contrato e falaram: “se vocês quiserem vender para mercado podem vender porque nós não vamos respeitar o contrato”. Então os caras começaram a vender. Mas se você for executar isso você ganha, eles são obrigados vir apanhar sua

> laranja. Mas aí o que eles [a indústria] alegam? Que não tem o brix! "Então vamos esperar a laranja adoçar!" Quando a laranja adoça ela já está no chão. Indústria é uma merda! Indústria é bom para um cara que tem aí 50, 60 mil pés, um cara meio forte que entrega e eles vão lá e pegam. Mas um cara que tem mil, dois mil, três mil, quatro mil pés, para com isso, não vira nada. Poder ser que um dia, se der uma crise de suco, aí eles vêm babando, mas caso contrário, eles só estão dificultando. Eles querem acabar com o pequeno agricultor. (ENTREVISTADO L, 2017).

Em relação à comercialização de laranjas para o consumo *in natura*, alguns camponeses também mostraram ter consciência da atuação parasitária dos atravessadores que, segundo eles, ganham mais que os próprios agricultores, os principais responsáveis pela produção da laranja. Ao se referir aos atravessadores, a Entrevistada I é enfática:

> São um bando de nó cego, tudo um bando de velhacos. E pechincham o máximo que eles podem, pra eles ganharem o máximo que eles puderem ganhar em cima. Eles ganha praticamente o mesmo que o produtor, e eles não trabalham pra ganhar tanto assim em cima. O trabalho deles não é igual o do produtor. Então é um negócio desigual; eles ganham mais que o produtor que trabalha todo dia ali e está vendo a fruta crescer. (ENTREVISTADA I, 2017).

A Entrevistada Q também se mostrou insatisfeita com a atuação dos atravessadores que, ao não cumprirem com o combinado, entram em contradição com um dos elementos da moral camponesa: a palavra[101].

> Esse ano está difícil de achar compradores bons, que compram e tiram sua laranja como foi combinado. Isso que está difícil esse ano! Teve comprador que veio aqui, combinou, comprou, disse que no outro dia podia estar com as carretas preparadas que vinha colher, e ficaram os dois tratores com as carretas esperando no outro dia, e deu 8h30, 9h e nem satisfação deram. Então a atitude dos compradores acaba desanimando, mas fazer o que? (ENTREVISTADA Q, 2017).

Apesar de comercializar a maior parte de sua produção de laranja por meio da venda aos atravessadores, a entrevistada I, que também possui uma indústria doméstica de polpa de frutas, aproveita o momento que vai fazer entrega nas residências, restaurantes e lanchonetes para vender laranja. "A safra toda não, só picado. As vezes quando a gente entrega as polpas de fruta, a gente entrega a laranja, mas aí é pouca quantidade. As vezes entrega um pouco em cada canto, o que vai dar em média umas 10 caixas por semana. Mas não é direto, só de vez em quando"

[101] A palavra, enquanto um valor moral estabelecido entre os camponeses, pode ser associada ao que Moura (1988) chama de direito costumeiro. Para saber mais sobre o direito costumeiro, ver MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.

(ENTREVISTADA I, 2017). Assim como a Entrevistada I, o Entrevistado A também comercializa pequena quantidade de laranja com moradores e comerciantes da cidade de Santa Albertina, onde mora com a esposa e o filho (figura 52).

Figura 52 – Santa Albertina: transporte para comercialização local de laranja

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 21 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

No município de Santa Salete, na tentativa de burlar o domínio dos atravessadores sobre a comercialização de laranjas *in natura*, diversos camponeses sitiantes se organizaram em uma cooperativa e conseguiram acessar recursos junto ao Governo do estado de São Paulo, via Projeto Microbacias II[102], para a construção

[102] O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado é uma ação do Governo do Estado de São Paulo, executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Integral (CATI) e pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Tem por objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em todo o Estado de São Paulo, bem como organizações de produtores de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. O Projeto pretende aumentar as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social e promover a conservação dos recursos naturais. É realizado com recursos provenientes do Governo do Estado de São Paulo, e do acordo de empréstimo firmado com o Banco Mundial e com contrapartida de Prefeituras e organizações formais de produtores rurais e comunidades tradicionais. O período de duração do projeto inicialmente acordado era entre 30 de setembro de 2010 a 30 de setembro de 2015. No entanto, no dia 24 de junho de 2015 teve seu prazo de execução prorrogado para 30 de setembro de 2017. Fonte: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto> Acesso em: 29 jan. 2018. Para saber mais sobre o projeto Microbacias, ver também CLEMENTE, Evandro César. **O programa estadual de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

de barracão para classificação e beneficiamento de citros e uva, além do escritório (figura 53).

Figura 53 – Santa Salete: barracão de beneficiamento e processamento de laranja e uva da Associação dos Produtores Rurais de Santa Salete

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 29 jan. 2018. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Apesar da infraestrutura do empreendimento estar pronta, as atividades de beneficiamento de laranjas, pelos produtores membros da associação, ainda não se iniciaram, embora seja utilizada temporariamente por alguns atravessadores da região, pagando-se pelo beneficiamento de suas laranjas com a cooperativa. Também foi constatado em campo que muitos camponeses sitiantes se recusaram a participar do empreendimento, justamente pelas memórias de crises provocadas por experiências associativistas no passado.

> Na associação do barracão nós não entramos não, e teve muita gente que já saiu fora. Isso aí é financiado, uma parte é financiada, e você não vê movimento de nada ali... sei não! Já teve vários dele que já saiu fora. Eles têm uma dívida, as máquinas ali é tudo financiada, e acho que é 60 mil reais que está enterrado ali. O governo deu uma parte para construir o barracão, agora as máquinas foram os associados que financiaram. Esses dias atrás parece que o Laércio Beteti alugou ali, porque ele precisou fazer aquele negócio para lavar a laranja, e até que ficasse pronto ele alugou lá. Mas sei lá, esse negócio aí de entrar de sócio é gelada! Na hora dos lucros ninguém reparte com você, mas na hora dos pepinos sobra para todo mundo! Igual àquela vez, não sei se você lembra da Cafealta... Lá você só comprava veneno se você fosse sócio, senão você não comprava. Aí como nós tinha um pedacinho de uva aqui no fundo, para comprar veneno precisava da receita de um agrônomo, e o veneno só achava lá. Aí nós entramos. Mas, vish, mas não deu nada! Estourou uma

> bomba lá e veio um boleto de 800 reais na época para pagar. Aí teve uma turma que fizeram um abaixo assinado, contrataram um advogado, mas... é pra nunca mais! Aí teve um dia que eles queriam que eu fosse na Coopercitrus lá, e falaram: “Vem aí, traz a escritura aí e outras coisas pra você ser sócio aqui”... e eu falei: “Jamais!” Não quero nem saber disso. É a mesma coisa de uma associação dessa aqui, se der uma zica e der problema, sobra para todo mundo. Não vira! É melhor hoje você poder andar com as tuas pernas e larga mão disso aí. (ENTREVISTADO J, 2017).

A recusa em participar de empreendimentos associativistas se relaciona, principalmente, ao medo de perder a terra, por isso mesmo o Entrevistado J enfatiza que jamais submeteria a escritura de seu sítio como condição para se tornar membro da associação. Mota (2013), ao estudar o campesinato no município de Glória de Dourados (MS), se deparou com realidade semelhante, no caso, da recusa de vários camponeses em oferecerem suas terras como garantia hipotecária, como condição para aquisição de financiamento para a compra de vacas leiteira. Segundo essa autora:

> Percebe-se [...] a posse da terra como condição máxima da (re)criação camponesa, especialmente quando afirma que a “escritura da terra não saía de casa”, referindo a negação ao endividamento, via financiamento, para aquisição de vacas leiteiras, justamente para não oferecê-la como garantia hipotecária. (MOTA, 2013, p. 176).

Outro elemento marcante entre os camponeses é a produção de parte dos alimentos consumidos pela família, relacionada à própria concepção da função da terra para esses sujeitos: produzir comida.

> Lá tem vaca que criou, tem vaca de cria, tem vaca de tirar leite, mas só que assim, tem novilha que criou e eu olho no peito dela aquela bolinha, eu nem amarro, deixo lá para criar o bezerro. Eu tiro o leite para o gasto. Tem um porco lá, uma porca, mas ela não vai ver o Natal não, ela não vai virar o ano não. Galinha eu também tenho, eu até estou precisando matar um gavião lá que me arrastou um pintinho embora. Até tem muito ovo, que a gente cria galinha lá, mas não compensa. Se você vai plantar milho, só para gradear a terra já não compensa. Se você vai comprar fica caro, mas não compensa plantar, porque você perde tempo de fazer outras coisas. (ENTREVISTADO L, 2017).

> A gente cria porco também, mais é para o gasto. Só vendemos os leitão. No fim do ano agora mesmo vai ter uns par deles pra vender. Comemos só com gordura. Só as coisas para temperar que é com óleo, mas o resto é tudo com gordura. O óleo é pra quem não trabalha muito. O óleo é fraco. Se for fazer serviço igual fazia antigamente, que nem nós que tinha café, o cara não aguenta não, o óleo é fraco. Que nem nós que colhia mil sacos de café, moço... (ENTREVISTADO M, 2017).

Todavia, não se pode pensar que a ausência da produção de comida para o autoconsumo da família implica na não campesinidade.

> Nós criava, mas nós parou com porco e galinha, porque a gente estava sem espaço. Ou a gente plantava mais laranja ou plantava milho para o porco e as galinhas. Como plantamos a laranja, não sobrou espaço suficiente pra milho pra tratar dos porco e das galinhas, a gente optou por não ter. É uma mão-de-obra a menos que a gente tem, um gasto a menos. Quando a gente quer comer a gente compra, na verdade é até mais fácil a gente comprar de alguém que tem, ou de um vizinho ou de algum conhecido, que a gente vai e compra o porco já no ponto do abate. (ENTREVISTADA I, 2017).

Deve-se considerar que, em muitas das vezes, o fato de não produzirem comida relaciona-se à priorização do tempo de trabalho da família no desenvolvimento de atividades agrícolas mais rentáveis, e que, portanto, se constitui como estratégia que possibilita a reprodução da família na terra. Nestes casos, com a renda obtida, o camponês consegue comprar as mercadorias que deixou de produzir, satisfazendo, assim, as necessidades da família.

5.3. A diversidade como estratégia de reprodução camponesa

A diversidade da produção agrícola é marcante na Microrregião de Jales. Embora no trabalho de campo se tenha priorizado as propriedades camponesas com produção de laranjas, contatou-se, em todas as visitadas, que a cultivo de laranja associa-se a outros que, estrategicamente, complementam a renda familiar, principalmente nos momentos de crise, como queda de preços, na citricultura, tornando os rendimentos obtidos com a comercialização da referida fruta inferiores aos custos de produção.

O Entrevistado P, por exemplo, associa a cultura da laranja com a produção de uvas, no sítio do pai, localizado no município de Urânia. No pequeno sítio de 3,5 alqueires (8,47 hectares)[103], sua família e a família de seu o irmão cultivam 1.600 pés de laranja e 1.800 pés de uvas, frutas vendidas para atravessadores que as inserem no mercado para o consumo *in natura*. Segundo esse entrevistado, a atividade principal da família é a uva, cultivada a mais de 20 anos, enquanto a laranja é utilizada como estratégia para a complementação da renda, tendo em vista que a mesma é destinada para suprir os gastos contraídos com o consumo produtivo do sítio (figura 54). Com o dinheiro obtido durante a venda da laranja

[103] Um alqueire equivale a 24.200 metros quadrados ou 2,42 hectares.

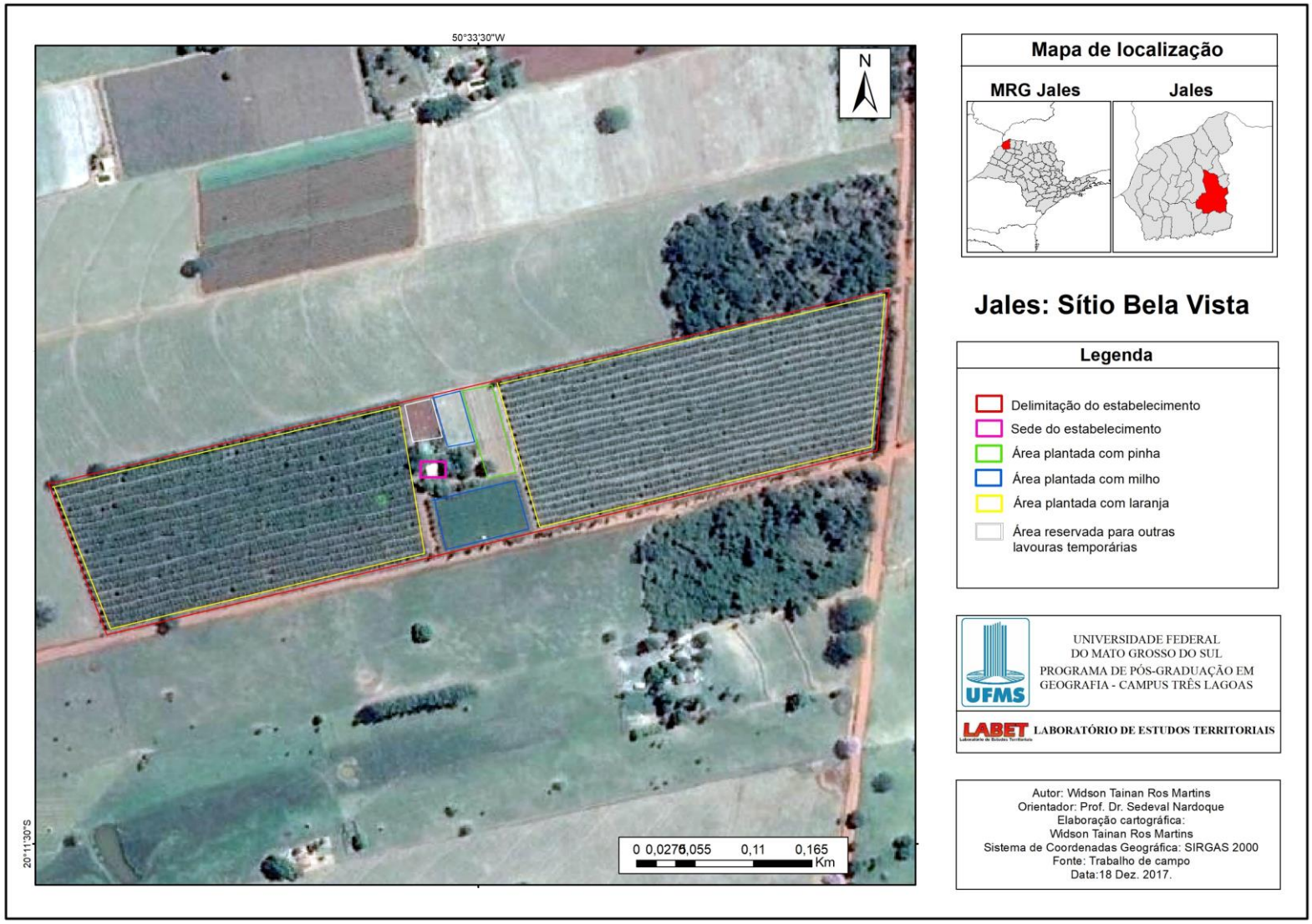
> [...] a gente mantem o sítio. Pagamos a energia com o dinheiro da laranja; com o dinheiro da laranja a gente paga os custeios do sítio, o combustível, a energia, a mecânica dos tratores, tanto da uva como da laranja. Então os custos maiores a gente paga com o dinheiro da laranja, pra ver se sobra mais o da uva. No caso desse trator, ele é um trator financiado, você tem que pagar uma parcela todo ano no programa Mais Alimentos, então essas coisas a gente tira da laranja pra ir pagando. (ENTREVISTADO P, 2017).

Figura 54 – Jales: Sítio São José.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 18 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

A entrevistada I afirmou que, trabalhando juntamente com seu marido, no sítio do sogro, amealharam dinheiro e compraram o sitio de 4,5 alqueires, no qual vivem atualmente, no município de Jales (figura 55). Além de cultivarem 3.500 pés de laranja, também possuem uma indústria doméstica de polpas de frutas (figura 56), comercializando-as em residências, restaurantes e lanchonetes da região. Associado a essas duas atividades, consideradas como as principais fontes de renda da família, também há plantação de pequena área com pinha (figura 57) e milho verde para comercialização (figura 58), além de tanque para criação de peixes (figura 59) e diversos pés de frutas destinas ao consumo da família.

Figura 55 – Jales: Sítio Bela Vista



Fonte: Google Earth (2017); Trabalho de campo realizado no dia 18 dez. 2017.

Figura 56 - Sítio Bela Vista: indústria doméstica de polpas de frutas.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 18 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 57 – Sítio Bela Vista: área plantada com pinha.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 18 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 58 – Sítio Bela Vista: área plantada com milho.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 18 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 59 – Sítio Bela Vista: tanque para criação de peixes.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 18 dez. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

O Entrevistado L e sua irmã, por sua vez, herdaram o sítio de 9 alqueires de seus pais, no município de Santa Fé do Sul. Por explorar sozinho toda a área herdada, o Entrevistado L paga renda proporcional à sua irmã pela utilização da área que lhe pertence, mesmo moradora no sítio, mas trabalha na cidade com o marido. No sítio, o Entrevistado L, além da laranja, também planta banana e mamão, sendo os dois

últimos cultivos considerados por ele como sendo mais rentáveis que a laranja (figura 60).

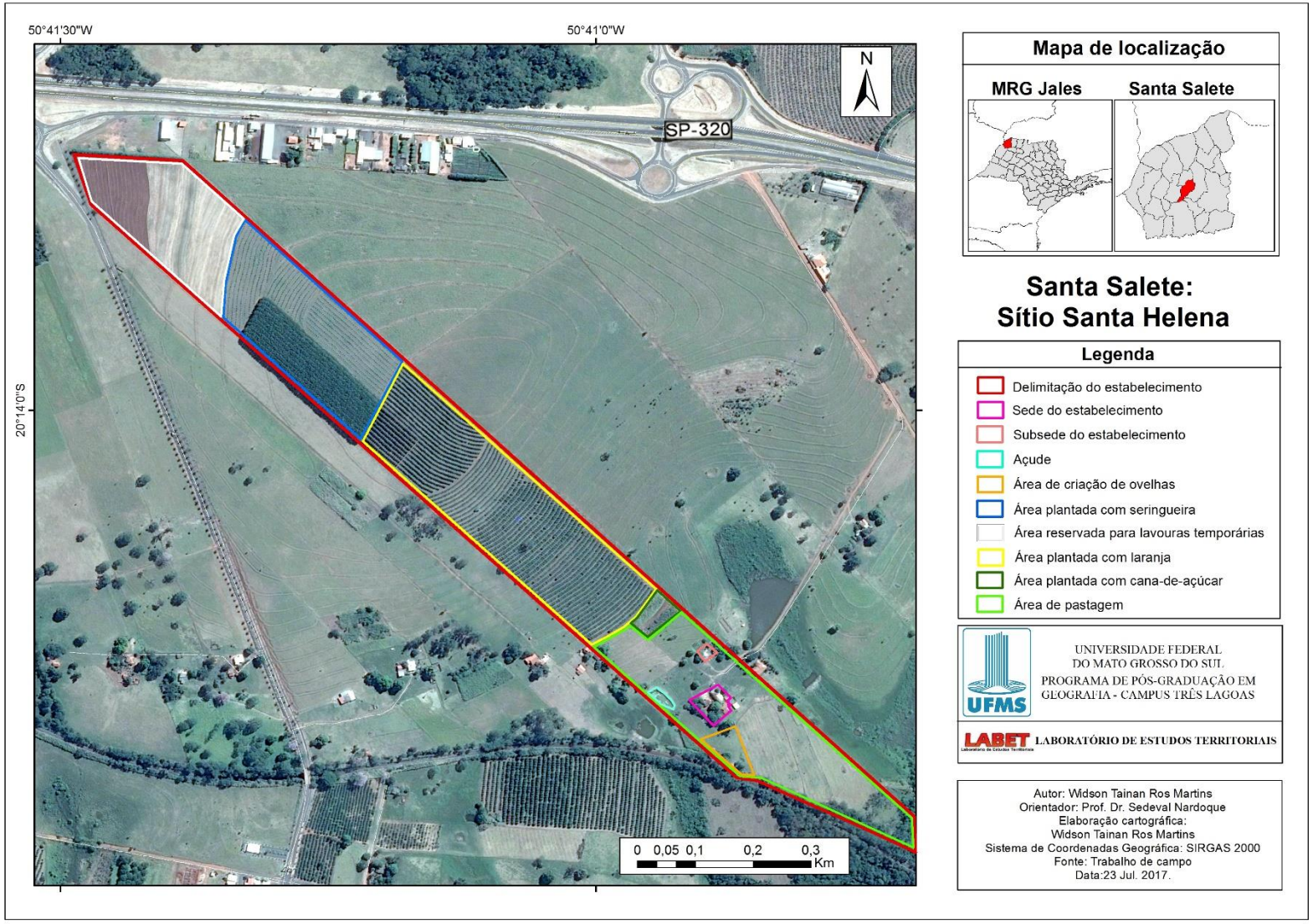
> Venho arrancando a laranja porque está ruim, preço ruim. Eu trabalho sozinho, se pagar peão fica ruim, então eu arranquei porque não estava dando renda. Aí eu vim arrancando e plantando banana, banana e um pouquinho de mamão. Mas mamão é pouco, eu só tenho 450 pés para manter a merenda escolar. (ENTREVISTADO L, 2017).

Figura 60 - Santa Fé do Sul: Sítio Maschio

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 22 nov. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

O entrevistado J, juntamente com sua esposa, vive e trabalha no mesmo sítio com seu pai, no município de Santa Salete, diversificando a produção agrícola (figura 61). Além da laranja, atividade de maior área, também possui área plantada com seringueira, para extração de látex, área reservada para o plantio anual de milho para alimentação de porcos e de galinhas, criados no quintal e para o consumo da família. Há, também, área de pastagens, onde se cria gado bovino e ovelhas para o mercado (figuras 62, 63 e 64).

Figura 61 – Santa Salete: Sítio Santa Helena.



Fonte: Google Earth (2017); Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017.

Figura 62 – Sítio Santa Helena: área de pastagens.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 63 – Sítio Santa Helena: criação de porcos para auto consumo da família.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 64 – Sítio Santa Helena: criação de ovelhas para abate.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

O sítio do Entrevistado H e de seu irmão, embora tenha praticamente toda área de 5 alqueires cultivada com 4.300 pés de laranja, também se destaca pela diversificação. Nos dois primeiros anos do plantio de laranja, enquanto os pés da fruta ainda eram pequenos e não produziam, o entrevistado plantou milho nas ruas (entre as fileiras) do pomar, que além de comercializá-lo, também serviu para alimentação dos porcos e das galinhas criados para o consumo da família e para venda.

> Passamos nosso sufoco, no primeiro ano eu plantei milho no meio, 4 ruas de milho em toda rua de laranja. Nós colheu o milho, que deu uma ajudinha pra nós. No segundo ano eu plantei numa rua sim e numa não, porque tinha que passar veneno, e mesmo assim ainda apertou, eu tive que derrubar o milho pra poder passar com o tanque. E no terceiro ano eu já não plantei mais nada, porquê já não tinha mais como plantar, mas nós já começamos vender alguma laranja, né? Aí nós foi remando, remando, e esse ano, graças a Deus, nós tirou a barriga da miséria. (ENTREVISTADO H, 2017).

Atualmente, devido à falta de espaço em seu sítio, o entrevistado arrenda terra de seus vizinhos todos os anos para plantar o milho consumido por seus animais. Na figura 65 é possível observar o entrevistado e sua esposa descarregando o milho colhido na terra arrendada do vizinho. Todavia, no quintal da família, além do barracão de guardar o carro e os implementos agrícolas, e do paiol de armazenar milho, existe uma pequena horta onde é produzido os legumes consumidos pela família e um grande chiqueiro onde cria seus porcos (figuras 66 e 67).

Figura 65 – Aspásia: Sítio Dois Irmãos.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 66 – Sítio Dois Irmãos: criação de porcos.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 67 – Sítio Dois Irmãos: horta para o autoconsumo da família.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

O Entrevistado M, juntamente com o irmão, no sítio de 23 alqueires, cuja metade foi herdada do pai e o restante comprado ao longo de suas vidas de trabalho na terra (figura 68), levam semanalmente as mercadorias produzidas no sítio para serem vendidas na feira municipal da cidade de Jales, popularmente conhecida na região como Comboio. Algumas frutas são compradas dos vizinhos para comercialização, quando não estão produzindo em suas terras. No próprio quintal da família, criam porcos e galinhas, além de cultivarem diversas espécies de árvores frutíferas. Segundo o Entrevistado M, "[...] a maior parte da feira é tudo produzida por nós. Só esse ano que nós estamos comprando. Quando acaba os nossos, nós compra dos outros. O que aparece nós leva: laranja, queijo, leite, limão..."

Esse entrevistado contou que a maior parte do pomar de laranja que possuíam foi erradicado, e as 400 plantadas restantes, estão abandonadas (figura 69), justamente pela dificuldade de controle de doenças, pela baixa produtividade, e porque a força de trabalho da família tem diminuído, pois um dos filhos não trabalha mais no sítio.

> Porque de um tempo pra cá só tem nós pra trabalhar, um dos meninos tá na faculdade pra não ficar no sítio... Então vamos começar formar pasto, e reformar, e qualquer coisa arrumamos um peão na hora de vacinar o gado e nós dá conta do serviço. E agora no começo do ano talvez eu opero de novo, e a minha perna não serve pra fazer serviço pesado, mas esse servicinho dá pra fazer. Já esse aqui não gosta de

> faculdade, não quer estudar [apontando para o filho mais novo]. O outro sim, o outro está fazendo já. E não pode ficar mesmo porque já fez uns par de coisas, tem curso de açúcar e álcool, e agora tá fazendo faculdade, acho que no mês de julho acaba, aí tem que procurar outro emprego pra ganhar dinheiro, porque aqui, depender do sítio só com gado não vira não. (ENTREVISTADO M, 2017).

Segundo o entrevistado, a possibilidade de ampliação da área plantada com laranja depende da decisão dos filhos de ficarem ou não trabalhando no sítio, apesar de não se mostrar confiante com tal perspectiva.

> Eu já falei para os moleques, se eles quiserem, talvez um dia, plantar um pouco de laranja com irrigação, uns mil pés e irrigar, ainda eu planto, mas se for pra não irrigar eu não planto mais não. Eles tem que encarar, aí é com eles! Mas o filho mais velho não quer, já tá entregando curriculum nos lugares aí, já foi até fazer concurso na prefeitura domingo passado, pra ver se pega serviço lá em Jales. (ENTREVISTADO M, 2017).

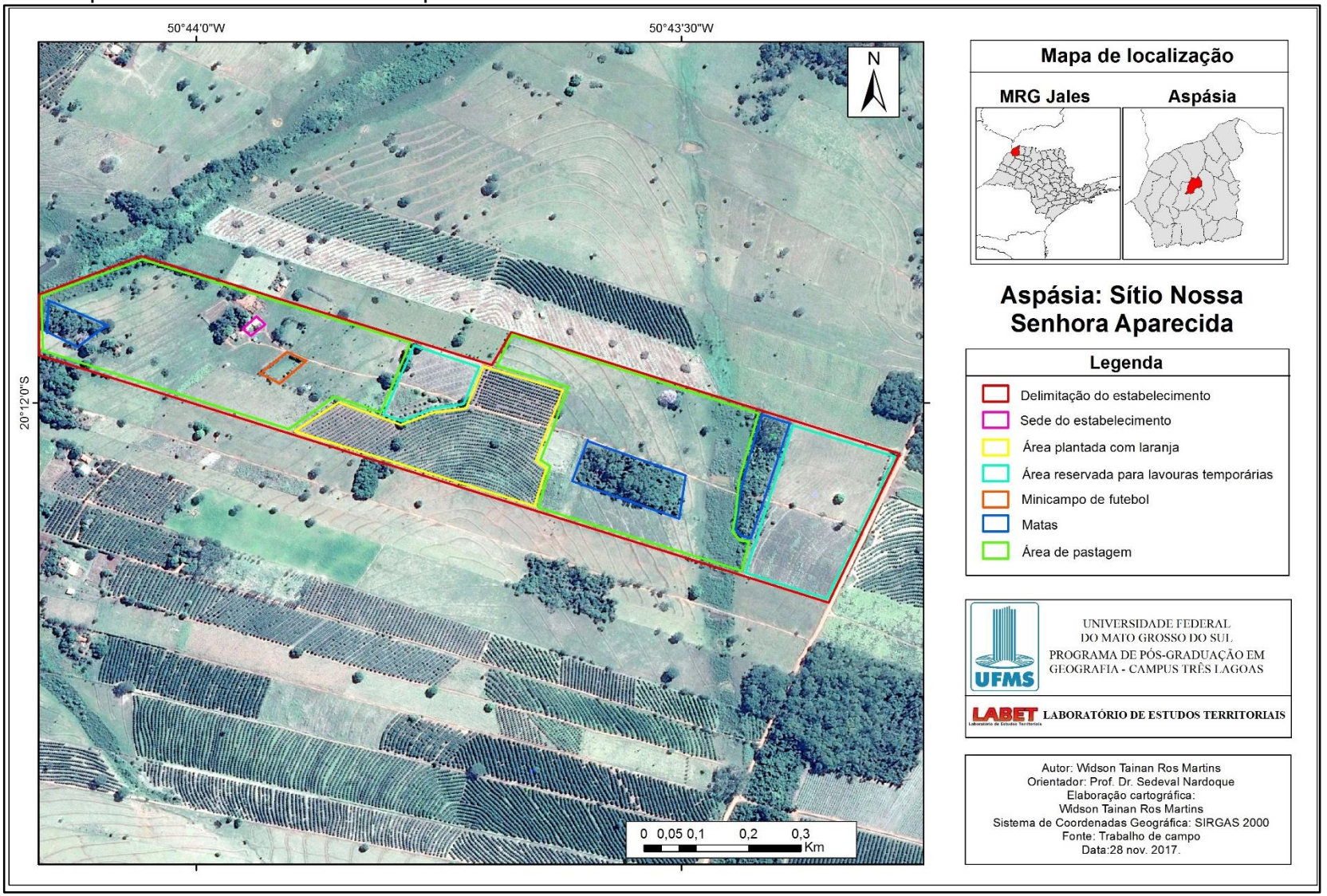
Atualmente, a principal fonte de renda de sua família vem da criação de bovinos, tanto para corte quanto para a produção de leite, do qual se faz queijos para vender na feira. Além das áreas de pastagens, a alimentação do rebanho bovino é complementada com forragem produzida a partir do milho do próprio sítio.

O que chamou a atenção é que, no processo de ensilagem, que despende muita mão-de-obra, realiza-se a troca de dias de serviço com um vizinho, que vem com seu trator ajuda-los em troca da reciprocidade quando for sua vez de produzir o alimento para seu rebanho.

> Quando vai fazer a silagem nós troca. Eu e meu irmão e o vizinho nós troca. Então nós pega o trator e vai lá fazer o serviço deles junto com eles, depois eles vêm com o trator deles pra fazer o serviço nosso junto com nós. E se um deles não vem, eles emprestam o trator deles e pagam um dia de serviço. (ENTREVISTADO M, 2017).

No sítio do Entrevistado M, também existe um minicampo de futebol, onde, nas tardes de sábado, vários camponeses da região se reúnem para praticar o esporte (figura 70). O momento de lazer é também de socialização entre os camponeses do bairro rural, aproveitando a ocasião para troca de informações e conhecimentos inerentes à vida na terra. “Nós fizemos o campinho aqui quando desmanchou o da 37 [bairro rural], e nunca mais parou. E lota de gente! Agora tá vindo um pessoal lá da 37, que mudaram pra lá pra tirar leite de seringueira. Só de lá são oito” (ENTREVISTADO M, 2017).

Figura 68 – Aspásia: Sítio Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: Google Earth (2017); Trabalho de campo realizado no dia 28 nov. 2017.

Figura 69 – Sítio Nossa Senhora Aparecida: pomar de laranja abandonado.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 28 nov. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

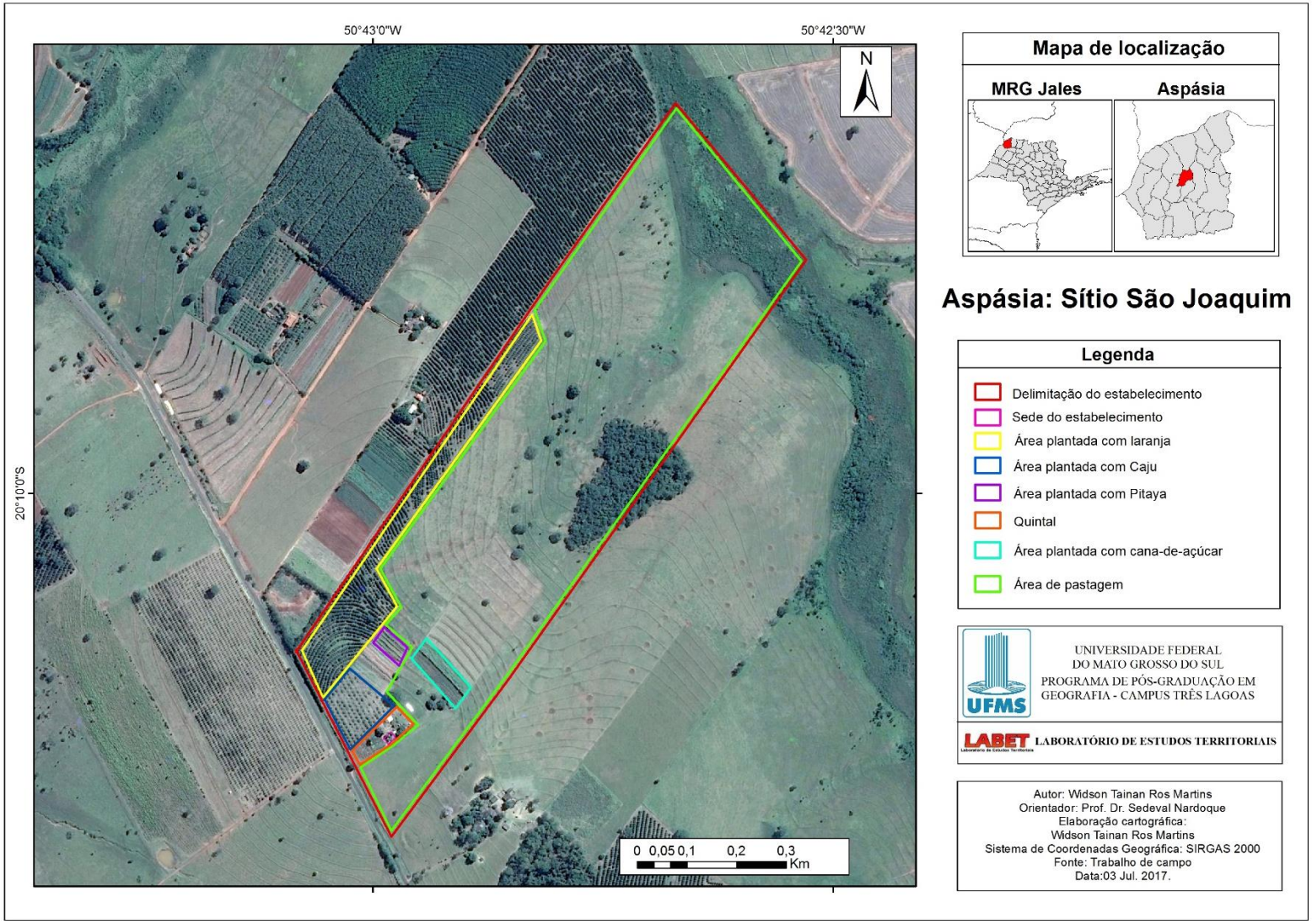
Figura 70 – Sítio Nossa Senhora Aparecida: minicampo de futebol.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 28 nov. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

A entrevistada Q, de 26 anos de idade, detém a posse do sítio de 15 alqueires de sua avó por meio de contrato de arrendamento e, embora tenha estudado e trabalhado como professora, preferiu voltar para a terra e ficar no sítio (figura 71). Segundo ela, “[...] se você souber trabalhar, se souber diversificar o sítio, plantar um

pouquinho de cada coisa, apesar de dar muita mão-de-obra, compensa” (ENTREVISTADA Q, 2017). Apesar de contar com a ajuda dos pais com os trabalhos no sítio, e com a ajuda do marido aos finais de semana, haja vista que o mesmo trabalha na cidade, a entrevistada é quem exerce papel de chefia da unidade de produção. Embora a maior parte da terra seja ocupada com gado de corte, no sítio da Entrevistada Q são cultivados 1.800 pés de laranja irrigada, 150 pés de caju, além de diversas variedades de frutas em seu quintal, tais como a pitaya, o none e a graviola. A entrevistada também possui um orquidário e uma horta, e tudo que produz no sítio, além de ser utilizado para o consumo da família, também é comercializado (figuras 72, 73, 75 e 75).

Figura 71 – Aspásia: Sítio São Joaquim.



Fonte: Google Earth (2017); Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017.

Figura 72 - Sítio São Joaquim: sede do estabelecimento.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 73 - Sítio São Joaquim: orquidário.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 74 - Sítio São Joaquim: plantação de caju.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

Figura 75 - Sítio São Joaquim: plantação de pitaya e horta.

Fonte: Trabalho de campo realizado no dia 03 jul. 2017. Foto: Widson Tainan Ros Martins.

5.4. O arrendamento da terra: da falta de sucessão ao equilíbrio da unidade de produção da família

Verificou-se, durante a espacialização dos dados referentes a área plantada com laranja na Microrregião de Jales, que a atividade citrícola apresentou certo declínio. Diante de tal constatação, inicialmente pensou-se que tal fenômeno tenha ocorrido em decorrência do avanço da territorialização do setor sucroenergético e sua prática de arrendamento de terras para o plantio cana-de-açúcar na região. Contudo, tal hipótese não se confirmou.

Em campo, pode-se constatar que o arrendamento de terras ocupadas com laranja para o plantio de cana-de-açúcar, embora não muito comum, apenas ocorreu em propriedades maiores que 30 hectares, devido ao desinteresse das usinas em arrendarem propriedades muito pequenas e à baixa renda que tal atividade proporcionaria aos proprietários de terras, comparada com outras atividades, sobretudo a fruticultura. A esse respeito, o Entrevistado A, com 15 alqueires de terra, no Município de Santa Albertina, onde tem plantados 6.000 pés de laranja e 4.800 pés de seringueira, para extração de látex, ao ser questionado se havia pensado em arrendar seu sítio para a usina plantar cana, respondeu: “Não, porque a área é pequena e a renda é muito pouca, né? Viver com aquilo não dá. Nós vamos tocando aí, conforme vai dando nós vai tocando, fome nós não passa não!” (ENTREVISTADO A, 2017)[104].

Também constatou-se que, nas propriedades arrendadas para plantio de cana, os principais motivos para erradicação dos pomares de laranja foram as oscilações de preços pagos pela fruta aos sitiantes, tornando o cultivo de laranja uma atividade econômica de alto risco; a erradicação compulsória de pomares afetados pelo cancro cítrico, conforme estabelecia pela Portaria Federal 291 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, de 23 de julho de 1997, para o controle de tal doença. Além disso, a falta de sucessão na terra, no caso dos filhos que não se interessaram em continuar na terra e se proletarizaram, levando seus pais, muitas vezes com idade avançada, a arrendarem o sítio.

O Entrevistado B, que possui 20 alqueires de terra herdados do pai, no município de Aparecida d’Oeste, erradicou seu pomar de laranja porque fez altos investimentos, principalmente com financiamento para a compra de implementos

[104] Entrevista realizada no dia 21 dez. 2017, no município de Santa Albertina.

agrícolas, e como a produtividade de seu pomar era pequena, pois não era irrigado, somado aos baixos preços pelo qual vendeu suas laranjas, acabou se endividando. O Entrevistado B tem problemas de saúde, tornando mais penoso o trabalho na terra, além de não contar mais com o labor dos filhos, pois, após estudados, foram trabalhar na cidade, proletarizando-se. Assim, o arrendamento do sítio para a usina de processamento de açúcar e álcool, instalada em Suzanápolis (município da Microrregião Geográfica de Andradina), emergiu como possibilidade de manter a propriedade da terra sem que precisasse vende-la para saldar as dívidas restantes, resultantes do cultivo da laranja.

> Eu quase vendi o sítio, aí na outra semana apareceu o cara da Vale [do Paraná], só que não era esses donos aí não, era outros, já passou na mão de três a usina. Aí eles fez um contrato, tudo certinho. No começo eles me encheram o saco pra ver se eu vendia a terra pra eles, e eu falei que não vendia. Eu recebia três mil e poucos reais no começo, depois passou pra quatro mil, e agora é quatro mil cento e poucos reais por mês, de renda. E agora já deu seis anos, e vence agora no final do ano, mas eles já mediram o sítio outra vez e disseram que vai arrendar de novo, e que já vão começar pagar em janeiro, 19 alqueires. Pelo amor de Deus, aquela ali nem dormia [se referindo a esposa], pois eles falaram que iriam entregar, né? E eu com essa dívida falei: “[...] pelo amor de Deus, agora desbundou mesmo”! Mas, aí deu certo, graças a Deus. (ENTREVISTADO B, 2017).

Nas demais pequenas propriedades rurais, durante o trabalho de campo, onde os pomares foram erradicados, não foi constatada a prática de arrendamento da terra para o plantio da cana-de-açúcar, sendo que, nelas, os camponeses passaram a desenvolver outras atividades, possibilitando sua reprodução enquanto tal. “Depois que arranquei a laranja eu plantei banana, agora tenho um pouco de mandioca, e já tô pensando em arrancar a mandioca e deixar tudo pasto”. (ENTREVISTADO C, 2017). Todavia, faz-se necessário reconhecer que a (re)criação do campesinato, assim como a reprodução do capital, também é contraditória.

Isso pois, quando a reprodução da família no sítio é comprometida por determinadas circunstâncias e a manutenção da propriedade da terra é ameaçada, os camponeses arrendam suas terras para outros explorarem. Contraditoriamente, quando há excedente de mão-de-obra no núcleo familiar e a quantidade de terra à disposição da família passa a ser insuficiente para sua reprodução, os camponeses também arrendam terra, ampliando a área de trabalho da família e satisfazendo suas necessidades. Conforme esclareceu Chayanov (1981), “[...] o arrendamento ou as compras de terra só são claramente vantajosas para a família camponesa se, com

seu auxílio, a família puder atingir o equilíbrio de sua unidade econômica, seja com um nível de vida superior, seja com menor dispêndio de energia de trabalho" (CHAYANOV, 1981, p. 142).

Diante da possibilidade de arrendar terra do vizinho, o Entrevistado L, que têm diversificado a produção em seu sítio, no município de Santa Fé do Sul, plantando frutas, como banana e mamão nas áreas de erradicação de laranja, relatou:

> [...] Tem um vizinho que me ofereceu uma terra para mim aí, só que ele já cobrou muito caro, por mês, e eu não vou pegar. Para mim não dá! São três alqueires, ele quer arrendar a chácara inteira, mas eu queria arrendar só a metade, aí eu iria plantar aos poucos, porque eu sou sozinho, meu menino trabalha fora. (ENTREVISTADO L, 2017).

Sua narrativa remete-se à Chayanov (1981, p. 145), ao chamar atenção para o fato de que:

> [...] A intensidade do cultivo e suas formas organizativas dependem em grandíssima medida da extensão de terras utilizável, do tamanho da família trabalhadora, e da extensão de suas necessidades, ou seja, de fatores internos (tamanho e composição da família proporcionalmente à extensão de terra cultivada). (CHAYANOV, 1981, p. 145).

Assim sendo, conforme Almeida (2006) destacou, a luta para entrar na terra e nela permanecer, empreendida pela classe camponesa, não conhece apenas um formato. A reprodução social do campesinato se faz em meio à realidade dinâmica, complexa, e em constante movimento. Por isso mesmo, as estratégias desses sujeitos para entrar e permanecer na terra também são dinâmicas e múltiplas, e expressam a capacidade de inventar novas formas de desempenhar velhas funções, próprias do *habitus* de classe desses sujeitos históricos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa, de estudar o processo de monopolização do território pelo capital e a resistência camponesa no circuito espacial da produção de laranjas na Microrregião Geográfica de Jales, mostrou-se muito mais árdua do que esperada no momento da elaboração do projeto de pesquisa. Por isso mesmo, alguns dos objetivos inicialmente formulados foram repensados, na medida em que os caminhos teóricos e metodológicos foram amadurecidos, tanto no âmbito da academia, com os apontamentos feitos pelo orientador da pesquisa e pelos membros da banca de qualificação, como também durante a realização do trabalho de campo.

O trabalho de campo, inicialmente proposto para ser realizado nos 23 municípios da Microrregião Geográfica de Jales, foi repensado, sendo que, após a escolha de novos critérios, definiu-se 13 municípios, todavia, sem comprometer os resultados da pesquisa. Também, novas inquietações em relação ao objeto de estudo foram surgindo, sendo que, algumas, redirecionaram os caminhos teóricos e as análises.

O uso da teoria dos Circuitos Espaciais de Produção, que inicialmente não fazia parte dos procedimentos metodológicos, foi apontada pelo professor Celso Donizete Locatel como caminho para se compreender os mecanismos de apropriação da renda da terra pelo capital na agricultura da laranja, durante a realização de sua disciplina denominada Colóquios Temáticos, cursada como aluno especial no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sendo que seu uso neste trabalho se concretizou em meio a resistência pessoal de utilizar uma teoria cujos principais referenciais teóricos da pesquisa sequer a citam em seus trabalhos.

Todavia, para dar conta de analisar as múltiplas realidades, as quais se deparou no decorrer da realização do trabalho de campo, desenvolvido na Microrregião de Jales, o uso da teoria dos circuitos espaciais de produção, conforme desenvolvida por Moraes (2017), mostrou-se relevante. Isso pois, se trata de uma atividade que, embora apresente características próprias das especificidades locais, está inserida na lógica global dos processos de produção, distribuição, troca e consumo da fruta cujo estado de São Paulo se tornou o maior produtor nacional, e do suco concentrado congelado de laranja, *commodity* cujo Brasil se tornou o maior exportador mundial.

Como importante características da produção de laranjas na Microrregião de Jales, destaca-se a venda dos frutos *in natura* para o abastecimento do mercado interno como estratégia utilizada pelos camponeses para escaparem do monopólio das indústrias processadoras, justamente por oferecer maior rendimento, contribuindo para a reprodução da família camponesa na terra. Contudo, ainda assim é uma atividade intrínseca com o mercado, e que, portanto, tanto no momento da produção quanto da circulação, o capital possui mecanismos para se apropriar da renda da terra camponesa.

No momento da produção da laranja, por exemplo, a apropriação da renda da terra pelo capital ocorre mediante a aquisição de insumos químicos, tais como agrotóxicos e fertilizantes fabricados do empresas multinacionais e fornecidos por empresas agropecuárias locais, especializadas em “vender veneno”, muitas vezes desnecessários, e ao se adquirir máquinas e implementos agrícolas, alguns deles fundamentais para a realização de determinados tipos de trabalho nos pomares e que, devido ao alto preço, são adquiridos por muitos camponeses por meio da contratação de financiamentos. Na circulação, a apropriação da renda da terra camponesa acontece com a atuação dos compradores de laranja, os “atravessadores”, proprietários de barracões, intermediando a circulação das frutas com redes de distribuição em vários centros consumidores do país.

De toda forma, ao mesmo tempo que no circuito espacial de produção da laranja ocorre a produção e a reprodução ampliada do capital, via apropriação da renda da terra camponesa, nele, igual e contraditoriamente, também ocorre a reprodução social do campesinato, que por meio de estratégias de resistência/resiliência, lutam para permanecerem na terra diante da expansão das relações capitalistas de produção no campo. A diversificação dos sítios camponeses, observada no trabalho de campo, é o maior exemplo de estratégia de reprodução e permanência na terra. Para complementar a renda da família e, principalmente, garantir a superação dos momentos de crise na citricultura, o cultivo de laranja, nos sítios camponeses, é associado a outros que, estrategicamente, complementam a renda familiar.

Ao analisar e espacializar os dados referentes a área destinada à colheita de laranja na Microrregião de Jales, nas duas últimas décadas, constatando sua diminuição, pensou-se que este fenômeno se relacionava a atuação do setor

sucroenergético, atuante nos últimos anos para ampliar sua territorialização na Microrregião. Contudo, foram poucos casos encontrados no trabalho de campo de arrendamento de terras, anteriormente ocupadas com a atividade citrícola, para o plantio de cana-de-açúcar, sendo que, tal prática ocorreu, principalmente, nas propriedades não camponesas.

A diminuição da área cultivada com laranja tem relação direta com as implicações advindas do próprio circuito espacial de produção da laranja, como por exemplo, os baixos preços pelos quais a fruta foi comercializada ao longo dos últimos anos, a proliferação de doenças nos pomares, o alto custo dos agrotóxicos necessários à manutenção das plantas em pomares contaminados e, principalmente, a forte ação do Estado na elaboração de rígidas normas fitossanitárias para o controle de tais doenças, que segundo os camponeses entrevistados, tornou a atividade inviável. Nas propriedades camponesas com erradicação de pomares, os camponeses se dedicaram a outras atividades, possibilitando a reprodução na terra.

Aferiu-se, também, por meio de leituras específicas e de entrevistas, que a resistência dos camponeses em permanecerem na terra, bem como a manutenção dessa estrutura fundiária desconcentrada na Microrregião de Jales, está relacionada à forma como se deu o acesso à terra nesta fração do território, concretizada por meio da compra da terra pelos camponeses, permitindo-lhes se “libertarem” do patrão e transformarem-se, de antigos arrendatários, meeiros e parceiros, em proprietários de terra, motivo pelo qual o sítio se constitui como patrimônio moral, garantindo a autonomia da família, e por isso mesmo, precisa ser preservado.

Assim sendo, este trabalho se conclui em meio a impressão de que várias lacunas foram deixadas abertas, ou mesmo escaparam ao olhar do iniciante pesquisador. Contudo, acredita-se que estas lacunas, muitas delas existentes devido à falta de tempo e fôlego inerentes ao curto período de duração do mestrado, poderão ser temas de outros estudos, sejam eles do próprio autor ou de outros pesquisadores interessados pelo tema.

Não se poderia deixar de mencionar o quão desafiador e gratificante foi estudar os camponeses, sujeitos históricos com os quais há identificação desde o ventre materno, seja por ser filho de camponeses, como também por se considerar como um deles, confundindo-se, muitas vezes, o sujeito e o objeto da pesquisa aqui concluída. Neste momento, o prazer de avançar mais um degrau na carreira acadêmica se soma

ao de estar, de alguma forma, contribuindo com a área da ciência geográfica que se debruça sob os estudos acerca do campesinato brasileiro.

7. REFERÊNCIAS

7.1. Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção:** a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 9, n. 2, p. 113-127, 2000.

ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde está o agro desse negócio?**: transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, 2007.

BARRIOS, Sonia. Dinâmica social e espaço. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 2, p. 351-368, 2015.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO da SILVA, José; STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. São Paulo: brasiliense, p. 134-163, 1981.

CLEMENTE, Evandro César. **O programa estadual de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7. Ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, n. 12, p. 70, 2008.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n.11, ano 10, Presidente Prudente, jul./dez. 2007.

_____. FABRINI, João. A escala da luta e resistência camponesa. **Revista GEOSUL**. Florianópolis, v. 21, n. 42, p.63-91, jul/dez. 2006.

FABRINI, João Edimilson; PAULINO, Eliane Tomiasi (org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha**: formações urbanas no Noroeste Paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia, USP**, n.2, 1982.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia, ano IX**, n. 17, p. 19-45, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LOCATEL, Celso Donizete. **O desenvolvimento da fruticultura e a Intensificação do processo de diversificação da agricultura na região de Jales-SP.** 2000. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FTC, UNESP, Presidente Prudente, 2000, p. 88.

_____. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade**: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis–SP. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – FTC, UNESP, Presidente Prudente, 2004

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **O gosto amargo da fruta**: crise na citricultura sergipana e (des) organização dos produtores. Artigo resultante do Projeto de Pesquisa "Estudo-diagnóstico da Cadeia Produtiva da Citricultura Sergipana", financiado pela FAPITEC/SE, 2009.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: vozes, p. 61, 1981.

_____. **O Cativeiro da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

_____. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.

MELO, Beatriz Medeiros. **História e memória na contramão da expansão canavieira**: um estudo das formas de resistência dos sitiantes no noroeste paulista. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2012.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Os Circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mônica; CATAIA, Márcio. **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

MOTA, Regina Celia Carvalho de Sá. **As linhas da campesinidade na (in)subordinação coamponesa em Glória de Dourados, MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS), 2013.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista de terra e a formação da pequena propriedade em Jales – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Presidente Prudente (SP), 2002.

_____. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Julio Mesquita Filho", Rio Claro (SP), 2007.

_____. **Apropriação capitalista da terra e desconcentração fundiária em Jales-SP**. Dourados (MS): Edufgd, 2014.

_____. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPÓSITO, Eliseu Savério (et. al.). **A diversidade da Geografia brasileira:** escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. **Terra Livre**, ano 1, n.1, p. 26-38, 1986.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 10, 2010.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Presidente Prudente (SP), 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. Expressão Popular, 2010.

REIS, Emanuel Martins dos. **A política fitossanitária de combate ao cancro cítrico na região de Presidente Prudente – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Presidente Prudente (SP), 2008.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Dinâmica Agrária e Transformações Territoriais na Última Década**: Resiliência Camponesa no Eixo da BR-163 e no Pantanal Mato-Grossense. In: Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos "Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esperanças", 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica, razão e emoção. 4. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. – 9. ed. – Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul, v. 22**, n. 43, p. 55-76, 2007.

SARON, Flávio de Arruda. **Os efeitos dos programas de desenvolvimento rural para o apoio à agricultura familiar no Noroeste Paulista**: limites, desafios e perspectivas. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente (SP), 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Savério. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. **XII Seminario Internacional de la Red de Investigadores sobre Globalización y Territorio.** Belo Horizonte, v. 1, 2012.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, CALDART, Roseli Salete (et.al). **Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PAULA, Dilma Andrade de**.** 154 anos de ferrovia no Brasil: para onde caminha esse trem? **História Revista**, Goiânia, v.13, n. 1, p. 45-69, Jan./ Jun. 2008.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. 8. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

TOLEDO, Marcio; CASTILLO, Ricardo. Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja. **Geosul**, v. 23, n. 46, p. 79-93, 2008.

TOSI, Pedro Geraldo. Cultura material, vida urbana e ensino de história: o circuito ferroviário como eixo articulador de conhecimentos. In: **Caderno de Formação**: formação de professores didática dos conteúdos. Universidade Estadual Paulista: Pró Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 87, p. 11-73, 1990.

7.2. Documentos extraídos em meio eletrônico

BACEN, Banco Central do Brasil. **Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SFN>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BAYER. **Produtos**: Envidor Acaricida. Disponível em: <https://www.agro.bayer.com.br/produtos/envidor#tab-1>. Acesso em 22 jan. 2018.

BRASIL, Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL, Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Portaria nº 291, de 23 de julho de 1997**. Aprova as Normas, em anexo, sobre exigências, critérios e procedimentos, a serem adotados pela Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico — CANECC, em áreas contaminadas pela doença e naquelas que venham a ser afetadas. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=884>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 53, de 16 de outubro de 2008**. Disponível em: <https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/instrucao-normativa-mapa-53-de-16-10-2008,830.html>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. **Instrução Normativa nº 37, de 5 de setembro de 2016**. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=06/09/2016>. Acesso em: 28 ago. 2017.

BRASIL, Ministério da Fazenda**. Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE**. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-2013-cnae>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas de Comércio Exterior.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CATI, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Microbacias II**: o projeto. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto>. Acesso em: 29 jan. 2018.

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Preços agropecuários**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/citros.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CITRUSBR. **Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos**. Disponível em: <http://www.citrusbr.com/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **Poder de Negociação do Varejo**. Disponível em: <http://www.citrusbr.com/download/9-Poder%20de%20Negocia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Varejo.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. **Revista CitrusBR**: ANO 2, Nº 6, 2015. Disponível em: <http://www.citrusbr.com/revista/outubro2015/revista_citrus_1015.pdf>. Acesso em 13 jan. 2016.

CUTRALE. **Institucional**. Disponível em: <http://www.cutrale.com.br/institucional.xhtml>. Acesso em: 25 jan. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Sem verba, IBGE adia Censo Agropecuário e cancela concurso**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1762339-sem-verba-ibge-adia-censo-agropecuario-e-cancela-concurso.shtml>. Acesso em: 05 fev. 2017.

FUNDECITRUS, Fundo de Defesa da Citricultura. **Doenças e pragas**. Disponível em: <http://www.fundecitrus.com.br/doencas>. Acesso em: 24 jan. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca**: catálogo 5295. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=25295>. Acesso em: 23 de ago. 2017.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em: 06 jan. 2018.

INVESTESP, Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade. **Setores de negócio**: laranja. Disponível em: <http://www.investe.sp.gov.br/setores-de-negocios/agronegocios/laranja/>. Acesso em 12 jul. 2017.

NEVES, Marcos Fava. **Mapeamento da Cadeia Citrícola**. Disponível em: <http://issuu.com/citrusbr/docs/mapeamento_da_cadeia_citr_cola?e=0>. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. **O retrato da citricultura brasileira.** 2010. Disponível em: <http://www.citrusbr.com.br/download/biblioteca/o_retrato_da_citricultura_brasileira_baixa.pdf>. Acesso em 13 jan. 2016.

SÃO PAULO (Estado), Assembleia Legislativa. **Lei nº 10.478, de 22 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal no âmbito do Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10478-22.12.1999.html>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SÃO PAULO (Estado), Gabinete do Governador. **Decreto Estadual nº 45.211, de 19 de setembro de 2000**. Regulamenta a Lei nº 10.478, de 22 de dezembro de 1999 que dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal no âmbito do Estado e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/decreto-45211-de-19-09-2000,339.html>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SÃO PAULO (estado), Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Programa Pró Trator.** Disponível em: <http://www.agricultura.sp.gov.br/quem-somos/servicos/programa-pro-trator/>. Acesso em 22 jan. 2018.

_____**. Resolução nº 1, de 20 de março de 2000**. Normas sobre Exigências e Procedimentos, a serem adotados pela Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico – CANECC, aprovadas pela Portaria do Ministério da Agricultura nº 291, de 23 de julho de 1997; Em desuso. Disponível em: <http://www.cda.sp.gov.br/www/legislacoes/popup.php?action=view&idleg=694>. Acesso em: 08 jan. 2016.

_____. **Resolução nº 10, de 20 de fevereiro de 2017**. Delimita e oficializa todo o território do Estado de São Paulo como área sob Sistema de Mitigação de Risco, relativo à praga do cancro cítrico, Xanthomonas citri subsp. citri e institui procedimentos fitossanitários. Disponível em: <https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/resolucao-saa-10-de-20-02-2017,1093.html>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. **Resolução nº 147, de 31 de outubro de 2013**. Estabelece procedimentos a serem adotados no Estado de São Paulo visando a supressão/erradicação da praga denominada cancro cítrico, causado pela bactéria Xanthomonas citri subsp. citri. Disponível em: <http://www.cda.sp.gov.br/www/legislacoes/popup.php?action=view&idleg=981>. Acesso em: 08 jan. 2016.

8. ANEXOS

Anexo I: Tabela 11 – Estado de São Paulo: número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 2006.

Grupo de área (ha)	Unidades	%	Área - ha	%
Menos de 10 ha	84325	37,04	373907	2,21
10 a menos de 20 ha	46547	20,45	689651	4,07
20 a menos de 50 ha	46332	20,35	1473605	8,69
50 a menos de 100 ha	20688	9,09	1467925	8,66
100 a menos de 200 ha	13036	5,73	1834340	10,82
200 a menos de 500 ha	9583	4,21	2965789	17,49
500 a menos de 1.000 ha	2846	1,25	1975819	11,65
1.000 ha e mais	2093	0,92	6173912	36,42
Total	227622,00	100,00	16954949,00	100,00

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário de 2006. Organizada pelo autor.

Anexo II: Tabela 12 – Brasil: número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total (ha) – 2006.

Grupo de área (ha)	Unidades	%	Área - ha	%
Menos de 10 ha	2477151	47,86	7798777	2,33
10 a menos de 20 ha	736798	14,24	10289758	3,08
20 a menos de 50 ha	843920	16,31	26120877	7,83
50 a menos de 100 ha	390882	7,55	26483343	7,94
100 a menos de 200 ha	219432	4,24	29218870	8,76
200 a menos de 500 ha	150698	2,91	46384925	13,90
500 a menos de 1.000 ha	54158	1,05	37240391	11,16
1.000 ha e mais	47578	0,92	150143096	45,00
Total	5175636	100	341266	100,00

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário de 2006. Organizada pelo autor.

Anexo III: Tabela 13 – Relação dos entrevistados no trabalho de campo.

Entrevistado	Município	Condição	Nome do sítio/ Nome da empresa	Qtd. terra (alqueire)	Principais cultivos
Entrevistado A	Santa Albertina	Proprietário de terra	Sítio V.B.	15	Laranja/Seringueira
Entrevistado B	Aparecida D'Oeste	Proprietário de terra	Sítio Santo Antônio	23	Cana-de-açúcar
Entrevistado C	São Francisco	Proprietário de terra	Sítio Esgaravatti	5	Mandioca/Pastagem
Entrevistado D	Palmeira D'Oeste	Proprietário de terra	Sítio Cinco Irmãos	27	Laranja/Uva
Entrevistado E	Paranapuã	Turmeiro/Gato	--	--	--
Entrevistado F	Jales	Proprietário de terra	Sítio Renascer	24	Laranja
Entrevistado G	Santana da P. Pensa	Proprietário de terra	Sítio M. N.	22	Laranja
Entrevistado H	Aspásia	Proprietário de terra	Sítio Dois Irmãos	5	Laranja
Entrevistado I	Jales	Proprietário de terra	Sítio Bela Vista	4	Laranja
Entrevistado K	Palmeira d'Oeste	Vendedor de veneno	Nutriagro d'Oeste	--	--
Entrevistado J	Santa Salete	Proprietário de terra	Sítio Santa Helena	10	Laranja/Seringueira/Pastagem
Entrevistado L	Santa Fé do Sul	Proprietário de terra	Sítio Maschio	9	Laranja/Banana/Mamão
Entrevistado M	Aspásia	Proprietário de terra	Sítio Nossa Sra. Ap.	23	Pastagem/Laranja
Entrevistado N	Vitória Brasil	Proprietário de terra/ Atravessador	Frutícola Sentinello	118	Laranja
Entrevistado O	Santa Rita d'Oeste	Proprietário de terra/ Atravessador	Frutícola Aroni	45	Laranja/Tangerina
Entrevistado P	Urânia	Proprietário de terra	Sítio São José	3,5	Uva/Laranja
Entrevistado Q	Aspásia	Arrendatária	Sítio São Joaquim	15	Pastagem/Laranja/Caju
Entrevistado R	Santa Fé do Sul	Servidor Público	Defesa Agropecuária S.P.	--	--
Entrevistado S	Jales	Servidor Público	Defesa Agropecuária S.P.	--	--
Entrevistado T	Urânia	Vendedor de veneno	Nutriplan	--	--

Fonte: Trabalho de campo.

Anexo IV: Tabela 14 - MRG Jales: principais empresas ligadas às atividades agrícolas e pecuárias – 2018.

Cidade	Razão Social	Data de Abertura	CNAE
Aparecida d'Oeste	Valdecir Alves	12/07/2012	7731400 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
Dolcinópolis	Buriti Consultoria Ambiental LTDA - ME	10/09/2014	7119704 - Serviços de perícia técnica relacionados a segurança do trabalho
Jales	Agricon Comercio e Serviços LTDA - EPP	08/03/2012	3314711 - Manutenção e reparação de maquinas e equipamentos para agricultura e pecuária
	Agromec Jales Agrícola LTDA.	14/07/2003	1066000 - Fabricação de alimentos para animais
	Amauri Freire Fertilizantes - ME	14/12/2016	4683400 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
	Arakakl Maquinas e Implementos Agrícolas S.A.	07/08/1970	4520001 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
	Chico Comercio de Tratores LTDA - ME	26/09/2011	4789099 - Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
	Cimoagro Comércio e Representação Agropecuária LTDA.	05/08/2011	4612500 - Representantes comerciais e agentes do comercio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos
	Consulpec - Consultoria em Pecuária e Financiamento rural s/s	28/05/2014	0230600 - Atividades de apoio a produção florestal
	Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales	27/07/1993	4620000 - Comércio por grosso de matérias-primas agrícolas e animais vivos
	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	16/02/2017	4520001 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
	Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais	10/06/2002	0161099 - Atividades de apoio a agricultura não especificadas anteriormente
	D.r. Chaves - ME	21/08/2017	7490103 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
	Donda Consultoria e Assistência Agrícola	06/05/2011	7490103 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
	Fatec Júnior Consultoria e Assessoria em Agronegócio	11/05/2010	7490103 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
	Irlaine Percio `Freire Fertilizantes - ME	22/10/2015	4683400 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
	Irrigaboi - Indústria e Comercio - ME	05/01/2015	2833000 - Fabricação de maquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
	Itaete Comércio de Máquinas Agrícolas LTDA	15/07/2009	3314711 - Manutenção e reparação de maquinas e equipamentos para agricultura e pecuária
	Jima- Industria e Comércio LTDA	19/02/1976	2832100 - Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios
	Jima- Industria e Comércio LTDA	19/02/1976	2833000 - Fabricação de maquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
	Jose Carlos Batista Assessoria - ME	15/04/2015	7490103 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
	Jose Carlos da Silva Jales - Agrale	05/03/1990	4789099 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
	Jose Roberto Guirado Implementos Agrícolas - ME	22/11/2012	4530703 - Comercio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
	LH BORR - Comércio de Borrachas e Artefatos	01/09/2017	7490104 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
	M. T. Souza Representações Comerciais de Grãos LTDA - me	11/01/2008	4611700 - Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos
	Meta Consultoria e Projetos de Irrigação LTDA - ME	09/05/2017	4614100 - Representantes comerciais e agentes do comercio de maquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
	N & v silva tratores LTDA - ME	13/03/2012	7731400 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
	Nilton Furlan Benedicto Peças - ME	16/03/1992	3314711 - Manutenção e reparação de maquinas e equipamentos para agricultura e pecuária
	Tanigawa Agronomia LTDA	18/01/2002	7490103 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
	Top Irrigações - ME	03/12/2015	4614100 - Representantes comerciais e agentes do comercio de maquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
Palmeira d'Oeste	J C Mingati & Mingati LTDA	17/04/1995	4683400 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
	Rocha Irrigações Indústria e comercio LTDA	13/12/2011	2833000 - Fabricação de maquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação
Santa Albertina	Diogo Pereira Guimaraes - ME	24/05/2011	7119701 - Serviços de cartografia, topografia e geodesia
Santa Clara d'Oeste	Josuilson Correia de Queiroz 73425990853	08/02/2012	0161001 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas
Santa Fe Do Sul	A2 Negócios LTDA - ME	29/09/2017	4623108 - Comercio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
	Antonio Carlos Garrio - ME	18/10/2002	4661300 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
	Campo Rico Máquinas Agrícolas LTDA - ME	20/12/2000	0161003 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
	Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina	23/05/2005	4683400 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
	Eslaine dos Ramos - ME	29/09/2005	7731400 - Aluguel de maquinas e equipamentos agrícolas sem operador
	Granado & Rossigali S/C LTDA - ME	08/12/1995	7490103 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
	L A dos Santos Equipamentos Agropecuário - ME	11/03/2014	4614100 - Representantes comerciais e agentes do comercio de maquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
	Lagus Peças e Manutenção para Máquinas Agrícolas LTDA - ME	10/12/1996	3314712 - Manutenção e reparação de tratores agrícolas
	Lopes & Jacomassi Agropecuária LTDA - ME	25/08/2009	4692300 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários
	Marcelino & Gabriel LTDA - ME	14/06/2007	0161099 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
	Marcos Antonio Lacerda - EPP	10/02/2016	0161099 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
Santa Rita d'Oeste	E C Fernandes Equipamentos Agrícolas - ME	18/03/2014	0161003 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
São Francisco	Jose roberto Guirado Implementos Agrícolas - ME	23/11/2017	4511102 - Comercio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
Três Fronteiras	Lopes & Jacomassi Agropecuária LTDA - ME	24/11/2008	4771704 - Comercio varejista de medicamentos veterinários
Urânia	A. C. Dias Mendes - ME	13/09/2002	4661300 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
	Carlos Albertoni Calazans	08/03/2011	7731400 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
	D. W. A. Comercio de Insumos e Produtos Agropecuários LTDA	29/08/2011	4683400 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
	Nutrimais comercio de insumos e produtos Agropecuários LTDA - ME	31/01/2017	4623106 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
	Smarsi Consultoria e Assessoria em Projetos Agrícolas LTDA	08/09/2011	7490103 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
Vitoria Brasil	Takeda Representações de Produtos Agrícolas e Pecuários LTDA - ME	15/06/2015	4612500 - Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos

Fonte: CNAE - Cadastro Nacional de Atividades Econômicas – 2018. Organizado pelo autor.